

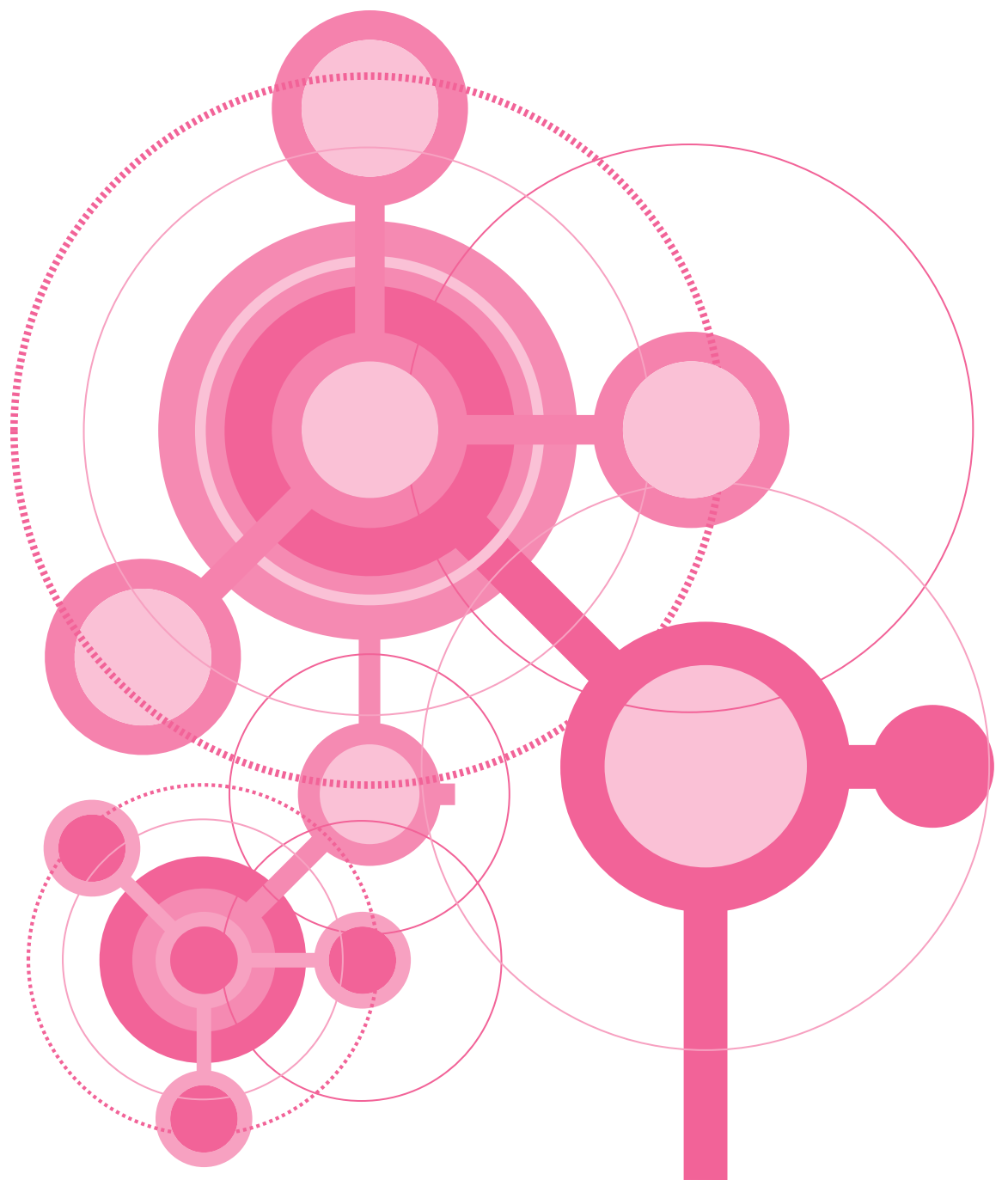
organicom

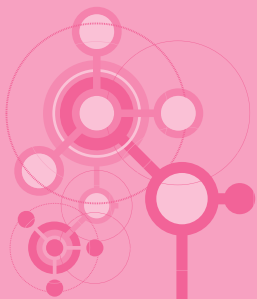
ISSN 2238-2593

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS • ANO 22 • NÚMERO 48 • MAIO / AGOSTO 2025

ALINE FERREIRA LIRA
ANA ELIZABETH LIMA VASCONCELOS
ANDRÉ WOLMER DE MELO
CLÁUDIA HERTES DE MORAES
CONSUELO VASQUEZ
DANIEL REIS SILVA
DANIELLE PASSOS DE JESUS SANTOS
ELOISA BELING LOOSE
EVELYN MORALES
GRISelda GUILLÉN OJEDA
HELOÍSA FISCHER
ISRAEL DE JESUS ROCHA
JOSÉ ALBERTO CARVALHO DOS SANTOS CLARO
JOSÉ ANTONIO MARENGO ORSINI
JULIANA DE OLIVEIRA VICENTINI
LAIZA MANGAS
LUCIANA MIRANDA COSTA
LUCIDALVA COSTA DE FREITAS
LUIS AGUILAR RAMIREZ
MÁRCIA FRANZ AMARAL
MARINA PICAZZIO PEREZ BATISTA
MYRIAM DEL VECCHIO-LIMA
PAULO ROBERTO NASSAR DE OLIVEIRA
PEDRO HENRYQUE PAES LOUREIRO DE BRAGANÇA
PEDRO MARTINS
RACHEL TRAJBER
REGINA CELIA DOS SANTOS ALVALÁ
RITA MARCIA DA SILVA PINTO VIEIRA
ROSANE STEINBRENNER
THAÍS BRIANEZI
VANESSA WITZKI COLATUSSO
VICTOR AUGUSTO CAVALEIRO CORRÊA

DOSSIÊ 48 Comunicação, Emergência climática e Amazônia





organicom

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

Editora | Editor | Editora

Margarida M. Krohling Kunsch | Universidade de São Paulo, Brasil

Editores adjuntos | Associate editors | Editores adjuntos

Valéria de Siqueira Castro Lopes | Universidade de São Paulo, Brasil

Luiz Alberto de Farias | Universidade de São Paulo, Brasil

COMISSÃO EDITORIAL | EDITORIAL COMMITTEE | COMITÉ EDITORIAL

Ana Almansa Martinez | Universidade de Málaga, Espanha

*Cláudia Peixoto de Moura | Associação Brasileira de Pesquisadores
de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*

Luiz Alberto de Farias | Universidade de São Paulo, Brasil

Margarida M. Krohling Kunsch | Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Ferreira Freitas | Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Valéria de Siqueira Castro Lopes | Universidade de São Paulo, Brasil

SÃO PAULO • ANO 22 • NÚMERO 48

Coordenação do dossiê | Coordination of the dossier | Coordinación del dossier

Thaís Brianezi – Universidade de São Paulo

Aline Ferreira Lira – Universidade Federal do Amazonas

Israel de Jesus Rocha - Universidade Federal do Amazonas

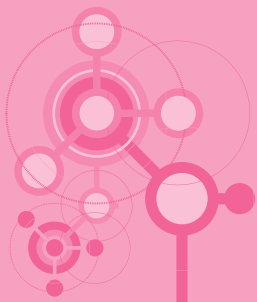
Diagramação | Layout | Diagramación

Revisão | Proofreading | Revisión del texto

Editoração | Publishing

Editora Ibero-Americana de Educação

Esta publicação faz parte das atividades vinculadas ao projeto temático "Como a educomunicação pode ampliar e qualificar as práticas de educação climática na Educação Básica no Brasil?" (FAPESP 2023/08836-2 PPPP).



organicom

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

Organicom, lançada em 2004, é uma publicação quadrimestral produzida pelo Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), por meio do Curso de Pós- Graduação Lato Sensu de Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Gestcorp).

Organicom, launched in 2004, is a publication produced by the Department of Public Relations, Publicity and Tourism (CRP) of the School of Communications and Arts of the University of São Paulo (ECA-USP), by means of the Lato Sensu Postgraduate Course in Strategic Management of Organizational Communication and Public Relations (Gestcorp).

Organicom, lanzada en 2004, es una publicación quadrimestral producida po rel Departamiento de Relaciones Públicas, Propaganda y Turismo (CRP) de la Escuela de Comunicaciones y Artes de la Universidad de São Paulo (ECA-USP), por medio del Curso de Pos-Graduación Lato Sensu de Gestión Estratégica en Comunicación Organizacional y Relaciones Públicas (Gestcorp).

MISSÃO

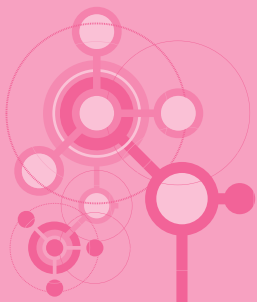
Organicom tem como missão reunir os grandes temas contemporâneos de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas estudados na universidade e, ao mesmo tempo, tornar-se um instrumento interativo com o mercado e a sociedade, democratizando os novos conhecimentos gerados e contribuindo para o debate técnico-científico de temas dessas áreas.

MISSION

Organicom has as its mission to bring together the major contemporaneous themes of Organizational Communication and of Public Relations studied in the university and, at the same time, become an instrument that is interactive with the market and the society, democratizing the new knowledge generated and contributing to the technical-scientific debate of themes in these areas.

MISIÓN

Organicom tiene como misión reunir los grandes temas contemporáneos de la Comunicación Organizacional y de Relaciones Públicas estudiados en la universidad y, al mismo tiempo, tornarse un instrumento interactivo con el mercado y la sociedad, democratizando los nuevos conocimientos concebidos y contribuyendo para el debate técnico-científico de temas de esas áreas.



SEER-IBICT

Organicom utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (Seer), traduzido e customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Os textos são recebidos, em fluxo contínuo e/ou por convocação, dos pesquisadores brasileiros e de outros países para os dossiês de cada edição.

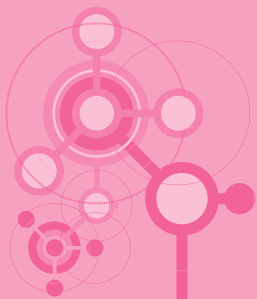
Organicom makes use of the System of Electronic Editing of Magazines (Seer), translated and customized by the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Ibict). The texts are received, in a continual flow and/or upon request, from Brazilian researchers and any of other countries for the dossiers of each edition.

Organicom utiliza el Sistema Electrónico de Edición de Revistas (Seer), traducido y customizado por el Instituto Brasileiro de Información en Ciencia y Tecnología (Ibict). Los textos son recibidos, en flujo continuo y/o por convocación, de los investigadores brasileiros y de otros países para los dossiers de cada edición.

INDEXAÇÃO

Organicom é indexada em / Organicom is indexed in / Organicom es indexada en:

- Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal – <<http://www.latindex.unam.mx>>. Acesso em / Access in / Acceso en: <<http://www.latindex.unam.mx/buscador/resTit.html?opcion=3&letra=O>>.
- Reviscom – Rede Confibercom de Revistas de Comunicação, da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Confibercom) – <<http://redrevistascomunicacion.wordpress.com/>>. Acesso em / Access in / Acceso en: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/>>.
- Revcom – Coleção Eletrônica de Revistas de Ciências da Comunicação-Portcom/Intercom: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc>>.
- Qualis-Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em/Access in/ Acceso en: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaListaCompletaPeriodicos.faces>>.Organicom é classificada com o nível A4 em Ciências Sociais Aplicadas I.
- DIADORM – Diretoria de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras<<https://diadorim.ibict.br/handle/1/3222>>
- DOAJ – Directory of Open Access Journal <<https://doaj.org/toc/2238-2593>>



CONSELHO CIENTÍFICO-EDITORIAL | SCIENTIFIC-EDITORIAL BOARD | CONSEJO CIENTÍFICO-EDITORIAL

PRESIDENTE | PRESIDENT | PRESIDENTE

Margarida M. Krohling Kunsch (Universidade de São Paulo, Brasil)

MEMBROS EFETIVOS | EFFECTIVE MEMBERS | MIEMBROS EFECTIVOS

Adriano Sampaio (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Alejandro Álvarez Nobell (Universidad de Málaga, Espanha)

Aline Ferreira Lira (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

Ana Lúcia Novelli (Senado Federal, Brasil)

Ana Luisa Castro Almeida (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil)

Ana María Suárez Monsalve (Universidad de Medellín, Colombia)

Andreia Athaydes (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Angela Cristina Salgueiro Marques (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Angeles Moreno (Universidad Rey Juan Carlos, Espanha)

Antonio Castillo Esparcia (Universidad de Málaga, Espanha)

Antonio Fausto Neto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil)

Ary José Rocco Júnior (Universidade de São Paulo, Brasil)

Carolina Frazon Terra (Universidade de São Paulo, Brasil)

Caroline Delevati Colpo (Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Cicília Krohling Peruzzo (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Claudia Irene de Quadros (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Claudia Nociolini Rebecchi (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil)

*Cláudia Peixoto de Moura (Associação Brasileira de Pesquisadores de
Comunicação Organizacional e Relações Públicas, Brasil)*

Cláudio Cardoso (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Cleusa Maria Andrade Scroferneker (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil)

Consuelo Vásquez Donoso (Université du Québec à Montréal, Canadá)

Elizabeth Saad Corrêa (Universidade de São Paulo, Brasil)

Elsa Lemos (Centro Universitário Belas Artes, Brasil)

Emma Torres-Romay (Universidad de Vigo, Espanha)

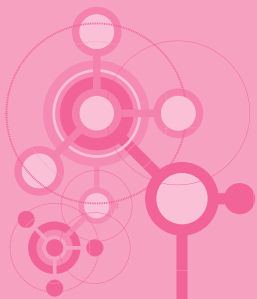
Eugenia Barichello (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Evandro de Oliveira (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

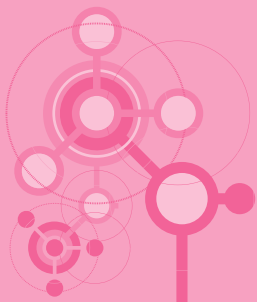
Fábia Pereira Lima (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Federico Varona Madrid (San José State University, Estados Unidos da América)

Gisela Gonçalves (Universidade de Beira Interior, Portugal)



Griselda Guillén Ojeda (Universidade Autônoma de Baja California, México)
Heliodoro Teixeira Bastos (Universidade de São Paulo, Brasil)
Heloiza Helena Matos e Nobre (Universidade de São Paulo, Brasil)
Hilda María Saladrigas Medin (Universidade de Havana, Cuba)
Inara Regina Batista da Costa (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)
Ivone de Lourdes Oliveira (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil)
Izidoro Blikstein (Fundação Getúlio Vargas, Brasil)
James E. Grunig (University of Maryland, Estados Unidos da América)
João José de Azevedo Curvello (Universidade de Brasília, Brasil)
Jorge Antonio Menna Duarte (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Brasil)
José Miguel Túnhez López (Universidad de Santiago de Compostela, Espanha)
José Zilmar Costa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil)
Juan-Carlos Molleda (University of Oregon, Estados Unidos da América)
Karla Maria Müller (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Larissa Conceição dos Santos (Universidade Federal dos Pampas, Brasil)
Lisette Marroquín Velásquez (Universidad de Costa Rica, Costa Rica)
Luciana Saraiva de Oliveira Jerônimo (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Márcio Simeone Henriques (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)
Maria Aparecida Ferrari (Universidade de São Paulo, Brasil)
Maria Eugênia Porém (Universidade Estadual Paulista, Brasil)
Maria Salett Tauk Santos (Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil)
Mariângela Furlan Haswani (Universidade de São Paulo, Brasil)
Marlene Regina Marchiori (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)
Mauro Wilton de Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)
Mitsuru Higuchi Yanaze (Universidade de São Paulo, Brasil)
Nélia del Bianco (Universidade de Brasília, Brasil)
Nicole D' Almeida (Université Paris-Sorbonne, França)
Nuno Goulart Brandão (Universidade Católica de Portugal, Lisboa)
Pablo Antonio Múnera Uribe (Colegiatura Colombiana, Colômbia)
Paulo Roberto Nassar de Oliveira (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, Brasil)
Raquel Cabral (Universidade Estadual Paulista, Brasil)
Raúl Eugenio Herrera Echenique (Foro Iberoamericano sobre Estrategias de Comunicación, Chile)
Rebeca Illiana Arévalo-Martínez (Universidad Anáhuac, México)
Regina Celia Escudeiro (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)
Rennan Mafra (Universidade Federal de Viçosa, Brasil)



Ricardo Ferreira Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

Roberto Roberto Chiachiri (Universidade Metodista, Brasil)

Rudimar Baldissera (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

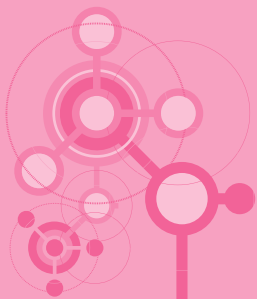
Sandra Massoni (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)

Sandra Nunes Leite (Universidade Federal de Alagoas, Brasil)

Teresa Ruão (Universidade do Minho, Portugal)

Tiago Mainieri de Oliveira (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Yuji Gushiken (Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil)



Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas / Departamento de Relações públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. - v.1, n.1, (2004). - São Paulo : ECA/USP/Gestcorp, 2004.

Quadrimestral
ISSNe 2238-2593

1. Comunicação organizacional 2. Relações públicas I. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo. Curso de Pós-Graduação de Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

CDD 21.ed. - 658.45

SECRETARIA | OFFICE | SECRETARIA

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Cidade Universitária - 05508-020 São Paulo - SP - Brasil
<https://www.revistas.usp.br/organicom/index>
revistaorganicom@usp.br
(+5511) 3091 2949

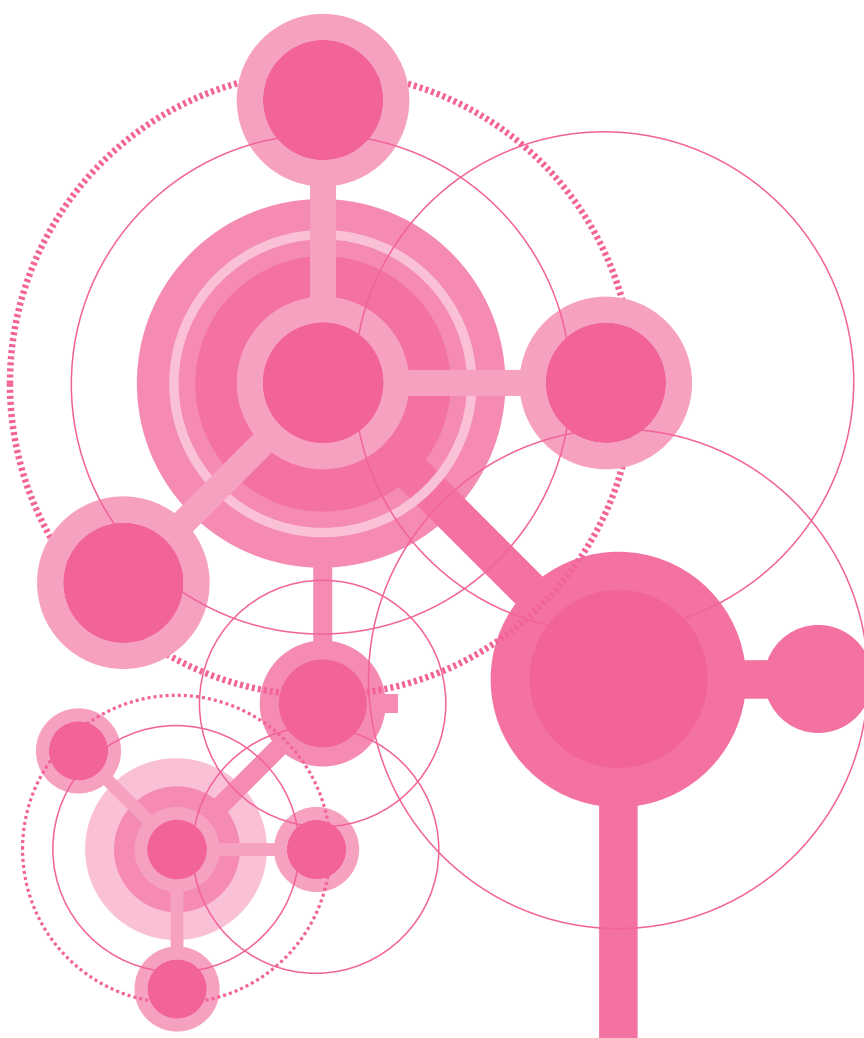
organicom

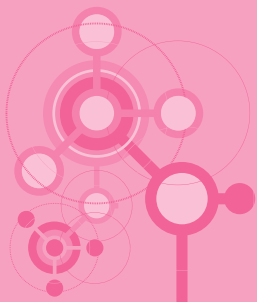
ISSN 2238-2593

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS • ANO 22 • NÚMERO 48 • MAIO / AGOSTO 2025

DOSSIÊ 48

Comunicação, Emergência climática e Amazônia





INSTITUCIONAL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

REITOR

Carlos Gilberto Carlotti Junior

VICE-REITORA

Maria Arminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES – ECA

DIRETORA

Maria Clotilde Perez Rodrigues

VICE-DIRETOR

Mario Rodrigues Videira Junior

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - PPGCOM

COORDENADORA

Profa. Dra. Mônica Isabel Lucas

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO - CRP

CHEFE

Paulo Roberto Nassar

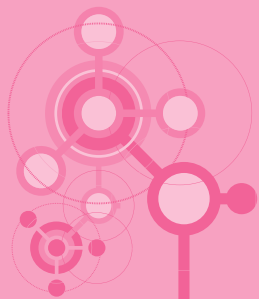
VICE-CHEFE

Luiz Alberto de Farias

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU GESTÃO ESTRATÉGICA EM
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS – GESTCORP

COORDENADORA

Valéria de Siqueira Castro Lopes



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Comunicação emergência climática e Amazônia: um desafio interdisciplinar e cosmopolítico 12

THAÍS BRIANEZI

ISRAEL DE JESUS ROCHA

ALINE FERREIRA LIRA

DOSSIÊ

Discursos sobre as (in)justiças climáticas na Amazônia em reportagens da COP-30 na Sumaúma 18

CLÁUDIA HERTES DE MORAES

ELOISA BELING LOOSE

Estúdio-Floresta como estratégia educacional de denúncia e anúncio popular na Amazônia rondoniense 31

EVELYN MORALES

Revisão sistemática sobre comunicação e sustentabilidade financeira em Organizações Não Governamentais: contribuições e lacunas na literatura recente 45

DANIELLE PASSOS DE JESUS SANTOS

JOSÉ ALBERTO CARVALHO DOS SANTOS CLARO

Conectividade, comunicação e clima na Amazônia: contextos local, regional e global 60

RACHEL TRAJBER

JOSÉ ANTONIO MARENGO ORSINI

REGINA CELIA DOS SANTOS ALVALÁ

RITA MARCIA DA SILVA PINTO VIEIRA

Campos científico e jornalístico na construção dos desastres climáticos como um problema público 76

MÁRCIA FRANZ AMARAL

Petróleo na foz do Amazonas: enquadramentos sociais, econômicos e ambientais na pauta da mídia 88

JULIANA DE OLIVEIRA VICENTINI

Jornalismo socioambiental em meio às disputas narrativas e resistências ecoterritoriais, uma proposta conceitual 103

PEDRO HENRYQUE PAES LOUREIRO DE BRAGANÇA

LAIZA MANGAS

ROSANE STEINBRENNER

Justiça climática na Amazônia: uma análise da comunicação do Instituto Socioambiental às vésperas da COP30 116

LUCIANA MIRANDA COSTA

PEDRO MARTINS

ANDRÉ WOLMER DE MELO

A cacofonia como estratégia de desinformação e desmobilização sobre mudanças climáticas 133

DANIEL REIS SILVA

Práticas de memória entre margens: gestos fotográficos de ocupação no território ribeirinho amazônico 148

LUCIDALVA COSTA DE FREITAS

VICTOR AUGUSTO CAVALEIRO CORRÊA

MARINA PICAZZIO PEREZ BATISTA

PAULO ROBERTO NASSAR DE OLIVEIRA

ENTREVISTA

Amazônia em risco climático e outras questões de urgência. Entrevista com Carlos Nobre. 163

MYRIAN REGINA DEL VECCHIO-LIMA

VANESSA WITZKI COLATUSSO

DEPOIMENTO

Crise climática, muita informação e pouca ação: como a Linguagem Simples pode contribuir 170

HELOÍSA FISCHER

RESENHA

O futuro do presente nas relações públicas: tendências, linguagens e tecnologias 180

ANA ELIZABETH LIMA VASCONCELOS

ESPAÇO ABERTO

Explorar la comunicación organizacional en América Latina desde las trayectorias de las personas académicas 186

GRISelda GUILLÉN OJEDA

LUIS AGUILAR RAMIREZ

CONSUELO VASQUEZ

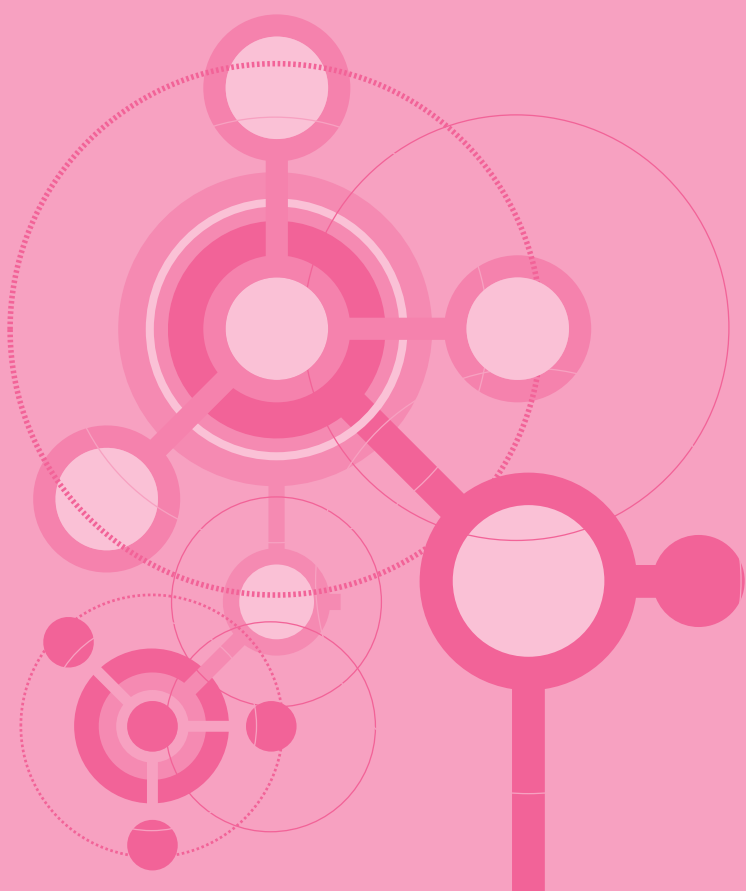
APRESENTAÇÃO

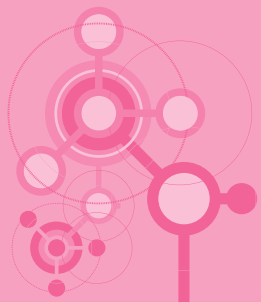
Comunicação emergência climática e Amazônia: um desafio interdisciplinar e cosmopolítico

Este dossiê 48 da *Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, que tem como tema “Comunicação, emergência climática e Amazônia”, foi organizado a partir do reconhecimento de que a questão ambiental é central em qualquer debate sobre a sociedade contemporânea e indissociável do sistema midiático. Ele trata de temáticas diversas e complexas, perpassadas pelo desafio de comunicar fatos e valores em diferentes contextos, enfrentando assim as chamadas pós-verdade e pós-política (Latour, 2020). Este novo cenário exige um diálogo ampliado, cosmopolítico (Stengers, 2023), que articule conhecimentos científicos de múltiplos campos disciplinares, saberes tradicionais e questões éticas, buscando construir o comum a partir não da totalidade universalista e prescritiva, mas dos pluriversos em convivência (Acosta, 2016).

Por isso, os artigos, a entrevista, o depoimento e a resenha aqui presentes são marcados pelo caráter interdisciplinar e pelo diálogo de saberes que caracterizam a comunicação ambiental. A fotografia do planeta Terra tirada pela NASA nos anos 1960 tornou-se um símbolo da emergência da questão ambiental e uma metáfora-chave das narrativas de sustentabilidade (Hajer, 1995). Mas foi apenas a partir dos anos 1990 que a comunicação ambiental se constituiu como campo de práticas e estudos (Aguiar; Cerqueira, 2012), assumindo para si um dever ético diante das múltiplas crises socioambientais que vêm se agravando desde então (Cox, 2007).

É preciso lembrar que há uma relação intrínseca entre o aumento das desigualdades, a desregulamentação e o negacionismo climático (Latour, 2020), e que o enfrentamento dessa tríade perversa se dá no contexto de uma sociedade na qual a informação constitui matéria-prima estratégica e as





tecnologias de informação e comunicação moldam as atividades humanas (mas não as determinam) (Castells, 1999). Por isso, é cada vez mais urgente levarmos a sério o alerta de que precisamos superar tanto as concepções economicistas de desenvolvimento quanto a visão instrumental da comunicação (Brianezi; Gattás, 2022).

Ao olhar para a Amazônia, este dossiê também nos convida a ampliar horizontes e a desconstruir narrativas simplistas que historicamente transitam entre inferno e paraíso verdes (Gondim, 1994). Nessa luta pela descolonização de territórios e mentes, há muito que se aprender com os povos tradicionais, que nos ensinam que existência e resistência são indissociáveis (Brum, 2021). Esperamos que este dossiê seja mais um esforço de contar outras e múltiplas histórias que ajudem a adiar o fim do mundo (Krenak, 2019), deslocando representações hegemônicas do povo mercadoria (Kopenawa; Albert, 2010).

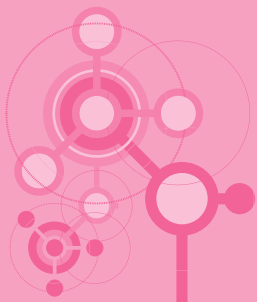
Interdisciplinaridade que também constitui a comunicação organizacional

Organizações de primeiro, segundo e terceiro setores têm-se posicionado discursivamente de forma mais intensa com relação à questão ambiental no Brasil desde a década de 1990. Apesar de a Organização das Nações Unidas patrocinar, desde a década de 1970, conferências e comissões internacionais sobre o tema, foi somente a partir de 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como Rio 92, que as organizações públicas e privadas passaram a se preocupar em prestar contas de suas ações com relação ao tema.

Isso aconteceu porque os debates sobre as questões ambientais tornaram-se mais intensos, uma vez que houve pressão social estimulada pela ampliação da participação de importantes Organizações Não-Governamentais no país, que conseguiram permear vários setores da sociedade. Assim, desde então, a questão ambiental passou a constituir um dos temas determinantes para as organizações e para os profissionais que trabalham com a comunicação organizacional.

Esses profissionais, por sua vez, quando precisam abordar temas relacionados ao meio ambiente, deparam-se com questões que são, necessariamente, interdisciplinares. Afinal, é apenas dessa forma que questões complexas, como as mudanças climáticas, podem ser interpretadas durante o processo de comunicação e de relacionamento com os públicos. É nesse contexto que a interdisciplinaridade constitui necessariamente a comunicação organizacional, uma vez que não é possível enfrentar problemas complexos com o olhar apenas das teorias e das técnicas da área. É necessário entender como profissionais de outras áreas da comunicação e das ciências sociais, de modo geral, compreendem e pesquisam as questões ambientais; são esses olhares que permitirão um processo de relacionamento mais consistente com os públicos. Apenas dessa forma será possível ao profissional de Relações Públicas e de Comunicação Organizacional atuar de forma a enfrentar os desafios climáticos que ora vivenciamos.

Este dossiê, alinhado com as premissas acima, coloca em destaque diversos artigos que apontam para a forma como a comunicação climática se configura a partir de estratégias pautadas pelo agendamento dos desafios e riscos ambientais relacionados à mudança do clima. Não podemos esquecer que os meios de comunicação, ao pautar a questão climática, o fazem a partir de horizontes de interesses organizacionais, que envolvem uma tomada de posição orientada por práticas consideradas verdes, configurando uma agenda do dia, seja no âmbito dos governos locais, seja no das organizações. Essa agenda reflete, de forma diuturna, a necessidade das organizações contemporâneas se posicionarem frente aos desafios climáticos e suas consequências. Muitos desses desafios se apresentam como oportunidade para que as organizações



revelam práticas que não se configurem apenas como *greenwashing*, produzindo efeitos de mitigação e adaptação dos desdobramentos das mudanças climáticas.

Vozes dos pluriversos

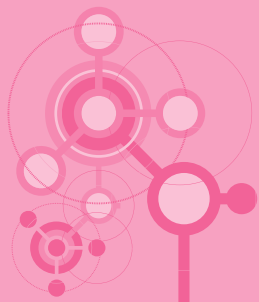
A interdisciplinaridade e a diversidade epistemológica e metodológica que constituem as pesquisas sobre comunicação ambiental, comunicação organizacional e Amazônia manifestam-se nos quinze textos que compõem este número 48 da *Organicom*. Além desta apresentação, são dez artigos do dossiê, uma entrevista, um depoimento, uma resenha e um artigo na seção “Espaço Aberto”.

Três artigos do dossiê tratam dos limites e potencialidades da cobertura jornalística para gerar e qualificar o debate público sobre emergência climática e Amazônia. Em “Os discursos sobre as (in)justiças climáticas na Amazônia em reportagens da COP-30 na Sumaúma”, Cláudia Hertes de Moraes analisa a cobertura realizada em 2023 pela disruptiva agência de notícias criada por Eliane Brum em Altamira (PA), que busca trazer a região amazônica para o centro da pauta e dos processos de geração de notícias. Em “Petróleo na foz do Amazonas: enquadramentos sociais”, Juliana de Oliveira Vicentini identifica e avalia os enquadramentos das matérias publicadas pelo jornal *Folha de São Paulo* entre janeiro de 2023 e março de 2025. E, em “Jornalismo socioambiental em meio às disputas narrativas e resistências ecoterritoriais”, Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança, Laiza Mangas e Rosane Steinbrenner apresentam os resultados da revisão crítica de teses de doutorado sobre jornalismo ambiental defendidas no Brasil entre 2015 e 2023.

A ação comunicativa de movimentos sociais e organizações da sociedade civil é foco de outros três artigos. Evelyn Moraes demonstra, em “Estúdio-Floresta como estratégia educacional de denúncia e anúncio popular na Amazônia rondoniense”, como uma premiada atividade extensionista da Universidade Federal de Rondônia fornece pistas para implementar estratégias dialógicas mais profundas (das pessoas entre si e delas com o ambiente) em contextos comunitários pressionados por conflitos. Danielle Passos e Alberto Claro investigam a produção científica recente sobre a relação entre comunicação organizacional e fortalecimento institucional em “Revisão sistemática sobre comunicação e sustentabilidade financeira em ONGs”. E Rachel Trajber, José Antônio Marengo Orsini, Rita Marcia da Silva Pinto Vieira e Regina Celia dos Santos Alvalá desvelam as interdependências entre as dimensões ambiental, social e digital da conectividade em “Conectividade, comunicação e clima na Amazônia: contextos local, regional e global”.

A necessária e difícil relação entre o jornalismo e a circulação e apropriação pública dos conhecimentos científicos é abordada em dois textos: em um artigo e na seção “Entrevista”. Em “Campos científico e jornalístico na construção dos desastres climáticos como um problema público”, Márcia Franz Amaral investiga como cientistas percebem a cobertura jornalística de desastres climáticos. E em “Amazônia em risco climático e outras questões de urgência”, uma das principais fontes do jornalismo brasileiro e internacional sobre mudanças climáticas e Amazônia, Carlos Nobre conversa com Myriam Del Vecchio sobre a importância e a dificuldade de ampliar o conhecimento e engajamento da população sobre o tema.

A temática do negacionismo e da desinformação climática ganha centralidade em dois artigos do dossiê. Em “Justiça climática na Amazônia: uma análise da comunicação do Instituto Socioambiental às vésperas da COP-30”, Luciana Miranda Costa, André Wolmer de Melo e Pedro Martins partem da comunicação do ISA para articular debates sobre negacionismo científico e conflitos ambientais na Amazônia. E, em “A cacofonia como estratégia de desinformação sobre mudanças climáticas”, Daniel Reis Silva investiga a campanha de relações públicas do Heartland Institute, *think tank* que lidera os esforços negacionistas globais, iluminando seus processos de produção ativa da ignorância.



O artigo “Práticas de memória entre margens: gestos fotográficos de ocupação no território ribeirinho amazônico” parte da análise de cinco fotografias de comunidades ribeirinhas amazônicas para mostrar como essas imagens podem ser lidas como dispositivos políticos e estéticos de memória, pertencimento e identidade. O texto de Lucidalva Costa de Freitas, Victor Augusto Cavaleiro Corrêa, Marina Picazzio Perez Batista e Paulo Roberto Nassar de Oliveira revelam como as fotografias evidenciam territorialidades e sensibilidades não-hegemônicas, que precisam ser consideradas nas estratégias de enfrentamento e na comunicação da emergência climática.

Já o texto “Crise climática: muita informação, pouca ação. A Linguagem Simples pode contribuir?” traz o depoimento de Heloísa Fischer, principal pesquisadora e ativista brasileira nos estudos e práticas de linguagem simples. A partir da experiência de jogar “Mural do Clima”, do qual ela agora é uma das 700 pessoas no Brasil que atuam como facilitadoras, Fischer vem se debruçando sobre o desafio de descomplicar a comunicação sobre as mudanças climáticas.

Nas seções “Resenha” e “Espaço Aberto”, apesar de não se relacionarem diretamente com a temática do dossiê, encontramos contribuições para aprofundar seu vínculo com a área de Relações Públicas propriamente dita. Na resenha escrita por Vasconcelos, a discussão sobre a atualidade das relações públicas circula em torno de temas que podem mobilizar cenários futuros da área. Conceitos como aceleração (Rosa, 2019) são mobilizados pelo autor da obra resenhada para revelar as dinâmicas atuais da comunicação organizacional, sobretudo a forma volátil como as novas tecnologias e a efemeridade das estratégias organizacionais se manifestam no mundo contemporâneo. Contemplar as práticas comunicacionais contemporâneas, para Vasconcelos, permite entender como as Relações Públicas serão reconfiguradas em cenários futuros.

Para finalizar, podemos complementar a discussão sobre as práticas de Relações Públicas com o artigo de Ojeda *et al.*, no “Espaço Aberto”, no qual os autores discutem a forma como os profissionais da comunicação organizacional se definem enquanto membros participantes da área. Assim, observa-se que a área, segundo os achados da pesquisa apresentada no artigo, revela trajetórias marcadas pela fragmentação dos sentidos, pelas entradas teóricas variadas e pela característica accidental que marca o ingresso no campo da comunicação organizacional.

Thaís Brianezi

Universidade de São Paulo

Aline Ferreira Lira

Universidade Federal do Amazonas

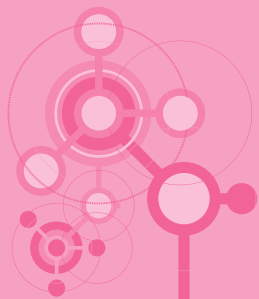
Israel de Jesus Rocha

Universidade Federal do Amazonas

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *O bem viver*. uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2016.

AGUIAR, S.; CERQUEIRA, J. F. Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos. *Revista Comunicação & Inovação*, v. 13, n. 24, p. 11-20, 2012.



BRIANEZI, T.; GATTÁS, C. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 21, n. 41, p. 33-43, 2022.

BRUM, E. *Banzeiro Òkôtô: uma viagem à Amazônia centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CASTELLS M. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Paulo: Paz e Terra, 1999.

COX, R. Nature's 'crisis disciplines': does environmental communication have an ethical duty? *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, v. 1, n. 1, p. 5-20, 2007.

GONDIM, N. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HAJER, M. *The politics of environmental discourse: ecological modernization and the policy process*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

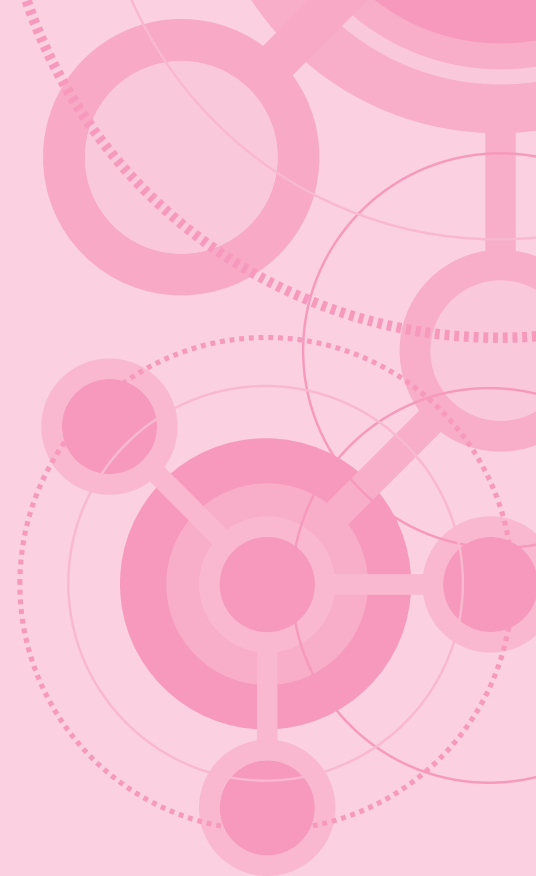
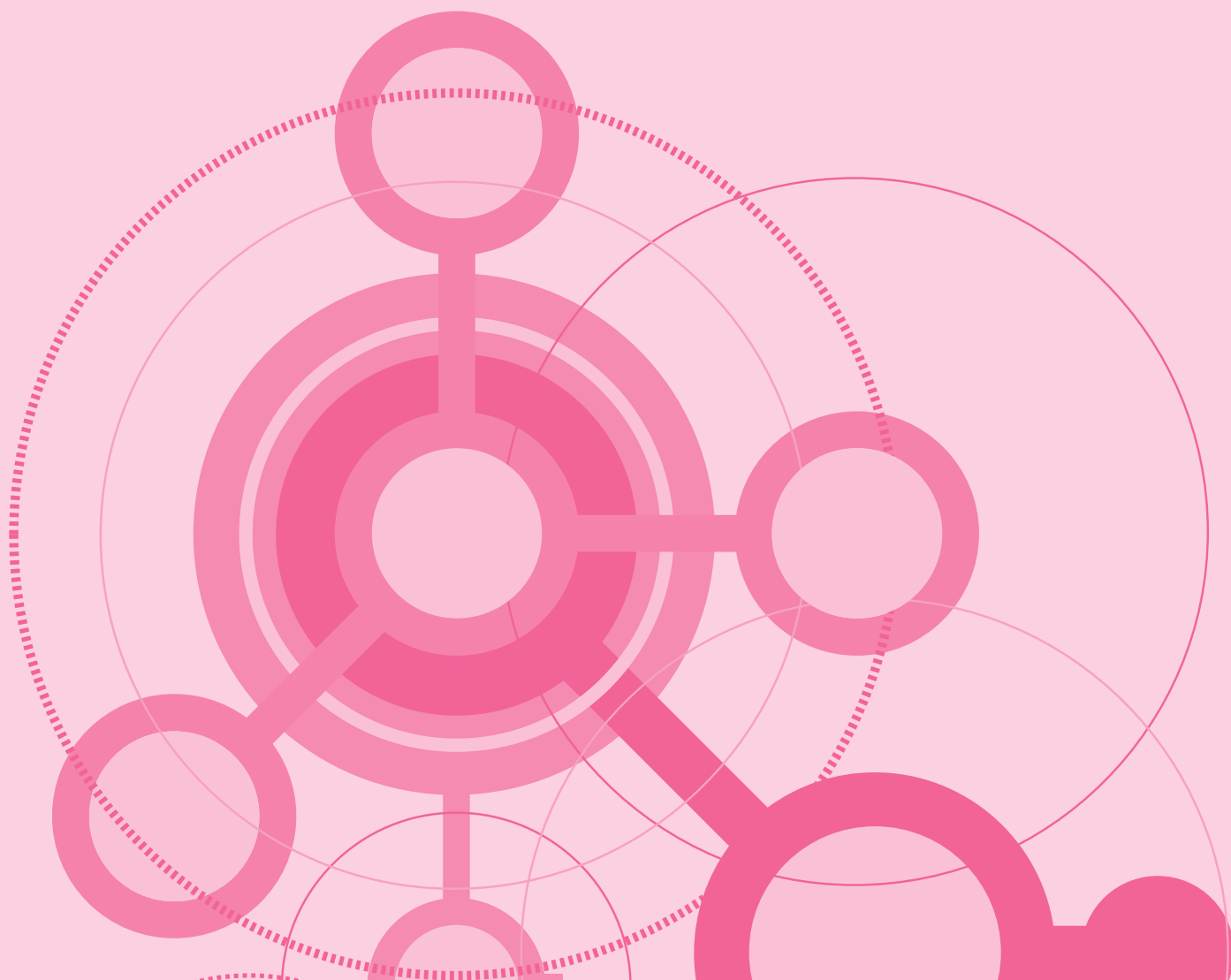
KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um shaman yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

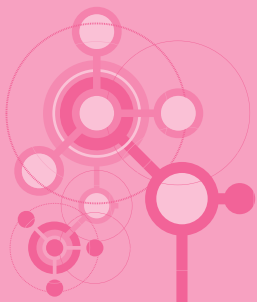
KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, B. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Bazar do Tempo, 2020.

STENGERS, I. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2023.

DOSSIÊ





Discursos sobre as (in)justiças climáticas na Amazônia em reportagens da COP-30 na Sumaúma

Discourses on climate (in)justice in the Amazon reports from COP-30 in Sumaúma

Discursos sobre la (in)justicia climática en la Amazonía en los informes de la COP-30 en Sumaúma



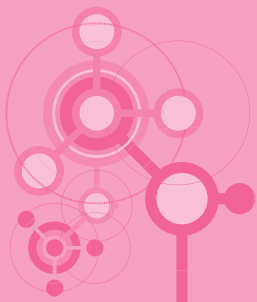
Cláudia Herte de Moraes

- Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Professora de graduação e pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
- E-mail: claudia.moraes@ufsm.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3233-311X>



Eloisa Beling Loose

- Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação da UFRGS
- E-mail: eloisa.loose@ufrgs.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4755-3046>



RESUMO

Partindo do jornalismo ambiental, este texto tem como objetivo discutir a perspectiva da (in)justiça climática a partir de reportagens de *Sumaúma* sobre os preparativos da COP-30, que dão visibilidade à relação entre Amazônia e emergência climática. Metodologicamente, adotamos a Análise do Discurso Pecheutiana. Como resultado, apontamos que a justiça climática atravessa, de diferentes formas, o discurso das reportagens analisadas, demonstrando um avanço em relação ao jornalismo *mainstream*. *Sumaúma* apresenta formações discursivas da justiça transformativa e participatória, revelando uma cobertura contextualizada e plural.

PALABRAS CLAVE: JORNALISMO • ANÁLISE DE DISCURSO • (IN)JUSTIÇA CLIMÁTICA • COP-30 • SUMAÚMA.

ABSTRACT

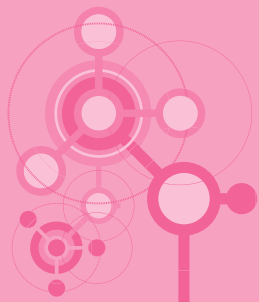
Based on environmental journalism, this text aims to discuss the perspective of climate (in)justice based on reports from *Sumaúma* about the preparations for COP-30, which gives visibility to the relationship between the Amazon and the climate emergency. Methodologically, we adopted Pecheutian Discourse Analysis. As a result, we point out that climate justice permeates the discourse of the analyzed reports in different ways, demonstrating an advance in relation to mainstream journalism. *Sumaúma* presents discursive formations of transformative and participatory justice, revealing contextualized and plural coverage.

KEYWORDS: JOURNALISM • DISCOURSE ANALYSIS • CLIMATE (IN)JUSTICE • COP-30 • SUMAÚMA.

RESUMEN

Basado en el Periodismo Ambiental, este texto pretende discutir la perspectiva de la (in)justicia climática a partir de los informes de *Sumaúma* sobre los preparativos de la COP-30, que dan visibilidad a la relación entre la Amazonía y la emergencia climática. Metodológicamente, adoptamos el Análisis del Discurso Pecheutiano. Como resultado, asumimos que la justicia climática permea diferentes formas de discurso en los reportajes analizados, demostrando un avance en relación al periodismo convencional. *Sumaúma* presenta formaciones discursivas de justicia transformadora y participativa, revelando una cobertura contextualizada y plural.

PALABRAS CLAVE: PERIODISMO • ANÁLISIS DEL DISCURSO • (IN)JUSTICIA CLIMÁTICA • COP-30 • SUMAÚMA.



INTRODUÇÃO

A emergência climática tem pautado a cobertura da imprensa global, especialmente em torno das Conferências das Partes (COPs). A Amazônia, vital para o equilíbrio climático global, torna-se palco da COP-30 sob a retórica da emergência climática, sendo, para alguns, entendida como oportunidade de desenvolvimento. Essa visão, contudo, esconde a contradição entre a Amazônia da biodiversidade e de seus guardiões e a pressão por um desenvolvimento nos moldes hegemônicos, ignorando outros modos de vida, sendo uma região de relevância fundamental no enfrentamento da crise climática (Rodrigues, 2024). Modelos de desenvolvimento impostos desconsideram as cosmovisões indígenas e tradicionais, marginalizadas em espaços de governança global, como as COPs, cujas estruturas podem perpetuar a exclusão e a violência ecológica colonial (Grosse; Mark, 2020).

Apesar do aumento da cobertura ambiental na imprensa brasileira, impulsionado por desastres ou embates políticos, a representação da crise climática ainda se orienta majoritariamente por interesses econômicos e fontes oficiais, afastando-se da perspectiva de “baixo para cima” dos movimentos que lutam por justiça climática. Essa última expressão formalizou-se no Acordo de Paris (2015) e foi reforçada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês [2022]), sublinhando a dívida histórica dos países desenvolvidos e o impacto desproporcional nos mais vulneráveis (Grosse; Mark, 2020). O jornalismo é uma arena-chave para dar visibilidade a essa distribuição desigual de riscos, efeitos e oportunidades climáticas.

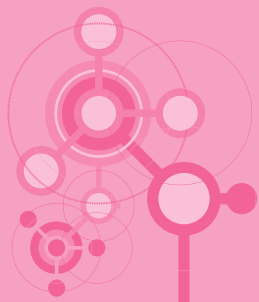
Neste contexto, o trabalho de *Sumaúma*, em homenagem à árvore de mesmo nome, símbolo da floresta, é destaque, embora muitas outras iniciativas jornalísticas na Amazônia já buscassem apresentar outros modos de se relacionar com a natureza (Mendes, 2024). A visibilidade de Brum (2021), cofundadora da iniciativa, ampliou esse debate a partir da Amazônia. *Sumaúma* é uma plataforma de produção jornalística trilingue (publica em português, espanhol e inglês) que trata da região amazônica a partir de sua diversidade e da centralidade da vida, entendida como presente onde está a natureza e não nos mercados¹. Ela dissemina narrativas que dão protagonismo aos comunicadores indígenas e exigem um deslocamento de olhar, um rompimento com o *status quo* colonial.

Calcado nos estudos de jornalismo ambiental (Loose; Girardi, 2017) e na Análise do Discurso (AD) (Pêcheux, 1997), este artigo discute como reportagens de *Sumaúma* sobre os preparativos da COP-30, no ano de 2023, abordam a justiça climática, apresentando suas perspectivas e contribuições. A proposta foi verificar quais seriam os primeiros discursos que se apresentariam sobre Amazônia e emergência climática a partir da expectativa da realização da COP-30, em novembro de 2025.

AS LENTES DECOLONIAIS DO JORNALISMO AMBIENTAL

Ainda que tenha havido incremento da pauta climática nos últimos anos, nem sempre a relação com a floresta amazônica e com os amazônidas se faz presente — assim como o enfoque da justiça climática. A cobertura climática na imprensa

1 Conforme reportagem do IJNET, *Sumaúma* foi lançada em setembro de 2022, em Altamira, no Pará, por Eliane Brum e Jonathan Watts, jornalista britânico e editor de meio ambiente do *The Guardian*. É um veículo colaborativo que busca dar “visibilidade às pessoas que lutam pela preservação da floresta e que colocam suas próprias vidas em risco”. Para saber mais: <https://ijnet.org/pt-br/story/suma%C3%B4Ama-reportagem-criada-no-cora%C3%A7%C3%A3o-da-amaz%C3%B4nia>.



tradicional frequentemente se limita aos efeitos e a um enquadramento econômico, baseada em fontes oficiais e distante da realidade local, especialmente no Sul Global (Takahashi, 2011; Moraes, 2015; Loose, 2020). Interesses político-econômicos promovem narrativas calcadas na racionalidade econômica e em soluções paliativas (como mercado de carbono e respostas tecnológicas), vendo a crise como oportunidade de negócio (Takahashi; Martínez, 2017).

No Brasil, estudos demonstram que os indígenas trazem a crítica ao *status quo* e apontam alternativas compatíveis com o cuidado com a natureza (Moraes *et al.*, 2022). A base é uma visão biocêntrica; contudo o espaço concedido a esses atores ainda é restrito, mesmo em veículos jornalísticos dedicados à cobertura de meio ambiente e não vinculados aos grandes grupos de comunicação (Loose, 2024). Callison (2017) recorda que a narrativa das mudanças climáticas envolve disputas de poder e coloca em xeque a forma de vida que conhecemos. Ao visibilizar as cosmovisões indígenas, é preciso reconhecê-las como um caminho realmente possível — algo historicamente negado pela lógica colonial. No entanto observa-se que alguns aspectos da cobertura jornalística estão em transformação, ainda que de forma gradual e fortemente atrelados a nichos, como em materiais especializados no jornalismo ambiental.

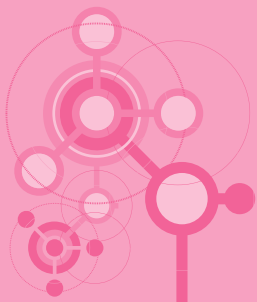
Desde a emergência do jornalismo ambiental brasileiro, sua prática pode ser considerada engajada, opondo-se diretamente às injustiças ambientais (Loose; Belmonte, 2023). Os pressupostos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (Loose; Girardi, 2017), indicam a necessidade de substituir uma racionalidade econômica por outra, ambiental (Leff, 2001), que dê conta da complexidade das relações existentes entre sociedade e natureza e incorpore as lentes do saber ambiental. Além da ênfase na contextualização, inclui-se a necessidade de uma pluralidade de vozes, uma cobertura sistêmica e próxima ao leitor, a responsabilidade com a mudança de comportamento (de uma cultura exploratória para outra que priorize o cuidado) e a qualificação da informação ambiental. Com o avanço dos efeitos climáticos, o princípio da precaução e a compreensão dos riscos também passam a ser considerados nessa prática jornalística.

Essas balizas orientadoras da cobertura ambiental partem da crítica de que há uma ênfase, a partir de certas lógicas e critérios profissionais constituidores do campo, que reforçam a colonialidade, isto é, processos que sustentam as desigualdades em prol de grupos político-econômicos dominantes (Moraes; Fante, 2020). Para Mignolo (2017), a exploração da natureza sempre foi um dos eixos sustentadores da colonialidade, evidenciando por que pautar os conflitos ecológicos significa também questionar as injustiças ambientais.

Já a colonialidade jornalística se manifesta a partir da manutenção de uma estrutura que ainda privilegia certas realidades e compreensões de mundo em detrimento de outras. Conforme Guilbert (2020), o poder político e o poder dos meios de comunicação estão fortemente entrelaçados, sendo suas visões de mundo semelhantes e os conteúdos produzidos por e para aqueles que obtêm algum benefício.

PERSPECTIVAS DE JUSTIÇA CLIMÁTICA

Antes do apelo climático, o debate sobre as injustiças decorrentes da relação homem-natureza já existia a partir da “justiça ambiental”. Essa expressão teve início com um movimento nos Estados Unidos, na década de 1960, contra a contaminação e o racismo ambiental, tratando da distribuição desigual relacionada à degradação da natureza, geralmente concentrada em populações vulnerabilizadas. A justiça ambiental pode ser entendida “como a contrariedade frente à concentração dos benefícios do desenvolvimento para um grupo e a destinação, de forma desproporcional, dos riscos ambientais para outro (pobres e grupos étnicos desprovidos de posses)” (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 15). Logo, ela combate o racismo



ambiental, entendido por Herculano e Pacheco (2006) como as injustiças sociais e ambientais (e aqui destacamos que a nossa perspectiva ambiental abarca questões econômicas, políticas, sociais, culturais e éticas, por partir de uma visão de mundo sistêmica) que recaem de forma desproporcional sobre determinados grupos, não se limitando apenas às ações intencionalmente racistas, mas também àquelas que apresentam impacto racial.

O conceito de justiça climática carrega essa proposta e evidencia a emergência climática, considerada por alguns autores um dos maiores desafios da humanidade neste século (Ereaut; Segnit, 2006). Roosvall e Tegelberg (2015, p. 39) sintetizam a justiça climática, a partir de outros autores, como uma proposta de “[...] visões das mudanças climáticas como uma questão ética, vinculando-as à igualdade global, aos direitos humanos e à responsabilidade histórica”.

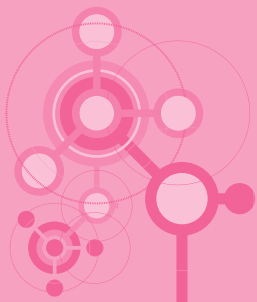
É importante destacar a inter-relação existente entre a crise climática e a violação de direitos humanos, já registrada nos Princípios da Justiça Climática de Bali (International climate justice network, 2002). De acordo com Humphreys (2009), os direitos à vida, saúde, alimento, água, abrigo, trabalho, cultura e segurança, para citar alguns exemplos, já estão ameaçados em razão do agravamento das mudanças climáticas, afetando sobretudo as pessoas e grupos mais vulnerabilizados.

Considerando a amplitude do conceito e seu caráter multifacetado, destacamos duas abordagens complementares para pensar enquadramentos das injustiças derivadas da emergência climática: a trazida por Roosvall e Tegelberg (2015), a partir da teoria da justiça social de Nancy Fraser; e a de Walker (2012), que destaca as dimensões distributiva, participatória e transformativa da justiça climática.

A primeira, baseada em Fraser (2008), aponta que a justiça social possui três aspectos indissociáveis: 1) o redistributivo, orientado para questões econômicas; 2) o do reconhecimento, centrado nas questões culturais; e 3) o da representação, atrelado à participação social. No caso da crise climática, tal perspectiva analítica é relevante porque permite uma leitura transversal do problema. Aqueles que menos têm recursos para realizar a adaptação climática são os que possuem suas visões de mundo negadas ou inferiorizadas, o que gera exclusão também nos espaços de debate público e tomada de decisões. Nesse sentido, Roosvall e Tegelberg (2015), em estudo com ativistas indígenas, demonstram como a falta de reconhecimento das suas formas de se relacionar com a natureza enfraquece ou mesmo inviabiliza a inclusão dos guardiões da floresta na discussão de políticas climáticas.

Já na proposta de Walker (2012), a justiça distributiva está associada à desigualdade de emissões de GEE e seus impactos; a justiça participatória reconhece a falta de poder de influência dos mais afetados nos processos de decisão, empenhando-se para combater tal injustiça; enquanto a justiça transformativa busca dismantelar as estruturas coloniais e capitalistas que são as raízes da crise climática. Nesse último sentido, Joshi (2023, p. 132) traz a justiça epistêmica, que envolve “o empoderamento, o reconhecimento e a validação dos sistemas de conhecimento ou formas de conhecimento indígenas”, destacando que é preciso considerá-la sem a comparação ou enquadramento com o conhecimento ocidental, baseado na ciência. Falamos aqui em valorizar saberes tradicionais e ancestrais que, a partir da colonização, passaram a ser excluídos, silenciados e desvalorizados em prol do conhecimento eurocêntrico, apresentado como universal.

A cobertura tradicional das COPs frequentemente enfatiza a justiça distributiva global (dívida climática) (Girardi *et al.*, 2013), mas raramente aborda a complexidade local ou as vozes marginalizadas (Loose, 2024). A própria estrutura das COPs pode limitar o debate profundo, refletindo os sistemas coloniais-capitalistas na origem da crise (Grosse; Mark, 2020). Essa dinâmica se conecta à colonialidade climática (Law, 2023; Sultana, 2022), que evidencia como o Sul Global sofre desproporcionalmente os impactos gerados principalmente pelo Norte Global, perpetuando desigualdades que também



se manifestam internamente nos países, chamado de colonialismo ambiental/climático (Atilés-Osória, 2013), com elites locais consentindo a exploração em detrimento dos mais vulneráveis. A cobertura acrítica de tais eventos traz o risco de reproduzir essa colonialidade. Portanto, cresce em importância o olhar a partir dos pressupostos do jornalismo ambiental.

METODOLOGIA

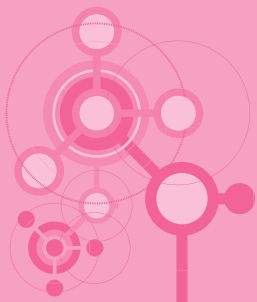
A fim de verificar a incorporação da justiça climática na cobertura da COP-30, buscamos o singular dentre as experiências jornalísticas realizadas no território amazônico. A plataforma *Sumaúma*, criada em 2022, é um exemplo de jornalismo ambiental que abarca outras narrativas e formas de ver a relação sociedade-natureza. Em seu manifesto inaugural, afirma que a “compreensão dos mundos não é compartimentada: entendemos que a crise climática atravessa todos os temas e é assim que deve ser tratada pelo jornalismo”. Com isso, se coloca como um veículo de comunicação integrado ao desafio ambiental, de larga complexidade.

Este estudo filia-se à perspectiva da AD de linha pecheutiana. Essa corrente abriga especialmente as questões relacionadas à ideologia materializada na prática de linguagem. Deste ponto de vista, o discurso é entendido como uma produção de sentido entre interlocutores situados historicamente, afetados por condições de produção específicas (Pêcheux, 1997). Na análise apresentada, utilizamos o conceito de Formação Discursiva (FD): “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (Pêcheux, 1997, p. 160). As condições de produção incluem elementos como o lugar social dos interlocutores, e o contexto e época históricos, atravessados pela ideologia (Orlandi, 2009). Assim, ao analisar as reportagens de *Sumaúma*, buscamos não apenas o que é dito, mas como, por quem e em que circunstâncias esses sentidos são construídos (aplicando-se aqui a noção de FD), revelando as ideologias e as disputas discursivas em torno da emergência climática e da Amazônia.

Para o estudo dos discursos de *Sumaúma*, as FDs foram mobilizadas a partir das dimensões já apresentadas em seção anterior, propostas pelos trabalhos de Walker (2012), Roosvall e Tegelberg (2015) e Joshi (2023). Reunimos aspectos comuns, conforme o Quadro 1, e articulamos seus elementos predominantes com as bases do jornalismo ambiental, tendo em vista que está em análise um veículo declaradamente engajado na defesa da Amazônia.

Quadro 1: Formações discursivas

FD	Dimensão predominante	Aspectos observados
FD1 - Justiça Redistributiva	Econômica	Distribuição das emissões Responsabilidades históricas Responsabilização dos beneficiários das emissões Dívida climática Impactos desiguais (mesmo dentro do mesmo território)



FD	Dimensão predominante	Aspectos observados
FD2 - Justiça Transformativa	Cultural	Epistemologias/cosmovisões Desmantelamento das estruturas coloniais e capitalistas (causas da crise climática) Críticas ao <i>status quo</i> Transformação social (caminhos possíveis)
FD3 - Justiça Participatória	Política	Relações de poder Influência na tomada de decisões Reivindicação por direitos Participação

Fonte: Elaboração própria (2025).

O recorte da análise busca compreender como *Sumaúma* cobriu, em 2023, o anúncio da COP brasileira. No buscador da plataforma do veículo, inserimos a expressão COP-30 e encontramos dois textos no período: “Vale tudo para maquiar Belém para a COP-30?”, publicada em 25 de julho; e “Cúpula da Amazônia: povos-floresta deram demonstração de força para impedir recuo dos governos”, publicada em 24 de agosto.

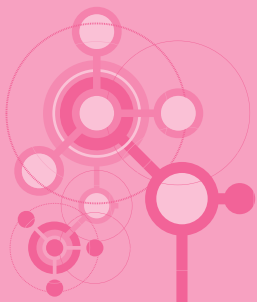
As reportagens identificadas são longas e bem contextualizadas, o que viabilizou a análise proposta a partir de 75 sequências discursivas (SDs)², selecionadas da totalidade dos textos, observando-se os aspectos mais relevantes — entendidos como marcas discursivas — a partir das FDs relacionadas à discussão sobre justiça climática.

ANÁLISE DISCURSIVA DAS REPORTAGENS DE *SUMAÚMA*

Ainda que a dimensão da justiça distributiva, da FD1, seja o principal enfoque da cobertura durante a realização das COPs, privilegiando a governança internacional e trazendo, com certa recorrência, as perspectivas que envolvem as dívidas dos países desenvolvidos com aqueles ainda em desenvolvimento, as reportagens analisadas em *Sumaúma* apresentam uma abordagem local, desde a região amazônica, ampliando a compreensão de justiça climática.

Na primeira reportagem, “Vale tudo para maquiar Belém para a COP-30?”, *Sumaúma* traz, de forma bastante detalhada, a situação da cidade escolhida para sediar a COP-30. Expondo a desigualdade social, bem como problemas ambientais históricos, aponta os interesses políticos e econômicos em jogo, tanto para os governos locais quanto para o presidente Lula, principal articulador junto à ONU para sediar o evento climático. Identifica-se que há um realce em discursos da FD2, evidenciando as estruturas desiguais das populações mais vulnerabilizadas e sinalizando as raízes que sustentam a lógica de desenvolvimento hegemônico. A mineradora Vale, empresa altamente poluidora, é uma das que investe para tornar Belém mais estruturada para receber a COP. Isso demarca a ideologia com efeito de sentido da relação econômica predominante nas negociações climáticas: o enfrentamento da emergência climática é mais uma oportunidade de negócios,

² No marco teórico-metodológico da Análise de Discurso, chama-se de SD o trecho identificado para análise e depois relatado pelo pesquisador (Benetti, 2007).



negando a necessidade de romper com a dependência dos combustíveis fósseis e da expectativa de um consumo ilimitado. Ainda que exista o atravessamento econômico, os discursos se mostram críticos à naturalização das contradições existentes entre o propósito da conferência e aqueles poluidores que irão financiá-la.

A população mais vulnerabilizada de Belém sofre o descaso de ações políticas que tendem a favorecer a elite econômica. Inúmeras SDs apontam as desigualdades ambientais existentes em Belém a partir das estruturas coloniais-capitalistas que ainda sustentam o modelo de desenvolvimento hegemônico, inclusive denunciando as estruturas ligadas à emissão de GEE, que financiam as COPs. A reportagem pontua aspectos atrelados às causas que estão por trás da emergência climática, como a exploração de minérios, criticando o financiamento pela mineradora Vale, “responsável por dois dos maiores desastres ecológicos da história do Brasil, [que] financia obras para tornar a capital do estado de Helder Barbalho ‘sustentável’” (Taketa, 2023). Em outra SD, aponta que a empresa “representa tudo o que o planeta precisa superar para controlar o aquecimento global e que estará em debate no maior evento do clima” (Taketa, 2023).

Tal ênfase não significa que o debate macro, da justiça distributiva, desapareça, mas ele é trazido na articulação com outras dimensões de justiça climática, como na SD que declara seus objetivos:

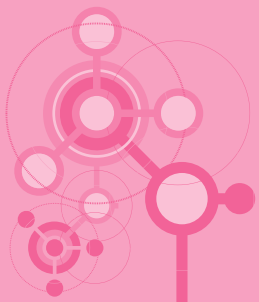
Nesta reportagem, *SUMAÚMA* mostra cenas e conflitos de uma parte de Belém que, na prática, está totalmente afastada do debate sobre as intervenções na paisagem urbana e social que a Cúpula do Clima poderá gerar. No entanto, essas populações são e serão as mais impactadas pela crise climática – as pessoas mais pobres e moradoras de áreas periféricas (Taketa, 2023).

Esta sequência discursiva, para além de sublinhar que os impactos são desiguais mesmo dentro de uma única cidade (FD1), mostra que os moradores não estão sendo envolvidos nas alterações propostas na cidade para o recebimento do evento, sinalizando a ausência de justiça participatória (FD3). Considera-se, portanto, o efeito de sentido ideológico da disputa de poder, com a reivindicação de direitos, ou seja, são os “de baixo” que buscam soluções e, principalmente, a participação.

Como traz várias fontes que experienciam as dificuldades de viver em Belém, a FD2 revela-se como uma oportunidade de apresentar outras visões sobre a cidade-sede, expondo como este é um local marcado pela exploração colonial em suas diversas formas, como na voz das famílias Warao: “[...] relatam, com base no próprio testemunho de vulnerabilidade e sofrimento, a experiência do êxodo provocado por grandes projetos agrominerais na Pan-Amazônia”. (Taketa, 2023).

A SD acima evidencia que os projetos de desenvolvimento econômico da região têm gerado expulsão das populações de seus modos de vida e dificuldades de adaptação em uma capital que subjuga o outro pela aparência, pelo modo de falar e agir, enfim, pelo modo de ser — práticas colonialistas que reverberam em diferentes escalas a fim de sustentar os privilégios de uma minoria. A reportagem visibiliza uma Belém desigual, que terá melhorias em razão de uma cúpula internacional (com foco nos futuros visitantes) e não na população local.

Nesse sentido, a justiça redistributiva (FD1) aparece por meio dos impactos econômicos desiguais dentro da mesma cidade, um reflexo do colonialismo interno. Já a FD3, relacionada à justiça participatória, está presente principalmente quando há denúncia da ausência de escuta dos governos às reivindicações daqueles que vivem os desafios da cidade de Belém. Enfatiza-se a representação política envolvida no âmbito nacional e internacional por meio dos agentes políticos, que tendem a se beneficiar com a adesão à causa climática.



A segunda reportagem, “Cúpula da Amazônia: povos-floresta deram demonstração de força para impedir recuo dos governos”, trata de um evento político orientado para a construção de políticas públicas visando à proteção da floresta. Inicialmente, a previsão era de 500 participantes, mas houve mais de 27 mil pessoas credenciadas entre os dias 4 e 6 de agosto de 2023. Além da participação de chefes de Estado do Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela, houve intensa mobilização da sociedade civil, sobretudo de povos indígenas.

A FD mais mobilizada, como esperado pelo tema abordado, é a da justiça participatória, e ganha contornos críticos quando *Sumaúma* apresenta diferentes níveis de participação: de organizações da comunidade, ONGs, sociedade civil, políticos e governantes, em escalas diferenciadas. Ainda que haja participação, o peso dos atores envolvidos difere. A sociedade civil, sobretudo os povos indígenas, segue tendo menos poder de influência e de decisão do que atores econômicos, por exemplo. No trecho “[...] eles chegavam ali depois de um hiato de 14 anos sem encontros oficiais desse tipo e no contexto de uma floresta muito perto do ponto de não retorno” (Antunes, 2023), é possível verificar a importância dos poderes políticos, tanto que somente com a volta de Lula ao poder, em 2023, houve sinalização para a busca de soluções regionais, mesmo que o consenso ainda não fosse completo entre os chefes de Estado.

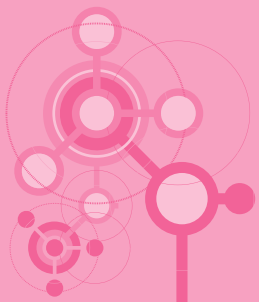
A relação entre os entes federativos e as esferas políticas está evidenciada nas movimentações de bastidores trazidas pela reportagem. Após sinalização do governo brasileiro para que as populações locais fossem ouvidas, foi criada uma comissão com “representantes de ministérios e de organizações sociais, incluindo povos indígenas e trabalhadores rurais sem terra, além do Grupo de Trabalho Amazônico, que reúne cerca de 600 associações da região” (Antunes, 2023).

O resultado da Cúpula, anunciado pelos governos participantes, signatários da Declaração de Belém, foi preparado com antecedência “sem participação direta da sociedade”. No entanto, como resultado positivo para os movimentos sociais, foi aprovada uma carta exigindo a não exploração de petróleo na região e um “plano de transição energética justa, popular e inclusivo, com reparação para os povos e territórios afetados”. As organizações indígenas, por sua vez, pediram “zonas de exclusão da exploração de petróleo”, como Yasuní e a foz do rio Amazonas (Antunes, 2023).

O discurso sobre as potencialidades da participação nas definições dos caminhos relativos às questões indígenas e amazônicas no debate climático demonstra que as outras dimensões — econômica e cultural — estão bastante interligadas. Ao mesmo tempo em que se organiza a participação nos fóruns e debates em termos de justiça participatória, os ativistas seguem denunciando o sistema responsável pelas injustiças climáticas, apresentando-se, dessa forma, uma formação discursiva de justiça transformativa.

Alguns trechos da reportagem trazem a voz dos injustiçados, especialmente de povos indígenas e dos mais pobres da sociedade. São apelos para que sejam incluídos na transição necessária. Há discursos fortes que mostram a impossibilidade de enfrentamento dos desafios climáticos sem uma ação que considere a necessária transformação profunda, como este: “olhem para nós e digam se conseguem dormir sabendo que estão nos matando”, disse Concita Guaxipiguara Sompré, professora indígena em Bom Jesus do Tocantins, no Pará, e administradora da Associação Gavião Kyikatêjê (Antunes, 2023).

Os modos de vida estão ameaçados; a cultura e os espaços dos territórios habitados há milhares de anos na Amazônia já sofrem as consequências. Os habitantes sentem o impacto das injustiças em seu cotidiano, como na questão da alimentação: “a indústria da alimentação pressiona para padronizar a dieta. Precisamos de uma produção e distribuição que leve em conta as diferenças, combata a monocultura e o uso de agrotóxicos” (Antunes, 2023).



As disputas de sentido sobre os caminhos para a justiça climática passam, portanto, pelo entendimento de que existem várias dimensões da justiça climática, bem como diferentes escalas de participação. Há um elemento decolonial no debate da justiça transformativa, que inclui a denúncia das mazelas, bem como a necessidade de agir em outra direção, de acordo com o pescador Manoel: “ou a gente transforma o jeito de usar os recursos naturais, perde essa ganância desesperada da moeda, ou vamos ficar numa situação em que talvez até a gente não consiga sobreviver” (Antunes, 2023).

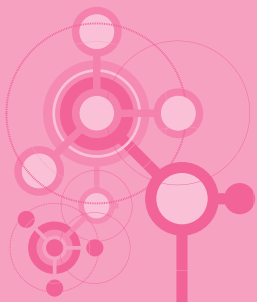
Após a análise das duas reportagens, é possível perceber que as bases do Jornalismo Ambiental (Loose; Girardi, 2017) reforçam aspectos do debate sobre as injustiças climáticas, destacando a multidimensionalidade da expressão (Walker, 2012). Enquanto se enfatiza a produção de reportagens que interconectam causas e consequências, desnaturalizando as práticas que sustentam o modelo de desenvolvimento vigente, busca-se, ao mesmo tempo, dar espaço aos discursos dos afetados, daqueles que mais sofrem com os impactos da crise climática. Visibilizar outros modos de se relacionar com o meio ambiente e compreender outras lógicas de desenvolvimento é uma das formas de o jornalismo contribuir com a justiça epistêmica ou de reconhecimento, que promove também a pluralidade e dá condições para o fortalecimento de uma justiça participatória. Essas dimensões (Rooswall; Tegelberg, 2015), que sempre estão inter-relacionadas, constituem ponto de partida para uma justiça transformativa, que considere uma outra cultura, um modo de ver mais alinhado com a sustentabilidade da vida.

A cobertura de *Sumaúma* sobre a COP-30 destaca as FDs da justiça transformativa e participatória, revelando que há um compromisso da plataforma com pressupostos para uma cobertura complexa e voltada à pluralidade de vozes, aos contextos locais e globais, contextualizando causas e consequências. Também foi possível visualizar a abordagem decolonial, que visa desconstruir percepções sobre a relação entre homem e natureza, especialmente quanto à ideologia do uso de recursos naturais priorizando o progresso a qualquer custo, gerando injustiças ambientais. Entende-se que o objeto desta análise já internaliza os pressupostos do jornalismo ambiental e, conseqüentemente, as lentes da justiça ambiental/climática, sendo o esforço deste estudo desdobrar as ênfases construídas nos discursos sobre a COP-30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

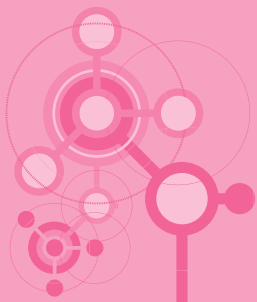
A preservação da Amazônia é o centro das mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Neste texto, discutiu-se a justiça climática a partir da cobertura da COP-30, realizada por uma plataforma sediada na região e que luta pela floresta em pé e pelos povos da floresta. Considerando os achados da análise discursiva em *Sumaúma*, este estudo demonstra o potencial do jornalismo ambiental com lente decolonial em ampliar a compreensão da justiça climática. Essa ênfase, evidenciada ao dar voz aos injustiçados e expor as estruturas coloniais-capitalistas que causam a crise, revela a multidimensionalidade da injustiça climática desde a realidade amazônica. O jornalismo, em todas as suas formas, deve estar atento para não reproduzir de forma acrítica os discursos que sustentam a colonialidade climática. Ao contrário, a emergência climática exige uma resposta que rompa com as estruturas e lógicas que acarretaram a crise atual; privilegiar as cosmovisões não coloniais (não exploratórias) pode permitir alternativas até então silenciadas.

Fazer ecoar as demandas locais e ouvir as populações que têm relação direta com a floresta é importante para diversificar as visões sobre a crise climática e pensar em alternativas para o futuro. A Amazônia e seus povos só poderão ser incluídos nos discursos da solução caso a multidimensionalidade da justiça climática não seja apagada dos discursos ou reduzida a um contexto macro, no qual a disputa de sentidos entre nós e eles sirva de justificativa para manter tudo como está.



REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. N. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ANTUNES, C. Cúpula da Amazônia: povos-floresta deram demonstração de força para impedir recuo dos governos. *Sumaúma*, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/cupula-da-amazonia-povos-floresta-deram-demonstracao-de-forca-para-impedir-recuo-dos-governos/>. Acesso em: 11 out. 2025.
- ATILES-OSÓRIA, J. M. Colonialismo ambiental, criminalización y resistencias: las movilizaciones puertorriqueñas por la justicia ambiental en el siglo XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 100, p.131-152, 2013.
- BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. *Metodologias de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRUM, E. *Banheiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia, centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CALLISON, C. *Climate change communication and indigenous publics*. Oxford: Oxford Research Encyclopedia of Climate Science, 2017.
- EREAUT, G.; SEGNET, N. *Warm words: How are we telling the climate story and can we tell it better?* London: Institute for Public Policy Research, 2006. Disponível em: <https://www.ippr.org/articles/warm-words-how-are-we-telling-the-climate-story-and-can-we-tell-it-better>. Acesso em: 05 set. 2025.
- FRASER, N. *Scales of Justice: reimagining political space in a globalizing world*. New York: Columbia University Press, 2008.
- GIRARDI, I. M. T.; MORAES, C.; LOOSE, E. B.; NEULS, G.; MASSIERER, C.; CAMANA, A.; GERTZ, L. O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, UOL e Terra. *Líbero*, v. 16, p. 71-80, 2013. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2014/01/6-O-olhar-do-jornalismo-sobre-a-Economia-Verde.pdf>. Acesso em: 05 set. 2025.
- GROSSE, C; MARK, B. A colonized COP: Indigenous exclusion and youth climate justice activism at the United Nations climate change negotiations. *Journal of Human Rights and the Environment*, United Kingdom, v. 11, n.3, p. 146-170, 2020.
- GUILBERT, T. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas, SP: EdUnicamp, 2020.
- HERCULANO, S.; PACHECO, T. *Racismo Ambiental: I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2006.



HUMPHREYS, S. *Human rights and climate change*. New York: Cambridge University Press, 2009.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE: sixth assessment report. *Climate change: impacts, adaptation and vulnerability*. Geneva: IPCC, 2022.

JOSHI, S. Climate justice: taking back the commons. In: BAKER, Z.; LAW, T.; VARDY, M.; ZEHR, S. (ed.). *Climate, Science and Society: a primer*. New York: Routledge, 2023.

LAW, T. Climate Justice: Introduction. In: BAKER, Z.; LAW, T.; VARDY, M.; ZEHR, S. (Eds.). *Climate, Science and Society: a primer*. New York: Routledge, 2023. p. 127-134.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LOOSE, E. B. *Jornalismos e crise climática: um estudo desde o sul global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade*. Florianópolis: Insular, 2024.

LOOSE, E. B. *Jornalismo e riscos climáticos: percepções e entendimentos de jornalistas, fontes e leitores*. Curitiba: EdUFPR, 2020.

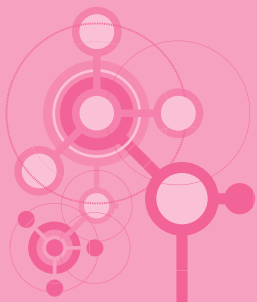
LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. O jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. *Interin* (UTP), Curitiba, v. 22, n. 2, p. 154-172, 2017.

LOOSE, E. B.; BELMONTE, R. V. Activism in Environmental Journalism: how four key moments have helped shape an engagement practice in Brazil. *Brazilian Journalism Research*, v. 19, n. 3, e1594, 2023. DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1594. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1594>. Acesso em: 10 set. 2024.

MENDES, F. M. Quase isolados na luta pela vida: jornalismo e representações sobre o Acre no site Amazônia Real. *Revista Internacional Interdisciplinar*, Palmas, v. 21, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/103217/58062>. Acesso em: 10 set. 2024.

MORAES, C. H. *Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+ 20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital*. 2015. 206 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MORAES, C. H.; FANTE, E. M. Jornalismo e invisibilidade do conflito ambiental no caso da CMPC Celulose riograndense. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, v. 13, p. 110-129, 2020. DOI: 10.51206/e-legis.v13i31.529. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/529>. Acesso em: 10 set. 2024.



MORAES, C. H.; KOLLING, P.; MASSIERER, C. Midiativismo indígena no Brasil em favor dos direitos e do clima. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INVESTIGADORES DA COMUNICAÇÃO (ALAIC), 16., 2022, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: ALAIC, 2022.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. DOI: 10.17666/329402/2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

INTERNATIONAL CLIMATE JUSTICE NETWORK. *The Bali Principles of Climate Justice*. [S. l.]: International Climate Justice Network, 2002. Disponível em: <http://www.ejnet.org/ej/bali.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

RODRIGUES, J. C. A Amazônia sob novas encruzilhadas? Uma reflexão crítica sobre as novas colonialidades face à emergência climática. *Papers do NAEA*, Belém, v. 1, n. 1, 2024. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i1.17759.

ROOSVALL, A.; TEGELBERG, M. Media and the Geographies of Climate Justice: Indigenous Peoples, Nature and the Geopolitics of Climate Change. *TripleC*, Áustria, v. 13, n. 1, p. 39-54, 2015. DOI: 10.31269/triplec.v13i1.654. Disponível em: <https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/654>. Acesso em: 11 out. 2025.

SULTANA, F. The unbearable heaviness of climate coloniality. *Political Geography*, v. 99, 2022. DOI: 10.1016/j.polgeo.2022.102638. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S096262982200052X>. Acesso em: 11 out. 2025.

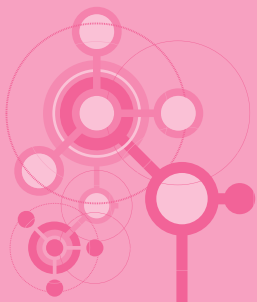
TAKAHASHI, B. Framing and sources: A study of mass media coverage of climate change in Peru during the V ALCUE. *Public Understanding of Science*, v. 20, n. 4, p. 543–557, 2011. DOI: 10.1177/0963662509356502. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21936267/>. Acesso em: 11 out. 2025.

TAKAHASHI, B.; MARTÍNEZ, A. *Climate Change Communication in Peru*. Oxford: Oxford Research Encyclopedia of Climate Science, 2017.

TAKETA, B. Vale tudo para maquear Belém para a COP-30? *Sumaúma*, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/vale-tudo-para-maquiar-belem-para-a-cop-30/>. Acesso em: 11 out. 2025.

WALKER, G. *Environmental justice: concepts, evidence and politics*. London: Routledge, 2012.

Artigo recebido em 28/05/2025 e aprovado em 22/09/2025.



Estúdio-Floresta como estratégia educ comunicativa de denúncia e anúncio popular na Amazônia rondoniense

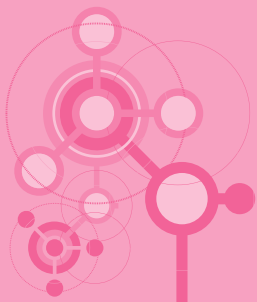
Estúdio-Floresta as an Educommunicative Strategy for Popular
Denunciation and Announcement in the Rondônia Amazon

Estúdio-Floresta como estrategia educ comunicativa de denuncia y
anuncio popular en la Amazonía rondoniense



Evelyn Morales

- Jornalista
- Professora adjunta do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Rondônia (Unir), *campus* José Ribeiro Filho
- E-mail: evelyn.morales@unir.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4315-6465>



RESUMO

Relatamos, neste trabalho, as relações e expressões da atividade Estúdio-Floresta, realizada no projeto Jornada Regional de Educomunicação, entre os meses de maio de 2024 e janeiro de 2025, em regiões de conflitos socioambientais de Rondônia. A experiência, mediada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania da Universidade Federal de Rondônia, teve como resultado a produção coletiva de nove podcasts sonoros, com anúncios e denúncias feitos por quem vivencia as realidades da luta pela terra, pela água e pelas florestas em pé.

PALAVRAS-CHAVE: AMAZÔNIA • RONDÔNIA • COMUNIDADES • POVOS • PODCAST.

ABSTRACT

This paper reports on the relationships and expressions of the Estúdio-Floresta (Forest-Studio) activity, carried out within the “Jornada Regional de Educomunicação” (Regional Journey of Educommunication) project, between May 2024 and January 2025, in regions of socio-environmental conflict in Rondônia. The experience, mediated by the Radio, Education, and Citizenship Research and Extension Group of the Federal University of Rondônia, resulted in the collective production of nine audio podcasts with announcements and denunciations by those who live the realities of the struggle for land, water, and standing forests.

KEYWORDS: AMAZON • RONDÔNIA • COMMUNITIES • PEOPLE • PODCAST.

RESUMEN

Este trabajo relata las relaciones y expresiones de la actividad Estúdio-Floresta, realizada en el marco del proyecto “Jornada Regional de Educomunicação”, entre los meses de mayo de 2024 y enero de 2025, en regiones de conflictos socioambientales de Rondônia. La experiencia, mediada por el Grupo de Investigación y Extensión Radio Educación Ciudadanía, de la Universidade Federal de Rondônia, tuvo como resultado la producción colectiva de nueve pódcast sonoros con anuncios y denuncias por parte de quienes vivencian las realidades de la lucha por la tierra, el agua y los bosques en pie.

PALABRAS CLAVE: AMAZONÍA • RONDÔNIA • COMUNIDADES • GENTE • PÓDCAST.

INTRODUÇÃO

Relatamos, neste trabalho, a atividade denominada Estúdio-Floresta, presente no percurso do projeto *Jornada Regional de Educomunicação: somos as vozes da terra, água e florestas*, organizado pelo Coletivo de Jovens dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia, com apoio da Comissão Pastoral da Terra Regional Rondônia e do Grupo de Pesquisa e Extensão Rádio Educação Cidadania (REC), vinculado à Universidade Federal de Rondônia (Unir). Nosso objetivo é demonstrar como foi desenvolvida a ação, com abordagem educ comunicativa, na perspectiva da comunicação dialógica e do modo de relações e expressões dos sujeitos participantes.

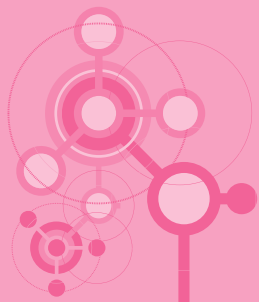
A ação foi realizada entre os meses de maio de 2024 e janeiro de 2025, em três territórios (Figura 1): Reserva Extrativista Castanheira e Piquiá, em Machadinho do Oeste; Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Guajará-Mirim; e Aldeia Aperoí, do povo indígena Puruborá, em Seringueiras — regiões marcadas por conflitos socioambientais em Rondônia, entre eles desmatamento e queimadas, extração ilegal de madeira e contaminação da natureza pela deriva de agrotóxicos resultantes da expansão da monocultura da soja no estado (Silva, 2015).

Figura 1: Localização dos territórios no estado de Rondônia



Fonte: Guia Geográfico (2025).

Na Jornada, financiada pelo Fundo Casa Socioambiental, participaram cerca de 60 jovens de diferentes idades, em sua maioria entre 16 e 22 anos, residentes nas Reservas Extrativistas Rio Ouro Preto, Castanheira, Piquiá e Rio Cantuário; comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira; quilombolas do Forte Príncipe da Beira, Santo Antônio, Pedras Negras, Santa Fé de Jesus; dos povos indígenas Kujubim, Guaraswue, Mura, Puruborá e Migueleno; viventes de povos de terreiros, de territórios da agricultura familiar e também residentes da zona urbana de Porto Velho, capital de Rondônia. O objetivo da Jornada foi articular a reivindicação coletiva de políticas públicas e denunciar violações de direitos humanos, defender a demarcação dos territórios indígenas, a titulação dos territórios quilombolas e a preservação dos modos de vida e práticas culturais tradicionais, estimulando o protagonismo das juventudes na produção de conteúdo informativo com o uso das tecnologias e ferramentas de comunicação popular. Assim, buscou-se ampliar a discussão sobre a comunicação como um



direito humano assegurado, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, combatendo a desinformação e a criminalização dos coletivos e movimentos sociais, povos originários e comunidades tradicionais.

O Grupo REC participou da Jornada como parceiro na construção coletiva de um projeto de comunicação comunitária e alternativa, por meio da abordagem educ comunicativa (Soares, 2011; 2018), com atividades que foram além da produção comunicativa coletiva, adotando o afeto como combustível orgânico. A cada visita aos territórios, as relações com as comunidades e as expressões de sentimentos e sentidos revelaram a urgência e a importância da comunicação dialógica (Freire, 2006a) e do sentido de comunidade do afeto (Paiva, 2012), como lugar de múltiplas formas de trocas de mensagens, de conexões entre os sujeitos e no modo de fazer e pensar a comunicação em e pela coletividade, com um objetivo nítido: estar todas e todos pela Casa Comum. Por isso, escolhemos a educ comunicação, para que os ecossistemas comunicativos das comunidades e povos fossem fortalecidos em uma lógica distinta da atividade informativa tradicional, com um ideal de relações que se constroem a favor do diálogo social, considerando também as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias (Soares, 2011), o que vai ao encontro dos objetivos da Jornada Regional de Educ comunicação.

Expomos, neste texto, a estratégia do Grupo REC nas comunidades, alicerçada na perspectiva de que somos sujeitos fazedores da nossa própria história e de que podemos anunciá-la, por meio da comunicação, como forma de materializar nossas relações com o mundo e com os outros. Para isso, nosso relato de experiência encontra amparo nos escritos de Paulo Freire (1971, 1997a, 2006a, 2006b), Jesús Martín-Barbero (2014; 2021) e Ismar Oliveira Soares (2011; 2018), relacionando-os aos dados empíricos referentes à ação denominada Estúdio-Floresta, que culminou na produção e divulgação de nove podcasts sonoros dos sujeitos participantes da Jornada.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PAISAGENS VISITADAS

Falamos da Amazônia rondoniense, na porção sul-ocidental do bioma, que abriga 1.581.196 habitantes (IBGE, 2022), residentes em 52 municípios, em uma região com forte apelo ao agronegócio, na proximidade de territórios da agricultura familiar, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, em meio a conflitos pela expansão dos latifúndios (Silva; Michalski, 2020).

As comunidades por onde a Jornada Regional de Educ comunicação passou revelam fortes traços da exploração e da opressão colonizadora. Em parte desses territórios, estão sujeitos que vivem a cultura do silêncio, marcados pela passividade interiorizada no oprimido pelo opressor, que moldou sua consciência (Martín-Barbero, 2014).

Machadinho do Oeste, com 30.707 habitantes (IBGE, 2022), foi o município da primeira visita (Figura 2). O local apresenta crescente número de ocorrências de extração ilegal de madeira, sendo parte dessa exploração realizada em Reservas Extrativistas, como Castanheira e Piquiá, que somam 8.129 hectares de exploração madeireira (ImaFlora, 2023).

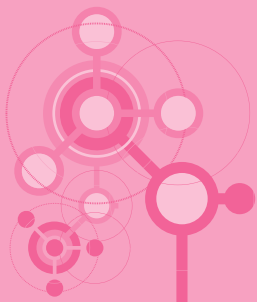


Figura 2: Conhecendo a Castanheira, Resex Castanheira, Machadinho do Oeste, Rondônia



Fonte: Grupo REC (2024).

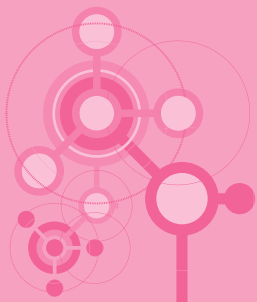
A segunda comunidade visitada (Figura 3) está localizada na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Guajará-Mirim, município com 39.387 habitantes (IBGE, 2022). O território, com 204.583 hectares, é considerado o maior bloco de área protegida do estado de Rondônia e sofre com desmatamentos e queimadas ilegais para a expansão de pastagens destinadas à criação de gado (Pontes; Farias; Do Val, 2022). Na região, permanecemos na Comunidade do Pompeu, base estratégica para pesquisa e socialização com as pessoas residentes, com apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Figura 3: Atividades de educomunicação socioambiental, Resex do Rio Ouro Preto, Guajará-Mirim, Rondônia



Fonte: Grupo REC (2024).

O último local visitado foi a Aldeia Aperoí (Figura 4), do povo indígena Puruborá, localizada no município de Seringueiras, com 11.177 habitantes (IBGE, 2022). O local é alvo constante da deriva de agrotóxicos, lançados na época das chuvas do inverno amazônico nas lavouras de soja da região. Os impactos sofridos vão desde a mortandade de peixes até a contaminação das lavouras da agricultura familiar, além de danos causados à saúde da comunidade local (Silva, 2024). Os



Puruborá, junto com os povos da BR-319, Migueleno e Kujubim, também mantêm sua luta pela reivindicação da demarcação de seu território há mais de 23 anos, sem respostas do Estado.

Figura 4: Atividades de integração, Aldeia Aperoi, Seringueiras, Rondônia



Fonte: Grupo REC (2024).

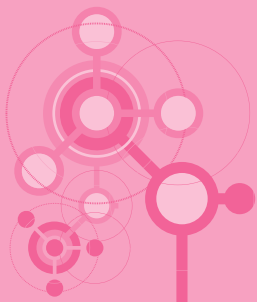
Fizemo-nos presentes em uma jornada de abertura à escuta ativa, ao (re)conhecimento dos locais e de seus seres vivos, e à troca genuína de diálogos em favor da preservação dos territórios e dos saberes locais. Imergimos em cada comunidade, com atividades alternadas envolvendo arte e interculturalidade, por meio da educomunicação, em forma de desenhos, fotografias e sons.

Nestes locais, abraçamos o invisível, escutamos as águas, nadamos na névoa, sussurramos com os ventos e aprendemos com a castanheira a transver o mundo, com olhos, memória e imaginação inspiradas no saber ancestral. Assumimos esse “transver” (Barros, 2000), apreendendo que a comunicação existente naquelas paisagens também é refletida nos olhares que percebem o mundo considerando o que já existiu, o que existe e o que existirá a partir do que podemos transformar em coletividade. Ou seja, vemos com os olhos, revemos com a memória e podemos transver com a imaginação, com a lupa de uma transformação para além do que a realidade nos impõe como pessoa sozinha à mercê das determinantes do capitalismo (Antunes, 2013), porque não estamos sozinhos e não somos seres isolados no mundo (Freire, 2006a).

Nosso “transver” remete à esperança de um *quefazer* que constrói, que movimenta e segue adiante em comunhão: é esperar (Freire, 1997a), que não apenas espera, mas anuncia e denuncia, com a compreensão de que a palavra utópica deve ser dita na luta, também no campo das narrativas, na batalha cultural, nas relações sociais, na comunicação e na ação contra as injustiças.

ESTRATÉGIAS DO ESTÚDIO-FLORESTA DA AMAZÔNIA RONDONIENSE

Na Amazônia rondoniense, as lutas pela terra, pela água e pelas florestas são por direitos negados — são das pessoas invisibilizadas por projetos de expansão do capital. A luta é por uma cidadania em ação, no contexto do consumo e das globalizações, que abrange também a cultura, com suas práticas sociais que dão sentido de pertencimento aos sujeitos e que compreendem o ser cidadão para além do contexto do direito à igualdade, mas também às diferenças, num movimento de reconfiguração das práticas e demandas sociais (Canclini, 2005).



Nas visitas aos territórios, que se transformaram em potentes espaços de inter-relações de afeto e coexistências, confirmamos o sentido de uma natureza como fenômeno não linear, assim como nos ensinam as sabedoras e os sabedores das comunidades tradicionais, os povos originários, as extrativistas e os extrativistas, as juventudes da terra, das águas e das florestas, as quilombolas, as camponesas e os camponeses, a partir da vida que há na terra, no céu, nos ventos e na chuva. E, como nos explica Capra (1996), em não linearidade. Isto é, sem uma receita pronta para o diálogo.

Nesses espaços, o contexto da comunicação e das elaborações de conteúdo não atende a normas — nem mesmo às que se rendem à expansão do capital —, pois, naqueles territórios, há vidas simples e complexas, relações e expressões históricas não lineares. É necessário fruir e fluir com e por quem está nessas paisagens, no tempo desses seres viventes, na cadência de como aquele espaço flutua ou paira para prosseguir sua realimentação e possível repetição.

Este é um espaço em que os sujeitos estão com o mundo e com os outros (Freire, 2006b), para que a ação dos oprimidos, em sua relação com todas e todos, transforme a realidade e construa uma outra história, a partir da reflexão desses mesmos oprimidos. É neste mundo, nessas determinantes de opressão, que está o lugar para a transformação.

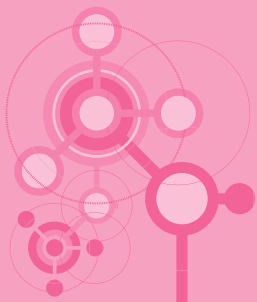
Pedimos permissão a quem lá vive e protege seus territórios e ousamos, coletivamente, fazer desses lugares o espaço de eco dos anúncios e denúncias (Freire, 1997b) populares. Somado à amplificação da voz pelo microfone, estava o canto do urutau; aliado ao gravador digital, estava a memória sonora diante do momento em que o grosso tronco caiu no rio; no lugar da música pronta, escolhemos o vento e seus assobios. Sem profissionais em busca da pergunta sagaz, sem estranhas e oportunistas narrativas sobre o lugar, sem limites ou *deadline* para se expressar. Estava pronto o nosso Estúdio-Floresta.

Esta foi a estratégia final de uma Jornada cheia de vidas, histórias, cores, traços e estradas percorridas durante oito meses de relações e expressões para cidadanear. As relações, como forma de apreender que o outro e a outra são parte do nosso fazer histórico, pois

a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termo de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que se cria, recria, decide, vão se conformando as épocas históricas. E também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (Freire, 1971, p. 43).

E, nesses atos, nessas criações e recriações, confirmam-se as relações para além de nós mesmos, transcendendo e nos projetando na outra e no outro, reconhecendo nossas diferenças e alianças, e partindo para as expressões apreendidas como ato de reverberação dessas relações — expondo as ideias, trocando experiências, manifestando nossas críticas e tornando pública a relação de fruição na coletividade. É uma relação que estimula a palavra a gerar outras palavras, outros sentidos, a partir do modo como apreendemos o que está para além de nossas expectativas, tornando-as operações expressivas (Martín-Barbero, 2014).

Na soma das relações com as expressões, entendemos que o direito e a justiça encontram, na cidadania em movimento, a sua forma de materialização. É o cidadanear, como verbo revolucionário, que corre em direção à coletividade, com o “com” de comunidade, de estar por algo para além de nós mesmos. É uma dinâmica que envolve o ato inclusivo do ser, pois



Não se cidadaneia, ou cidadania para, o, a, de. A intransitividade lhe cabe bem: eu cidadaneio, nós cidadaneamos, isto é, fincamos os pés no espaço dignificado pela vida. Nesse aspecto verbal, os pronomes pessoais adquirem um lugar que lhes pertence e o morfema/fonema se realiza como totalidade, de algum modo próximo à asserção: eu sou cidadão, eu sou cidadã. [...] Ao se pensar em um suposto verbo derivado de cidadania, ocorre a não transitividade habitual, embora aberta para um ato inclusivo. É possível cidadanear com [...] (Alves, 2021, p. 44).

Neste sentido, são consideradas as vivências e experiências dos sujeitos — e entre eles — nas práticas comunicativas, pois essas fazem parte do fazer comunicativo e do movimento da cidadania (Conde; Melo, 2023); uma cidadania sem linearidade, com o objetivo de existir, ser e estar posta como palavra anunciada e como elemento que nos faz viver, respirar e reverberar, no infinitivo importante para trilhar o caminho junto, com e em coletividade.

Em nossa ação, o Estúdio-Floresta se materializou em um espaço que tem como teto o céu, misturado às copas das árvores, que também se transformam em móveis para isolamento acústico, os rios como corredores e o canto dos seres vivos das matas como trilha musical dos anúncios e denúncias dos sujeitos participantes da atividade sonora.

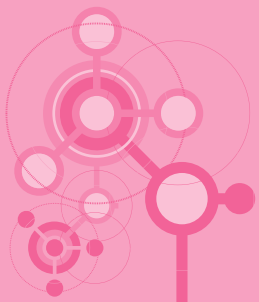
A abordagem para essa trilha comunicativa se deu por meio da educomunicação, com a proposta de fazer com que os sujeitos das comunidades se sentissem mais do que colaboradores na construção de uma pauta, mas produtores, fazedores das peças comunicacionais com anúncios e denúncias (Freire, 1997b) sobre suas lutas e territórios, na compreensão de que somos sujeitos pensantes que pensamos com a co-participação de outros sujeitos, num “pensamos” (Freire, 2006a, p. 66).

ESTRATÉGIAS PARA CIDADANEAR ¹ NO ESTÚDIO-FLORESTA

Ao partir da premissa de que a comunicação deve ser acessada e acessível para todas e todos, o Grupo REC, a convite do Coletivo de Jovens dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia, propôs atividades de (re)conhecimento dos territórios por meio de três formatos: fotografia do ambiente, que consistia na captura de imagens das paisagens, pessoas e demais seres vivos com os quais nos relacionávamos no decorrer das visitas guiadas nos territórios; elaboração de desenhos, pinturas e/ou colagens manuais em cartolina, para que as expressões sobre o que se via e (re)conhecia nas visitas pudessem ganhar forma visual, isto é, a materialização do que se expressava na oralidade para visualização no papel; e, por fim, a produção de uma entrevista sonora — podcast — como forma de materializar o diálogo entre os sujeitos participantes, com informações sobre seus territórios, suas angústias, dúvidas, anseios, denúncias e expressões culturais.

Ao analisar essa ação, recordamos Kaplún (1985) e seu método Cassete-Fórum, que consistia em gravar falas de uma determinada comunidade em fitas K7 e levá-las a outros grupos, como forma de compartilhar o que acontecia em cada local. Um exercício de democratização do acesso à informação que, hoje, é realizado, em certa medida, pelas redes sociais, tendo, no caso da Jornada em questão, a compreensão de que essa forma democrática de comunicação deve começar e terminar no diálogo participativo do pequeno grupo local. Foi assim que tentamos realizar a atividade que, depois de realizada, ganhou espaço no mundo digital.

1 Nossa cidadania em ação, de Alves (2021) – explicação da autora.



Era final de janeiro de 2025. Por três dias, estivemos na Aldeia Aperoí, território indígena Puruborá, o povo das onças. Participaram 60 pessoas da fase final da *Jornada Regional de Educomunicação: somos as vozes da terra, água e florestas*, com o objetivo de reverberar a síntese das demandas de diferentes comunidades ali representadas. Relações de textura dialógica que colocam o “eu [que] só se torna real na reciprocidade da interlocução [...]”, isto é, no diálogo que se tece na abertura ao outro e descobre “na trama de nosso próprio ser a presença dos laços sociais que nos sustentam” (Martín-Barbero, 2014, p. 33).

O Estúdio-Floresta foi montado nessa lógica dialógica, embaixo de grandes e frondosas árvores, para uma relação do outro com o outro e destes com a natureza. Equipado com a maquinaria de captura de som do Grupo REC e do Laboratório Multimídia Didático-Pedagógico, do Núcleo de Ciências Humanas da Unir: dez notebooks, dois microfones condensadores articulados e dez grupos engajados no *quefazer* educomunicativo sonoro naquele espaço.

No período anterior àquela comunicação dialógica mediatizada, houve uma oficina de facilitação de roteiro para entrevista. Essa atividade foi importante para que as pessoas participantes apreendessem o sentido da lógica de um diálogo possível (Medina, 2008) e, assim, organizassem suas ideias acerca das pautas a serem materializadas por meio da oralidade, que lança na palavra a sua consciência que vem da ação — da palavra que “desenha a utopia que as mãos constroem” (Martín-Barbero, 2014, p. 20).

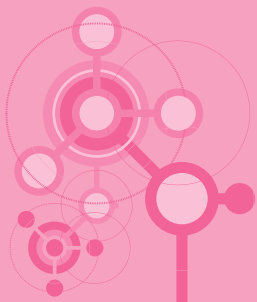
A oficina básica de introdução sobre o contexto do roteiro estimulou esses sujeitos a refletir e se organizar para, depois, próximos de seus territórios, ocuparem espaços também na mídia tradicional e, assim, conseguir reverberar anúncios e denúncias não apenas em suas redes sociais, em “suas bolhas”, mas também para outros públicos, quando houvesse oportunidade, ocupando espaços e ultrapassando brechas e frestas da comunicação hegemônica. Infere-se que compreender a dinâmica da pauta e da sistematização de informações, perguntas e gravações auxilia no processo de luta nas trincheiras dessa comunicação alternativa, entendendo os meios de comunicação como meios de produção, que consideram variações históricas, forças produtivas e relações sociais (Williams, 2011).

Em uma grande roda de diálogos (Figura 5), as pessoas participantes expressaram suas pautas, ora com denúncias sobre a exploração da natureza e dos sujeitos, ora com anúncios sobre as formas de combate e enfrentamento às mazelas da expansão do capitalismo, com engajamento coletivo.

Figura 5: Rodas de diálogos para construção dos produtos sonoros, Aldeia Aperoí, Seringueiras, Rondônia



Fonte: Grupo REC (2025).



A definição dos temas foi feita a partir da afinidade entre as pessoas participantes da grande roda de diálogo. Por exemplo: quando a pauta mencionada foi sobre a demarcação dos territórios indígenas, os sujeitos interessados e que vivenciam essa realidade se juntaram para discutir o que fariam na produção sonora, sendo apontadas denúncias sobre a invasão dos territórios e a demora na demarcação das terras indígenas dos povos Puruborá, Migueleno e Kujubim, na região da BR-319, próximo a Seringueiras, interior de Rondônia.

Outro tema levantado na roda foi sobre a concessão da hidrovia do Rio Madeira, assunto que reuniu um grupo de pessoas ribeirinhas que construíram um roteiro sobre os impactos negativos desse empreendimento às margens das comunidades de Calama, Bom Será, Aliança, São Carlos e demais povoados no Baixo e Médio Madeira. Alguns participantes da grande roda eram praticantes de capoeira e decidiram se reunir para a elaboração de uma entrevista sonora sobre os benefícios da capoterapia para os mais idosos, já que o mestre presente na *Jornada Regional de Educomunicação* realizava esse tipo de atividade em seu território de origem, no Vale do Anari (RO).

Em outra pauta, sobre povos de terreiro, jovens de uma comunidade praticante de religiões de matrizes africanas abordaram o tema da discriminação religiosa, construindo um roteiro descontraído e didático.

Com a definição dos temas, foram organizadas as gravações, realizadas em grupos, com pessoas produtoras, roteiristas e duplas de diálogo, em uma conversa com trocas de informações sobre as pautas discutidas previamente. Essa construção demonstrou a forma de comunicação dialógica entre as pessoas participantes, com a prática do pensar junto, considerando que o que afeta uma pessoa acaba afetando a outra também. A construção da narrativa se tornou, portanto, um elemento de luta conjunta, coletiva, não apenas de quem expressa sua denúncia, mas também de quem ouve, reconhece, acolhe e soma na reverberação — no eco da voz popular na produção sonora. É o uso da linguagem como forma de expressão que ultrapassa a lógica da função do discurso, mas que faz existir a significação daquela luta.

As gravações se deram em dois dias (Figura 6), período em que os sujeitos comunicantes, ao se sentirem à vontade, aproximavam-se do Estúdio-Floresta e recebiam informações técnicas sobre o procedimento da oralidade mediatizada, sempre realizado de forma coletiva, com apoio de integrantes do Grupo REC. As gravações sonoras foram feitas com o uso do *software* Audacity que, depois de editadas e com inserção de trilhas musicais produzidas na própria Jornada pelas juventudes, foram publicadas nas redes sociais e em plataformas de áudio: @rec.unir (Instagram); Canal REC Unir (Youtube), na *playlist* podcast 321 REC; e no perfil 321 REC (Spotify).

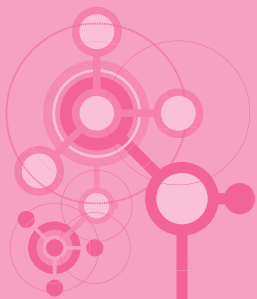


Figura 6: Gravações no Estúdio-Floresta, Aldeia Aperoí, Seringueiras, Rondônia



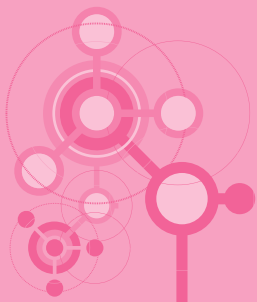
Fonte: Grupo REC (2025).

Das gravações surgiram diálogos mediatizados, transformados em nove episódios temáticos da série intitulada *Jornada de Educomunicação* (Figura 7), sendo eles sobre: povos de terreiro, demarcação dos territórios indígenas, defensores dos territórios, trabalho escravo, contaminação por agrotóxicos, trabalho nas reservas extrativistas, concessão da hidrovía do Rio Madeira, capoterapia e educação tecnológica no Baixo Madeira. Os temas dialogam com a preocupação desses povos e comunidades sobre como a natureza, os direitos e a dignidade socioambiental estão sendo atacados pelo Estado, anunciando e denunciando esse grito por meio de suas vozes coletivas.

Figura 7: Capas dos episódios da série Jornada de Educomunicação



Fonte: Grupo REC.



Os episódios revelam um diálogo orgânico, com falas referentes ao cotidiano de enfrentamentos desses sujeitos diante das dificuldades e da falta de materialização dos direitos em seus territórios, como a ausência de políticas públicas para a arte e preservação da cultura dos sujeitos das comunidades, apoio à saúde nos territórios, a demora na demarcação das terras indígenas e a exploração de recursos naturais das unidades de conservação sem fiscalização do poder público.

São narrativas de suas vivências cotidianas que revelam as relações e expressões dos sujeitos com as realidades que querem transformar, como, por exemplo, o fim da discriminação das pessoas ligadas às religiões de matriz africana; o pedido de consideração dos povos ribeirinhos quando o Estado decide sobre processos de implantação de empreendimentos fluviais que afetam diretamente suas vidas, economia e cultura; expressões dos povos indígenas sobre como se sentem relegados pelo poder público, sem qualquer resposta acerca da demarcação de suas terras e da proteção dos territórios e florestas; e expressões das vivências dos sujeitos ameaçados por jagunços, especialmente quando denunciam e lutam pelo fim do uso e abuso dos agrotóxicos em terras próximas das comunidades de agricultura familiar e agroecologia, que sofrem com a deriva do veneno despejado por aviões monomotores e por grandes máquinas pulverizadoras terrestres, conhecidas como “besourões”.

Essas são realidades modificadas pela lógica da expansão de um sistema que desconsidera os saberes anteriores e populares, em nome de um desenvolvimento que silencia, a favor de uma prática de incomunicação (Martín-Barbero, 2014), que aniquila o sujeito.

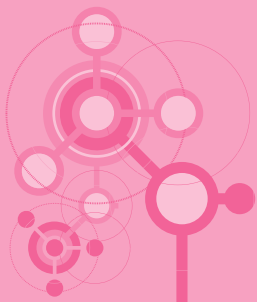
CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

O Estúdio-Floresta foi uma atividade que priorizou a comunicação dialógica e o modo de relações e expressões dos sujeitos participantes da *Jornada Regional de Educomunicação*, considerando a abordagem educ comunicativa como facilitadora do fortalecimento do ecossistema comunicativo (Soares, 2011) nos territórios visitados.

Não se trata de uma ação imposta para a transformação, mas de uma opção coletiva pelo uso da palavra, como elemento de reverberação de anúncios e denúncias (Freire, 1997b) dos sujeitos em constante luta por seus territórios. Trata-se de uma luta desigual, em que a comunicação se revela como instrumento necessário para que as narrativas sejam ecoadas pelas vozes de quem vive, movimenta e constrói suas próprias histórias.

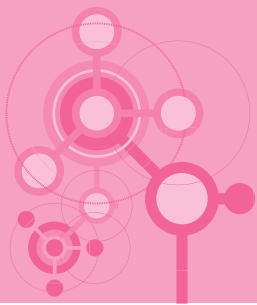
Além de todo o processo de vivência e coexistência nas visitas aos territórios, as produções sonoras resultantes da Jornada evidenciam a urgência de estarmos constantemente envolvidos no trabalho em comunidade, em coletividade, com o objetivo de combater a cultura do silenciamento e de estimular a expressão perene dos sujeitos, considerando as tecnologias de comunicação e informação como instrumentos de reprodução em favor da Casa Comum, e não o contrário, como acontece com a indústria da desinformação e da incomunicação (Martín-Barbero, 2014).

Desejamos que as produções sonoras alcancem os ouvidos de quem contribui para a promoção da transformação e, assim, some forças para um cidadanear revolucionário e concreto para as comunidades e povos da Amazônia rondoniense, no lançamento da palavra geradora como constante ativadora de novos sentidos para reinventar o presente e construir o futuro.



REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. Cidadanear: uma gramática revolucionária. In: SILVA, D. T. et al. (org.). *Comunicação para cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva*. 1 ed. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021. p. 43-76.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. Coimbra: CES/Almedina, 2013.
- BARROS, M. As lições de R. Q. In: BARROS, M. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005.
- CAPRA, F. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CONDE, E. I. L. M.; MELO, A. A. C. 3, 2, 1 REC: estudo e produção coletiva de comunicação sonora para a cidadania. In: SOARES, I. O. (org.). *Educomunicação e educação midiática nas práticas sociais e tecnológicas pelos direitos humanos e direitos da terra*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação, 2023.
- EXPLORAÇÃO madeireira não autorizada em Rondônia em 2022 teve aumento significativo em relação a 2021. *ImaFlora*, 2023. Disponível em: <https://imaflora.org/noticias/exploracao-madeireira-nao-autorizada-em-rondonia-em-2022-teve-aumento-significativo-em-relacao-a-2021>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- FREIRE, P. *A pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.
- FREIRE, P. *Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho*. Brasília, DF: Senado Federal, 1997b. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/fc8a7ad8-c695-4fd4-9a99-cbe111805a75>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006a.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Rondônia: panorama*. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- KAPLÚN, M. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.



MARTÍN-BARBERO, J. *A comunicação na educação*. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 8. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

MEDINA, C. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2008.

PAIVA, R. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. *MATRIZES*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/48050>. Acesso em 4 jun. 2025.

PONTES, F.; FARIAS, E.; DO VAL, K. Rondônia devastada. *Unidades de conservação no Brasil*, 2022. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/216166>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, C. H. Denúncia: sofrendo ameaças na luta pelo território, povo indígena Puruborá exige providências diante da pulverização aérea de agrotóxicos. *CPT Nacional*, 2024. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2024/01/19/denuncia-agrotoxicos-rondonia/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SILVA, R. G. C. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio: o exemplo de Rondônia. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, Paris, v. 23, p. 1-30, 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/9949>. Acesso em: 4 jun. 2025.

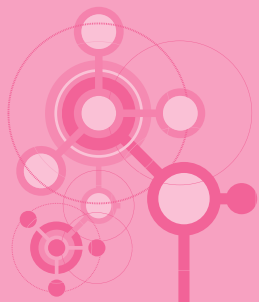
SILVA, R. G. C.; MICHALSKI, A. A caminho do Norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia ocidental). *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, Paris, n. 45, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/28017#tocto2n1>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOARES, I. O. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 7-24, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v23i1p7-24. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SOARES, I. O. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: EdUnesp, 2011.

Artigo recebido em 06/06/2025 e aprovado em 22/09/2025.



Revisão sistemática sobre comunicação e sustentabilidade financeira em Organizações Não Governamentais: contribuições e lacunas na literatura recente

Systematic review on communication and financial sustainability in Non-Governmental Organizations: contributions and gaps in recent literature

Revisión sistemática sobre comunicación y sostenibilidad financiera en organizaciones no gubernamentales: contribuciones y vacíos en la literatura reciente



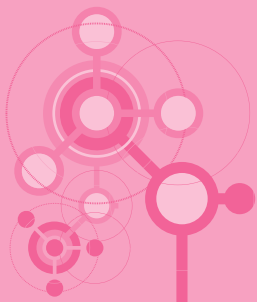
Danielle Passos de Jesus Santos

- Mestre em Ciências e Tecnologia do Mar pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
- Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade Católica de Santos (UniSantos)
- E-mail: danielle.passos@unifesp.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1213-7701>



José Alberto Carvalho dos Santos Claro

- Pós-doutor em Comunicação (ECA-USP)
- Doutor em Comunicação Social e mestre em Administração (UMESP)
- Professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar da UNIFESP
- E-mail: alberto.claro@unifesp.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1319-2382>



RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura, com base no protocolo Prisma, para analisar a contribuição das estratégias de comunicação para a sustentabilidade financeira de ONGs. A partir de sete estudos (2020–2024), identificam-se três eixos centrais: mídias digitais na captação de recursos, transparência como fundamento da legitimidade institucional e segmentação comunicacional por stakeholders. Evidencia-se que a comunicação estratégica constitui um elemento crucial para o fortalecimento organizacional e a perenidade financeira no terceiro setor.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO • SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA • ONGS • TERCEIRO SETOR • CAPTAÇÃO DE RECURSOS.

ABSTRACT

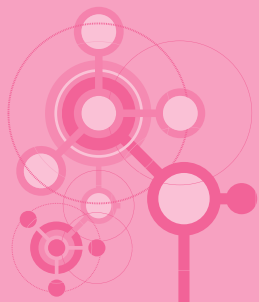
This article presents a systematic literature review, based on the Prisma protocol, to analyze how communication strategies contribute to the financial sustainability of NGOs. Drawing on seven studies (2020–2024), three core themes emerge: digital media for fundraising, transparency as a foundation of institutional legitimacy, and stakeholder-based communication segmentation. Strategic communication is identified as a key element for organizational strengthening and financial sustainability in the nonprofit sector.

KEYWORDS: COMMUNICATION • FINANCIAL SUSTAINABILITY • NGOS • NONPROFIT ORGANIZATIONS • FUNDRAISING.

RESUMEN

Este artículo presenta una revisión sistemática de la literatura, basada en el protocolo Prisma, para analizar cómo las estrategias de comunicación contribuyen a la sostenibilidad financiera de las ONG. A partir de siete estudios (2020–2024), se identifican tres ejes centrales: medios digitales para la captación de fondos, transparencia como base de la legitimidad institucional y segmentación comunicacional según los grupos de interés. La comunicación estratégica se revela como un elemento clave para el fortalecimiento organizacional y la sostenibilidad financiera en el tercer sector.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN • SOSTENIBILIDAD FINANCIERA • ONG • TERCER SECTOR • CAPTACIÓN DE FONDOS.



INTRODUÇÃO

A sustentabilidade financeira é um desafio central para as organizações do Terceiro Setor, que atuam em prol do interesse público e da transformação social. No Brasil, há mais de 815 mil organizações desse segmento (IPEA, 2025), o que destaca sua relevância socioeconômica. Diferentemente das empresas privadas, as ONGs dependem de doações, parcerias e captação de recursos para se manterem ativas.

No contexto brasileiro, a partir do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), consolidou-se a preferência pelo termo “Organizações da Sociedade Civil” (OSCs) em vez de “Organizações Não Governamentais” (ONGs), reforçando o reconhecimento afirmativo dessas entidades como atores centrais da sociedade civil (Brasil, 2014).

Embora o MROSC recomende a adoção do termo “Organizações da Sociedade Civil” (OSCs), este artigo utiliza majoritariamente a expressão “Organizações Não Governamentais” (ONGs) no título, nas palavras-chave e na análise, por ser ainda a nomenclatura mais difundida na literatura científica e nos mecanismos de busca acadêmicos. No corpo do texto, ambas as expressões podem ser empregadas de forma intercambiável, conforme o contexto e as fontes citadas.

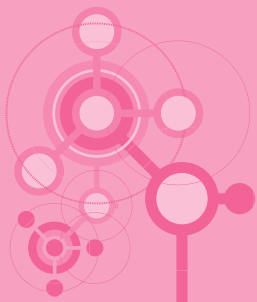
Nesse cenário, a comunicação estratégica surge como ferramenta essencial para fortalecer a imagem institucional, mobilizar apoio e construir confiança junto aos *stakeholders*. Embora a literatura reconheça seu papel, faltam estudos que sistematizem estratégias comunicacionais eficazes para a sustentabilidade financeira dessas organizações.

Este artigo visa identificar e analisar, por meio de uma revisão sistemática, as estratégias de comunicação que as ONGs adotam para assegurar sua sustentabilidade financeira. Os objetivos específicos incluem mapear práticas comunicacionais, identificar desafios e oportunidades e apontar lacunas para pesquisas futuras. A investigação responde à pergunta: como essas estratégias contribuem para a sustentabilidade financeira, conforme a literatura científica? Utilizando o método *Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses* (Prisma), foram selecionados e analisados qualitativamente sete estudos publicados entre 2020 e 2024.

COMUNICAÇÃO COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO NO TERCEIRO SETOR

A comunicação no Terceiro Setor assume papel estratégico na articulação e no fortalecimento de organizações privadas sem fins lucrativos voltadas ao interesse público. Segundo Peruzzo (2013), ela está intrinsecamente ligada à mobilização social e ao exercício da cidadania, sendo importante para promover mudanças estruturais. Silva (2021) reforça que o planejamento estratégico de comunicação, conduzido por profissionais de Relações Públicas, é essencial para aprimorar relacionamentos com públicos e consolidar a imagem institucional, indo além da transmissão de informações, ao estabelecer interações participativas.

Nesse contexto híbrido entre o público e o privado, a comunicação é central para garantir visibilidade, engajamento e sustentabilidade financeira (Peruzzo, 2013). Segundo Powers (2016) sua relevância no *advocacy*, posicionando-a em debates sobre o papel político das ONGs. Silva (2021) acrescenta que estratégias bem planejadas podem se tornar um diferencial competitivo, fortalecendo vínculos com os *stakeholders*.



Além da divulgação institucional, a comunicação atua como ferramenta de *advocacy*, assumindo dimensão político-social ao influenciar políticas públicas e mobilizar atores (Widati *et al.*, 2022). Estudo sobre regulamentações antitabaco na Indonésia demonstra que ações articuladas — como entrevistas, reuniões públicas e parcerias com a mídia — geram impactos concretos na formulação de políticas.

Song e Lan (2022) ampliam essa discussão ao abordar o *Corporate Social Advocacy*, destacando que posicionamentos públicos autênticos fortalecem a percepção institucional. Embora comum no setor privado, essa abordagem aplica-se ao Terceiro Setor, que frequentemente defende causas coletivas. Assim, comunicação e *advocacy* complementam-se, permitindo que as organizações influenciem decisões políticas e assegurem a relevância de suas causas.

COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA NAS ONGS

A comunicação nas organizações do Terceiro Setor opera em duas dimensões complementares e igualmente estratégicas: a comunicação interna e a comunicação externa. Cada uma desempenha funções específicas, mas interconectadas, no fortalecimento institucional.

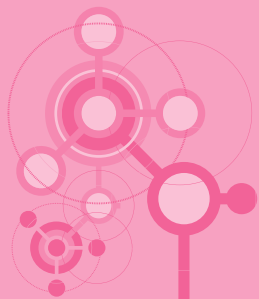
A comunicação interna estrutura-se como processo fundamental para a coesão organizacional, envolvendo o fluxo de informações entre colaboradores, voluntários e gestores. Conforme Peruzzo (2013), essa dimensão é vital para garantir o alinhamento de todos os membros com a missão institucional, além de promover um ambiente de trabalho colaborativo. Atua ainda na construção da identidade organizacional e na disseminação de valores compartilhados, elementos essenciais para o engajamento contínuo.

No âmbito externo, a comunicação direciona-se a públicos estratégicos, como doadores, parceiros, beneficiários e mídia. Silva e Souza (2008) e Silva (2021) destacam seu papel importante na sustentabilidade financeira, seja para a captação de recursos, seja para a consolidação da imagem pública. Bueno (2017) reforça que sua eficácia máxima ocorre quando ultrapassa o caráter informativo, adotando uma abordagem dialógica que permite a co-construção de significados com as comunidades envolvidas.

Embora distintas em foco e interlocutores, essas dimensões comunicacionais mostram-se interdependentes na prática organizacional. Enquanto a comunicação interna assegura o alinhamento estratégico, a externa amplia o impacto social e viabiliza recursos. Sua integração harmoniosa configura-se, portanto, como requisito indispensável para uma gestão comunicacional eficaz no Terceiro Setor.

DESAFIOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E USO DE FERRAMENTAS

As ONGs enfrentam desafios significativos na adoção de ferramentas comunicacionais. Silva e Souza (2008) identificaram predominância de métodos tradicionais (palestras, telemarketing) sobre plataformas digitais mais sofisticadas. Embora a pesquisa Nossa Causa (2019) aponte que 82% das ONGs possuíam site e 93% atuavam em redes sociais, observa-se subutilização de recursos como newsletters (36%), *blogs* atualizados (28%) e sistemas de automação (13%).



Apesar de 55% investirem em comunicação e 85% planejarem ampliar tais investimentos, constata-se carência de profissionalização: 56% nunca contrataram agências especializadas e 55% desconheciam benefícios como o *Google Ad Grants* (Nossa Causa, 2019). Ressalta-se, contudo, que tais dados — embora relevantes para mapear tendências — carecem de rigor metodológico (ausência de revisão por pares, amostragem não detalhada), demandando complementação por estudos mais robustos. Dessa forma, estudos empíricos com amostragem probabilística ou triangulação de métodos podem aprofundar esse diagnóstico.

Um olhar específico para OSCs comunitárias de menor porte é apresentado pela pesquisa *Periferias e Filantropia* (Iniciativa PIPA, 2022), que destaca desafios adicionais de acesso a recursos e visibilidade. Essas organizações enfrentam barreiras específicas de comunicação e captação, evidenciando a necessidade de estratégias adaptadas à sua realidade local.

COMUNICAÇÃO DIGITAL E NOVAS TENDÊNCIAS

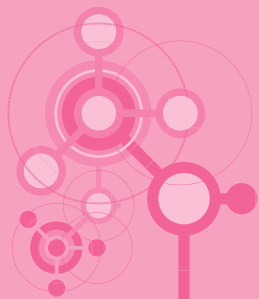
A comunicação digital tem se tornado cada vez mais relevante para as ONGs, especialmente no contexto da pandemia de covid-19, que acelerou a necessidade de adaptação às plataformas on-line. Segundo Zucco *et al.* (2021), as redes sociais tornaram-se uma parte essencial da comunicação para as organizações sem fins lucrativos, oferecendo novas oportunidades para compartilhar informações, colaborar e mobilizar ações coletivas. O estudo revela que, durante a pandemia, as ONGs aumentaram significativamente sua presença no Instagram, utilizando a função “ao vivo” para se comunicar com o público e arrecadar fundos.

Esse paradoxo entre presença digital e ausência de estratégias orientadas por dados revela uma lacuna na apropriação crítica das plataformas digitais pelas ONGs, o que compromete a conversão de visibilidade em engajamento concreto (Schwarz; Diers-Lawson, 2024).

RELAÇÕES INTERPESSOAIS E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

A transparência é outro aspecto crítico da comunicação no Terceiro Setor. Segundo Ortiz Rodríguez (2021), as ONGs devem comunicar voluntariamente informações detalhadas sobre sua gestão, recursos e resultados para construir confiança com seus públicos. O estudo comparativo entre ONGs mexicanas e espanholas mostrou que, embora as organizações espanholas apresentem um nível mais alto de transparência em seus sites, ambas as nacionalidades subutilizam as redes sociais para comunicar suas práticas de forma eficiente.

A comunicação eficaz e a construção de relacionamentos positivos são fundamentais para o sucesso de projetos no Terceiro Setor. Major e Spalek (2022) destacam que fatores como liberdade para expressar opiniões, atmosfera positiva e alto grau de confiança dentro da equipe são essenciais para o desenvolvimento de relações saudáveis. Em um estudo de caso realizado em uma ONG polonesa, os autores identificaram que a comunicação direta (presencial) foi considerada mais eficaz do que a comunicação indireta (por meios digitais), embora esta última tenha sido mais utilizada devido à praticidade (Major; Spalek, 2022).



SÍNTESE ANALÍTICA

Em síntese, a comunicação no Terceiro Setor é um elemento estruturante para a sustentabilidade e o sucesso das organizações que compõem esse segmento. Seja por meio da comunicação interna, que promove a harmonia e o engajamento dos membros da organização, seja por meio da comunicação externa, que busca a visibilidade e o apoio da sociedade, a comunicação assume um papel estratégico na realização dos objetivos organizacionais e na promoção de mudanças sociais.

A literatura revisada aponta para a necessidade de estudos empíricos que explorem a relação entre a profissionalização da comunicação e a eficácia na captação de recursos, especialmente em ONGs de pequeno e médio porte.

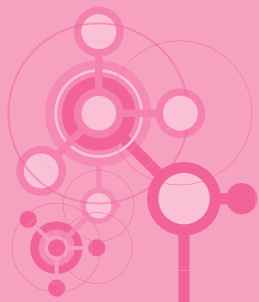
INTEGRAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR: ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

As organizações do Terceiro Setor enfrentam desafios estruturais na captação de recursos, situação agravada pela falta de equipes especializadas e pela centralização excessiva do processo, como evidenciado no estudo do Núcleo Social de Diadema (Las-Casas *et al.*, 2021). Para garantir a sustentabilidade financeira, as organizações mais bem-sucedidas adotam estratégias diversificadas que combinam recursos governamentais, doações internacionais e individuais, além de parcerias com o setor privado (Nunes; Watanabe; Costa, 2020; Jacomino; Dornellas, 2022). No caso analisado por Las-Casas *et al.* (2021), essa diversificação manifesta-se na composição de 39% de recursos internacionais, 31% de convênios públicos e 10% de pessoas físicas.

A complexidade burocrática e a desconfiança dos potenciais doadores surgem como principais obstáculos, problemas que se agravam pela limitada profissionalização da gestão (Vasconcelos *et al.*, 2021). Neste contexto, a comunicação estratégica revela-se fundamental, especialmente quando baseada em transparência e prestação de contas regulares, práticas que o Núcleo Social de Diadema adota com sucesso (Las-Casas *et al.*, 2021). O uso integrado de plataformas digitais com narrativas de impacto social mostra-se particularmente eficaz para ampliar o alcance e fortalecer a captação de recursos (Nunes; Watanabe; Costa 2020).

As evidências apontam para a eficácia de abordagens que combinam métodos tradicionais, como eventos beneficentes, com inovações tecnológicas, como sistemas de pagamento digital (Jacomino; Dornellas, 2022). Durante a pandemia, o *crowdfunding* emergiu como alternativa viável para muitas organizações (Soares *et al.*, 2020). Paralelamente, a implementação de práticas robustas de governança e compliance tem-se mostrado determinante para estabelecer relações de confiança com *stakeholders* (Vasconcelos *et al.*, 2021).

Em síntese, a sustentabilidade financeira no Terceiro Setor demanda integração entre comunicação estratégica e gestão profissionalizada, cuja construção sistemática de confiança, mediante transparência e adaptação tecnológica, revela-se tão importante quanto a diversificação de fontes de recursos.



SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO TERCEIRO SETOR

A sustentabilidade financeira no Terceiro Setor é um tema crítico, dada a dependência dessas organizações de recursos externos e a necessidade de perenidade em cenários de instabilidade (Sobral *et al.*, 2016). Definida como a capacidade de manter operações de forma autônoma e estável, ela engloba diversificação de receitas, gestão eficiente e indicadores como liquidez e solvência (Seabra, 2021; Falconer, 1999).

Diferentemente do setor privado, as ONGs dependem de doações, patrocínios, subsídios governamentais e, em alguns casos, da comercialização de serviços (Sobral *et al.*, 2016). Contudo enfrentam desafios como volatilidade de recursos, exigências burocráticas de *accountability* (Price *et al.*, 2024) e dependência de grandes financiadores, fenômeno observado em contextos como o lêmen, no qual ONGs hegemônicas monopolizam recursos (Elayah *et al.*, 2025).

A sustentabilidade opera em dois níveis: operacional (custos cobertos por receitas) e financeira (capacidade de cobrir investimentos e subsídios), exigindo planejamento estratégico e governança transparente (Seabra, 2021). A profissionalização da gestão e a diversificação de fontes são essenciais para reduzir vulnerabilidades (Falconer, 1999; Silva, 2002). Iniciativas como *grant-making* participativo e redes colaborativas surgem como alternativas para redistribuição equitativa de recursos (Bloodgood *et al.*, 2023; Price *et al.*, 2024).

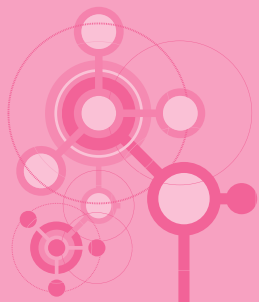
Embora parte das evidências disponíveis derive de relatórios não revisados por pares — com limitações como viés institucional ou fragilidade metodológica —, os estudos destacam a comunicação estratégica como elemento central para a sustentabilidade. Ao articular narrativas de impacto e transparência, as ONGs fortalecem a credibilidade, atraem recursos e consolidam vínculos com a sociedade civil, criando um ciclo virtuoso entre legitimidade e perenidade financeira.

METODOLOGIA

Este estudo adotou o método de revisão sistemática da literatura, seguindo rigorosamente o protocolo Prisma, com o objetivo de investigar a relação entre estratégias de comunicação e sustentabilidade financeira em ONGs. A pesquisa foi guiada pela questão central: “como as estratégias de comunicação adotadas por ONGs influenciam sua sustentabilidade financeira, segundo a literatura científica?”, desdobrada em três eixos de análise: (i) os principais canais e ferramentas de comunicação utilizados; (ii) os desafios enfrentados nesse processo; e (iii) os casos de sucesso documentados.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: artigos revisados por pares, publicados entre 2020 e 2024, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem explicitamente a interface entre comunicação e sustentabilidade financeira no Terceiro Setor. Foram excluídos estudos não acadêmicos, publicações sem revisão por pares e pesquisas focadas em outros setores (como o empresarial ou governamental). A estratégia de busca abrangeu cinco bases de dados acadêmicas: SciELO, Scopus, Redalyc, SPELL e Google Scholar, utilizando combinações de palavras-chave com operadores booleanos (exemplo: “comunicação estratégica” AND “sustentabilidade financeira” AND “ONGs”) e suas equivalentes em inglês e espanhol.

O processo de seleção dos estudos seguiu as quatro etapas preconizadas pelo Prisma: (1) identificação (21.244 registros iniciais); (2) triagem (1.461 artigos após remoção de duplicatas e aplicação dos filtros); (3) elegibilidade (7 estudos selecionados mediante análise crítica de títulos e resumos); e (4) inclusão (todos os 7 artigos atenderam integralmente



aos critérios estabelecidos). Para organização e análise dos dados, utilizou-se o *software* Zotero, e os resultados foram sintetizados em uma matriz analítica contendo informações sobre título, ano de publicação, metodologia empregada e principais achados de cada estudo. A avaliação da qualidade dos artigos incluídos considerou rigor metodológico, clareza dos objetivos, relevância temática e consistência entre resultados e conclusões, garantindo a confiabilidade das fontes por meio do processo de revisão por pares.

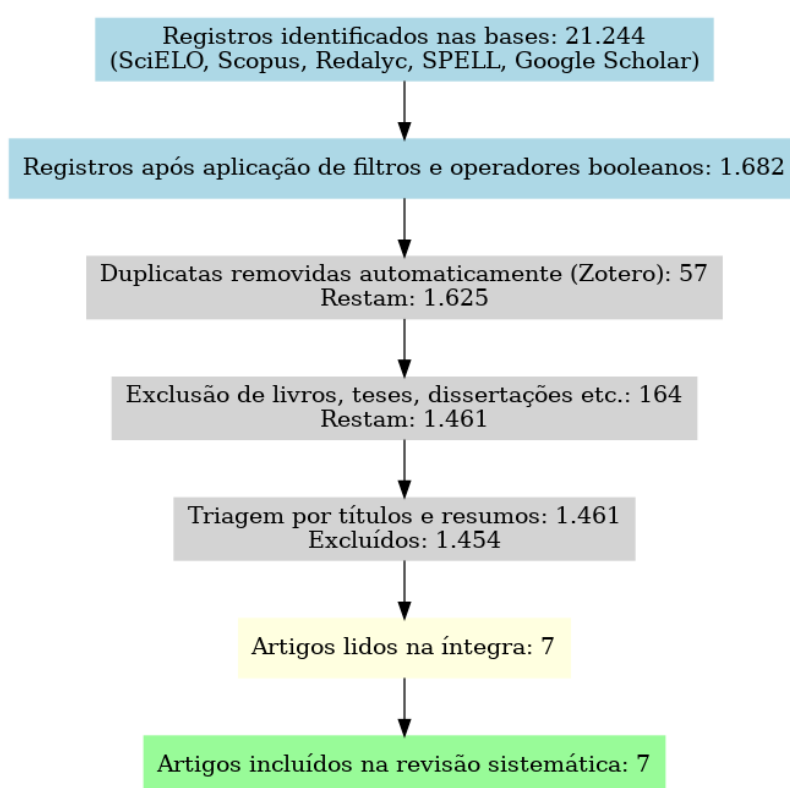
Para assegurar transparência metodológica, foi elaborado um fluxograma Prisma detalhando todas as etapas do processo de seleção. Entre as limitações do estudo, destacam-se: (i) o recorte temporal (2020–2024), que pode ter omitido contribuições relevantes anteriores; (ii) as restrições linguísticas, que limitam o escopo a três idiomas; e (iii) o viés de publicação, já que apenas estudos indexados em bases acadêmicas foram considerados, excluindo possíveis práticas não documentadas na literatura científica.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO (MÉTODO PRISMA)

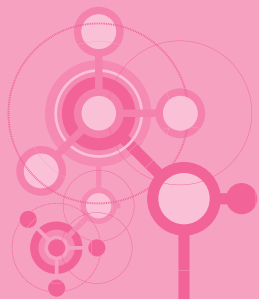
A seleção dos estudos seguiu rigorosamente o protocolo Prisma 2020, padrão internacional para revisões sistemáticas. O processo compreendeu quatro etapas: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. A busca inicial nas bases SciELO, Scopus, Redalyc, SPELL e Google Scholar recuperou 21.244 registros publicados entre 2020 e 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, utilizando combinações booleanas como ("comunicação" OR "comunicação estratégica") AND ("sustentabilidade financeira" OR "captação de recursos") AND ("ONGs" OR "Terceiro Setor") e suas equivalentes em inglês e espanhol.

Após refinamento temático, 1.682 registros foram selecionados. O gerenciador bibliográfico Zotero identificou e removeu 57 duplicatas, enquanto 164 documentos foram excluídos por não atenderem aos critérios de publicação acadêmica revisada por pares. Dos 1.461 estudos restantes, a triagem independente por dois pesquisadores eliminou 1.454 artigos por desconformidade temática, resultando em sete estudos elegíveis para análise integral (Figura 1).

Figura 1: Procedimento de coleta de dados e definição da amostra do estudo



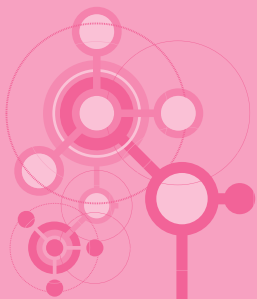
Fonte: Elaborada pelos autores (2025).



Os sete artigos selecionados, publicados entre 2020 e 2024, apresentam diversidade metodológica (quantitativa, qualitativa e mista) e abrangem diferentes contextos geográficos (América do Norte, Europa, Ásia e América Latina). A síntese qualitativa foi organizada em uma matriz analítica contendo informações sobre objetivos, metodologia, resultados e contribuições para o tema, conforme detalhado na Quadro 1. Esse processo rigoroso assegurou a validade interna da revisão e sua capacidade de oferecer uma visão abrangente sobre estratégias comunicacionais para a sustentabilidade financeira em ONGs.

Quadro 1: Síntese Prisma – Comunicação para Sustentabilidade Financeira de ONGs (2020-2024)

Autor	Ano	Título	Objetivo	Local	Principais Resultados	Relevância para o Tema
Harris <i>et al.</i>	2023	Social media, signaling, and donations: testing the financial returns on nonprofits' social media investment	Testar o retorno financeiro do investimento em mídias sociais por ONGs.	EUA	Presença e engajamento em redes sociais aumentam doações, substituindo gastos tradicionais.	Comprova a eficácia da comunicação digital para captação de recursos.
Minguez e Sese	2022	Why do you want a relationship, anyway? Consent to receive marketing communications and donors' willingness to engage with nonprofits	Analisar como o consentimento para marketing influencia doadores a se tornarem membros.	Espanha	Doadores que consentem comunicações são mais propensos a manter relações de longo prazo.	Comunicação estratégica melhora fidelização e doações recorrentes.
Parker <i>et al.</i>	2024	Engaging a new generation of donors: A relationship management theory approach to communication between nonprofits and millennials	Explorar estratégias para engajar <i>millennials</i> como doadores.	EUA	Confiança e autenticidade na comunicação são essenciais para <i>millennials</i> .	Guia prático para ONGs adaptarem mensagens a novas gerações de doadores.
Al-Hasan <i>et al.</i>	2024	The governance of non-governmental organizations: Critical lens for laws and regulations	Avaliar o papel da transparência on-line na legitimidade de fundações privadas.	Jordânia	Falta de transparência digital prejudica confiança e doações.	Comunicação transparente é crítica para a sustentabilidade financeira.
Obadã, Dabija e Câmpian	2024	Predictors of social media users' intention to donate online towards international NGOs in the fake news era	Investigar a intenção de doar para ONGs internacionais em redes sociais (era de <i>fake news</i>).	Itália	Credibilidade da mensagem é decisiva para doações on-line.	Combate à desinformação deve ser prioridade na comunicação digital.
Ihm	2024	Organizational communication for social change on social media: NPOs' social media strategies based on their perception of three stakeholder networks in collective and connective action	Analisar estratégias de comunicação de ONGs em redes sociais para engajar <i>stakeholders</i> .	Coreia do Sul	ONGs adaptam comunicação conforme o público-alvo (doadores, voluntários etc.).	Comunicação segmentada maximiza captação e engajamento.



Autor	Ano	Título	Objetivo	Local	Principais Resultados	Relevância para o Tema
Park <i>et al.</i>	2024	The publicness of private foundations: Online accountability and Internet presence	Examinar como fundações privadas usam ferramentas on-line para prestação de contas.	EUA/ Europa	Poucas fundações usam plataformas digitais para <i>accountability</i> efetiva.	Melhorar comunicação on-line pode aumentar confiança e doações.

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

RESULTADOS

A análise dos sete artigos selecionados revela que a comunicação estratégica nas ONGs opera em três dimensões inter-relacionadas: comunicação digital, construção de confiança e segmentação de públicos. Esses eixos demonstram como práticas comunicativas impactam diretamente a sustentabilidade financeira dessas organizações, indo além da mera captação de recursos para estabelecer relações duradouras com diferentes *stakeholders*.

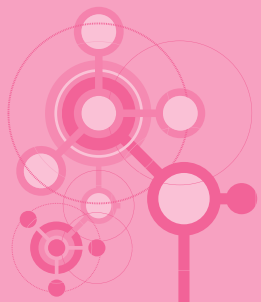
No âmbito digital, Harris *et al.* (2023) e Obadã, Dabija e Câmpian (2024) destacam o potencial das mídias sociais para substituir estratégias tradicionais de arrecadação, desde que associadas a mensagens críveis e engajadoras. Contudo, como apontam Parker *et al.* (2024) e Al-Hasan *et al.* (2024), a eficácia dessas campanhas depende intrinsecamente da percepção de confiança por parte do público, construída por meio de transparência institucional e prestação de contas claras.

A segmentação estratégica emerge como fator importante, com Ihm (2024) e Minguez e Sese (2022) demonstrando que a personalização da comunicação — considerando perfis distintos de doadores, voluntários e parceiros — potencializa tanto o engajamento quanto a fidelização. Essa abordagem integrada sugere que o sucesso financeiro das ONGs está menos em ações isoladas e mais na sinergia entre comunicação digital, construção de confiança e adaptação aos públicos-alvo.

Embora os estudos analisados apontem consensos sobre a importância da transformação digital e da transparência, destacam-se lacunas geográficas, com predominância de pesquisas no Norte Global. Isso sinaliza a necessidade de investigações em contextos diversificados, particularmente na América Latina, onde fatores culturais e socioeconômicos podem influenciar de forma distinta as estratégias comunicativas. Em síntese, os resultados reforçam que a comunicação deve ser entendida não como função auxiliar, mas como pilar central da sustentabilidade financeira das ONGs.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A análise dos sete estudos selecionados evidencia que a comunicação estratégica desempenha papel central na sustentabilidade financeira das ONGs, ao atuar como elo entre a organização e seus públicos prioritários. Três eixos principais emergem da revisão sistemática: o uso das mídias sociais como ferramenta de engajamento e captação de recursos; a transparência como fator essencial para a construção de confiança e legitimação institucional; e a segmentação da comunicação de acordo com o perfil dos *stakeholders*.



Os resultados da revisão sistemática, ao enfatizarem a centralidade das mídias digitais e da transparência, dialogam com os fundamentos teóricos de Peruzzo (2013) e Kunsch (2003), reforçando a evolução do papel estratégico da comunicação nas OSCs. Observa-se, contudo, que as estratégias digitais não substituem integralmente práticas tradicionais, mas as complementam, como sugerido por Major e Spalek (2022).

Apesar da ênfase nas mídias digitais para captação e engajamento, permanece o desafio de equilibrar o alcance proporcionado por essas ferramentas com a profundidade relacional das interações presenciais, reconhecida como mais eficaz para a construção de confiança e vínculos duradouros (Major; Spalek, 2022).

As evidências indicam que ONGs que investem em uma comunicação digital, transparente e personalizada tendem a ampliar sua base de doadores, aumentar a fidelização e diversificar suas fontes de receita. Estratégias que envolvem *accountability*, narrativas de impacto social e presença ativa nas plataformas digitais mostraram-se especialmente eficazes.

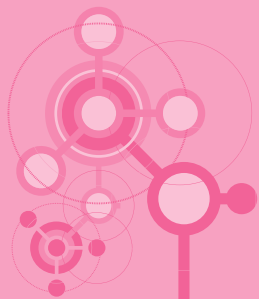
Entretanto, foram identificadas lacunas relevantes na literatura, como a concentração geográfica dos estudos em países do Norte Global e a escassez de análises empíricas em organizações de pequeno e médio porte. Esses vazios indicam a necessidade de aprofundar investigações em contextos locais, como os latino-americanos, bem como de desenvolver estudos que considerem a interseção entre comunicação, cultura organizacional e profissionalização da gestão no Terceiro Setor.

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade financeira das ONGs está intrinsecamente relacionada à adoção de uma comunicação estratégica, planejada e orientada à construção de vínculos duradouros com a sociedade. Isso requer investimento contínuo, capacitação profissional e inovação nos modos como essas organizações se relacionam com seus diversos públicos.

Diante dessas constatações, destaca-se, como implicação prática, que os achados deste estudo podem subsidiar ONGs na formulação de estratégias comunicacionais mais eficazes, como a criação de campanhas de arrecadação baseadas em *storytelling* com dados de impacto, o uso de *dashboards* de transparência em sites institucionais e o engajamento com públicos específicos por meio de segmentação nas redes sociais. Para futuras pesquisas, recomenda-se a aplicação de *surveys* com dirigentes e profissionais de comunicação de ONGs para mapear práticas e desafios atuais; estudos de caso longitudinais que analisem os efeitos da comunicação estratégica ao longo de projetos ou ciclos de captação; e análises de impacto de campanhas digitais sobre métricas como volume de doações, alcance de público e percepção de confiança institucional. Essas abordagens podem contribuir significativamente para preencher lacunas empíricas e oferecer recomendações mais direcionadas às realidades do Terceiro Setor em diferentes contextos regionais.

REFERÊNCIAS

AL-HASAN, M.; LUTFI, A.; MOWAFI, O. T.; ABDELDAyEM, B.; ESKANDARANY, A.; ALSHIRAH, A. F. The governance of non-governmental organizations: Critical lens for laws and regulations. *Journal of Open Innovation: Technology, Market and Complexity*, v. 10, n. 2, p. 100299, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.joitmc.2024.100299>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2199853124000933>. Acesso em: 24 fev. 2025.



BLOODGOOD, E. A. *et al.* Understanding national nonprofit data environments. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 281-303, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/08997640221085731>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/08997640221085731>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Institui o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 jul. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 29 jun. 2025.

BUENO, W. C. Comunicação, mobilização social e cidadania: aprendendo com a vigilância cívica do terceiro setor. *Revista Organicom*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 89-107, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2017.139358>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/139358>. Acesso em 24 fev. 2025.

ELAYAH, M. *et al.* Financial sustainability and influence dynamics in Yemen's conflict-affected NGO landscape: unveiling 'Sheikh' organizations. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, Santa Maria, v. 36, p. 253-266, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11266-024-00714-y>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-024-00714-y>. Acesso em: 24 fev. 2025.

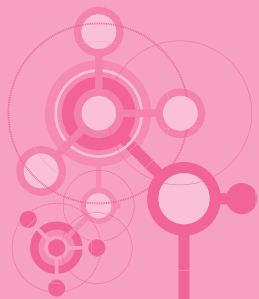
FALCONER, A. R. *A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Dissertação (Mestrado de Administração de Recursos Humanos) – Universidade de São Paulo, Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12132/tde-01072021-161110/pt-br.php>. Acesso em: 8 abr. 2025.

HARRIS, E. E.; NEELY, D. G.; SAXTON, G. D. Social media, signaling, and donations: testing the financial returns on nonprofits' social media investment. *Review of Accounting Studies*, [s. l.], v. 28, p. 658-688, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-021-09651-3>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11142-021-09651-3>. Acesso em: 8 abr. 2025.

IHM, J. Organizational communication for social change on social media: NPOs' social media strategies based on their perception of three stakeholder networks in collective and connective action. *Journal of Communication*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1093/joc/jqae034>. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/74/5/410/7758210?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 24 fev. 2025.

INICIATIVA PIPA. Periferias e Filantropia: as barreiras de acesso aos recursos no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.periferiasefilantropia.org>. Acesso em: 29 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Brasil possui mais de 897 mil organizações da sociedade civil ativas. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15591-brasil-possui-mais-de-897-mil-organizacoes-da-sociedade-civil-ativas>. Acesso em: 10 mar. 2025.



JACOMINO, K. A. da S.; DORNELLAS, M. de P. B. Captação de recursos no terceiro setor. *Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico*, Itaperuna, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2022. DOI: 10.20951/2446-6778/v7n1a11. Disponível em: <https://reinpec.cc/index.php/reinpec/article/view/783>. Acesso em: 11 mar. 2025.

KUNSCH, M. M. K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.

LAS-CASAS, A. *et al.* Experiências de captação de recursos e a interface com o marketing social: estudo de caso no Núcleo Social de Diadema. *Interações*, Campo Grande, v. 22, n. 2, p. 513-530, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v22i2.2864>. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2864>. Acesso em: 7 mar. 2025.

MAJOR, P.; SPALEK, S. Communication and building positive relationships within project teams in non-governmental organizations. *Scientific Papers of Silesian University of Technology: Organization and Management Series*, Poland, n. 158, p. 384-393, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.29119/1641-3466.2022.158.25>. Disponível em: <https://managementpapers.polsl.pl/wp-content/uploads/2022/10/158-Major-Spałek.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

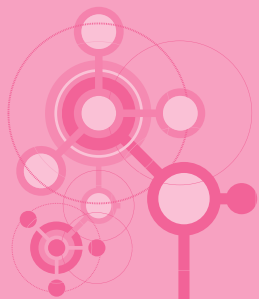
MINGUEZ, A.; SESE, F. J. Why do you want a relationship, anyway? Consent to receive marketing communications and donors' willingness to engage with nonprofits, *Journal of Business Research*, v. 148, p. 356-367, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.04.051>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296322003915?via%3Dihub>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NOSSA CAUSA. *Cenário da comunicação no terceiro setor: práticas, desafios e perspectivas*. São Paulo: Instituto Nossa Causa, 2019. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/9476/1560620568NC_pesquisa_cenario_da_comunicacao.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

NUNES, C.; WATANABE, M.; COSTA, E. S. Captação de recursos tecnológicos para organizações do terceiro setor. *Revista Visão: Gestão Organizacional*, Caçador, SC, v. 9, n. 2, p. 20-31, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33362/visao.v9i2.2142>. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/2142>. Acesso em: 8 abr. 2025.

OBADĂ, D. R.; DABIJA, D. C.; CÂMPIAN, V. Predictors of social media users' intention to donate online towards international NGOs in the fake news era. *Humanities and Social Sciences Communications*, London, v. 11, n. 379, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41599-024-02900-1>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-024-02900-1>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ORTIZ RODRÍGUEZ, H. Comunicación integral y transparencia en las organizaciones del tercer sector. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, España, v. 11, n. 21, p. 5-26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5783/revrrpp.v11i21.692>. Disponível em: <https://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrpp/article/view/692>. Acesso em: 8 abr. 2025.



PARK, G.; SUÁREZ, D. The publicness of private foundations: Online accountability and Internet presence. *Nonprofit Management and Leadership*, v. 35, n. 2, p. 307–327, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/nml.21613>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/nml.21613>. Acesso em: 24 fev. 2025.

PARKER, K. A. *et al.* Engaging a new generation of donors: a relationship management theory approach to communication between nonprofits and millennials. *Journal of Philanthropy and Marketing*, [s. l.], v. 29, n. 1, p. e1816, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/nvsm.1816>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/nvsm.1816>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PERUZZO, C. M. K. Fundamentos teóricos das relações públicas e da comunicação organizacional no terceiro setor: perspectiva alternativa. *Revista FAMECOS*, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 1, p. 89-107, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2013.1.13641>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/13641>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PRICE, M. *et al.* Participatory grant-making as a social innovation: examining relational processes in social finance. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, [s. l.], v. 54, n. 5, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/08997640241300514>. Acesso em: 24 fev. 2025.

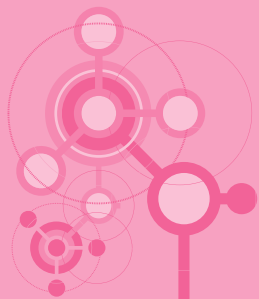
POWERS, M. Communication and NGOs. *Oxford Bibliographies Online Datasets*, 2016. DOI: 10.1093/obo/9780199756841-0121. Disponível em: <https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199756841/obo-9780199756841-0121.xml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SCHWARZ, A.; DIERS-LAWSON, A. Mediated crises and strategic crisis communication of third sector organizations: a content analysis of crisis reporting in six countries. *Corporate Communications: an International Journal*, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 567-591, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/08997640241300514>. Disponível em: <https://www.emerald.com/ccij/article/29/4/567/1220914/Mediated-crises-and-strategic-crisis-communication>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SEABRA, I. C. N. *Empreendedorismo social e sustentabilidade financeira: uma proposta de modelo analítico para reservas extrativistas do Bioma Amazônia*. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-20012022-204258/pt-br.php>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SILVA, J. R. *Gestão financeira no terceiro setor: princípios e desafios*. Brasília, DF: EdUnB, 2002.

SILVA, L. B. *Relações públicas e terceiro setor: proposta de intervenção de comunicação na ONG Pró-Amor*. 2022. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Públicas) – Instituto de Ciências, História, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/9655/1/Rela%20p%20e%20terceiro%20setor%20-%20proposta%20de%20interven%20na%20ONG%20Pr%20Amor.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.



SILVA, M. D. M.; SOUZA, Q. R. Comunicação e terceiro setor: um estudo no município de Guarapuava/Paraná. *Revista Estudos de Comunicação*, Paraná, v. 9, n. 19, p. 157-168, 2008. DOI: <https://doi.org/10.7213/rec.v9i19.15425>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/estudosdecomunicacao/article/view/15425>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SOARES, P. Q. de L. *et al.* Captação de recursos no terceiro setor: uma análise da APAE de Arapoti-PR. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, 5., 2021, Mato Grosso do Sul. *Anais [...]*. Mato Grosso do Sul: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/13729>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SOBRAL, M. O. A.; MOREIRA, T. R. G.; OYAKAWA, T. *Sustentabilidade financeira das organizações do terceiro setor: o caso Vetor Brasil*. 2016. 134 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/2d3ae7b5-dfee-4dc6-87d8-d6637211d0af>. Acesso em: 24 fev. 2025.

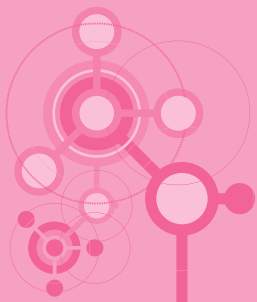
SONG, B.; LAN, X. Meeting consumers' expectations: exploring corporate social advocacy communication in China. *Sustainability*, Switzerland, v. 14, n. 4, p. 2385, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14042385>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/4/2385>. Acesso em: 24 fev. 2025.

VASCONCELOS, A. L. F. de S.; MELO, A. C.; FERREIRA, E. B. Práticas de conformidade no processo de captação de recursos das organizações do terceiro setor. *Práticas em Contabilidade e Gestão*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-29, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2319-0485/praticas.v9n1e14181>. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/pcg/article/view/14181>. Acesso em: 24 fev. 2025.

WIDATI, S. *et al.* The advocacy and communication of smoke-free area regulation in East Java, Indonesia. *Indonesian Journal of Health Administration*, Indonesia, v. 10, n. 2, p. 232–240, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20473/jaki.v10i2.2022.232-240>. Disponível em: <https://e-journal.unair.ac.id/JAKI/article/view/39132>. Acesso em: 24 fev. 2025.

ZUCCO, F. D. *et al.* Comunicación en el tercer sector antes y durante la pandemia COVID-19: estrategias de comunicación en las redes sociales de las ONG de Blumenau, Santa Catarina, Brasil. *Ámbitos: Revista Internacional de Comunicación*, [s.l.], n. 52, p. 140-155, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.12795/Ambitos.2021.i52.09>. Disponível em: https://institucional.us.es/revistas/Ambitos/52/AMBITO_52_09.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

Artigo recebido em 28/05/2025 e aprovado em 22/09/2025.



Conectividade, comunicação e clima na Amazônia: contextos local, regional e global

Connectivity, communication, and climate in the Amazon: local,
regional, and global contexts

Conectividad, comunicación y clima en la Amazonía: contextos local,
regional y global



Rachel Trajber

- Doutora em Antropologia
- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)
- Foi Coordenadora-Geral de Educação Ambiental/ SECADI/ MEC
- E-mail: rachel.trajber@cemaden.gov.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3270-2352>



José Antonio Marengo Orsini

- Doutor em Meteorologia pela Universidade de Wisconsin-EUA
- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)
- Professor na pós-graduação do INPE e da UNESP
- Professor adjunto da Korea University de Seul, Coreia do Sul
- E-mail: jose.marengo@cemaden.gov.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8578-7639>



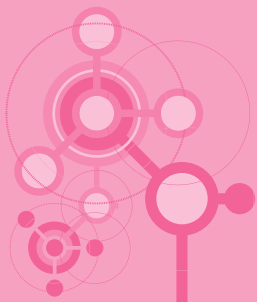
Regina Célia dos Santos Alvalá

- Doutora em Meteorologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)
- Professora titular dos programas de PG em Ciência do Sistema Terrestre do INPE e em Desastres Naturais do CEMADEN-UNESP
- E-mail: regina.alvala@cemaden.gov.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7528-5026>



Rita Marcia da Silva Pinto Vieira

- Doutora em Ciência do Sistema Terrestre pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)
- Pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
- E-mail: rita.vieira@cemaden.gov.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9857-3872>



RESUMO

A conectividade na Amazônia envolve desafios ambientais, sociais e digitais. A degradação ecológica compromete a resiliência da floresta, enquanto a exclusão digital limita o acesso à informação e à educação em comunidades remotas. As mudanças climáticas agravam a situação, afetando a infraestrutura de comunicação. Desastres refletem um modelo de desenvolvimento que rompe fluxos naturais e invisibiliza populações tradicionais. Iniciativas em Santarém e Carauari mostram que a conectividade significativa pode fortalecer as comunidades e promover a proteção socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: AMAZONIA • MUDANÇA DE CLIMA • CONECTIVIDADE • EXTREMOS • EDUCAÇÃO.

ABSTRACT

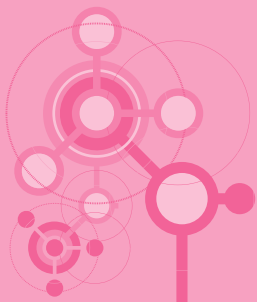
Connectivity in Amazonia involves environmental, social and digital challenges. Ecological degradation compromises the resilience of the forest, while a digital exclusion limits access to information and education in remote communities. If climate change aggravates the situation, affecting the communication infrastructure. Disasters reflect a development model that disrupts natural flows and makes traditional populations invisible. Some initiatives in Santarém and Carauari showed that significative connectivity can reinforce communities and promote socioenvironmental protection.

KEYWORDS: AMAZONIA • CONNECTIVITY • CLIMATE CHANGE • EXTREMES • EDUCATION.

RESUMEN

La conectividad en la Amazonía implica desafíos ambientales, sociales y digitales. La degradación ecológica compromete la resiliencia del bosque, mientras que la exclusión digital limita el acceso a la información y la educación en comunidades remotas. Si el cambio climático agrava la situación, se afectará la infraestructura de comunicaciones. Los desastres reflejan un modelo de desarrollo que altera los flujos naturales e invisibiliza a las poblaciones tradicionales. Algunas iniciativas en Santarém y Carauari demostraron que una conectividad significativa puede fortalecer a las comunidades y promover la protección socioambiental.

PALAVRAS-CLAVE: AMAZONIA • CONECTIVIDADE • CAMBIO CLIMÁTICO • EXTREMOS • EDUCACIÓN.



INTRODUÇÃO

A Amazônia enfrenta uma crise tripla de conectividade — ambiental, social e digital — com impactos profundos em sua resiliência. A degradação ecológica, o desmatamento e a expansão predatória de atividades como agropecuária e garimpo comprometem a capacidade de regeneração da floresta, enquanto a exclusão digital marginaliza comunidades tradicionais, limitando seu acesso à informação, à educação e a ferramentas para enfrentar as mudanças climáticas.

As mudanças climáticas agravam esses desafios, com temperaturas mais altas e padrões de chuva alterados afetando infraestruturas críticas, incluindo as de comunicação. Os desastres na região não são apenas resultado de eventos extremos, mas também de um modelo de desenvolvimento que desconsidera os fluxos naturais e as populações locais. Apesar disso, iniciativas em Santarém (PA) e Carauari (AM) demonstram que é possível fortalecer a conectividade significativa, integrando saberes tradicionais, tecnologia e monitoramento ambiental. Essas experiências mostram como a articulação entre conhecimento local e inovação pode proteger a biodiversidade, as águas e as culturas amazônicas.

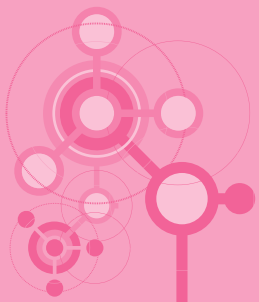
A conectividade ecológica surge, assim, como eixo central não apenas para o equilíbrio climático global, mas também para a sustentabilidade da vida na Amazônia. O próximo tópico explora esse papel vital da floresta em pé e os riscos de sua fragmentação.

CONECTIVIDADE AMBIENTAL DA AMAZÔNIA

A conectividade na Amazônia é um tema complexo e multifacetado, com desafios e oportunidades. A perda de conectividade ambiental, como a degradação ecológica, afeta a resiliência da floresta. A Floresta Amazônica é um bioma fundamental no sistema climático global, contribuindo significativamente para os balanços de energia, de água e de carbono, e é um dos centros convectivos mais importantes do mundo — regiões em que o ar quente e úmido sobe, formando nuvens e impulsionando a precipitação que conecta as águas da América do Sul, influenciando o clima local e a circulação atmosférica regional e global. A Amazônia é uma importante fonte de vapor d'água terrestre para a atmosfera devido à intensa reciclagem de umidade pela floresta. Isso contribui com 25–75% da chuva que cai na região (Encalada *et al.*, 2021; Staal *et al.*, 2018; Marengo *et al.*, 2024).

A floresta amazônica abriga mais de 10% da biodiversidade terrestre da Terra, armazena uma quantidade de carbono equivalente a 15 a 20 anos de emissões globais de CO₂ e tem um efeito térmico que ajuda a estabilizar o clima do planeta (IPCC, 2021; 2022). A região também é um sistema complexo, extremamente rico em espécies, ecossistemas e culturas humanas interconectadas, que contribuem para o bem-estar das pessoas em todo o mundo (Encalada *et al.*, 2021; Flores *et al.*, 2024).

A floresta amazônica também desempenha um papel importante na mitigação das emissões de carbono, sendo responsável por 25% da absorção global de carbono terrestre (Pan *et al.*, 2024). A Amazônia tem a capacidade geral de regular o clima e atua como sumidouro de carbono, mas o aquecimento global e as mudanças no uso da terra estão diminuindo essas capacidades, aumentando também os extremos climáticos, os quais elevam a mortalidade de árvores e aceleram ainda mais as mudanças climáticas globais (Gatti *et al.*, 2021; Yang *et al.* 2025).



A Amazônia é lar de mais de 40 milhões de pessoas, incluindo 2,2 milhões de povos indígenas de mais de 300 etnias, bem como comunidades afrodescendentes e tradicionais locais. Os povos indígenas e as comunidades locais seriam prejudicados pela perda florestal em termos de seus meios de subsistência, modos de vida e sistemas de conhecimento, os quais inspiram sociedades globalmente (Encalada *et al.*, 2021; IPCC, 2021). Com o recente aumento do desmatamento, incêndios florestais, secas e temperaturas regionais, e com ações ilegais como garimpo e desmatamento para uso agropecuário, as preocupações com o possível colapso do ecossistema da floresta amazônica estão aumentando, embora ainda existam incertezas.

CONECTIVIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A conectividade ecológica, compreendendo tanto componentes estruturais quanto funcionais (Ament *et al.*, 2014), tem sido reconhecida como uma estratégia crucial para promover a adaptação e a resiliência da vida selvagem frente às mudanças climáticas (Hilty *et al.*, 2020). Embora frequentemente confundida com o conceito de corredores ecológicos — que representam elementos específicos da — a conectividade funcional vai além, garantindo processos ecológicos essenciais, como fluxo de nutrientes, polinização, dispersão de espécies e manutenção das relações ecológicas (Heller; Zavaleta, 2009).

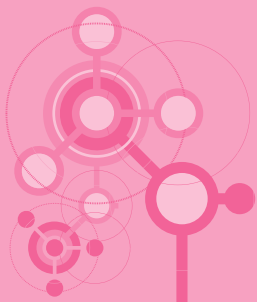
No contexto amazônico, essa conectividade assume uma importância ainda maior. A floresta não apenas mantém sua própria biodiversidade, mas também sustenta outros biomas e sistemas econômicos por meio de complexas interações hidroclimáticas. Os chamados “rios voadores” da Amazônia exercem influência determinante nos regimes de chuvas de regiões distantes, incluindo o Pantanal, a Bacia do Prata (Martinez; Dominguez, 2014, Beveridge *et al.*, 2024) e até o semiárido nordestino.

Particularmente relevante é a conexão Andes-Amazônia, mediada por rios que transportam sedimentos, nutrientes e matéria orgânica (Armijos *et al.*, 2020; SPA, 2021). Esse sistema contribui com aproximadamente 50% da vazão do rio Amazonas (Beveridge *et al.*, 2024), demonstrando como a preservação da conectividade amazônica transcende fronteiras geográficas, sendo essencial para a estabilidade ecológica e climática em escala continental.

RIOS VOADORES

À medida que os ventos alísios do Atlântico Tropical se movem para oeste, eles absorvem umidade adicional por meio da evapotranspiração da floresta amazônica (Marengo *et al.*, 2024; Staal *et al.*, 2018; SPA, 2021). Esses ventos carregados de umidade do Atlântico equatorial (rios aéreos) encontram a Cordilheira dos Andes e são forçados a subir, resultando em fortes chuvas na região (Espinoza *et al.*, 2020), depois virando para o sudeste e alimentando chuva nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Essa interação completa a formação do complexo sistema hidroclimático Andes-Amazônia-Atlântico (Beveridge *et al.*, 2024).

Além disso, a Amazônia contribui com 40% de todos os sedimentos fluviais que entram no Atlântico, desempenhando um papel crucial no equilíbrio de nutrientes oceânicos, na biodiversidade marinha e no sequestro de dióxido de carbono (Tosetto *et al.*, 2022). Grande parte do fluxo do rio Amazonas se origina na Bacia Amazônica Ocidental, onde as chuvas são mais abundantes (Espinoza *et al.*, 2015).



AMEAÇAS À CONECTIVIDADE DA AMAZÔNIA

A perda de conectividade ecológica, como a degradação florestal, compromete a resiliência da Amazônia e sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas, dificultando a regeneração natural e podendo levar a um ponto de não retorno. Entre os principais vetores dessa perda estão o desmatamento, a agropecuária e o garimpo. Segundo o Instituto Socioambiental, 23% da Amazônia já perdeu totalmente sua conectividade ecológica, e outros 13% estão degradados (ISA, 2024).

Estudos indicam uma perda acelerada da resiliência florestal desde os anos 2000, especialmente em áreas mais secas e acessíveis (Boulton *et al.*, 2022). Cerca de 38% da floresta está degradada por secas, incêndios, extração madeireira e efeitos de borda, com risco de degradação permanente devido a retroalimentações ecológicas (Flores *et al.*, 2024). Na bacia do Rio Negro, florestas de várzea transformaram-se em savanas de areia branca após queimadas repetidas (Flores; Holmgren, 2021), e outras áreas são vulneráveis à transição para savanas dominadas pelo fogo em cenários futuros mais secos (Mattos *et al.*, 2023).

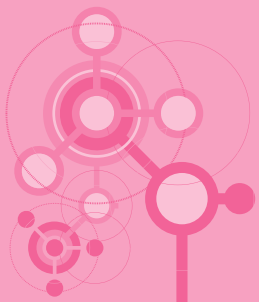
O desmatamento pode reduzir a precipitação e aumentar as temperaturas (Encalada *et al.*, 2021). Embora Yoon e Hohenegger (2025) não tenham observado redução anual significativa de chuvas, identificaram queda entre agosto e outubro, prolongando a estação seca. Isso pode prejudicar a produtividade agrícola (Challinor *et al.*, 2018), intensificar incêndios (Aragão *et al.*, 2018), comprometer o sequestro de carbono (Doughty *et al.*, 2015) e afetar a saúde (Masuda *et al.*, 2021). A redução no transporte de umidade pelos rios aéreos também pode impactar o clima nos Andes, no Pantanal e na própria Amazônia (Sierra *et al.*, 2022; Wongchuig *et al.*, 2023).

Secas extremas, cada vez mais frequentes (Marengo *et al.*, 2021, 2024), isolam comunidades indígenas ao dificultar o transporte fluvial e agravam os impactos do desmatamento e das mudanças climáticas (Ribeiro Neto *et al.*, 2022; Lapola *et al.*, 2023), aumentando a mortalidade de árvores, os incêndios e as emissões de carbono (Lewis *et al.*, 2011; Berenguer *et al.*, 2021). Ondas de calor intensas coincidiram com secas severas na Amazônia e no Pantanal (Libonati *et al.*, 2022; Costa *et al.*, 2022; Marengo *et al.*, 2024; 2025), levando a recordes de queimadas e prejudicando a biodiversidade e o funcionamento ecológico. A seca de 2015 degradou abruptamente o ciclo hidrológico na Amazônia Central, rompendo a relação entre transpiração florestal e radiação líquida (Restrepo-Coupe *et al.*, 2023).

A conectividade ecológica da Amazônia impacta regiões além da floresta, mas está ameaçada por múltiplos vetores de degradação, alterando tanto a paisagem natural quanto a vida nas cidades amazônicas. Com o objetivo de compreender melhor esses impactos, o texto aborda os casos de Altamira e as vulnerabilidades emergentes em Belém e Manaus, contextos marcados pela crescente fragmentação ambiental e social, que ampliam os riscos de desastres e as desigualdades.

PAISAGENS INTERROMPIDAS: DESCONECTIVIDADE ECOLÓGICA E RISCO DE DESASTRES NA AMAZÔNIA URBANA

O desenvolvimento da Amazônia tem sido marcado por profundas contradições, nas quais políticas públicas influenciadas pelo capital global e por diferentes esferas de governo frequentemente priorizam megaprojetos de interesse econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental e dos direitos das populações tradicionais (Santos *et al.*, 2024). Essa dinâmica se manifesta por meio de intervenções como hidrelétricas, rodovias, portos e linhas de transmissão, que transformam o território enquanto produzem narrativas distantes da realidade local (Fearnside, 2019; Fabbro, 2018; Almeida, 2012).



Um exemplo desse processo é o município de Altamira (PA), considerado o maior do mundo em extensão territorial, com 159.533,3 km² (Cabral, 2023). A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, iniciada em 2011, provocou uma série de impactos socioambientais significativos, como o alagamento de 518 km² de florestas (Nascimento *et al.*, 2021), a alteração permanente do regime hídrico do Rio Xingu e a profunda desestruturação dos modos de vida tradicionais de comunidades ribeirinhas e povos indígenas da região (França, 2016; Calvi, 2019). Os efeitos incluem ainda aumento de emissões de metano (Rowiechi; Coltro, 2020), assoreamento do rio e mortalidade de espécies arbóreas e aquáticas (DPU, 2022). Embora o desmatamento tenha caído 61% entre 2023 e 2024, Altamira permanece entre os municípios mais críticos, com queimadas atingindo 9.821,35 km² em 2024 (Censipam, 2025).

Nas áreas urbanas, os desafios são igualmente graves. Belém se destaca como a capital brasileira com menor índice de arborização, enfrentando crescentes ilhas de calor que podem levar a 222 dias anuais de calor extremo até 2050 (Mello, 2025). A situação é agravada por um Plano Diretor desatualizado desde 2008 (PMB, 2008), em violação ao Estatuto da Cidade. Manaus, por sua vez, sofre com a expansão desordenada sobre áreas sensíveis, onde 85% da população vive em zonas de alto risco hidrogeológico (Pereira, 2024). A ocupação de encostas e margens de rios por populações vulneráveis tem levado a recorrentes desastres ambientais (Lopes; Pereira, 2024; Vasconcelos *et al.*, 2024).

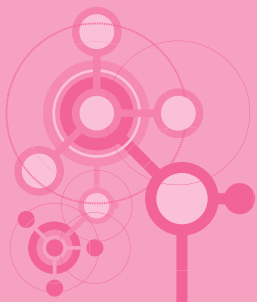
Esses casos revelam um padrão de desenvolvimento que rompe fluxos ecológicos e sociais, aumentando a vulnerabilidade da região. A conectividade — tanto ecológica quanto social — emerge como conceito-chave para estratégias de mitigação de riscos. No entanto, projetos como a BR-319 e o avanço do agronegócio continuam ameaçando a floresta (Fearnside; Leal Filho, 2025), demonstrando a urgência de novas formas de governança que integrem saberes locais, monitoramento científico e justiça ambiental. A superação desses desafios exigirá políticas que reconheçam a Amazônia como um sistema complexo, no qual ambiente, sociedade e desenvolvimento estão intrinsecamente conectados.

CONECTIVIDADE E COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO CLIMÁTICO

A Amazônia enfrenta fragilidades em sua conectividade ecológica e digital. Satélites de baixa órbita ampliaram o acesso à internet, mas também facilitaram atividades ilegais. Sem políticas regulatórias e inclusivas, a conectividade pode agravar desigualdades e riscos socioambientais. A falta de internet prejudica o monitoramento ambiental, a prevenção de desastres e o acesso a serviços como educação e saúde. Na educação, é fundamental garantir conectividade significativa, letramento digital, segurança de dados, formação docente e participação comunitária, respeitando os saberes locais (COIAB, 2023). O Programa de Conectividade para Escolas da Amazônia Legal (2024–2026), que utiliza satélite geoestacionário, representa um avanço contra a exclusão digital, mas sua efetividade e sustentabilidade precisam ser avaliadas, pois a internet sozinha não garante melhoria sem formação e políticas pedagógicas integradas.

Dois projetos importantes para a comunicação com escolas ribeirinhas na Amazônia são: *Escola d'Água - Gotas de Saberes, Rios de Mudanças* (2014–2024), em Santarém (PA), abrangendo os rios Tapajós, Amazonas e Arapiuns; e *Circuito das Águas nas Escolas Ribeirinhas da Amazônia* (2016–2018), em escolas localizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e na Reserva Extrativista do rio Médio Juruá, em Carauari (AM).

Uma das fontes de inspiração da metodologia aplicada é a experiência internacional Swarovski Waterschool, que implantou o projeto *Escolas d'Água* em escolas ao longo de grandes rios: Yang Tsé (China), Danúbio (Áustria), Nilo (Uganda), Mississippi



(EUA), Tailândia e dois no Brasil. Para facilitar a compreensão das várias dimensões da água, adotou-se circuitos baseados em *oikos* = casa (em grego):

- Casa–corpo/casa–escola – O nosso corpo respira, se alimenta, bebe água, se movimenta e se comunica. Como uso a água? Qual a relação da água com minha saúde? Como a água chega à escola? Como ela é tratada? A escola tem projetos e atividades sobre a água?
- Casa–família/casa–comunidade – De onde vem a água que usamos? Desperdiçamos? Como nossa comunidade usa a água? Como lidamos com o rio e os igarapés?
- Casa–bioma Amazônia/casa–planeta – Amazônia: os rios voadores. Mudanças do clima: como lidamos com o excesso e a escassez de água? Que riscos temos no nosso pedaço do mundo?

CIRCUITO DAS ÁGUAS E A CONECTIVIDADE

O projeto se relacionava diretamente com a previsão de instalação do *Programa Amazônia Conectada*, cujo objetivo de levar internet por fibra ótica e outras tecnologias de comunicação para as áreas mais remotas da Amazônia visava promover a inclusão digital, o desenvolvimento econômico e social e a redução das desigualdades regionais. No entanto, em 2019, o Amazônia Conectada apresentou problemas de governança e falta de recursos.

O circuito previu a melhoria da qualidade do ensino em comunidades ribeirinhas, tendo a região do Médio Juruá como locus de atuação em escala piloto, e contou com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação (Capes/MEC), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas e Fundação Amazonas Sustentável, atendendo à demanda do Ministério da Educação.

EDUCOMUNICAÇÃO E A CONECTIVIDADE

A educomunicação constitui uma abordagem essencial para superar os desafios de conectividade na região amazônica. Este conceito combina educação e comunicação, utilizando estratégias criativas e inovadoras para promover a aprendizagem e a troca de informações. A educomunicação e a educação ambiental crítica pressupõem a criação de ecossistemas comunicativos pautados por “uma pedagogia que estimula a criação de espaços de convivência que propiciam situações que favorecem aprendizagens com/no/sobre o meio ambiente [...] numa relação dinâmica entre saberes” (Tristão, 2014 *apud* Brianezi; Gattás, 2022, p. 33-43).

Projetos como *Rádio pela Educação* e *Caminhos da Amazônia* mostram como o rádio pode fortalecer a educação ambiental e valorizar a cultura local (Santos *et al.*, 2019). Metodologias participativas apoiaram a construção colaborativa de materiais, produtos de educomunicação (jornal, rádio, vídeo) e expressão artística (pintura, teatro, música) nos dois processos. O depoimento de uma professora de escola indígena mostra a potência da ação:

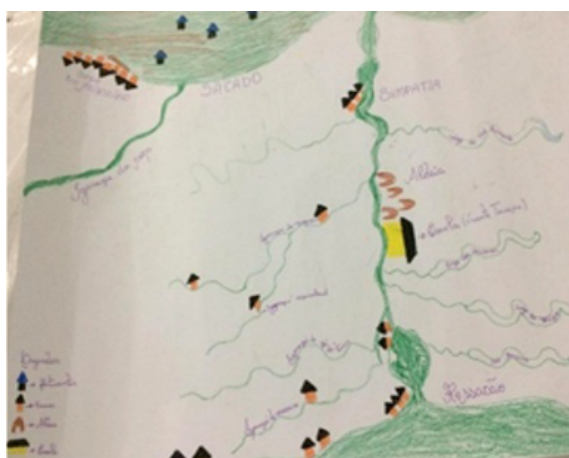
Formamos um grupo no Território Indígena “Cobra Grande” que tem hoje três Escolas d’Água e trabalhamos em parceria, de forma coletiva: repassamos mostrando o que aprendemos no Seminário: a importância do Escola d’Água, pintura de artes plásticas, oficina de sabão e de compostagem, oficina de rádio que foi muito bom. Fomos a todas as três aldeias e repassamos o

conteúdo do Seminário para toda a aldeia. Teve participação de 80 a 100 pessoas da comunidade. Tivemos apoio das lideranças. Ficamos confiantes que vamos chegar muito longe (EMEF SÃO FRANCISCO, Rio Arapiuns, Santarém, [informação oral], 2015).

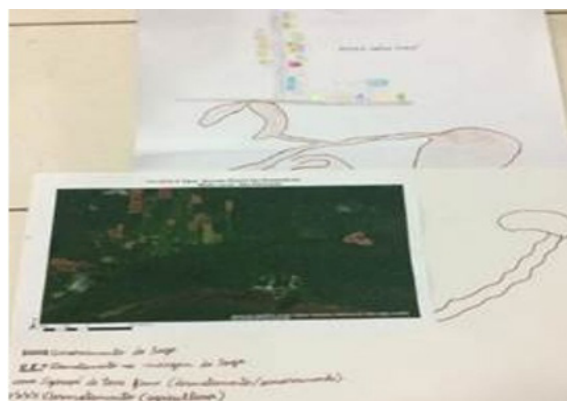
A ciência aplicada, com novas tecnologias, gerou aprendizagens e alertou as escolas para questões como o manejo da biodiversidade e o tratamento dos riscos que parecem tão distantes da realidade das comunidades, mas que já batem às suas portas.

Outra prática transformadora envolveu a cartografia social¹, que aconteceu em duas etapas: uma de croqui livre da comunidade (Figura 1A) e a segunda, a partir de imagens de satélite (Figura 1B), que mostrou a realidade do local “de cima” e inspirou uma maquete da comunidade (Figura 1C).

Figura 1: Representações espaciais desenvolvidas na oficina de cartografia social da comunidade: representação livre (A), percepção aérea (B) e construção de maquete (C)



A



B



C

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas palavras do Prof. João Paulo, da comunidade de São Raimundo (Resex), que trabalhou com os estudantes: “os jovens decidiram juntos. Vamos começar a trabalhar nas matas de capoeira já desmatadas; quem desmatasse sem plantar e cuidar do roçado fica um ano sem plantar. A cartografia social tocou neles!”.

Ao acessarem conhecimentos acadêmicos, as pessoas ampliam sua percepção da realidade, ao mesmo tempo em que ressignificam os conhecimentos não acadêmicos com os quais estão familiarizadas em seu cotidiano.

Em outro exemplo, a pintura dos jovens de uma Escola d'Água (município de Santarém), no muro da escola (Figura 2), simboliza a articulação entre a conectividade da educação e a conectividade ecológica dos rios voadores da Amazônia, revelando também uma crítica ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento.

1 Jornada Pedagógica/Programa Cemaden Educação: <https://educacao.cemaden.gov.br/jornada/cartografia-social-espacializando-os-riscos-socioambientais/?tab=atividades#single>. Acesso em: 15 jul. 2025.

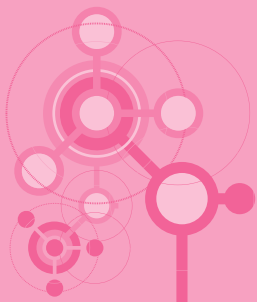


Figura 2: Pintura feita por alunos no muro da escola Nossa Senhora Santana, comunidade Arapixuna



Fonte: Escola D'Água (2015).

Ao dar voz e imagem a sujeitos historicamente invisibilizados, a arte transforma o espaço escolar em território de resistência e reflexão, onde os fluxos comunicacionais, digitais e naturais se entrelaçam como caminhos de cuidado, pertencimento e transformação. Nesse sentido, a imagem denuncia as injustiças socioambientais e anuncia futuros alternativos pautados na justiça climática.

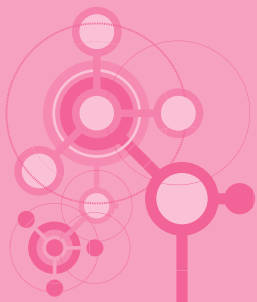
Essas experiências revelam o potencial da conectividade significativa como instrumento de transformação, em que tecnologias e saberes locais se unem para fortalecer a educação e a resiliência comunitária. Elas oferecem caminhos possíveis para enfrentar os desafios impostos pelo atual regime climático e pela exclusão digital.

Diante disso, cabe refletir sobre o que essas múltiplas dimensões da conectividade — ecológica, territorial, digital e educacional — nos dizem sobre os futuros possíveis para a Amazônia e seus povos. As considerações finais a seguir propõem uma síntese crítica e apontam caminhos para a ação.

CONCLUSÕES

As conexões na Amazônia — ecológicas, sociais e digitais — são fundamentais para a sustentabilidade da floresta e para a dignidade das populações que nela vivem. Romper essas conexões, como faz o atual modelo de exploração predatória, aprofunda desigualdades e fragiliza os ecossistemas diante dos diversos impactos associados às mudanças climáticas. Por outro lado, experiências como as de Santarém e Carauari mostram que é possível construir alternativas.

Quando as tecnologias digitais são apropriadas pelas comunidades em diálogo com seus saberes e modos de vida, elas se tornam ferramentas de resistência, educação e cuidado com a natureza. A conectividade significativa não se limita ao acesso à internet: ela envolve participação, escuta, circulação de vozes e fortalecimento de redes territoriais. Garantir esse



direito é investir em justiça climática e social, reconhecendo os povos amazônicos como protagonistas na construção de futuros mais justos e regenerativos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “proteccionismo”. *Caderno CRH*, Bahia, v. 25, p. 63-72, abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ctdJN489Lx5j6gQ8HFDf85M/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2025.

AMENT, R. *et al.* *Wildlife connectivity: fundamentals for conservation action*. Bozeman, Montana: Center for Large Landscape Conservation, 2014. v. 41.

ARAGÃO, L. E. O. C. *et al.* 21st Century drought-related fires counteract the decline of Amazon deforestation carbon emissions. *Nature communications*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 536, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41467-017-02771-y>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-017-02771-y> Acesso em: 26 maio 2025.

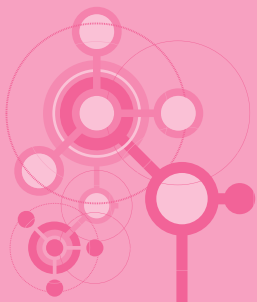
ARMIJOS, E. *et al.* Rainfall control on Amazon sediment flux: synthesis from 20 years of monitoring. *Environmental Research Communications*, United Kingdom, v. 2, n. 5, p. 051008, 2020. DOI: 10.1088/2515-7620/ab9003. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/2515-7620/ab9003>. Acesso em: 26 maio 2025.

BERENGUER, E. *et al.* Improving the spatial-temporal analysis of Amazonian fires. *Global Change Biology*, USA, v. 27, n. 3, p. 469-471, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/gcb.15425>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/gcb.15425>. Acesso em: 26 maio 2025.

BEVERIDGE, C. F. *et al.* The Andes-Amazon-Atlantic pathway: a foundational hydroclimate system for social-ecological system sustainability. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [s. l.], v. 121, n. 22, p. e2306229121, 2024. DOI: 10.1073/pnas.2306229121. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2306229121>. Acesso em: 26 maio 2025.

BOULTON, C. A.; LENTON, T. M.; BOERS, N. Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. *Nature Climate Change*, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 271-278, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41558-022-01287-8>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41558-022-01287-8>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRIANEZI, T.; GATTÁS, C. L. M. E. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 33-43, 2022. DOI: <https://doi.org/10.55738/alaic.v21i41.908>. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003117174.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.



CABRAL, U. De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões. *Agência IBGE Notícias*, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CALVI, M. F. *(Re)Organização produtiva e mudanças na paisagem sob influência da hidrelétrica de Belo Monte*. 2019. 145 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (CENSIPAM). 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/censipam>. Acesso em: 13 maio 2025.

CHALLINOR, A. J. *et al.* Improving the use of crop models for risk assessment and climate change adaptation. *Agricultural systems*, [s. l.], v. 159, p. 296-306, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2017.07.010>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308521X16307703?via%3Dihub>. Acesso em: 21 jun. 2025.

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB). *Povos indígenas e conectividade: desafios e oportunidades na Amazônia*. 2023. Disponível em: <https://coiab.org.br>. Acesso em: 21 jun. 2025.

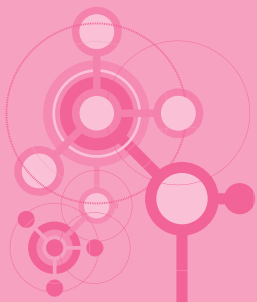
COSTA, D. F. *et al.* The most extreme heat waves in Amazonia happened under extreme dryness. *Climate Dynamics*, New York, v. 59, n. 1, p. 281-295, 2022. <https://doi.org/10.1007/s00382-021-06134-8>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00382-021-06134-8>. Acesso em: 21 jun. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU). *Relatório Temático*. Belo Monte: Violação de Direito dos Povos Indígenas e Responsabilidades do Empreendedor. 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclfeindmkaj/https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio_belo_monte_altamira_violacao_direitos_indigenas.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 21 jun. 2025.

DOUGHTY, C. E. *et al.* Drought impact on forest carbon dynamics and fluxes in Amazonia. *Nature*, London, v. 519, n. 7541, p. 78-82, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1038/nature14213>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature14213>. Acesso em: 21 jun. 2025.

ENCALADA, A. *et al.* Conserving the Amazon's Freshwater Ecosystem' Health and Connectivity. São José dos Campos: Science Panel for the Amazon, 2021.

ESPINOZA, J. C. *et al.* Hydroclimate of the Andes part I: main climatic features. *Frontiers in Earth Science*, v. 8, p. 64, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3389/feart.2020.00064>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/earthscience/articles/10.3389/feart.2020.00064/full>. Acesso em: 21 jun. 2025.



ESPINOZA, J. C. *et al.* Rainfall hotspots over the southern tropical Andes: Spatial distribution, rainfall intensity, and relations with large-scale atmospheric circulation. *Water Resources Research*, [s. l.], v. 51, n. 5, p. 3459-3475, 2015. DOI: 10.1002/2014wr016273. Disponível em: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/2014WR016273>. Acesso em: 21 jun. 2025.

FABBRO, M. D.; DERIVI, C., PINTO, D. G. Planejamento e ordenamento territorial. *In*: PINTO, D. G.; MONZONI NETO, M. P.; ANG, H. G. (org.). *Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes*. 2. ed. São Paulo: FGU/EAESP; FGVces, 2018.

FEARNSIDE, P. M.; LEAL FILHO, W. COP 30: Brazilian policies must change. *Science*, United States, v. 387, n. 6740, p. 1237-1237, 2025. DOI: 10.1126/science.adu9113. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.adu9113>. Acesso em: 21 jun. 2025.

FEARNSIDE, P. M. Impactos das hidrelétricas na Amazônia e a tomada de decisão. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 22, n. 3, p. 69-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5801/ncn.v22i3.7711>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7711>. Acesso em: 21 jun. 2025.

FLORES, B. M. *et al.* Critical transitions in the Amazon forest system. *Nature*, [s. l.], v. 626, n. 7999, p. 555-564, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06970-0>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-023-06970-0>. Acesso em: 21 jun. 2025.

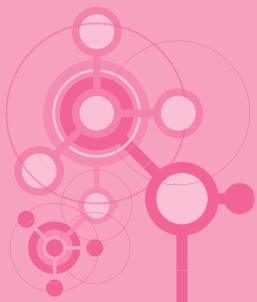
FLORES, B. M.; HOLMGREN, M. White-sand savannas expand at the core of the Amazon after forest wildfires. *Ecosystems*, Switzerland, v. 24, n. 7, p. 1624-1637, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10021-021-00607-x>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10021-021-00607-x>. Acesso em: 23 jun. 2025.

FRANÇA, G. F. *Avaliação dos padrões de desmatamento na região de influência da UHE Belo Monte, Pará*. 2016. 27 f. Monografia (Especialização em Geoprocessamento Ambiental) – Instituto de Geociências da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

GATTI, L. V. *et al.* Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. *Nature*, [s. l.], v. 595, n. 7867, p. 388-393, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-021-03629-6>. Acesso em: 23 jun. 2025.

HELLER, N. E.; ZAVALITA, E. S. Biodiversity management in the face of climate change: a review of 22 years of recommendations. *Biological conservation*, [s. l.], v. 142, n. 1, p. 14-32, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2008.10.006>. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S000632070800387X>. Acesso em: 21 jun. 2025.

HILTY, Jodi *et al.* *Guidelines for conserving connectivity through ecological networks and corridors: developing capacity for a protected planet*. Switzerland: International Union for Conservation of Nature, 2020. (Best Practice Protected Area Guidelines Series, n. 30).



INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate change 2021: the physical science basis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781009157896>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/climate-change-2021-the-physical-science-basis/415F29233B8BD19FB55F65E3DC67272B>. Acesso em: 20 maio 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate change 2022: impacts, vulnerability and adaptation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. DOI:10.1017/9781009157926. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 20 maio 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Efeitos de uma Amazônia fragmentada na biodiversidade regional: análise do estado de conectividade ecológica a nível pan-amazônico (1985-2022)*. São Paulo: ISA; RAISG, 2024.

LAPOLA, D. M. *et al.* The drivers and impacts of Amazon forest degradation. *Science*, [s. l.], v. 379, n. 6630, p. eabp8622, 2023. DOI: 10.1126/science.abp8622. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abp8622>. Acesso em: 20 maio 2025.

LEWIS, S. L. *et al.* The 2010 amazon drought. *Science*, [s. l.], v. 331, n. 6017, p. 554-554, 2011. DOI: 10.1126/science.1200807. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21292971/>. Acesso em: 20 maio 2025.

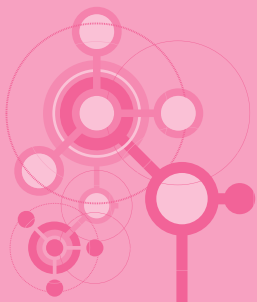
LIBONATI, R. *et al.* Assessing the role of compound drought and heatwave events on unprecedented 2020 wildfires in the Pantanal. *Environmental Research Letters*, Bristol, v. 17, n. 1, p. 015005, 2022. DOI: 10.1088/1748-9326/ac462e. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/ac462e>. Acesso em: 1 jul. 2025.

LOPES, A. B.; PEREIRA, H. dos S. Ocorrências de alagamentos na área urbana do município de Manaus-AM. In: ENCONTRO NACIONAL DE DESASTRES, 4., 2024, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: ABRHidro, 2024. Disponível em: <https://anais.abrhidro.org.br/jobs.php?Event=241&pNum=2&fPalavra=>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MARENGO, J. A. *et al.* Climatological patterns of heatwaves during winter and spring 2023 and trends for the period 1979–2023 in central South America. *Frontiers in Climate*, Switzerland, v. 7, p. 1529082, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3389/fclim.2025.1529082>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/climate/articles/10.3389/fclim.2025.1529082/full>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MARENGO, J. A. *et al.* The drought of Amazonia in 2023-2024. *American Journal of Climate Change*, United States, v. 13, n. 03, p. 567-597, 2024. DOI: 10.4236/ajcc.2024.133026. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=136388>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MARENGO, Jose A. *et al.* Extreme drought in the Brazilian Pantanal in 2019–2020: Characterization, causes, and impacts. *Frontiers in Water*, Switzerland, v. 3, p. 639204, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/frwa.2021.639204>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/water/articles/10.3389/frwa.2021.639204/full>. Acesso em: 1 jul. 2025.



MARTINEZ, J. A.; DOMINGUEZ, F. Sources of atmospheric moisture for the La Plata River basin. *Journal of Climate*, [s. l.], v. 27, n. 17, p. 6737-6753, 2014. <https://doi.org/10.1175/JCLI-D-14-00022.1>. Disponível em: <https://journals.ametsoc.org/view/journals/clim/27/17/jcli-d-14-00022.1.xml>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MASUDA, Y. J. *et al.* Warming from tropical deforestation reduces worker productivity in rural communities. *Nature Communications*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 1601, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41467-021-21779-z>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-021-21779-z>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MATTOS, C. R. C. *et al.* Double stress of waterlogging and drought drives forest–savanna coexistence. *Proceedings of the National Academy of Sciences, United States*, v. 120, n. 33, p. e2301255120, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.2301255120>. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2301255120>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MELLO, N. Déficit de arborização em Belém exige saneamento e melhor gestão de resíduos, aponta pesquisador. *Amazonia Vox*, 2025. Disponível em: https://amazoniavox.com/noticias/view/278/deficit_de_arborizacao_em_belem_exige_saneamento_e_melhor_gestao_de_residuos_aponta_pesquisador?v=2. Acesso em: 20 maio 2025.

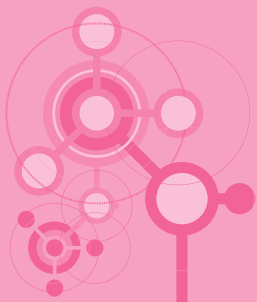
NASCIMENTO, A.; ARAÚJO, K.; DIAS-SILVA, K. Variação espaço-temporal e correlatos das variáveis limnológicas do Rio Xingu a Montante da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Altamira-PA. *Encicl. Biosf*, Jandaia, v. 18, p. 353, 2021. DOI: https://doi.org/10.18677/EnciBio_2021B24. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2021B/variacao.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PAN, Y. *et al.* The enduring world forest carbon sink. *Nature*, [s. l.], v. 631, n. 8021, p. 563-569, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41586-024-07602-x>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-024-07602-x>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PEREIRA, J. Mudança climática: população mais vulnerável a eventos climáticos na Amazônia está nas áreas urbanas e vive em favelas. *InfoAmazônia*, 2024. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2025/06/30/populacao-mais-vulneravel-a-eventos-climaticos-na-amazonia-esta-nas-areas-urbanas-e-vive-em-favelas/>. Acesso em: 20 maio 2025.

PMB. Meio Ambiente e Urbanismo. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. *Prefeitura Municipal de Belém*, Belém, PA, 30 jul. 2008. Disponível em: <https://pgm.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/LEI-N8655-08-PLANO-DIRETOR-BELEM.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

RESTREPO-COUBE, N. *et al.* Asymmetric response of Amazon forest water and energy fluxes to wet and dry hydrological extremes reveals onset of a local drought-induced tipping point. *Global Change Biology*, [s. l.], v. 29, n. 21, p. 6077-6092, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/gcb.16933>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gcb.16933>. Acesso em: 20 maio 2025.



RIBEIRO NETO, G. G. *et al.* Drought cycle analysis to evaluate the influence of a dense network of small reservoirs on drought evolution. *Water Resources Research*, [s. l.], v. 58, n. 1, p. e2021WR030799, 2022. <https://doi.org/10.1029/2021WR030799>. Disponível em: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1029/2021WR030799>. Acesso em: 20 maio 2025.

ROWIECHI, J.; COLTRO, F. L. Z. Impactos da construção da hidrelétrica de Belo Monte na teia da vida: uma análise sob a perspectiva da ecologia-mundo. *Revista Gestão & Conexões*, v. 9, n. 3, p. 74-96, 2020. DOI: 10.47456/regec.2317-5087.2020.9.3.31735.74-96. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjrjruv8o-QAxXZFLkGHaz5AEQQFnoECCQQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufes.br%2Fppgadm%2Farticle%2Fview%2F31735&usg=AOvVaw1qo_lr6RLXSX6Ft25Lg89X&opi=89978449. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS, K. B.; TORRES, M.; SOUZA, C. M. de. Desenvolvimento e dilemas na fronteira: embates e impactos socioambientais na criação do território ribeirão do rio Xingu, Altamira-PA. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, Grajaú, MA, p. e22749, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.e22749>. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/22749>. Acesso em: 20 maio 2025.

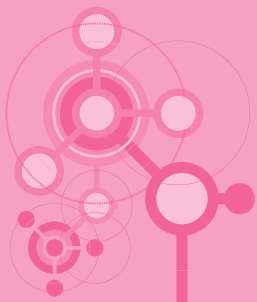
SANTOS, M. R. P.; CARVALHO, L. G. de. A Igreja Católica e a cultura popular no processo de afirmação da identidade local em Santarém (1960 a 1980). *Conexões*, Belém, v. 8, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2020. DOI: 10.46898/rfb.9786558891055.8. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoeser/article/view/12790/0>. Acesso em: 20 maio 2025.

SIERRA, J. P. *et al.* Deforestation impacts on Amazon-Andes hydroclimatic connectivity. *Climate Dynamics*, [s. l.], v. 58, p. 2609-2636, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00382-021-06025-y>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00382-021-06025-y>. Acesso em: 20 maio 2025.

STAAL, A. *et al.* Forest-rainfall cascades buffer against drought across the Amazon. *Nature Climate Change*, [s. l.], v. 8, n. 6, p. 539-543, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0177-y>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41558-018-0177-y>. Acesso em: 20 maio 2025.

TOSETTO, E. G. *et al.* The Amazon River plume, a barrier to animal dispersal in the Western Tropical Atlantic. *Scientific reports*, London, v. 12, n. 1, p. 537, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-04165-z>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-021-04165-z>. Acesso em: 21 jun. 2025.

VASCONCELOS, J. O. M.; FLORES, C. A. R.; CUNHA, H. Região Metropolitana de Macapá: expansão urbana e impactos ambientais na Amazônia Setentrional. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, v. 17, n. 5, p. 3314-3229, set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v17.5.p3314-3229>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/rbgfe/article/view/260771>. Acesso em: 20 maio 2025.

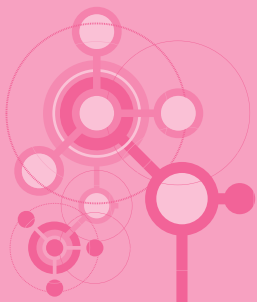


WONGCHUIG, S. *et al.* Changes in the surface and atmospheric water budget due to projected Amazon deforestation: Lessons from a fully coupled model simulation. *Journal of Hydrology*, Amsterdam, v. 625, p. 130082, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2023.130082>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022169423010247?via%3Dihub>. Acesso em: 20 maio. 2025.

YANG, T. *et al.* Soil moisture dominates the severe decline in gross primary productivity during a 2023–2024 compound heatwave-drought event over the Amazon. *Environmental Research Letters*, [s. l.], 2025. DOI: 10.1088/1748-9326/adb0e1. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/adb0e1>. Acesso em: 20 maio. 2025.

YOON, A.; HOHENEGGER, C. Muted amazon rainfall response to deforestation in a global storm-resolving model. *Geophysical Research Letters*, United States, v. 52, n. 4, p. e2024GL110503, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1029/2024GL110503>. Acesso em: 20 maio. 2025.

Artigo recebido em 09/06/2025 e aprovado em 22/09/2025.



Campos científico e jornalístico na construção dos desastres climáticos como um problema público

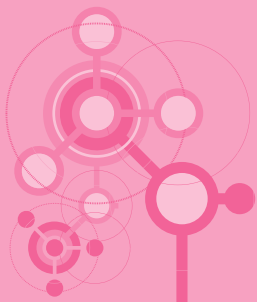
Scientific and journalistic fields in the construction of climate disasters as a public problem

Campos científico y periodístico en la construcción de los desastres climáticos como un problema público



Márcia Franz Amaral

- Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria
- Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- E-mail: marcia.amaral@ufsm.br
- ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7283-474X>



RESUMO

A pesquisa investiga como cientistas percebem a cobertura jornalística dos desastres climáticos. Metodologicamente, realiza entrevistas para debater eixos e ilustrá-los com exemplos de desastres recentes. Pressupõe que os cientistas são definidores primários dessas coberturas e conclui que há inteligibilidades precárias sobre o tema, que ancoram tanto a atuação dos cientistas quanto a dos jornalistas.

PALAVRAS-CHAVE: COBERTURA JORNALÍSTICA DE DESASTRES • CAMPO CIENTÍFICO E CAMPO JORNALÍSTICO • DESASTRES CLIMÁTICOS.

ABSTRACT

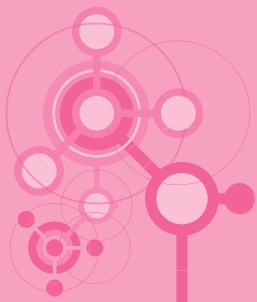
This research investigates how scientists perceive journalistic coverage of climate disasters. Methodologically, it conducts interviews to discuss axes and illustrate them with examples of recent disasters. It assumes that scientists are the primary definers of this coverage. It identifies the coexistence of different approaches to disasters and concludes that there are precarious intelligibilities on the subject that anchor the work of both scientists and journalists.

KEYWORDS: JOURNALISTIC COVERAGE OF DISASTERS • SCIENTIFIC FIELD AND JOURNALISTIC FIELD • CLIMATE DISASTERS.

RESUMEN

Esta investigación indaga cómo perciben los científicos la cobertura periodística de desastres climáticos. Metodológicamente, realiza entrevistas con estos investigadores para discutir ejes e ilustrarlos con ejemplos de desastres recientes. Presupone que los científicos son los definidores primarios de esta cobertura. Identifica la coexistencia de diferentes enfoques sobre los desastres y concluye que existen inteligibilidades precarias sobre el tema que fundamentan el trabajo tanto de científicos como de periodistas.

PALABRAS CLAVE: COBERTURA DE DESASTRES • CAMPO CIENTÍFICO Y CAMPO PERIODÍSTICO • DESASTRES CLIMÁTICOS.



INTRODUÇÃO

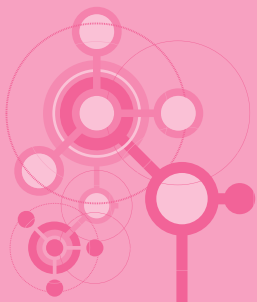
Os desastres climáticos são o epicentro de um entorno complexo composto por largos processos sociais que precisam ser configurados como problemas públicos. Para dar sentido a esses momentos disruptivos, o jornalismo adota chaves interpretativas, muitas vezes sob o comando de definidores primários (Hall, 1993), ou seja, fontes poderosas e privilegiadas, a maioria institucionalizadas, que, diante da complexidade do acontecimento, são acionadas para fornecer uma perspectiva ao tema e estabelecer contornos para a sua compreensão.

Amaral (2016) mostra que, em situações de cobertura de desastres, os agentes sociais ligados ao Poder Público tergiversam, as testemunhas se restringem a reconstituir o que viram acontecer e os afetados estão constrangidos em sua situação de vulnerabilidade, expressando, sobretudo, suas emoções. São os cientistas que interferem decisivamente no enquadramento da cobertura. Interessam-nos as conexões entre o campo científico, as instituições nas quais os cientistas atuam e o modo como alimentam as formas de inteligibilidade sobre os desastres também na mídia. Partimos da noção de Bourdieu (2008) do campo como um espaço social de lutas, constituído por agentes em diferentes espaços institucionais. O campo jornalístico tem bastante interdependência e permeabilidade em relação ao científico e agenda os desastres como problemas públicos já enquadrados em alguns paradigmas hegemônicos, como numa “comunidade interpretativa”. O conhecimento científico, composto por avanços, contradições e contestações, teses e antíteses, costuma ser representado na mídia como acabado e sem contradições, numa noção de “ciência pronta” (Latour, 2020). Entretanto, o próprio campo científico tem seus debates internos, em que posições hegemônicas se cristalizam e outras, contra-hegemônicas, concorrem para ter suas concepções referendadas.

Ponte (2009, p. 145) reflete sobre como certos enquadramentos associados a acontecimentos traumáticos tornaram-se moldes mediáticos, recursos retóricos que “são instrumentais na configuração das narrativas em torno de problemas sociais particulares e orientam a discussão pública não apenas sobre o passado, mas também sobre o presente e futuro”. Zelizer (2013, p. 38) define os jornalistas como uma comunidade interpretativa, “um grupo unido pelas suas interpretações compartilhadas de realidade”. Já Leal e Jácome (2013, p. 46) propõem o “alargamento” do conceito ao sugerirem “importantes agentes nessa comunidade, como as fontes, os leitores e as mídias noticiosas, deixando entrever uma rede mais ampla de interações que conformam e tornam multifacetados os contornos dos fenômenos jornalísticos”.

Por percebermos certas regularidades na cobertura baseada na consulta a agentes sociais do campo científico, entrevistamos cientistas que têm adotado posturas críticas acerca do tema, com a intenção de compreender como eles têm enxergado a relação de seus campos de conhecimento com a cobertura midiática.

Carvalho (2023, p. 83) alerta que os jornalistas são “parte integrante do jornalismo como ator social colonizado e colonizador em disputas de sentido e jogos de poder” e estão enredados pelas “colonialidades do poder e do saber, com suas geoepistemologias eurocentradas”. Afirmar que o jornalismo está quase sempre “alinhado com as demais atrizes e atores sociais [...] que compõem a parte da sociedade que se beneficia das lógicas excludentes [...]” (Carvalho, 2023, p. 133). Leal e Carvalho (2015) dizem que a produção da notícia envolve um campo de disputas desigual, no qual diferentes agentes sociais concorrem entre si por espaços, enquadramentos e falas, podendo se impor ou não, serem “convocados” ou não, como fontes legítimas e/ou como agentes/personagens nas narrativas informativas. Ressaltam o fato de a metáfora “fonte” não poder se constituir em um conceito em função de sua proatividade. Há uma “rede complexa de interações e agenciamentos, que, vistas a partir das narrativas noticiosas, mantêm uma zona de sombra e fora do alcance” (Leal; Carvalho, 2015, p. 617).



Medina (2008, p. 78) menciona os déficits de abrangência nas narrativas, tendo em vista as práticas jornalísticas em que se percebe a “fragmentação das ideias, a dispersão interpretativa dos acontecimentos, a incapacidade de articulação dos nexos de sentido”. O jornalismo hegemônico nos oferece “inteligibilidades precárias” acerca de muitos temas, expressão que tomamos emprestada de Carvalho (2023, p. 124). Essas inteligibilidades

[...] resultam das particularidades operacionais, ideológicas e culturais que envolvem o conjunto de pessoas necessárias para que uma notícia, da possibilidade da pauta à narrativa ofertada, venha à luz. Esse percurso é marcado por seleções, portanto exclusões, visões de mundo estereotipadas, escolha de agentes consideradas ou considerados aptas ou aptos a opinarem sobre determinado tema, opção de abordagem, ou enquadramento, e uma série de outras estratégias, sempre envolvendo disputas de sentido e jogos de poder entre atrizes e atores sociais variadas e variados.

A cobertura, muitas vezes, considera os desastres como monocausais e unidimensionais, causados por forças externas e da natureza, e dá ênfase ao dia do desastre e aos impactos e destruições, menosprezando o passado e o futuro do acontecimento. Outras vezes, constrange a narrativa do acontecimento a um nível gerencial, ao abordar estritamente questões como sirenes ou deficiências da previsão meteorológica, sem considerar todas as vulnerabilidades sociais e ambientais que viabilizam um desastre. Em muitos casos, utiliza-se de um esquema narrativo que começa apenas na comoção e encerra nas histórias de solidariedade e de superação pessoal, sem acompanhar o desastre que continua por muito tempo após sua eclosão. Todas essas formas de visibilizar os desastres têm por trás determinados paradigmas hegemônicos no campo científico, sustentados também por instituições e organizações de diferentes ordens. O problema de pesquisa parte, então, de um déficit de complexidade no eixo problematizador da cobertura jornalística dos desastres climáticos, na confluência com percepções também dominantes no campo científico. Por isso, o objetivo é analisar como diferentes cientistas avaliam essa cobertura.

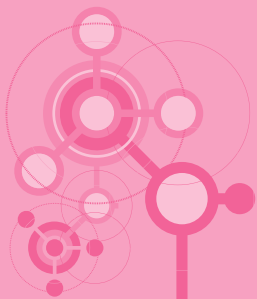
METODOLOGIA

As entrevistas foram realizadas pelo Google Meet de 10/02/2023 até 20/03/2023 e complementadas entre 20/05/2024 e 30/05/2024¹, baseadas em um roteiro semiestruturado com questões sobre: a) a cobertura jornalística dos eventos climáticos na grande mídia e suas conexões com os desastres; b) as possibilidades de complexificação da cobertura e da popularização da cobertura; c) o trato midiático das controvérsias científicas; d) o ciclo de atenção midiática de um desastre; e) a explicação dos desastres e suas relações com o tempo e o clima; f) as conexões entre as ideias hegemônicas dos campos em que atuam os cientistas e as ideias hegemônicas da imprensa; e g) a cobertura de desastres recentes, como os ocorridos no litoral de São Paulo em 2023² e no Rio Grande do Sul em 2024.

Escolhemos entrevistados com expertise nas áreas das mudanças climáticas, Sociologia dos Desastres e Comunicação de Risco. São eles: a jornalista e professora associada do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Gabriela Di Giulio; o sociólogo do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), Victor Marchezini; a economista e professora do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos, Norma Valencio; o físico, ex-diretor do CEMADEN e diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Osvaldo Luiz Leal de Moraes; e o antropólogo e professor da Universidade Federal de São Paulo, Renzo Taddei.

1 Ao longo de um desastre ocorrido no RS, durante mais de um mês em 2024, foram atingidas 478 cidades e 2,3 milhões de pessoas, resultando em 173 mortes.

2 O desastre, causado por uma soma de eventos climáticos extremos e vulnerabilidades sociais e ambientais, matou 65 pessoas.



Para a análise das entrevistas, inspiramo-nos na Análise Temática dedutiva (Minayo, 2014). Partimos de um conjunto de categorias pré-determinadas pautadas pelas perguntas das entrevistas. Realizamos a leitura do material, categorizamos ideias recorrentes, conexões e fizemos um relato da análise, resumido a seguir (Quadro 1).

Quadro 1: Mapa temático das entrevistas e apontamentos de percepções na confluência do campo científico com o jornalístico

Núcleos temáticos	Percepções
Os desastres climáticos	Desastres compreendidos como monocausais, com foco nos eventos meteorológicos extremos.
O papel das vulnerabilidades	Falta de foco nas vulnerabilidades sociais que viabilizam e aprofundam os desastres. Nos desastres recentes, essas vulnerabilidades são mais consideradas.
A responsabilização, externalização e terceirização dos desastres	Compreensão dos riscos de desastres a partir de responsabilizações pontuais, sem a construção de uma narrativa coletiva.
As incertezas científicas	Dificuldades em expor as incertezas científicas e suas relações com o sistema de confiança dos cidadãos.
O campo meteorológico	Ideia da previsão meteorológica como central na produção de certezas.
O código de conduta dos cientistas	Invisibilidade do conhecimento científico local e diversificado.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Discorremos, a seguir, sobre esses núcleos temáticos, percepções e críticas que perpassaram as entrevistas.

A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE OS DESASTRES

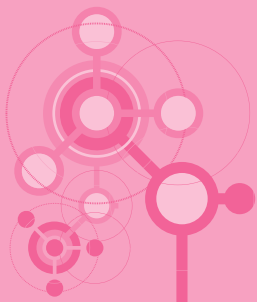
Ao ser questionada sobre em quais concepções sobre os desastres se baseia a cobertura jornalística da grande mídia, Valencio resgata concepções que vêm convivendo no Brasil, tanto no escopo do jornalismo como também no campo das instituições e dos cientistas que trabalham com o tema. Aponta que as concepções sobre os desastres têm três fases, e o jornalismo também é influenciado por elas por intermédio da interlocução com as fontes científicas.

Na primeira fase, até 2007, predominava a ideia de um país sem desastres, fase que termina em 2008 com o desastre do Vale do Itajaí³. A segunda fase tem como clímax o ano de 2011, em que a tragédia da Região Serrana do Rio de Janeiro, especialmente em Petrópolis⁴, tem como consequência a institucionalização dos estudos dos desastres, fase ainda comandada pela visão dos desastres como naturais, lembra Valencio. Por conta do desastre de 2011, relata a entrevistada, um grupo de cientistas organiza o surgimento do CEMADEN. Na avaliação de Valencio, o CEMADEN toma inicialmente para si o *approach* da Teoria dos *Hazards*⁵, denominando esse conjunto de desastres como “naturais”, inclusive levando o termo “natural” em seu nome e capacitando tanto a Defesa Civil quanto os jornalistas nessa perspectiva.

3 Desastre na região de Santa Catarina, em que inundações e deslizamentos de terra mataram 135 pessoas.

4 O desastre atingiu a Região Serrana do Rio de Janeiro em 11 de janeiro de 2011 e matou 918 pessoas.

5 Teoria que enfatiza os aspectos naturais de eventos extremos, como furacões, inundações e terremotos, nos quais o evento é o princípio explicativo.



Essa abordagem de desastres “naturais”, do ponto de vista de Valencio, atrasou a discussão. Os desastres eram explicados pelos movimentos de massa e pelo volume pluviométrico, e eram utilizadas palavras como “alerta”, “remoção” e “interdição”. Ou seja,

[...] um enquadramento que não vai nas causas estruturais dos problemas de vulnerabilização e retarda uma visão socioambiental crítica e também a maturidade das políticas públicas, de tal sorte que, quando os eventos, sejam eles extremos ou intensos, chegam, vão se deparar com populações cada vez mais fragilizadas (Valencio, em entrevista)

Ou seja, essa perspectiva “perverteu e desacelerou as políticas públicas e influenciou as medidas protetivas da população”.

Valencio identifica que estamos em uma fase em que há um movimento de cientistas da área de ciências humanas e sociais que pensam na desnaturalização dos desastres e na sua relação com a sociologia do desenvolvimento, sociologia urbana e aspectos étnico-raciais, que ajudam a entender os processos de territorialização fragilizados, bem como os embates e as contradições que impedem que essas pessoas tenham políticas preventivas, de resposta ou de recuperação ao seu próprio alcance. Esses atores sociais também começaram a ganhar algum espaço junto à mídia, especialmente a mais independente.

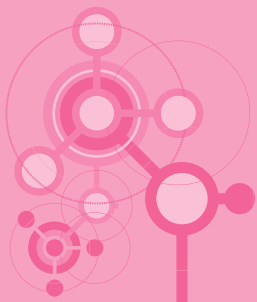
O PAPEL DAS VULNERABILIDADES

Há um consenso entre os entrevistados sobre o papel central das vulnerabilidades nos desastres, especialmente as sociais, que são pouco visibilizadas. Para Valencio, a imprensa tem papel importante na amplificação de certas interpretações, que podem trazer outras indagações que órgãos como o CEMADEN, no Brasil, não conseguem responder, e levar o próprio Estado a se repensar. Ela avalia que, nos campos disciplinares do Serviço Social, da Geografia e da Psicologia, cresceu o interesse pelos desastres, mas em alguns ainda é muito forte a corrente dos desastres “naturais”, da racionalidade militar e da revitimização, que impedem que as populações afetadas pautem, de maneira articulada e política, suas demandas.

Moraes (2023) cita, em sua entrevista, um artigo científico em que avaliou dois desastres no município de Petrópolis (RJ) separados por 11 anos, período em que foram implementadas diversas ações para redução do risco de desastres no país, inclusive a criação do CEMADEN. Os resultados da pesquisa mostram que, apesar da implementação de ações públicas, a vulnerabilidade é o elemento crucial do impacto do desastre. Ele avalia que o incremento institucional realizado no país para enfrentar desastres não teve o resultado esperado, posição com a qual concorda Valencio. Apesar da criação do CEMADEN, da reestruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres e da proteção e defesa civil, passaram-se anos e os desastres posteriores foram ainda maiores. Isso mostra que o problema não é meteorológico, mas sim que o foco está nas vulnerabilidades, que são crescentes no país. Na avaliação de Moraes, mesmo que não houvesse mudança climática, os desastres continuariam crescendo:

o elemento-chave para o desastre não é o evento meteorológico extremo, mas sim a vulnerabilidade. Os desastres não são naturais, e quando usamos o termo “natural”, transmitimos a falsa mensagem de que não há nada a ser feito, a não ser conviver.

O físico reconhece que há um aumento de eventos extremos, mas existem outros impactos mais profundos e geradores dessa crise climática.



Taddei afirma que Climatologia e Sociologia são dois lados da mesma moeda. O próprio Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) diz que a composição química da atmosfera é reflexo de decisões sociais sobre a energia.

O paradigma do desastre como expressão social da vulnerabilidade vem se complexificando desde a década de 1970. Diz Valencio que, se formos abordar processos de territorialização, as pessoas precisam de habitações dignas e seguras em função dos cenários não auspiciosos de eventos extremos, que podem estar ligados às mudanças climáticas, e de outras formas de pensar o planejamento urbano de maneira mais participativa, interdisciplinar e inovadora para as soluções habitacionais. As instituições que lidam com infraestrutura e políticas habitacionais não consideram questões de sustentabilidade, e a cobertura midiática também não.

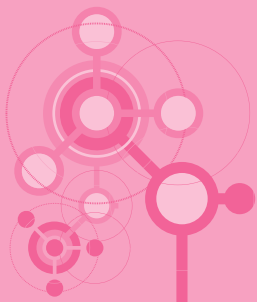
RESPONSABILIZAÇÃO, EXTERNALIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO

A visão do desastre como algo inexplicável e incontrolável diz respeito a questões culturais mais amplas. Taddei menciona que as estruturas da sociedade ocidental externalizam o desastre, e o jornalismo também é influenciado por essa postura. O mais frequente é terceirizar as responsabilidades ao governo, que não sabe o que fazer ou não tem como mudar estruturas sociais; há um modelo patriarcal de raciocínio em que “há um homem forte no poder e ele vai cuidar da gente”. Para o entrevistado, isso é ineficaz e produz um grande vácuo emocional e psicológico no contexto dos desastres. Considera que nossa sociedade se estrutura de maneira muito improdutiva quanto aos riscos: “há uma falta de narrativa coletiva que dê sentidos aos desastres, e a ideia legalista da imprensa, que busca quem vai ser responsabilizado, não supre a necessidade de algo mais denso em termos psicoemocionais e culturais”. Diz que a mitologia dos povos tradicionais mantém a questão do desastre dentro do mapa mental das pessoas com mais frequência. Avalia que os povos indígenas parecem ter uma densidade mitológica e cultural maior no que diz respeito aos riscos. Cita o intelectual indígena Ailton Krenak, para quem, no mundo ocidental, o cuidado é uma exceção, pois há lugares específicos para o cuidado (como os hospitais), e uma sociedade razoável é aquela em que o cuidado está presente em tudo, não é excepcional.

Para Taddei, a imprensa costuma assumir um ponto de vista legalista com a melhor das intenções porque quem sofre é a população pobre: “é clássico que, depois de um desastre, a imprensa comece a procurar quem vai ser responsabilizado, como se a responsabilização fosse a forma óbvia de dar sentido à questão”. Segundo ele, é óbvio que os processos jurídicos são importantes, inclusive como rituais sociais. É relevante saber, por exemplo, quem vai ser processado e quem vai ser indenizado, mas isso não melhora em nada a compreensão do que efetivamente aconteceu e não questiona a rede sociotécnica que possibilita os desastres.

As vulnerabilidades, o racismo ambiental e a justiça climática⁶ estão presentes especialmente em um jornalismo mais ativista, independente e ambiental, como afirmam Taddei e Di Giulio nas entrevistas. Di Giulio também avalia que os avanços virão das iniciativas do jornalismo independente, lideradas por atores com um novo entendimento e domínio das redes sociais.

⁶ O conceito parte da noção de que as mudanças climáticas têm impacto sobretudo para populações racializadas e periféricas.



A COBERTURA DAS INCERTEZAS CIENTÍFICAS E O CAMPO METEOROLÓGICO

Lidar com as controvérsias é um desafio para a comunidade científica, que precisa comunicar resultados com lacunas, lembra Di Giulio. Para ela, nossa ciência é muito elitizada em seu processo de produção, descolada da sociedade, e a comunidade científica tem dificuldades de expor as controvérsias para o público mais amplo. Para Moraes e Di Giulio, a pandemia de coronavírus trouxe a relação entre jornalistas e cientistas para outro patamar, pois os cientistas viram na imprensa a aliada de que precisavam para enfrentar o negacionismo do governo.

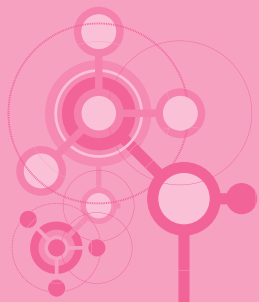
Marchezini (2023) pondera que o sistema de confiança dos cidadãos não pode ser abalado, até porque, culturalmente, não sabemos como lidar com as incertezas científicas, concordando com Taddei. O autor também lembra que, ao contrário dos povos indígenas, temos um fetiche por informação e conhecimento e achamos que o conhecimento resolve tudo; o trato das mudanças climáticas nesses termos vai nos levar a soluções de geoengenharia que certamente resultarão em catástrofe planetária. Segundo ele, para os povos indígenas, não precisamos de mais informação e tecnologia, mas sim redesenhar as relações com os outros seres.

No campo meteorológico, a tônica sempre foi melhorar a previsão e, de fato, ela se qualificou, mas as incertezas ainda são muito grandes, pondera Taddei. Quando o fenômeno do El Niño⁷ foi compreendido, os profissionais da Meteorologia tinham a noção de que uma previsão melhor diminuiria a pobreza no mundo, o que não se realizou. Hoje, o foco na criação de sistemas de alerta obriga a comunidade meteorológica a refletir sobre como as pessoas recebem as informações, afirma o entrevistado. O que efetivamente aconteceu foi o desenvolvimento de uma ligação muito grande com a produção agrícola, cumprindo um papel acrítico de incremento da produção a qualquer custo: “a Meteorologia corre para construir ferramentas para diminuir o risco do agronegócio que é o risco meteorológico”. Entretanto, afirma, os meteorologistas “são cegos quanto a este sistema irresponsável de produção agrícola que força a produtividade no setor a chegar num ponto que é muito arriscado para a população, os demais seres vivos e o solo” (Taddei, em entrevista).

Outro aspecto importante é que a Meteorologia, que sempre se apresentou como “apolítica”, acaba se aproximando da política. Para Taddei, a ciência entendeu que existe um jogo político fundamental que se apoia na aparência das certezas. O próprio IPCC tem a função de pautar decisões políticas. Diz ele que faz parte do jogo político construir a percepção de que as coisas estão sendo entendidas e gerenciadas, ou seja, reduzir dramaticamente a visibilidade da incerteza, que é inerente à ciência. E o jornalismo também fica refém desse tipo de concepção. Entretanto, afirma que as tentativas do IPCC de se comunicar são “patéticas”, pois o relatório é ineficaz, inacessível, e há um *gap* também entre o IPCC e os jornalistas.

Taddei constata que os meteorologistas desconfiam do jornalismo porque é impossível que um relatório meteorológico seja publicado tal como chegou. Para ele, os meteorologistas entendem que a mensagem tem valor agregado se tiver precisão científica e matemática. Já os jornalistas entendem que uma mensagem de qualidade preza por comunicação e não necessariamente por precisão, pois o público leigo não compreenderia informações detalhadas.

⁷ Fenômenos desse tipo dizem respeito a alterações significativas e periódicas na distribuição da temperatura da superfície da água do Oceano Pacífico, com grandes consequências globais.



Aliás, as incertezas que constituem o campo científico, por vezes, são usadas para propagar o negacionismo climático, e talvez apenas uma ciência mais transdisciplinar e colaborativa, mas conectada à sociedade, pudesse facilitar a convivência com essas incertezas, afirma Di Giulio. Para ela, isso torna-se um desafio também para os jornalistas: “afinal, como traduzir algo que é do *modus operandi* da ciência sem reforçar o movimento de deslegitimação da ciência e o negacionismo?”.

Marchezini reflete sobre o que chama de “politização das incertezas científicas”. Ou seja, há movimentos que se apropriam das incertezas para desacreditar os cientistas. Além disso, há uma crise nos sistemas de confiança em informações, como os meios de comunicação, o governo e os próprios cientistas, e há influências da política e das religiões que precisam ser compreendidas, pois atravessam a forma como as pessoas percebem o tema. Seriam necessárias etnografias e entrevistas em profundidade para entender esses processos de questionamento sobre a existência das mudanças climáticas (Marchezini, 2023).

Moraes (2023) faz críticas contundentes aos climatologistas que atribuem os desastres somente aos eventos meteorológicos extremos, que estão, segundo ele, de fato aumentando e se tornando mais frequentes, mas não podem ser vistos isoladamente.

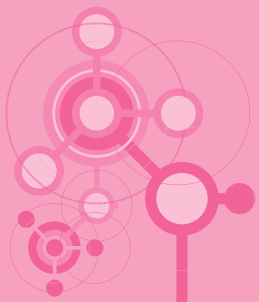
CÓDIGO DE CONDUTA NAS COBERTURAS

Outro aspecto é a ética na cobertura, pois, segundo Marchezini, há necessidade de um código de conduta para pesquisadores e jornalistas que atuam em cenários de emergência, especialmente no que diz respeito ao uso das imagens e à priorização do relato dramático em detrimento do relato crítico. Além disso, avalia o sociólogo, as pessoas precisam reconhecer qual é sua expertise, e os jornalistas também têm à disposição fontes locais e regionais e podem se preocupar com questões de gênero. Ao se referir ao respeito pelas vozes locais, o sociólogo lembra que os países ricos respondem pela maior parte do financiamento e das bolsas de estudo para desastres. Os estudos sobre desastres nem sempre estão baseados nas necessidades e realidades locais, e os cientistas, às vezes, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, atuam a partir de um déficit cultural sobre a realidade a ser analisada.

OS DESASTRES RECENTES

Há uma percepção, ainda inicial, de que, nos desastres mais recentes, a cobertura jornalística evoluiu no sentido de conectar os eventos com questões da crise climática e das desigualdades e vulnerabilidades sociais. Questionados sobre a cobertura do desastre de São Sebastião, em São Paulo, durante o Carnaval de 2023, os entrevistados concordam que a abordagem melhorou. Valencio afirma que, se levarmos em conta a cobertura da grande mídia televisiva, desde as primeiras coberturas *in loco*, o jornalismo já não estava confortável em registrar aquilo como “desastre natural”, diferentemente da cobertura, por exemplo, de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro, em que os eventos eram enquadrados como naturais.

Para ela, em razão desses processos de territorialização muito suscetíveis e naturalizados, houve um esforço em identificar a inoperância das políticas públicas e das autoridades nas soluções habitacionais preventivas que não ocorreram. Isso acabou servindo para tornar a cobertura mais crítica, obrigando-a a pautar também as soluções habitacionais, como a desapropriação de áreas, com autoridades comprometidas em todos os níveis, incluindo o financiamento das soluções habitacionais.



Moraes (2023) dá o exemplo de que, se os 680 milímetros de chuva que caíram em São Sebastião tivessem ocorrido 20 quilômetros a leste, ninguém teria morrido. Por isso, ressalta a importância de a mídia ressaltar as vulnerabilidades envolvidas no acontecimento e explica que o CEMADEN mapeia as áreas de risco do Brasil e emite alertas sobre possíveis deslizamentos de terra, inundações, enxurradas ou alagamentos nessas áreas. Sabe-se quantos idosos, crianças ou cadeirantes moram nessas áreas, qual é o nível de escolaridade ou renda da população e qual é o perfil das mulheres (que, aliás, desempenham papel importante para a ciência dos desastres). A Defesa Civil, muitas vezes fragilizada e sem recursos, é a responsável por comunicar essas informações à população.

Taddei concorda que a cobertura vem se modificando e que algumas ideias, como a de justiça climática, começaram a entrar na pauta. O desastre de São Sebastião evidenciou que os mais afetados foram as pessoas que viviam nas encostas, e percebeu-se um debate sobre urbanismo e habitação, ao contrário da cobertura do desastre de Petrópolis, que ficou mais centrada nas críticas ao governo municipal.

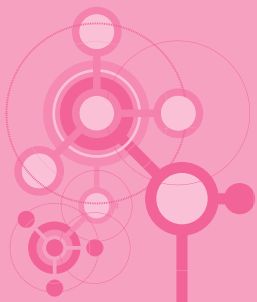
Sobre a sucessão de desastres que ocorreu no Rio Grande do Sul em 2024, na avaliação de Valencio, a abordagem midiática prevalente, ao associar os eventos extremos atmosféricos recentes no RS às mudanças climáticas, “atribui responsabilidades ao homem genérico global e não aos efeitos do modo de produção capitalista sobre a produção social do espaço e o sistema terrestre (atmosfera, litosfera, biosfera e hidrosfera)”. Para a pesquisadora, quando a mídia ainda associa tais eventos unicamente às deliberações temerárias, de cunho ambiental, tomadas pelo governo estadual, faz-se “uma associação direta espúria”, dada tanto à fase globalizada do capital, com a qual “a economia gaúcha mantém fortes conexões, quanto às dinâmicas do sistema terrestre que fogem à (estão além da) jurisdição administrativa estadual”.

Valencio relaciona essa visão também à Política Nacional de Defesa Civil (2012), que resultou em novos desenhos institucionais que capacitaram jornalistas a calibrar seus discursos, valorizando o detalhamento de *hazards*, tidos sempre como “naturais” (ou, no máximo, “ambientais”), desabilitando-os a compreender e a investigar as medidas preventivas e preparativas tomadas pelas autoridades, em diversos níveis, frente a eventos extremos previstos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das entrevistas, avaliamos que o jornalismo é fundamental na cobertura dos desastres, mas, como argumenta Taddei, em entrevista, diz que se trata de uma “caixa de eco do senso comum, às vezes um pouco mais sofisticada”, talvez refém das concepções hegemônicas do momento, inclusive no campo científico. A cobertura, muitas vezes, assume um tom legalista e é culturalmente influenciada pela noção que externaliza o desastre e terceiriza as responsabilidades. As concepções hegemônicas nos campos acadêmico e científico ecoam também na compreensão que o jornalismo, em geral, tem desses eventos, deixando em segundo plano, por exemplo, as vulnerabilidades, especialmente as sociais.

As “inteligibilidades precárias” podem se materializar também em “déficits de abrangência” (Medina, 2008), que delineiam uma cobertura jornalística mais estreita do tema e oferecem quadros explicativos parciais, superáveis apenas com a ampliação ativa dessa base interpretativa, pelo acionamento de agentes sociais em um escopo mais amplo, maior especialização dos jornalistas e menor precarização do trabalho dos profissionais.



Percebe-se que os desastres mais recentes têm trazido experiências que possibilitam uma visão mais ampliada de todas as camadas que compõem um desastre, ampliando a autonomia do campo jornalístico para planejar uma cobertura mais diversa e aprofundada. Isso ocorre, sobretudo, pela coexistência com uma variedade de cientistas críticos que têm se esforçado em ampliar o grid de entendimento dos desastres climáticos.

Na perspectiva de alguns cientistas sobre a relação de seu campo com o jornalismo, destaca-se a ideia de que a construção pública dos desastres ainda depende bastante dos paradigmas vigentes em áreas das “*hard sciences*”. Há a necessidade de absorver na cobertura o questionamento dos modelos de desenvolvimento adotados e das vulnerabilidades sociais e ambientais. Essas são ações que possibilitam entrelaçar a prática jornalística a um conhecimento científico mais crítico e conectado com a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. *Revista Líbero*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 43-54, 2016. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/19/9>. Acesso em: 7 out. 2025.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CARVALHO, C. A. *O jornalismo, ator social colonizado e colonizador*. Curitiba: CRV, 2023.

HALL, S. A produção social das notícias: os mugging nos media. In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

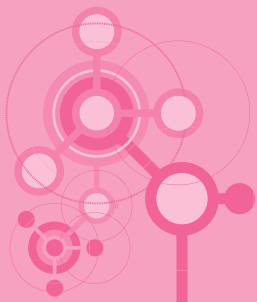
LATOUR, B. *Onde aterrar*. como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEAL, B.; CARVALHO, C. A. De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta. *Intexto*, Porto Alegre, n. 34, p. 606-622, 2015. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201534.606-622>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58536>. Acesso em: 7 out. 2025.

LEAL, B. S.; JÁCOME, P. Outros agentes na comunidade interpretativa do jornalismo. *RuMoRes*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 45-61, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2013.69429>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69429>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MEDINA, C. Déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade. *Matrizes*, São Paulo, v. 2, n. 11, 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v2i1p77-96>. Acesso em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38209>. Acesso em: 7 out. 2025.

MINAYO, M. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

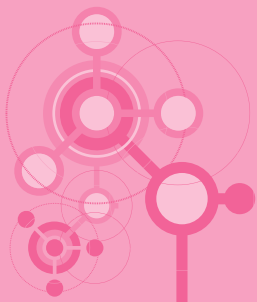


MORAES, O. Proposing a metric to evaluate early warning system applicable to hydrometeorological disasters in Brazil. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, [s. l.], v. 87, p. 103579, mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2023.103579>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2212420923000596>. Acesso em: 7 out. 2025.

PONTE, C. Os jornalistas como “comunidade interpretativa transnacional”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Santa Catarina, v. 6, n. 1, p. 143-159, 2009.

ZELIZER, B. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Comunicação & Linguagens*, Lisboa, n. 27, p. 33-61, 1993. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/362112953/ZELIZER-comunidade-interpretativa>. Acesso em: 7 out. 2025.

Artigo recebido em 03/05/2025 e aprovado em 22/09//2025.



Petróleo na Foz do Amazonas: enquadramentos sociais, econômicos e ambientais na pauta da mídia

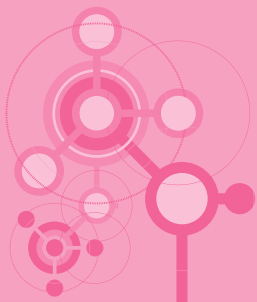
Petroleum at the Foz of the Amazonas: social, economic and environmental frameworks in the media agenda

Petróleo en la Foz del Amazonas: encuadre sociales, económicos y ambientales en la agenda mediática



Juliana de Oliveira Vicentini

- Doutora e mestre em Ciências (Ecologia Aplicada) pela ESALQ-CENA/USP
- Possui MBA em Gestão de Projetos pela USP
- Atuou como docente na USP, SENAC e FUMEP
- E-mail: ju_vicentini@yahoo.com.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9031-6679>



RESUMO

A exploração de petróleo na Foz do Amazonas é uma pauta multifacetada. O objetivo é analisar a cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre o tema, a fim de verificar como ele é abordado pelos âmbitos social, econômico e ambiental. A partir da perspectiva do enquadramento midiático e da realização da análise de conteúdo durante 27 meses, 112 publicações compõem a amostra. O enquadramento predominante é o ambiental, demonstrando que o enunciador está alinhado aos debates globais sobre sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: AMAZÔNIA • PETRÓLEO • MÍDIA • ENQUADRAMENTO • MEIO AMBIENTE.

ABSTRACT

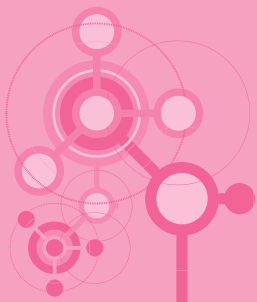
Petroleum exploration at the Foz of the Amazon is a multifaceted issue. The objective is to analyze *Folha de S.Paulo's* coverage of the topic in order to see how it is approached from social, economic, and environmental spheres. Based on the perspective of media framing and content analysis over a 27-month period, 112 publications compose the sample. The predominant framing is environmental, demonstrating that the media is aligned with global debates on sustainability.

KEYWORDS: AMAZON • PETROLEUM • MEDIA • FRAMEWORK • ENVIRONMENT.

RESUMEN

La exploración petrolera en la Foz del Amazonas es un tema multifacético. El objetivo es analizar la cobertura que *Folha de S.Paulo* hace del tema, para verificar cómo es abordado desde lo campo social, económica y ambiental. Desde la perspectiva del encuadre mediático y del análisis de contenidos a lo largo de 27 meses, 112 publicaciones conforman la muestra. El marco predominante es el ambiental, demostrando que el ponente está alineado con los debates globales sobre sostenibilidad.

PALABRAS CLAVE: AMAZONIA • PETRÓLEO • MEDIA • ENCUADRE • AMBIENTE.



INTRODUÇÃO

A comunicação possui centralidade na construção de enquadramentos públicos sobre questões socioambientais. Seu protagonismo se deve ao fato de que a compreensão a respeito do meio ambiente ocorre principalmente de maneira mediada, sobretudo a partir daquilo que é veiculado pelas mídias (Hansen; Cox, 2015). Ao selecionar, organizar, interpretar e divulgar informações, elas contribuem para a formação de opiniões e para o direcionamento de debates e de políticas públicas ambientais (Hutchins; Lester, 2006).

As mídias tradicionais (rádio, TV e jornal) e sites governamentais são considerados os mais confiáveis para os brasileiros se informarem. Segundo levantamento realizado pelo Ponto Map e pela V-Tracker, 68% dos respondentes afirmam que o jornal é seguro para se obter informação (Braga, 2025). Isso está associado ao fato de que ele possui responsabilidade no que veicula, pois deve informar com precisão, contextualizar dados e promover o debate público de maneira democrática (Alves; Menezes Neto; Costa, 2020). Para tanto, jornalistas consultam fontes para checagem de fatos e obtenção de informações (Schmitz, 2011). Considerando os atributos mencionados, o jornal é considerado um aliado no combate à desinformação (disseminação intencional de informações imprecisas, incorretas ou enganosas [UNESCO, 2019]).

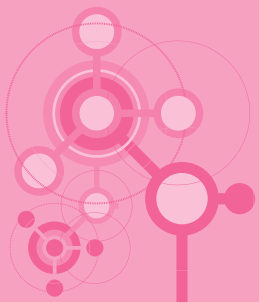
A *Folha de S. Paulo* (FSP) é de propriedade do Grupo Folha, um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil (Fernandes; Pasti, 2022). Trata-se de uma mídia multiplataforma, pois pode ser acessada em versão impressa e on-line (versão digital, redes sociais, aplicativos e sites). É o jornal mais lido do país, com 834,9 mil exemplares diários, e possui audiência digital de 22,5 milhões de leitores (Folha de S. Paulo, 2024). O jornal é composto por editoriais especializados, como *Ambiente*, além de uma seção digital sobre a Amazônia.

Embora a Amazônia seja estratégica do ponto de vista ecológico (serviços ambientais) e social (diversidade cultural) (Artaxo *et al.*, 2022; Abramovay, 2021), seu território tem sido explorado para atender a ciclos econômicos, como especiarias nativas (cacau, castanha etc.), borracha (látex), madeira (mogno e ipê), minério (ouro, ferro e manganês) e agropecuária (monoculturas e gado) (Souza, 2021; Ioris; Ioris, 2022). Ela também está submissa a interesses que visam incorporá-la à cadeia produtiva energética nacional (hidrelétricas, petróleo e gás) (Mattos *et al.*, 2019).

A Margem Equatorial, especificamente a bacia sedimentar da Foz do Amazonas, que abrange os litorais do Amapá e parte do Pará, está sob o interesse do Estado e do setor petrolífero e tem sido considerada o novo pré-sal (Barros Filho; Carmona; Zalán, 2021). O pré-sal é uma reserva de petróleo e gás natural localizada na costa brasileira, abrangendo os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo (Eixos, 2024). Ele é responsável por 79,7% do total produzido no Brasil, alcançando 3,7 milhões de barris diários (Brasil, 2024).

Diante do pico de produção do pré-sal, que será atingido em 2030 e comprometerá a produção petrolífera no país (Eixos, 2024), o interesse do setor energético está direcionado à bacia sedimentar da Foz do Amazonas. Estudos estimam que, no contexto de perfuração profunda naquela localidade (acima de 300 metros), há potencial para gerar 6,2 bilhões de barris de petróleo, com um incremento de R\$ 10,7 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Amapá (Brasil, 2024).

Apesar da promessa de crescimento econômico e de aumento da produção de petróleo, a exploração na Foz do Amazonas divide opiniões. Os desfavoráveis são especialistas, ambientalistas e moradores da região que apontam os impactos socioambientais, os conflitos e a necessidade de transição energética para frear o aquecimento global (Ferraz; Viegas, 2025).



Os favoráveis ao empreendimento formam um grupo composto por lobistas do setor petrolífero, a exemplo de políticos e da Petrobras, que argumentam que o Brasil precisa explorar petróleo em novas áreas em prol do impulsionamento econômico (Eixos, 2024). Para esses agentes, a exploração daquela bacia sedimentar representa uma oportunidade estratégica de garantir segurança energética nacional, aumentar a arrecadação de royalties e fomentar a geração de empregos (Ferraz; Viegas, 2025).

Em um debate marcado por controvérsias, a mídia possui papel multifacetado na cobertura da exploração de petróleo na Foz do Amazonas. Ela se torna uma arena político-ideológica, onde diferentes vozes (governamentais, empresariais, científicas e comunitárias) e interesses (políticos, econômicos, ambientais e sociais) disputam o fortalecimento de suas visões de mundo. A maneira como o tema é pautado pela FSP indica o posicionamento desse veículo de comunicação sobre o assunto e, conseqüentemente, pode influenciar sua audiência.

O objetivo geral deste artigo é analisar a cobertura realizada pela FSP quando a pauta é a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, a fim de verificar como ocorre o enquadramento do tema do ponto de vista social, ambiental e econômico.

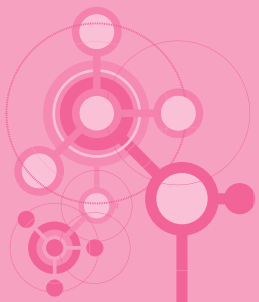
ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO E PETRÓLEO NA AMAZÔNIA

A estruturação de conteúdos pela mídia não ocorre de maneira neutra. Ela carrega consigo posicionamentos editoriais e motivações variadas, a exemplo das políticas e econômicas. A maneira como a mensagem é apresentada exerce influência sobre a forma como as pessoas interpretam os acontecimentos e se posicionam em relação a eles. Essas escolhas são analisadas a partir da teoria do enquadramento. A mídia utiliza o enquadramento na tentativa de influenciar indivíduos a refletirem e a agirem sobre determinado assunto a partir das informações disponibilizadas (D'Angelo, 2017).

O enquadramento é caracterizado como "pacotes interpretativos" (Gamson; Modigliani, 1989) que dão sentido a determinado tema. Nesse contexto, as notícias são consideradas uma "janela para o mundo" (Tuchmann, 1978, p. 1). Essa metáfora traz consigo a ideia de que a notícia em si já é um enquadramento e que a vista, ou seja, o entendimento sobre um assunto através da janela, depende da largura dela, ou seja, se é estreita ou larga e se é transparente ou opaca. Nessa lógica, os enquadramentos produzem regiões de sombra (ocultação) e de luz (destaque) (Mouillaud, 2002).

A seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações são estratégias de enquadramento, por meio das quais os acontecimentos e situações são dados a conhecer (Rothberg, 2007). A seleção diz respeito à escolha de certos aspectos da realidade em detrimento de outros, ou seja, implica a decisão do que será incluído ou excluído (Gitlin, 1980). A saliência é a ação de destacar certos elementos para que se tornem mais perceptíveis, o que aumenta a importância de determinados tópicos e a chance de as pessoas processarem e memorizarem a informação (McCombs, 2009). A repetição é uma estratégia empregada para reforçar a saliência, pois a quantidade de vezes que um assunto é pautado pela mídia contribui para sua naturalização junto ao público, contribuindo, assim, para a (re)produção de determinada visão de mundo (Entman, 1993).

Este artigo se debruça sobre os enquadramentos interpretativos, que "são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas [...], incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento" (Porto, 2004, p. 96). A definição do problema envolve a identificação do que está ocorrendo e sua relevância (custo-benefício). O diagnóstico de causas e efeitos concerne às variáveis que criaram o problema, as



quais ficam sujeitas a julgamentos morais, a exemplo de certo/errado e positivo/negativo (Porto, 2004). A proposição de recomendações consiste em soluções para a resolução do problema (Entman, 1993). É importante esclarecer que uma frase pode carregar consigo uma função, todas elas simultaneamente ou, ainda, não apresentar nenhuma delas.

A preferência pelo enquadramento interpretativo reside no fato de que sua construção ocorre por múltiplos agentes. Há aqueles que patrocinam os enquadramentos da mídia, como organizações e governo, os quais transformam os conteúdos em fóruns que competem pela construção social da realidade (Carragee; Roefs, 2004). Os autores esclarecem que, devido à detenção de recursos econômicos e ao fato de se colocarem como fontes de notícias, esses agentes acabam sendo favorecidos. Simultaneamente, os jornalistas também contribuem para o enquadramento, uma vez que, na ocasião de produção, seleção e interpretação de dados, materializam sua perspectiva sobre o tema (Barros Filho; Martino, 2003). Considerando essa lógica, há uma mescla de interferência externa e interna na construção de significado sobre determinada realidade.

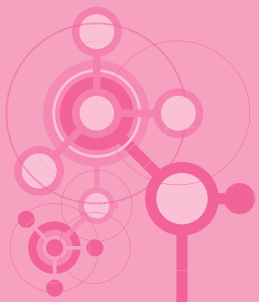
A mídia está imersa em um processo dialético no qual molda a sociedade e, simultaneamente, é moldada por ela (Martín-Barbero, 2001). Isso significa que a mídia transforma pautas em debates públicos, ao mesmo tempo em que é pautada pelos acontecimentos da sociedade. A exploração de petróleo na Foz do Amazonas é um exemplo de conteúdo que emerge de forças externas (políticas e econômicas), que fazem com que a mídia o traga para a arena pública.

A região amazônica concentra 871 blocos de petróleo mapeados, dos quais 684 (78%) encontram-se em fase de estudo ou em processo de oferta, enquanto os demais já foram concedidos para exploração (Coalizão Energia Limpa, 2024). Esse quantitativo corresponde a aproximadamente 29% dos 3.028 blocos distribuídos nos países da Pan-Amazônia (Coalizão Energia Limpa, 2024). Considerando esse potencial energético, observa-se um crescente interesse da indústria petrolífera em expandir suas atividades na bacia da Foz do Amazonas.

A Foz do Amazonas e sua exploração petrolífera não são assuntos recentes. Em 2013, a Petrobras adquiriu blocos na região e iniciou estudos sobre viabilidade. Em 2020, a empresa divulgou o potencial produtivo de petróleo daquela bacia sedimentar. O ano de 2023 trouxe o tema ao debate público, o qual tem sido transformado em pauta até o presente, e as razões disso são multifatoriais, conforme segue.

Em 2023, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) negou a licença à Petrobras para a perfuração na região (Moliterno; Noberto, 2025). Daquele episódio em diante, o ministro de Minas e Energia passou a atacar o IBAMA publicamente, visando pressionar o órgão a liberar a extração de petróleo (Instituto Humanitas Unisinos, 2025). No ano de 2025, a negativa do IBAMA também mobilizou a classe política. Diversos senadores protocolaram o pedido de criação da Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil, que visa promover o desenvolvimento econômico e a soberania energética do país (Brasil, 2025).

Ainda em 2025, a entrevista concedida pela ministra Marina Silva — considerada uma das 100 pessoas mais influentes do mundo (Mendes, 2024) — ao programa *Roda Viva*, na TV Cultura, também potencializou o tema, pois a maioria das perguntas feitas pelos jornalistas abordava a questão da Foz do Amazonas. Conjuntamente, diferentes atores e segmentos têm se manifestado sobre o tema, principalmente contra o empreendimento, sobretudo em função da proximidade da realização da Conferência das Partes 30 (COP30) no Brasil.



A COP30 é a 30ª edição da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNCC, 2025). Trata-se de um dos eventos internacionais mais importantes sobre mudanças climáticas, reunindo representantes de vários países do mundo, incluindo chefes de Estado, cientistas, ativistas, organizações da sociedade civil e setor privado. A edição de 2025 será realizada na Amazônia (Belém do Pará), considerada uma das regiões estratégicas para combater as mudanças climáticas, em virtude de seu papel regulatório ambiental e de sua biodiversidade (Artaxo *et al.*, 2022). A realização dessa reunião mundial no Brasil tem reforçado o impasse entre a sustentabilidade, baseada na necessidade de transição energética, e o desejo do Estado de aumentar a exploração de combustíveis fósseis na região amazônica (Observatório do Clima, 2025).

Cerca de 62% dos brasileiros são a favor da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, 18% não apoiam e 19% não têm uma opinião formada sobre isso. Ao mesmo tempo, 39% das pessoas consideram a atividade de alto risco e 34% concordam com a negativa de concessão de licença do IBAMA à Petrobrás (Junqueira, 2023). Os resultados dessa pesquisa, realizada pelo Instituto Atlas e Intes, demonstram que a população está dividida sobre o assunto. O posicionamento dessas pessoas pode ser influenciado pelas narrativas midiáticas. Por ser um assunto multifacetado, ou seja, que divide as pessoas em grupos favoráveis ou desfavoráveis à atividade petrolífera e que envolve disputas do ponto de vista econômico, social e ambiental, a pergunta norteadora deste artigo é: qual é o enquadramento da FSP quando a pauta é a exploração de petróleo na Foz do Amazonas?

A teoria do enquadramento (Porto, 2004; Rothberg, 2007; D'Angelo, 2017), aplicada à cobertura da FSP sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, contribui para a condução de uma análise de conteúdo mais robusta. Ela fornece subsídios para que o estudo alinhe a frequência de indicadores selecionados às narrativas recorrentes nas peças jornalísticas, resultando em uma investigação crítica.

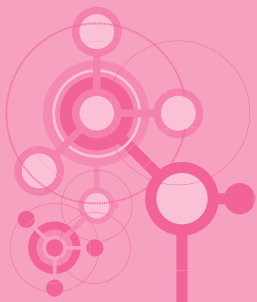
METODOLOGIA

A presente pesquisa seguiu os pressupostos da análise de conteúdo. Essa metodologia baseia-se em “procedimentos sistemáticos [...] para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos [...], buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos” (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 6). Na presente investigação, ela foi operacionalizada em três etapas: (1) pré-análise; (2) exploração; (3) resultados (Bardin, 2011).

1) Pré-análise:

A coleta do material ocorreu no acervo on-line da FSP. O *corpus* foi constituído a partir de conteúdos publicados de janeiro de 2023 a março de 2025. Esse período foi selecionado porque marca o retorno e a continuidade da pauta na mídia, conforme explicitado. O critério para a seleção do *corpus* foi a presença de uma das seguintes palavras-chave no título da publicação: “Foz do Amazonas”; “Margem Equatorial”; “Petróleo na Amazônia”. Ele foi aplicado para garantir que o assunto em questão fosse o tema central dos conteúdos.

Embora a FSP publique diversos formatos de texto, salienta-se que artigos de opinião e publicidades foram descartados por não refletirem o posicionamento do jornal. Notícias autopromocionais do enunciador também não foram consideradas,



pois repetiam conteúdos já publicados. Optou-se por notícias e reportagens em português, visto que as publicações em inglês ou em espanhol eram réplicas do conteúdo original.

Após a seleção dos conteúdos, os indicadores de análise foram definidos a partir da elaboração do manual de codificação, o qual continha detalhes da operacionalização quantitativa. A categoria analisada foi o tipo de enquadramento realizado pela FSP: (a) social — que corresponde às implicações com ênfase na comunidade local, abordando quem são os atores sociais envolvidos, como as pessoas são afetadas (positiva ou negativamente), as tensões sociais e os direitos humanos (respeitados ou desrespeitados); (b) ambiental — cuja ênfase está nas questões ecológicas, seja do ponto de vista da sustentabilidade ou das consequências do empreendimento para o meio ambiente, contemplando riscos e impactos ambientais; (c) econômico — com foco na argumentação do ponto de vista financeiro, produtivo ou mercadológico, cuja ênfase recai sobre benefícios econômicos. Em muitos casos, um mesmo conteúdo trazia consigo mais de um enquadramento simultaneamente, portanto, a análise frequencial ocorreu com base nas menções a cada tipo de enquadramento no conteúdo.

2) Exploração:

A exploração do material abrangeu a codificação e a quantificação do *corpus* a partir da categoria pré-definida. Essa fase foi realizada em duas etapas. Em um primeiro momento, ela ocorreu manualmente para a coleta e a organização de dados em planilha Excel, a qual continha data da publicação, link de acesso, palavra-chave, título e enquadramento. Em um segundo momento, a análise foi complementada com o auxílio do AntConc. Trata-se de um *software* de acesso livre executável em diversos sistemas operacionais, como Windows, Linux e Macintosh.

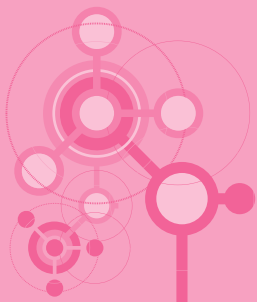
Para que o *corpus* pudesse ser codificado via AntConc, as notícias e reportagens foram agrupadas e salvas em formato *.txt*. Dentre os comandos acionados no *software*, destacam-se aqueles que permitiram análises de cunho lexical e contextual nos textos de maneira integral, como: lista de palavras, por meio da qual foi possível identificar as mais utilizadas e respectiva frequência; e concordância, que permitiu apurar o contexto no qual determinada palavra era empregada.

3) Resultados:

Os resultados foram organizados de maneira codificada, considerando: categoria (econômica, social e ambiental), palavras-chave frequentes e respectivo contexto. Nessa etapa, padrões, contradições e repetições foram verificados. Isso gerou relatórios que foram tratados por meio de contabilização e inferências, as quais foram organizadas em quadros para posterior conclusão interpretativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O jornal FSP foi monitorado por 27 meses (janeiro de 2023 a março de 2025). Naquele período, 112 conteúdos cumpriram os critérios de inclusão para comporem a amostra. A partir da análise realizada, constatou-se que as publicações do enunciador podem ser consideradas multidimensionais, isto é, a pauta foi abordada a partir de enquadramentos de cunho social, econômico e ambiental, ainda que a presença de cada um deles não tenha sido homogênea (Quadro 1).

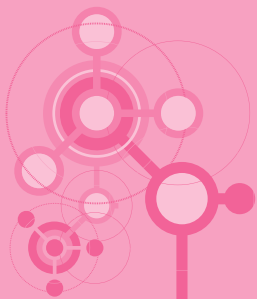


Quadro 1: Enquadramentos da FPS sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas

ASPECTO	ENQUADRAMENTO		
	SOCIAL	ECONÔMICO	AMBIENTAL
Envolvidos	Pessoas	Governo	Natureza
Foco	População, saúde, alimentação e direitos humanos	Produção, transição energética e desenvolvimento	Biodiversidade, ecossistemas, áreas protegidas, mudanças climáticas e acidentes
Citados	Indígena e Ministério Público Federal	Petrobras, governo, Lula, Alexandre Silveira, Ministério de Minas e Energia e Ministério das Relações Exteriores	IBAMA, Marina Silva, Rodrigo Agostinho, Ministério do Meio Ambiente e Ministério Público Federal
Perfil	Denuncista	Desenvolvimentista	Técnico-científico
Função	Apresentar os impactos às comunidades	Justificar a atividade economicamente	Alertar para os riscos ecológicos
Definição do problema	Anti-exploração	Pró-exploração	Anti-exploração
Diagnóstico causal	Compromete a subsistência das pessoas	Burocracia de órgãos reguladores	Área de complexidade e sensibilidade ambiental
Julgamento moral	Impactos sociais	Decisão estratégica	Degradação ambiental
Recomendações	Suspender os planos de perfuração	Acelerar o licenciamento	Suspender os planos de perfuração e investir em energias renováveis
Ocorrência	45	103	153

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O enquadramento social envolve pessoas e comunidades que vivem no entorno da área almejada para a exploração de petróleo na Foz do Amazonas. Esse enquadramento apareceu 45 vezes nos conteúdos, cujas menções foram agrupadas em cinco categorias: população, conflito, saúde, alimentação e direitos humanos (Quadro 2). Os grupos mencionados pela FSP foram indígenas, pescadores e população costeira. Essas comunidades integraram as publicações na posição de impactadas negativamente pelo empreendimento. O enunciador pontuou que a atividade petrolífera pode gerar conflitos entre as pessoas, intensificação da criminalidade e ocupação desordenada do território. Os povos locais também estariam sujeitos a impactos na área da saúde devido ao barulho do sobrevoo de aeronaves, o qual pode causar danos às pessoas, além do risco de contaminação da água e dos peixes consumidos. A perturbação local também afetaria a pesca artesanal, comprometendo a alimentação dos povos locais. No que diz respeito à categoria “direitos”, a FSP publicou que não houve consulta prévia junto aos moradores e que isso já configuraria uma violação dos direitos dos povos indígenas, comprometendo, assim, a sustentabilidade social.



Quadro 2: Categorias dos enquadramentos da FSP sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas

Enquadramento	Categoria	Ocorrência
Social	População	13
	Saúde	12
	Alimentação	7
	Conflitos	7
	Direitos	6
Econômico	Produção de energia	62
	Desenvolvimento regional	22
	Transição energética	19
Ambiental	Biodiversidade	45
	Áreas protegidas	37
	Acidente/vazamento	28
	Mudanças climáticas	26
	Combustíveis fósseis	17

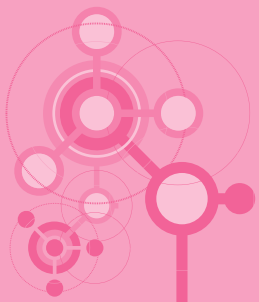
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As instituições ou pessoas mais citadas (não necessariamente como fontes de informação, pois não é o foco do trabalho) (Quadro 3) para reforçar o enquadramento social foram: indígenas (100 vezes) e Ministério Público Federal (MPF) (9 vezes). Os povos indígenas foram mencionados na condição de mais atingidos pelo empreendimento petrolífero. O MPF foi incorporado aos conteúdos para reforçar os direitos dessa população e para compartilhar argumentos na tentativa de impedir que o IBAMA concedesse a licença à Petrobras.

Quadro 3 – Sujeitos e instituições mais citados pela FSP por enquadramento

Enquadramento	Citados	Ocorrência
Econômico	Petrobras	560
Ambiental	Ibama	462
Econômico	Governo	252
Econômico	Lula	168
Econômico	Alexandre Silveira	106
Social	Indígenas	100
Econômico	Ministério de Minas e Energia	93
Ambiental	Marina Silva	85
Ambiental	Rodrigo Agostinho	70
Ambiental	Ministério do Meio Ambiente	27
Social	Ministério Público Federal	9
Econômico	Ministério das Relações Exteriores	3

Fonte: Elaborado pela autora (2025).



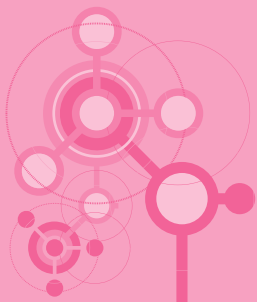
Os conteúdos de cunho social têm perfil denunciata, ou seja, de compartilhamento da perspectiva daqueles que seriam atingidos pelo empreendimento e de estudos a respeito dos impactos sobre a população, caso a exploração de petróleo seja liberada. A função desse enquadramento foi denunciar os problemas que a atividade pode causar nas comunidades locais. Aplicando a teoria do enquadramento (Porto, 2004), o problema enunciado pela FSP é o posicionamento contrário à exploração da Foz do Amazonas, cujo diagnóstico causal é o comprometimento da qualidade de vida das pessoas, o que gera um julgamento que vai ao encontro dos impactos sociais, sendo que a recomendação seria a suspensão dos planos de perfuração na região. O enquadramento social humaniza o debate, traz voz a grupos historicamente invisibilizados e constrói sentidos morais; no entanto é o que teve menor ocorrência no *corpus* — 45 aparições.

O enquadramento econômico envolve o setor estatal, o que inclui a Presidência do Brasil, parlamentares e a Petrobrás. Esse enquadramento apareceu 103 vezes, ocupando a segunda colocação na comparação com os demais, cujas menções foram agrupadas em três categorias: produção, transição energética e desenvolvimento (Quadro 2). Os conteúdos relativos à produção abordaram a Foz do Amazonas como a nova fronteira para a produção de petróleo no Brasil, considerada como o novo pré-sal (conforme já descrito), ou seja, uma área com grande potencial petrolífero. A justificativa para a exploração daquela bacia sedimentar deve-se ao declínio previsto do pré-sal, à necessidade de continuar produzindo petróleo para atender à demanda global e para que o Brasil não se torne importador desse produto. A exploração de petróleo na Foz do Amazonas foi projetada como um instrumento para financiar a transição energética, uma vez que os recursos gerados seriam direcionados para a produção de energia renovável. A categoria desenvolvimento contemplou conteúdos que projetam a atividade petrolífera como uma condicionante para o progresso regional, a qual aumentaria o PIB do estado do Amapá, traria crescimento para o país, atrairia investimentos e combateria a precariedade energética daqueles que não têm acesso a ela.

As instituições ou pessoas mais citadas para reforçar o enquadramento econômico (Quadro 3) foram: Petrobras (560 vezes), governo (252 vezes), Lula — presidente do Brasil (168 vezes), Alexandre Silveira — ministro de Minas e Energia (106 vezes), Ministério de Minas e Energia (93 vezes) e Ministério das Relações Exteriores (3 vezes). Juntos, totalizam mais de 1.182 menções, alcançando a primeira colocação nesse quesito. A referência a eles foi utilizada para legitimar argumentos em prol da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, sobretudo do ponto de vista da geração de receitas e do desenvolvimento.

Os conteúdos econômicos têm perfil desenvolvimentista, voltados a resultados financeiros, como receita e arrecadação de impostos, e ao crescimento a partir da valorização de indicadores como volume de produção de petróleo e PIB, cuja racionalidade é técnico-financeira. Do ponto de vista de Entman (1993), a função desses conteúdos é justificar a exploração de petróleo na Foz do Amazonas pela perspectiva econômica, cuja atividade é projetada positivamente, sendo que o diagnóstico causal se deve à burocracia de emissão de licenciamento pelo IBAMA — órgão regulador no Brasil. O julgamento moral baseia-se no fato de a exploração petrolífera naquela região ser uma decisão estratégica para o crescimento do país e, para isso, a recomendação é acelerar a concessão do licenciamento ambiental. O enquadramento econômico apresentou a pauta do ponto de vista técnico-econômico. Essa estratégia pode ter sido utilizada para minimizar os impactos sociais e ambientais da exploração desse combustível fóssil na Amazônia, para fortalecer os benefícios da atividade e impulsionar o apoio de instituições e pessoas envolvidas nessa questão.

O enquadramento ambiental envolve a natureza, ou seja, recursos naturais, fauna, flora e ecossistemas terrestres e aquáticos. Esse enquadramento apareceu 153 vezes nos conteúdos, cujas menções foram agrupadas em cinco categorias: biodiversidade, ecossistemas, áreas protegidas, mudanças climáticas e acidentes envolvendo a exploração de petróleo



(Quadro 2). Biodiversidade contemplou o conjunto diverso de seres vivos que habitam o local que é objeto de extração petrolífera. Ecossistemas envolveram as menções relativas a mangues, recifes e corais na Foz do Amazonas que ficariam comprometidos com a atividade. No que diz respeito às áreas protegidas, elas contemplaram a referência às unidades de conservação e terras indígenas, além de caracterizá-las como vulneráveis e sensíveis do ponto de vista ambiental. A relação entre petróleo e mudanças climáticas abordou a emissão de gases de efeito estufa na queima de combustíveis fósseis e como isso contribui para o aquecimento global, complementando que esse tipo de exploração vai na direção contrária do Acordo de Paris e da transição energética necessária para evitar o aumento da temperatura no planeta. A FSP também produziu conteúdos enquadrados em acidentes, cuja categoria contemplou os impactos ambientais decorrentes de possível vazamento de óleo e explosão de plataforma. Nesse cenário, haveria uma morosidade no controle do petróleo em virtude da distância da região e da força das correntes marítimas, que espalhariam o óleo rapidamente, contaminando a costa do Brasil e de outros países, somada à dificuldade logística no resgate de animais.

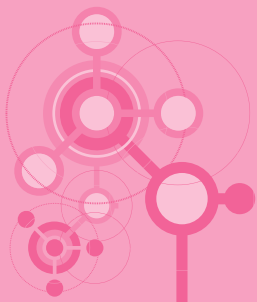
As instituições ou pessoas mais citadas para reforçar o enquadramento ambiental (Quadro 3) foram: IBAMA (462 vezes), Marina Silva — ministra do Meio Ambiente (85 vezes), Rodrigo Agostinho — diretor do IBAMA (70 vezes) e Ministério do Meio Ambiente (27 vezes). A referência a eles foi de cunho técnico, ou seja, foram mencionados em contextos que demonstravam os riscos ambientais da extração de petróleo na Foz do Amazonas, bem como para reforçar que o licenciamento ambiental é baseado em condicionantes técnicas e não políticas. Nesse contexto, a decisão sobre a liberação ou não dessa atividade econômica exigiria cautela e planos de ação sólidos para não comprometer o meio ambiente.

Os conteúdos ambientais têm perfil técnico-científico sob duas perspectivas: proposição de ações em caso de acidente e dados que demonstram a inviabilidade da exploração do petróleo sem um plano adequado de gestão ambiental. Esse enquadramento alertou os leitores sobre os danos ao meio ambiente que a exploração da Foz do Amazonas pode causar. Dialogando com a teoria do enquadramento (Entman, 1993; Porto, 2004; Rothberg, 2007), o problema trazido pela FSP é o posicionamento contrário à atividade petroleira sem as devidas condicionantes efetivadas com rigor, cujo diagnóstico causal baseia-se no fato de a localidade ser uma área de alta complexidade e sensibilidade do ponto de vista da biodiversidade e dos ecossistemas. O julgamento moral veiculado vai ao encontro da degradação ambiental, portanto, a recomendação identificada nesse contexto seria a de suspender os planos de perfuração e investir em energias renováveis, caso a Petrobras não cumpra as exigências do IBAMA. O enquadramento ambiental, do ponto de vista da quantidade de vezes em que foi abordado (153), é o que mais apareceu na FSP. Sua relevância reside no fato de que esse direcionamento da pauta tem potencial para indicar responsáveis por impactos ambientais, articular o tema com causas globais e conscientizar o público sobre os riscos da exploração de petróleo na região amazônica, os quais dificilmente são compartilhados por órgãos governamentais e pelo setor petroleiro.

CONCLUSÕES

Ao transformar a exploração de petróleo na Foz do Amazonas em pauta, a FSP abordou o tema de maneira multidimensional, ou seja, apresentou diferentes perspectivas e destacou controvérsias que envolvem a pauta. Três enquadramentos foram operacionalizados pelo enunciador. O social teve a menor frequência nos conteúdos analisados, alcançando 45 ocorrências. O econômico ficou na segunda colocação, com 103 menções. O enquadramento ambiental foi o mais abordado pelo enunciador, atingindo 153 aparições.

A preferência do jornal FSP por uma cobertura de cunho mais ambiental sobre o tema em questão pode estar relacionada a diversos fatores. As preocupações ecológicas têm sido debatidas globalmente. Isso se deve à realização de conferências



mundiais como a COP, à divulgação científica, a protestos, ao protagonismo de ambientalistas e lideranças comunitárias, e à própria presença do tema na mídia. A FSP pode ter optado por essa linha editorial por reconhecer a relevância das questões ambientais na atualidade.

Destaca-se o fato de que, em 2025, o slogan do enunciador foi alterado para “um jornal em defesa da energia limpa” (Folha de S. Paulo, 2025). A justificativa da equipe editorial é que “a transição energética é um dos principais caminhos para combater a crise do clima, uma pauta que ganha ainda mais relevância neste ano, quando o Brasil sedia a COP30” (Folha de S. Paulo, 2025). Energia limpa e sustentável é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas. Trata-se de uma preocupação global que alerta para a inviabilidade do uso de combustíveis fósseis e para a necessidade de uma transição energética rumo à utilização de energias limpas.

A cobertura realizada pela FSP está alinhada ao novo slogan proposto pelo enunciador e dialoga com a agenda ambiental global. No entanto, cabe destacar que, embora a sustentabilidade planetária seja uma necessidade reconhecida pela sociedade, há posicionamentos contrários a ela. No Brasil, na ocasião do governo de Jair Bolsonaro, nos Estados Unidos na gestão de Donald Trump e em Israel sob o comando de Benjamin Netanyahu, há esforços para a negação da ciência ambiental, disseminação de desinformação e negação da crise climática. Isso gera enfraquecimento de políticas e de alianças internacionais para o cumprimento das metas climáticas. A ideologia fascista é um obstáculo para o progresso rumo à redução do uso de combustíveis fósseis.

A predominância do enquadramento ambiental nos conteúdos da FSP posiciona o jornal como um agente importante nos debates sobre sustentabilidade, com ênfase em energia. Isso se deve ao caráter informativo e mobilizador que a mídia possui na sociedade sobre os desafios e oportunidades em relação aos combustíveis fósseis e à transição para fontes de energia renováveis. Essa preferência editorial também pode ser considerada um instrumento de resistência simbólica ao posicionamento hegemônico alinhado aos interesses econômicos de lobistas do petróleo, reforçando o papel da mídia como uma arena para debates mais plurais.

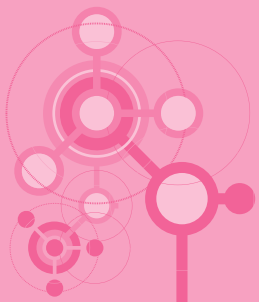
REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* The new bioeconomy in the Amazon: opportunities and challenges for a healthy standing forest and flowing rivers. In: NOBRE, C. *et al.* *Amazon Assessment Report 2021: united nations sustainable development solutions network*. New York: UN, 2021.

ALVES, F. G.; MENEZES NETO, E. J.; COSTA, W. F. Responsabilidade civil do jornalista e do meio de comunicação no qual desempenha sua atividade profissional. *RED*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 239 – 261, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/43459>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ARTAXO, P. *et al.* Tropical forests are crucial in regulating the climate on Earth. *PLOS Climate*, United States, v. 1, n. 8, p. 1–3, 2022. DOI: 10.1371/journal.pclm.0000054. Disponível em: <https://journals.plos.org/climate/article?id=10.1371/journal.pclm.0000054>. Acesso em: 19 ago. 2025

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.



BARROS FILHO, A. K. D.; CARMONA, R. G.; ZALÁN, P. V. *Nota técnica sobre a margem equatorial brasileira: um novo “pré-sal” no arco norte do território brasileiro?* Autores: [s. l.], 2021.

BARROS FILHO, C. de; MARTINO, L. M. S. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.

BRAGA, A. J. Pesquisa aponta que veículos tradicionais têm mais credibilidade. *Globo*, 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/03/28/pesquisa-aponta-que-veiculos-tradicionais-tem-mais-credibilidade.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. *Estimativa volumétrica da foz do rio Amazonas*. Brasília, DF: EPE, 2024. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-846/AP-EPE-DPG-SPG_16-2024-Volumetria%20da%20FZA_publica%201.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2025. Institui a frente parlamentar do senado federal em defesa da exploração de petróleo na margem equatorial do brasil. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/167100>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARRAGEE, K. M.; ROEFS, W. The neglect of power in recent framing research. *Journal of Communication*, n. 54, 214–233, 2004.

COALIZÃO ENERGIA LIMPA. *Regressão Energética*. [S. l.]: Arayará, 2024. Disponível em: <https://arayara.org/wp-content/uploads/2024/06/Relatorio-Coalizao-Energia-Limpa.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

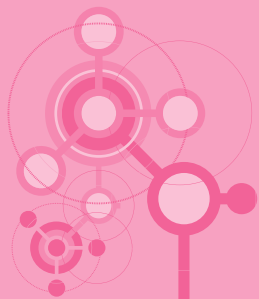
D'ANGELO, P. Framing: media frame. *The International Encyclopedia of Media Effects*, n. 2, 634-644, 2017.

EIXOS. Petrobras tem reservas de petróleo e gás para mais 12 anos. *Eixos*, 2024. Disponível em: <https://eixos.com.br/newsletters/comece-seu-dia/petrobras-tem-reservas-de-petroleo-e-gas-para-mais-12-anos/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, United States, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FERNANDES, I. V.; PASTI, A. Territórios da mídia no Brasil: a notícia e os círculos globais, nacionais e regionais-locais de informações. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 108, p. 113-131, 2022.

FERRAZ, D. A.; VIEGAS, P. R. A. *A exploração de hidrocarbonetos na foz do Amazonas: risco ou oportunidade*. Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Pesquisas; CONLEG; Senado Federal, 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td341>. Acesso em: 4 abr. 2025.



FOLHA DE S. PAULO. Circulação da Folha passa a ser verificada pela PWC. *Folha de S. Paulo*, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/circulacao-da-folha-passa-a-ser-verificada-pela-pwc.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Folha renova campanha em defesa da energia limpa. *Folha de S. Paulo*, 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/02/folha-renova-campanha-em-defesa-da-energia-limpa.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, Chicago, n. 95, 1–37, 1989.

GITLIN, T. *The whole world is watching*. Los Angeles: University of California Press, 1980.

HANSEN, A.; COX, R. *The routledge handbook of environment and communication*. New York: Routledge, 2015.

HUTCHINS, B.; LESTER, L. Environmental protest and tap-dancing with the media in the information age. *Media, Culture and Society*, London, v. 28, n. 3, p. 433-451. 2006.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. MME critica IBAMA por demora em marcar reunião sobre a Foz do Amazonas. *IHU*, 2025. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/649647-mme-critica-ibama-por-demora-em-marcar-reuniao-sobre-a-foz-do-amazonas>. Acesso em: 30 mar. 2025.

IORIS, A. A. R.; IORIS, R. R. (org.). *Amazônia no século XXI: trajetórias, dilemas e perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2022.

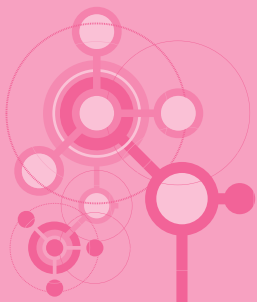
JUNQUEIRA, C. Pesquisa mostra apoio da população à exploração de petróleo na foz do Amazonas, desde que com licenças. *CNN*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pesquisa-mostra-apoio-da-populacao-a-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas-desde-que-com-licencas/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MATTOS, C. *et al.* Análise sociopolítica, econômica e ambiental da exploração de petróleo nas comunidades da foz do rio Amazonas. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, p. 1-15, 2019.

MCCOMBS, M. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MENDES, J. Marina Silva é uma das 100 pessoas mais influentes de 2024, segundo a Time. *(o)eco*, 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/marina-silva-e-uma-das-100-pessoas-mais-influentes-de-2024-segundo-a-time/>. Acesso em: 20 abr. 2025.



MOLITERNO, D. NOBERTO, C. Técnicos do IBAMA recomendam negar licença a Petrobrás na Margem Equatorial. *CNN*, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/tecnicos-do-ibama-recomendam-negar-licenca-a-petrobras-na-margem-equatorial/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

MOUILLAUD, M. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, DF: EdUnB, 2002.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Pressão de Lula por licença na Foz do Amazonas ameaça liderança do Brasil na COP30. *(o)eco*, 2025. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/pressao-de-lula-por-licenca-na-foz-do-amazonas-ameaca-lideranca-do-brasil-na-cop30/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004.

ROTHBERG, D. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. *Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*, 2007.

RUBIN, V. L. *Misinformation and disinformation: detecting fakes with the eye and AI*. Berlim: Springer Nature, 2022.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília, DF: Enap, 2021.

SCHMITZ, A. A. *Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

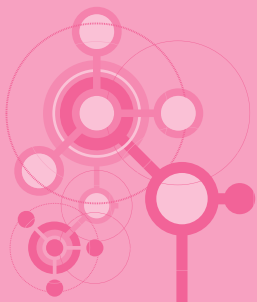
SOUZA, M. *A história da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. São Paulo: Record, 2021.

TUCHMANN, G. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Jornalismo, fake news e desinformação*. Brasília: UNESCO, 2019.

WHAT is the United Nations Framework Convention on Climate Change? *UNCC*, 2025. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/what-is-the-united-nations-framework-convention-on-climate-change>. Acesso em: 25 ago. 2025.

Artigo recebido em 23/05/2025 e aprovado em 22/09/2025.



Jornalismo socioambiental em meio às disputas narrativas e resistências ecoterritoriais, uma proposta conceitual

Socioenvironmental journalism amid narrative disputes and ecoterritorial resistances: a conceptual proposal

Periodismo socioambiental en medio de las disputas narrativas y resistencias ecoterritoriales: una propuesta conceptual



Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança

- Doutorando em Comunicação, Cultura e Amazônia na Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA)
- Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (UFPA)
- Jornalista
- E-mail: pedrohloureiro@gmail.com
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2910-2871>



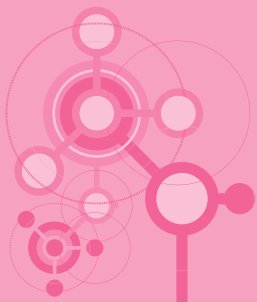
Laiza Mangas

- Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia na Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), com bolsa Capes
- Mestre em Comunicação pela mesma instituição
- Jornalista
- E-mail: laiza.mangas@gmail.com
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1827-3133>



Rosane Steinbrenner

- Doutorado em Ciências e pós-doutorado em Sociologia
- Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM)
- Jornalista
- E-mail: steinbrenner@ufpa.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4321-7245>



RESUMO

O artigo propõe a formulação do jornalismo socioambiental a partir da Ecologia Política, do socioambientalismo e do pensamento decolonial, com ênfase nos conflitos e resistências ecoterritoriais na Amazônia. Critica os limites da cobertura convencional — marcada por vozes institucionais e pelo apagamento de sujeitos coletivos — e defende uma prática relacional, situada e comprometida com a justiça socioambiental e climática, fundada na escuta ativa e na valorização dos saberes locais.

PALAVRAS-CHAVE: JORNALISMO SOCIOAMBIENTAL • ECOLOGIA POLÍTICA • RESISTÊNCIAS ECOTERRITORIAIS • BEM VIVER • AMAZÔNIA.

ABSTRACT

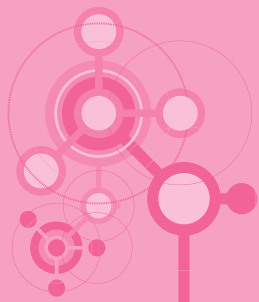
This article proposes the formulation of socioenvironmental journalism based on Political Ecology, socioenvironmentalism, and decolonial thought, with emphasis on ecoterritorial conflicts and resistances in the Amazon. It critiques the limits of mainstream coverage—marked by institutional voices and the erasure of collective subjects — and argues for a relational, situated practice committed to socio-environmental and climate justice, grounded in active listening and the recognition of local knowledge.

KEYWORDS: SOCIOENVIRONMENTAL JOURNALISM • POLITICAL ECOLOGY • ECOTERRITORIAL RESISTANCES • BUEN VIVIR • AMAZON.

RESUMEN

El artículo propone la formulación del periodismo socioambiental a partir de la Ecología Política, del socioambientalismo y del pensamiento decolonial, con énfasis en los conflictos y resistencias ecoterritoriales en la Amazonía. Critica los límites de la cobertura convencional —marcada por voces institucionales y por el borramiento de sujetos colectivos— y defiende una práctica relacional, situada y comprometida con la justicia socioambiental y climática, fundada en la escucha activa y en la valorización de los saberes locales.

PALABRAS CLAVE: PERIODISMO SOCIOAMBIENTAL • ECOLOGÍA POLÍTICA • RESISTENCIAS ECOTERRITORIALES • BUEN VIVIR • AMAZONÍA.



INTRODUÇÃO

Em um mundo atravessado pela emergência climática e pelo avanço de conflitos socioambientais, o jornalismo assume papel estratégico na disputa por sentidos e narrativas. Na Amazônia, território onde se entrelaçam projetos extrativistas, resistências comunitárias e crises ecológicas de escala global, os enquadramentos midiáticos tornam-se decisivos. Nesse cenário, impõe-se problematizar como a mídia representa desastres, sujeitos e territórios, compreendendo o jornalismo não apenas como relato, mas como prática implicada na produção de sentidos sociais.

Partimos da hipótese de que o jornalismo tradicional, mesmo quando aborda questões ambientais, tende a reproduzir enquadramentos desenvolvimentistas e tecnocráticos, apagando sujeitos coletivos e despolitizando conflitos. Em contraponto, propomos o jornalismo socioambiental como prática relacional, crítica e contra-hegemônica, fundamentada na Ecologia Política, no socioambientalismo e no pensamento decolonial. A Amazônia é tomada não apenas como caso empírico, mas como território epistêmico — espaço de colonialidade, resistência e produção de saberes. Mais que cenário, constitui referência a partir da qual emergem experiências comunicacionais capazes de desafiar paradigmas da modernidade e do jornalismo hegemônico, em sintonia com críticas mais amplas aos *Journalism Studies* no Sul Global (Moyo, 2022).

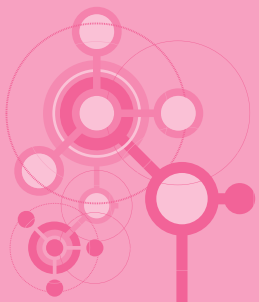
Metodologicamente, realizamos uma revisão crítica de teses de doutorado defendidas no Brasil entre 2015 e 2023, disponíveis no Banco de Teses da CAPES, com o objetivo de mapear como o jornalismo tem sido mobilizado na análise de conflitos socioambientais. Dos 27 trabalhos inicialmente identificados, a partir dos descritores “jornalismo ambiental” e “cobertura jornalística”, seis foram selecionados por pertinência temática. A escolha por teses, em vez de artigos de periódicos, deve-se à sua densidade analítica, à possibilidade de compreender a formação acadêmica do campo e à relevância de sistematizar uma produção ainda pouco explorada.

A análise desenvolveu-se em três etapas complementares. Na primeira, realizamos uma leitura exploratória das teses, com atenção às introduções, capítulos teóricos, análises empíricas e conclusões. Na segunda, sistematizamos as recorrências e tensões presentes nos trabalhos, identificando como cada pesquisa tratava a relação entre jornalismo, conflitos socioambientais e resistências territoriais. Na terceira, elaboramos uma síntese crítica que permitiu chegar a três diagnósticos centrais: a hegemonia das vozes institucionais e corporativas, a invisibilização ou subalternização dos sujeitos coletivos e os limites estruturais da cobertura convencional. Esses diagnósticos fornecem o terreno para a formulação dos quatro princípios orientadores do jornalismo socioambiental.

O artigo estrutura-se em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais: (1) aportes do socioambientalismo e da Ecologia Política; (2) conflitos e resistências ecoterritoriais na Amazônia; (3) revisão crítica das teses selecionadas; e (4) formulação conceitual do jornalismo socioambiental como prática situada, comprometida com a justiça socioambiental e climática.

SOCIOAMBIENTALISMO E ECOLOGIA POLÍTICA: PERSPECTIVAS PARA O PENSAMENTO AMBIENTAL A PARTIR DA AMÉRICA LATINA

A formulação do jornalismo socioambiental proposta neste artigo parte do reconhecimento de que os conflitos ambientais são, antes de tudo, disputas por sentidos, saberes e modos de vida. Superar a separação moderna entre



natureza e sociedade exige um reposicionamento epistemológico capaz de articular experiências históricas de resistência, saberes territoriais e críticas ao desenvolvimento. Nesse horizonte, o socioambientalismo e a Ecologia Política constituem pilares fundamentais.

No Brasil, o socioambientalismo emergiu nos anos 1980, articulando pautas ecológicas a demandas por justiça social, direitos territoriais e diversidade cultural. Diferente do ambientalismo conservacionista, que tratava a natureza como bem isolado, essa vertente defendeu a interdependência entre biodiversidade e sociodiversidade. Para Santilli (2005), povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são protagonistas na proteção dos bens comuns, valorizando modos de vida e sistemas de manejo coletivo da natureza. Tal perspectiva influenciou marcos legais e políticas públicas, além de inspirar movimentos sociais e organizações da sociedade civil, sobretudo na Amazônia.

A Ecologia Política aprofunda essa crítica ao entender a crise ambiental como expressão de uma crise civilizatória. Para Leff (2006; 2015), o modelo dominante reduz a complexidade ecológica e cultural à lógica da mercantilização; em resposta, propõe a racionalidade ambiental, fundada no diálogo de saberes, na valorização dos territórios e na reapropriação social da natureza. Muniz (2010) destaca que o campo nasceu da análise dos conflitos socioambientais, compreendidos como embates estruturais entre projetos de desenvolvimento.

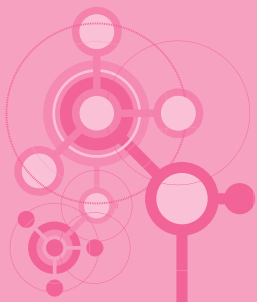
Na América Latina, esse debate se intensificou com o avanço do neoextrativismo, modelo baseado na exploração intensiva de recursos, mesmo sob governos progressistas. Svampa (2019) o define como “giro ecoterritorial”, em que os conflitos ambientais expressam choques entre projetos de mundo antagônicos. Porto-Gonçalves (2017) ressalta que o território deve ser compreendido não apenas como espaço físico, mas também como espaço simbólico e político, onde se articulam pertencimento, identidade e espiritualidade.

Essa resistência conecta-se ao pensamento decolonial, que denuncia a persistência da colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005; Mignolo, 2003; Walsh, 2009). Maldonado-Torres (2022) observa que a colonialidade do ser reduz povos subalternizados à condição de não ser, legitimando exclusões que atravessam narrativas e práticas comunicacionais. As epistemologias do Sul, nesse sentido, buscam resgatar saberes historicamente deslegitimados, propondo a diversidade epistêmica como horizonte ético-político.

O Bem Viver — ou *Buen Vivir* — também oferece base filosófica para alternativas ao desenvolvimento. Inspirado em cosmovisões indígenas andinas, defende a harmonia com a natureza, a reciprocidade entre seres e a autonomia dos territórios (Acosta, 2016; Contreras Baspineiro, 2014). Não é utopia abstrata, mas prática concreta de autogestão, solidariedade e resistência frente a projetos de infraestrutura e mineração.

Martínez-Alier (2021) reforça esse horizonte ao mostrar, em *O ecologismo dos pobres*, como conflitos ambientais no Sul Global são protagonizados por populações que produzem práticas sustentáveis e saberes alternativos. No Brasil, Edna Castro (2019) enfatiza a necessidade de romper com o paradigma cosmo-fóbico da modernidade, escutando povos da floresta como sujeitos epistêmicos e políticos.

Ao articular Ecologia Política, socioambientalismo, decolonialidade e Bem Viver, delineia-se a base teórica do jornalismo socioambiental. Essa formulação sustenta a necessidade de um jornalismo que escute os territórios, valorize saberes



diversos e confronte as estruturas que sustentam as injustiças ambientais, comunicando não apenas os impactos, mas também as alternativas produzidas nas resistências.

CONFLITOS E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA COMO INTERSEÇÃO PARA O JORNALISMO SOCIOAMBIENTAL

Compreender os conflitos socioambientais na Amazônia exige atenção às resistências que emergem diante do avanço de políticas desenvolvimentistas e práticas extrativistas. Essas disputas envolvem não apenas recursos naturais, mas sentidos de pertencimento, memória e autonomia, fazendo do território um espaço vivo de embates materiais, simbólicos e narrativos.

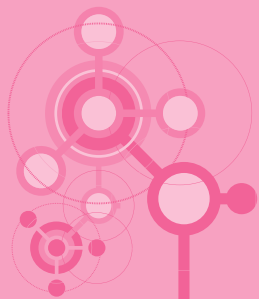
O modelo neoextrativista (Svampa, 2019; Castro, 2019), baseado na exploração intensiva de recursos, tem intensificado impactos ambientais e socioculturais sobre comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas. Krenak (2018) lembra que essa separação entre sociedade e natureza é herança da colonialidade, que transforma a Terra em objeto de apropriação. Para Leff (2021), os conflitos ecoterritoriais revelam projetos civilizatórios em confronto: de um lado, a lógica tecnoeconômica capitalista; de outro, formas de vida sustentadas na reciprocidade e na autonomia, que se expressam em práticas de *(r)existência*¹ — um conceito que une resistência e existência, ou seja, a luta contra a expropriação e, ao mesmo tempo, a afirmação de modos próprios de habitar o mundo, recriando relações com o território. Santos (2023) acrescenta que a terra deve ser compreendida como sujeito de reciprocidade, articulando espiritualidade, ancestralidade e resistência política.

Na prática, diferentes coletivos têm se articulado em redes de defesa territorial. Estudo realizado no Pará identificou 92 organizações atuando em rede, com presença expressiva de coletivos indígenas, quilombolas e ribeirinhos (Steinbrenner *et al.*, 2021). Essas iniciativas utilizam tecnologias digitais para denúncia, visibilidade e articulação política, ampliando sua presença em esferas públicas alternativas. A etnomídia indígena (Santi; Araújo, 2022) exemplifica essa apropriação crítica da comunicação, em que povos tradicionais constroem narrativas próprias e tensionam enquadramentos dominantes.

A comunicação, portanto, é também território de disputa. A imprensa convencional frequentemente representa a Amazônia pelo exotismo da floresta ou pela racionalidade técnica dos megaprojetos, reforçando a marginalização das práticas comunitárias e das alternativas sustentáveis. Em contraste, a filosofia do Bem Viver (Acosta, 2016; Contreras Baspineiro, 2014; Vanhulst; Beling, 2014) oferece uma chave interpretativa para essas lutas, propondo formas coletivas de convivência baseadas na reciprocidade, na diversidade e na complementaridade. Nessa perspectiva, a comunicação assume papel pedagógico e ético: não apenas transmitir informações, mas construir sentidos compartilhados e fortalecer vínculos comunitários.

As resistências amazônicas, nesse sentido, não são apenas objetos de cobertura, mas referências epistêmicas para repensar o jornalismo. Ao reconhecer essas práticas como formas de produção de conhecimento, o jornalismo socioambiental

1 Combina resistência (como oposição, enfrentamento, defesa dos territórios) com existência (como afirmação de modos de vida, culturas, saberes e práticas). Assim, não se trata apenas de resistir à colonialidade ou à destruição ambiental, mas também de existir de forma afirmativa, recriando mundos e projetando alternativas (explicação dos autores).



se coloca em diálogo com alternativas que já se constituem nos territórios, escapando da lógica episódica e utilitarista predominante nas narrativas hegemônicas.

Assim, compreender os conflitos amazônicos como disputas comunicacionais e epistêmicas permite reposicionar o jornalismo como prática mediadora de sentidos. Mais do que descrever impactos, trata-se de construir narrativas comprometidas com a justiça socioambiental e climática, reconhecendo sujeitos e saberes que, historicamente, foram silenciados.

NARRATIVAS EM DISPUTA: LIMITES E POTENCIALIDADES DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

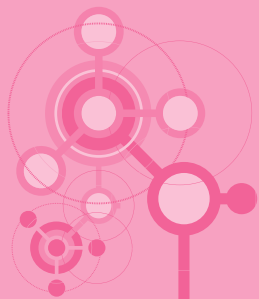
A revisão das seis teses de doutorado analisadas oferece um panorama crítico sobre como o jornalismo brasileiro tem abordado os conflitos socioambientais na última década. Esses trabalhos, apesar das diferenças metodológicas e empíricas, convergem ao evidenciar que a cobertura convencional permanece fortemente vinculada a vozes institucionais e corporativas, reproduzindo enquadramentos tecnocráticos e fragmentados. Ao mesmo tempo, apontam fissuras e experiências alternativas que revelam potenciais caminhos para reposicionar o jornalismo diante da crise climática e socioambiental.

A seleção contemplou teses defendidas entre 2015 e 2023, localizadas no Banco de Teses da CAPES, a partir dos descritores “jornalismo ambiental” e “cobertura jornalística”. O critério de escolha privilegiou trabalhos que tratassem diretamente de conflitos, desastres, mudanças climáticas e resistências territoriais. Ao lado da diversidade de objetos — da cobertura sobre Belo Monte aos desastres minerários de Mariana e Brumadinho, passando por narrativas digitais sobre mudanças climáticas e pela análise da política ambiental durante o governo Bolsonaro —, todas essas pesquisas dialogam com o desafio de compreender como o jornalismo constrói, limita ou potencializa sentidos públicos sobre a crise ambiental.

A tabela 1 a seguir apresenta uma síntese das contribuições e limites de cada tese.

Tabela 1: Teses revisadas

Título	Contribuições	Limites
Jornalismo Ambiental na Rede de Notícias da Amazônia: estudo da cobertura jornalística sobre a hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013) (Silva, 2015)	Mostra o papel do rádio comunitário na denúncia dos impactos de Belo Monte, dando espaço a vozes locais e tensionando interesses econômicos e governamentais.	A imprensa ainda depende de fontes institucionais e religiosas, não rompendo totalmente com padrões tradicionais de apuração.
Jornalismo em Processo: Dinâmicas da Cobertura Socioambiental na Imprensa Brasileira (Pedrotti, 2016)	Analisa casos como Marãiwatsédé e Mariana, evidenciando fragmentação, cobertura episódica e dificuldades institucionais das redações.	Ênfase na imprensa hegemônica, com pouco espaço para experiências alternativas ou comunitárias.
Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade (Loose, 2021)	Destaca veículos digitais não hegemônicos e a necessidade de narrativas decoloniais frente ao eurocentrismo.	Carece de maior sistematização para consolidar experiências contra-hegemônicas como paradigma alternativo.



Título	Contribuições	Limites
A visibilidade midiática da Vale em tempos de destruição socioambiental (Ornelas, 2022)	Analisa como a Vale disputou sentidos após Mariana e Brumadinho, evidenciando o peso das narrativas corporativas e estratégias de <i>greenwashing</i> .	Dialoga pouco com experiências alternativas ou investigativas que tensionem esses enquadramentos.
Risco é notícia? A relevância jornalística dos riscos nos grandes desastres da mineração brasileira (Souza, 2023)	Mostra como os riscos das barragens foram tratados como fatalidades técnicas, sem politização, reforçando a lógica extrativista.	Não propõe alternativas de cobertura, limitando-se à crítica da imprensa convencional.
Amazônia Deslocada: Enquadramentos discursivos dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de São Paulo sobre o desmonte da política ambiental no Governo Bolsonaro (Sordi, 2023)	Analisa <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Estado de S. Paulo</i> durante o governo Bolsonaro, mostrando como reforçam discursos utilitaristas e antropocêntricos.	Pouco espaço para experiências comunicacionais alternativas e resistências locais.

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

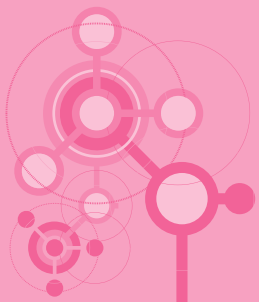
Em conjunto, os estudos convergem em três diagnósticos principais. O primeiro é a *hegemonia de vozes institucionais e corporativas*. Fontes oficiais, técnicas e empresariais dominam a cobertura, seja em Belo Monte (Silva, 2015), nos desastres de Mariana e Brumadinho (Ornelas, 2022; Souza, 2023) ou na análise das políticas ambientais sob o governo Bolsonaro (Sordi, 2023). Em alguns casos, como mostra Ornelas (2022), trata-se de estratégias deliberadas de controle simbólico, por meio do *greenwashing* e da retórica de responsabilidade socioambiental.

O segundo diagnóstico é a *invisibilização ou subalternização de sujeitos coletivos*. Povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e atingidos aparecem, quando muito, como testemunhas ou vítimas, sem reconhecimento de seu protagonismo político e epistêmico. Silva (2015) mostra que rádios comunitárias buscaram abrir espaço a essas vozes, mas ainda dependiam de mediação institucional. Pedrotti (2016) e Sordi (2023) evidenciam que, na imprensa hegemônica, esses sujeitos seguem relegados a papéis secundários, confirmando o que Loose (2021) chama de colonialidade das narrativas.

O terceiro diagnóstico é a *limitação estrutural da cobertura convencional*. Fragmentação, caráter episódico e naturalização dos riscos marcam os casos estudados. Pedrotti (2016) identifica o padrão episódico como dificuldade organizacional das redações; Souza (2023) mostra como os riscos são tratados como falhas técnicas, despolitizando processos de vulnerabilização; Sordi (2023) evidencia enquadramentos antropocêntricos e utilitaristas, que reforçam a lógica do *status quo*.

Esses diagnósticos, embora críticos, também oferecem *pistas de transformação*. Silva (2015) indica que rádios comunitárias podem tensionar a hegemonia informativa; Loose (2021) sugere que veículos digitais não hegemônicos ensaiam narrativas decoloniais; Ornelas (2022) mostra como a análise crítica do discurso corporativo pode abrir brechas para o jornalismo investigativo.

Dessa forma, a revisão das teses não se limita a apontar lacunas: ela também sistematiza os elementos necessários para formular uma concepção alternativa de jornalismo. Os quatro princípios que emergem — compromisso com a justiça ambiental e territorial; reconhecimento dos sujeitos coletivos como produtores de conhecimento; valorização das epistemologias insurgentes e dos saberes locais; e prática da escuta como fundamento ético e metodológico — constituem a base da proposta de jornalismo socioambiental apresentada na seção seguinte.



JORNALISMO SOCIOAMBIENTAL: UMA PROPOSTA CONCEITUAL

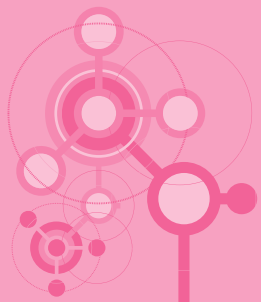
A partir dos diagnósticos críticos identificados na revisão das teses — centralidade das fontes institucionais e corporativas, invisibilização de sujeitos coletivos e enquadramentos tecnocráticos e episódicos —, delineia-se a conceituação do jornalismo socioambiental como prática comunicacional relacional, crítica e contra-hegemônica. Os próprios limites apontados por esses estudos servem de base para quatro princípios orientadores: (1) compromisso com a justiça ambiental e territorial; (2) reconhecimento dos sujeitos coletivos como produtores de conhecimento; (3) valorização das epistemologias insurgentes e dos saberes locais; e (4) prática da escuta como fundamento ético e metodológico.

O *primeiro princípio*, compromisso com a justiça ambiental e territorial, emerge da crítica à naturalização dos riscos e à despolitização dos desastres. Souza (2023) mostra como a cobertura sobre Mariana e Brumadinho enquadrou os rompimentos de barragens como falhas técnicas ou acidentes, ignorando sua condição de expressão do modelo extrativista. O jornalismo socioambiental, nesse sentido, desloca o foco da excepcionalidade dos eventos para a historicidade das injustiças que os tornam possíveis, reconhecendo os desastres como processos e não apenas como acontecimentos isolados. Comprometer-se com a justiça ambiental implica denunciar estruturas que perpetuam desigualdades, responsabilizar atores hegemônicos e evidenciar os embates entre projetos civilizatórios.

O *segundo princípio*, reconhecimento dos sujeitos coletivos como produtores de conhecimento, parte da constatação de que indígenas, quilombolas, ribeirinhos e populações atingidas aparecem, em geral, como testemunhas passivas ou vítimas (Silva, 2015; Pedrotti, 2016; Sordi, 2023). O jornalismo socioambiental busca deslocar essa posição, reconhecendo tais sujeitos como formuladores de diagnósticos, alternativas e práticas sustentáveis. Isso implica romper com a hierarquia epistemológica que privilegia fontes oficiais e técnicas, validando modos de saber e narrar que historicamente foram marginalizados. Ao assumir esse reconhecimento, o jornalismo amplia seu repertório e fortalece a legitimidade de vozes que oferecem perspectivas vitais para a construção de futuros sustentáveis.

O *terceiro princípio*, valorização das epistemologias insurgentes e dos saberes locais, conecta-se à crítica de Loose (2021) e Sordi (2023) à persistência de perspectivas eurocêntricas e antropocêntricas nas narrativas dominantes. A colonialidade do saber, como apontam Quijano (2005) e Walsh (2009), sustenta uma monocultura epistêmica que deslegitima racionalidades não ocidentais. O jornalismo socioambiental confronta essa lógica ao incorporar epistemologias insurgentes — cosmologias indígenas, saberes quilombolas, práticas ribeirinhas — como horizontes válidos de conhecimento. Essa incorporação não significa mera “inclusão” de vozes periféricas, mas o reconhecimento de sua centralidade na disputa por sentidos, em diálogo com a ecologia política latino-americana (Leff, 2006; Porto-Gonçalves, 2017).

O *quarto princípio*, prática da escuta como fundamento ético e metodológico, retoma experiências como as rádios comunitárias analisadas por Silva (2015), que abriram espaço para vozes locais, ainda que com limitações. A escuta, nesse horizonte, não corresponde à passividade, mas a uma atitude ética de reconhecimento e a um método de construção narrativa que se ancora na reciprocidade. Contreras Baspineiro (2014), ao propor a comunicação para o Bem Viver, destaca o “saber escutar” como princípio essencial, ao lado de “saber compartilhar”, “saber complementar” e “saber sonhar”. O jornalismo socioambiental se inspira nessa perspectiva para se constituir como prática dialógica, que constrói sentidos em colaboração com sujeitos historicamente silenciados.



Embora dialogue com propostas de jornalismo decolonial (Albuquerque, 2022; Ijuim, 2023), de jornalismo ambiental em perspectiva crítica (Loose *et al.*, 2022; Loose; Kolling; Capeletti, 2023) e de abordagens que enfatizam a necessidade de ouvir outras vozes (Silva; Schwaab, 2023), a formulação do jornalismo socioambiental aqui apresentada se diferencia por três elementos específicos: (1) a ancoragem na ecologia política latino-americana, que compreende os conflitos ambientais como disputas estruturais por projetos de sociedade; (2) a centralidade das resistências ecoterritoriais amazônicas, tratadas não apenas como objetos de análise, mas como referências epistêmicas para repensar o jornalismo; e (3) a sistematização metodológica derivada de uma revisão crítica de teses de doutorado brasileiras, ainda pouco exploradas como corpus para formulações conceituais.

Esse debate também dialoga com contextos mais amplos. Olarte (2023), ao discutir a necessidade de decolonizar o jornalismo boliviano, mostra como paradigmas eurocêntricos continuam invisibilizando saberes locais. Moyo (2022) defende que os *Journalism Studies* precisam incorporar epistemologias do Sul Global para romper com a centralidade eurocêntrica que ainda orienta o campo. Essas reflexões reforçam que a proposta do jornalismo socioambiental não se limita ao Brasil ou à Amazônia, mas integra um movimento mais amplo de crítica e reinvenção do jornalismo a partir do Sul.

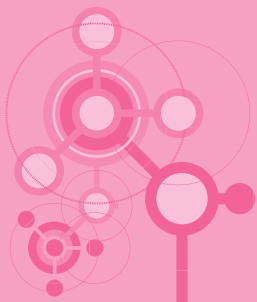
Trata-se, portanto, de um deslocamento de paradigma em relação ao “jornalismo ambiental” como o conhecemos, frequentemente restrito a pautas técnicas, científicas ou conservacionistas. O jornalismo socioambiental entende que os conflitos ambientais são também disputas comunicacionais, e que narrar é intervir: assumir corresponsabilidade, denunciar injustiças e valorizar as alternativas produzidas nos territórios. Ao adotar os quatro princípios aqui delineados, constitui-se como prática situada, relacional e contra-hegemônica, capaz de reposicionar o jornalismo nas lutas por justiça socioambiental, cognitiva, territorial e climática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo permitiu identificar padrões recorrentes na cobertura jornalística de conflitos socioambientais: a centralidade das vozes institucionais e corporativas, a invisibilização dos sujeitos coletivos e a prevalência de enquadramentos tecnocráticos e episódicos. Esses elementos revelam como a narrativa midiática convencional contribui para a despolitização dos conflitos e para a reprodução da colonialidade do saber (Quijano, 2005; Walsh, 2009).

A partir da revisão, foram delineados quatro princípios que orientam a concepção do jornalismo socioambiental: compromisso com a justiça ambiental e territorial; reconhecimento dos sujeitos coletivos como produtores de conhecimento; valorização das epistemologias insurgentes e dos saberes locais; e prática da escuta como fundamento ético e metodológico. Esses princípios não emergem como abstrações, mas como respostas diretas às lacunas evidenciadas pelas teses analisadas.

A proposta de jornalismo socioambiental apresentada aqui se ancora em três referenciais complementares: a ecologia política (Leff, 2006; Porto-Gonçalves, 2017; Martínez-Alier, 2021), que compreende os conflitos como disputas estruturais por projetos de sociedade; o socioambientalismo (Santilli, 2005), que articula justiça social, diversidade cultural e proteção ambiental; e o pensamento decolonial (Mignolo, 2003; Walsh, 2009), que denuncia a persistência da colonialidade e propõe a pluralidade epistêmica como horizonte crítico. Nessa perspectiva, narrar não é apenas relatar, mas intervir nos processos sociais e ecológicos, reconhecendo os territórios como espaços de produção de conhecimento.



A Amazônia ocupa lugar central nessa formulação. Não apenas como cenário de catástrofes ou laboratório de políticas ambientais, mas como território epistêmico, no qual emergem práticas de resistência, reexistência e produção de saberes. Tomar as resistências amazônicas como referência implica reposicionar o jornalismo para além de seu papel tradicional de observador, reconhecendo-o como prática implicada nas disputas por memória, sentido e futuro.

Esse horizonte encontra ressonância em reflexões mais amplas no campo do jornalismo. Olarte (2023), ao tratar do contexto boliviano, alerta para a urgência de decolonizar o jornalismo como condição para enfrentar a invisibilização de saberes locais. Moyo (2022) reforça que os *Journalism Studies* precisam incorporar epistemologias e práticas do Sul Global, rompendo com a centralidade eurocêntrica que ainda orienta a área. Essas contribuições evidenciam que a concepção de jornalismo socioambiental aqui apresentada não é um esforço isolado, mas parte de um movimento de reinvenção do jornalismo a partir do Sul.

Nesse sentido, o jornalismo socioambiental se afirma como prática relacional, contra-hegemônica e comprometida com a justiça socioambiental, cognitiva, territorial e climática. Em um contexto contemporâneo marcado pela emergência climática e pela intensificação das disputas ecoterritoriais, como o que será evidenciado na COP30 em Belém, essa proposta oferece caminhos teórico-metodológicos para ampliar a escuta de vozes silenciadas, tensionar enquadramentos dominantes e fortalecer alternativas narrativas que contribuam para a transformação social e ecológica.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

ALBUQUERQUE, A. O que decolonizar o jornalismo afinal quer dizer? Um olhar a partir do Brasil. *Lumina*, Minas Gerais, v. 16, n. 3, p. 5-19, 2022.

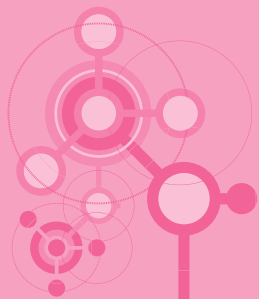
CONTRERAS BASPINEIRO, A. *De la comunicación – desarrollo a la comunicación para el vivir bien*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2014.

CASTRO, E. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, E. (org.) *Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras*. São Paulo: Annablume, 2019.

IJUIM, J. K. Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o jornalismo. *Pauta Geral: Estudos em Jornalismo*, Paraná, v. 10, n. 1, p. 8, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.10.21874. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21874>. Acesso em: 24 jan. 2025

KRENAK, A. Ecologia Política. *Ethnoscience: Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia*, Belém, v. 3, n. 2, 2018. DOI: 10.18542/ethnoscience.v3i2.10225. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscience/article/view/10225>. Acesso em: 24 jan. 2025.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



LEFF, E. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 35, p. 29-64, 2015. DOI: 10.5380/dma.v35i0.44381. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44381>. Acesso em: 10 fev 2025.

LEFF, E. *Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida*. Campinas, SP: EdUnicamp, 2021.

LOOSE, E. B. *Jornalismo e mudanças climáticas desde o sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade*. 2021. 254 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LOOSE, E. B. et al. Jornalismo ambiental sob a perspectiva dos estudos decoloniais. Entrevista cedida a Katarini Miguel. In: PRATA, N. (org.). *Jornalismo ambiental: entrevistas e perspectivas críticas*. Belo Horizonte: Intercom, 2022.

LOOSE, E. B.; KOLLING, P.; CAPELETTI, J. Jornalismo ambiental e decolonialidade: a ênfase em ouvir outras vozes. *Pauta Geral: Estudos em Jornalismo*, Paraná, v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.10.21854. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21854>. Acesso em: 30 set. 2025.

MALDONADO-TORRES, N. *Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

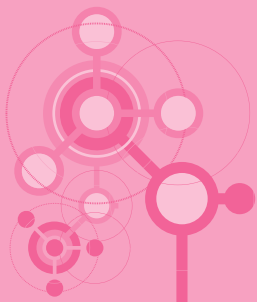
MARTÍNEZ-ALIER, J. *El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria, 2021.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MOYO, L. Introduction: Journalism studies and the Global South – Theory, practice and pedagogy. *Journalism Studies*, London, v. 23, n. 13, p. 1567-1577, 2022. DOI: 10.1080/1461670X.2022.2125896. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2022.2125896>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MUNIZ, L. M. Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 6, n. 12, 2010. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/64>. Acesso em: 12 fev 2025.

OLARTE, K. Decolonizar el periodismo boliviano, una necesidad urgente. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, Ecuador, n. 152, 2023.



ORNELAS, E. B. *A visibilidade midiática da Vale em tempos de destruição socioambiental*. 2022. 467 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PEDROTTI, J. S. *Jornalismo em Processo: dinâmicas da cobertura socioambiental na imprensa brasileira*. 2016. 287 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, A. B. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu/PISEAGRAMA, 2023.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. Representações do Movimento dos Povos Indígenas na etnomídia roraimense. *Intercom*, São Paulo, v. 45, e2022123, 2022. DOI: 10.1590/1809-58442022123pt. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/4125/2789>. Acesso em: 16 fev. 2025.

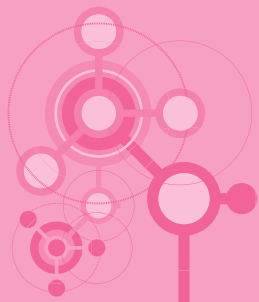
SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SILVA, A. C. da. *Jornalismo ambiental na rede de notícias da Amazônia: estudo da cobertura jornalística sobre a hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013)*. 2015. 303 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, UNISINOS, São Leopoldo, 2015.

SILVA, A. J.; SCHWAAB, R. Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano. *Pauta Geral: Estudos em Jornalismo*, Paraná, v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21885. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21885>. Acesso em: 30 set. 2025.

SOUZA, E. A. *Risco é notícia? A relevância jornalística dos riscos nos grandes desastres da mineração brasileira*. 2023. 256 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, 2023.

SORDI, J. O. *Amazônia Deslocada: Enquadramentos discursivos dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo sobre o desmonte da política ambiental no Governo Bolsonaro*. 2023. 309 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.



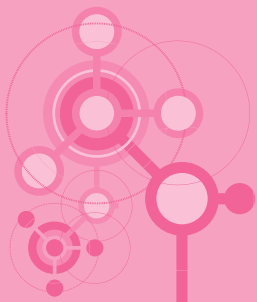
SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

STEINBRENNER, R. A.; ESTEVES, L. C.; SANTOS, E.; MELO, P. V. C. Comunicación y resistencia frente a conflictos socioambientales en la Amazonia paraense. *Sphera Pública*, Espanha, v. 1, n. 21, p. 159-184, 2021. Disponível em: <https://sphera.ucam.edu/index.php/sphera-01/article/view/424>. Acesso em: 27 set. 2024.

WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: UASB; Abya-Yala, 2009.

VANHULST, J.; BELING, A. E. "Buen Vivir: emergent discourse within or beyond sustainable development". *Ecological Economics*, Amsterdã, v. 101, p. 54-63, 2014. DOI: 10.1016/j.ecolecon.2014.02.017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800914000640?via%3Dihub>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Artigo recebido em 31/05/2025 e aprovado em 22/09/2025.



Justiça climática na Amazônia: uma análise da comunicação do Instituto Socioambiental às vésperas da COP30

Climate justice in the Amazon: analysis of Instituto Socioambiental communication as COP30 approaches

Justicia climática en la Amazonía: análisis de la comunicación del Instituto Socioambiental en vísperas de la COP30



Luciana Miranda Costa

- Professora titular do programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPGEM) da UFRN
- Coordenadora do Grupo de Pesquisa Preserv-Ação
- E-mail: luciana.miranda@ufrn.br
- ORCID: 0000-0003-3843-4499



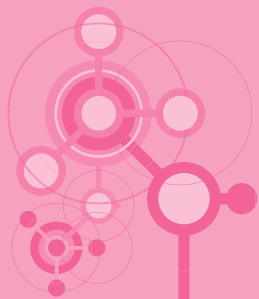
Pedro Martins

- Mestrando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Bauru)
- Colaborador do Grupo de Pesquisa em Governança Ambiental (GovAmb) – USP
- E-mail: pmartins.pereira14@gmail.com
- ORCID: 0009-0009-4079-2464



André Wolmer de Melo

- Doutorando em Estudos da Mídia, com especialização em Meio Ambiente e Sustentabilidade, pela Western University (Canadá)
- Mestre em Estudos da Mídia (UFRN)
- E-mail: amelo9@uwo.ca
- ORCID: 0000-0001-5742-5470



RESUMO

A realização da 30ª COP, em Belém, em 2025, trouxe novo impulso à discussão sobre justiça climática na Amazônia e no Brasil. A COP precisará indicar saídas que beneficiem parcelas da população mundial que sofrem os impactos de eventos extremos. Por meio das práticas de comunicação organizacional do ISA, ONG com mais de 30 anos de atuação, este artigo analisa de que forma a perspectiva da justiça climática pode ser incorporada à comunicação sobre a Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: JUSTIÇA CLIMÁTICA • COMUNICAÇÃO AMBIENTAL • COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL • COP30 • MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

ABSTRACT

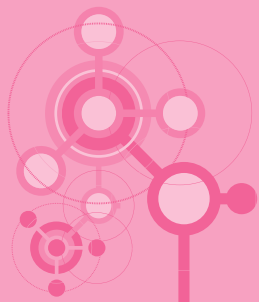
The 30th COP, held in Belém in 2025, has brought new impetus to the discussion on climate justice in the Amazon and Brazil. COP will need to identify solutions that benefit segments of the world's population that suffer the impacts of extreme events. This article analyzes, through the communication practices of ISA, an NGO with over 30 years of experience, how the perspective of climate justice can be incorporated into communication about the Amazon.

KEYWORDS: ENVIRONMENTAL JUSTICE • ENVIRONMENTAL COMMUNICATION • ORGANIZATIONAL COMMUNICATION • COP30 • CLIMATE CHANGE.

RESUMEN

La 30ª COP, en Belém en 2025, ha revitalizado el debate sobre justicia climática en Amazonía y Brasil. COP deberá identificar soluciones que beneficien a los segmentos de la población mundial que sufren los impactos de los fenómenos extremos. Este artículo analiza, a través de las prácticas de comunicación de ISA, ONG con más de 30 años de experiencia, cómo se puede incorporar la perspectiva de la justicia climática en la comunicación de Amazonía.

PALABRAS CLAVE: JUSTICIA CLIMÁTICA • COMUNICACIÓN AMBIENTAL • COMUNICACIÓN ORGANIZACIONAL • COP30 • CAMBIO CLIMÁTICO.



INTRODUÇÃO

O agravamento da crise ambiental expõe, cada vez mais, desigualdades sociais e evidencia a ineficácia das estratégias de mitigação e adaptação (Stephens, 2022; Melo; Grzyb; Costa, 2025). A justiça ambiental propõe uma análise da crise que considera desigualdades raciais, territoriais, econômicas, históricas e culturais. Tal perspectiva reconhece a distribuição desigual dos impactos ambientais, que atingem com maior intensidade populações negras, indígenas e comunidades tradicionais, expostas à degradação, ao racismo e à marginalização estrutural (Marques, 2020; Nixon, 2011).

Esses impactos atuam como uma violência lenta (Nixon, 2011), cujos efeitos se acumulam ao longo do tempo e do espaço, por meio da escassez de recursos, mudanças climáticas e doenças. Políticas ambientais precisam estar integradas a outras áreas, como habitação, transporte, economia, saúde, alimentação e educação, para que haja efetivamente justiça ambiental (Nixon, 2011; Apostolopoulou; Cortes-Vazquez, 2018).

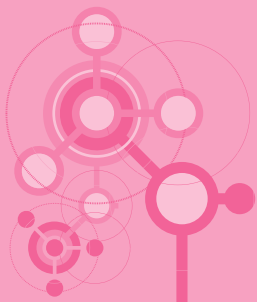
A justiça climática, por sua vez, é uma abordagem ética e política que emerge como evolução da justiça ambiental. O foco recai sobre o aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas, que constituem a principal preocupação ambiental da atualidade, com o aumento do nível do mar, secas, ondas de calor, incêndios e novas doenças (Dolsak; Prakash, 2021). O conceito propõe uma articulação entre direitos sociais e estudos climáticos, o que torna possível considerar as desigualdades sociais na adoção de medidas de adaptação à crise climática (Torres *et al.*, 2021).

Implementar respostas efetivas à crise socioambiental, portanto, é um dos maiores desafios globais da sociedade contemporânea. Mais do que medidas urgentes, como zerar emissões de carbono, as ações de mitigação e adaptação precisam levar em conta a dimensão da justiça ambiental e climática (Holifield *et al.*, 2018; Marques, 2020). A justiça climática deve considerar os efeitos sobre gerações futuras, espécies não humanas e países em diferentes estágios de desenvolvimento (Dolsak; Prakash, 2021; Stephens, 2022).

No Brasil, os conflitos por terra e recursos naturais, especialmente na Amazônia, evidenciam a lógica de expropriação e violência permanentes (Marques, 2020). A floresta, estratégica pela biodiversidade e pelas reservas de água doce, sofre com o desmatamento, as queimadas e o desmonte das políticas de proteção. Esses processos se intensificaram durante o governo Bolsonaro (2019-2022), que promoveu retrocessos ambientais, enfraqueceu órgãos de fiscalização e registrou aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia e no Pantanal (Fearnside, 2019). Nunes (2024) defende que há uma infodemia socioambiental sobre a Amazônia, com excesso de informações, verdadeiras e falsas, disseminadas de forma intencional ou não. Tal cenário dificulta a compreensão e a formação de opinião crítica.

Na prática da desinformação climática, empresas e políticos negam evidências, distorcem pesquisas e inventam causas falsas para minar a confiança pública e atrasar ações efetivas (Palau-Sampio *et al.*, 2024; Marques, 2020). Esses discursos sustentam interesses econômicos, aprofundam a polarização política e dificultam a mobilização social (Lewandowsky *et al.*, 2017; Treen *et al.*, 2020). Algoritmos e inteligência artificial nas plataformas digitais ampliam a disseminação de conteúdos enganosos, que mascaram interesses corporativos (Treen *et al.*, 2020; Prado, 2022).

Nesse contexto, a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), em Belém (PA), em novembro de 2025, dá novo impulso à discussão sobre justiça ambiental e climática na Amazônia e no Brasil. A COP



precisará indicar saídas que beneficiem parcelas da população e até nações que sofrem os impactos de eventos extremos e outras consequências das mudanças climáticas de forma mais imediata e severa (Bidone *et al.*, 2025).

Dada a relevância simbólica e geopolítica da Amazônia, a comunicação em torno do tema torna-se um instrumento indispensável para estimular o debate público, no qual grupos sociais historicamente marginalizados estão, cada vez mais, expressando suas demandas por meio de novas tecnologias comunicacionais. Os meses que antecedem a COP 30, portanto, configuram uma janela única, em que as atenções — de especialistas, políticos e cidadãos — estão mais voltadas à crise ambiental e à Amazônia. Trata-se de uma oportunidade para que o debate avance na compreensão dos fatores estruturais que moldam a região, dentre os quais a atuação de setores como a mineração e o agronegócio, que, embora economicamente relevantes, coexistem com altos índices de vulnerabilidade social e impactos socioambientais acumulados (Melo; Grzyb; Costa, 2025; Bidone *et al.*, 2025).

Diante de tais desafios, a Comunicação Ambiental (CA) emerge como uma estratégia para promover um debate público de qualidade e contribuir com a avaliação e o combate às injustiças, promovendo o engajamento social, estimulando o pensamento crítico e facilitando a compreensão de questões complexas (Bueno, 2024; Grzyb; Wolmer; Martins, 2024). Mais do que informar, busca mobilizar a ação coletiva e fortalecer a cidadania ambiental, conectando o conhecimento científico à vida cotidiana das pessoas.

No Brasil, há um movimento crescente pela justiça ambiental e climática, influenciado principalmente por mobilizações internacionais e por grandes organizações não governamentais (ONGs) (Torres *et al.*, 2021), como o Instituto Socioambiental (ISA), que atua há mais de 30 anos na defesa da diversidade socioambiental brasileira.

Nesse sentido, este artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: de que forma a comunicação do ISA sobre a Amazônia incorpora a perspectiva da justiça climática? Analisamos as práticas comunicacionais da organização no período que antecede a COP 30, de janeiro a maio de 2025¹. Nosso objetivo geral é refletir a respeito do papel da CA no aprofundamento das discussões em torno do tema da justiça climática. Em termos específicos, investigaremos como o ISA inclui essa perspectiva nos textos da Sala de Notícias no site da instituição, direcionada a jornalistas e demais interessados².

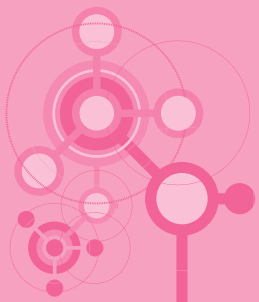
TENSÕES ENTRE SOCIOAMBIENTALISMO E DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA

A Amazônia se tornou um território em disputa, onde entidades socioambientalistas têm o papel de fiscalizar e cobrar do poder público e corporativo, além de defender grupos minoritários, como as populações tradicionais e os povos indígenas.

Uma das conjunturas que favoreceu a disseminação do pensamento ambientalista no Brasil e suas primeiras instituições, a partir da década de 1970, foi a tentativa de superação de uma visão desenvolvimentista, que enxergava a floresta amazônica como um território sem lei a ser explorado (Viola; Leis, 1992). A segunda conjuntura era externa, influenciada

1 Vale registrar que o recorte temporal desta pesquisa apresenta limitações em termos de incidência de notícias sobre a COP 30. Como o evento está marcado para novembro de 2025, espera-se um aumento da cobertura sobre o tema no segundo semestre. Ao mesmo tempo, os primeiros meses do ano formam um corpus empírico atual, com resultados que podem impactar a produção comunicacional ainda antes da conferência.

2 Ver mais em: NOTÍCIAS socioambientais. Instituto Socioambiental, 2025. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais>. Acesso em: 30 jun. 2025.



pela realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, e pelo retorno de políticos e figuras públicas exilados pela ditadura militar. Formava-se, na soma de fatores internos e externos, uma *ágora* propícia para refletir sobre a problemática ambiental e conceber ações de sensibilização e enfrentamento.

As políticas governamentais do período redefiniram os traçados de ocupação humana na floresta, além de fomentar, por meio de incentivos fiscais, atividades exploratórias que geravam pouquíssimo retorno efetivo para a população local. São a base da economia de larga escala da Amazônia: pecuária, agricultura, exploração madeireira e mineração. De acordo com Lobato, Costa e Laurent (2025), mesmo com problemas sociais não resolvidos, ainda predomina entre os agentes dominantes uma retórica de progresso, ancorada na premissa de geração de emprego e renda.

As promessas de progresso econômico difundidas pelo governo militar brasileiro (1964-1985) mostraram-se falaciosas diante da gravidade dos problemas sociais (Jacobi, 2000). A crise desse modelo de desenvolvimento acabou por se tornar uma força motriz para movimentos sociais, dentre eles o ambientalista, que iniciava um trabalho de sensibilização sobre a devastação ambiental. O desmatamento e as queimadas na Amazônia foram alguns dos motivos para a articulação entre ONGs brasileiras e internacionais, gerando os primeiros alertas na opinião pública global a respeito das problemáticas ambientais amazônicas (Jacobi, 2000).

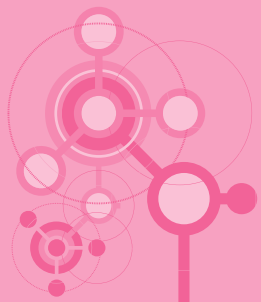
Historicamente, a denúncia desses processos foi um dos fatores que levou o movimento ambientalista a criar articulações com movimentos sociais de base, povos indígenas e populações tradicionais. Tinha início o germe do chamado socioambientalismo, uma ampliação da perspectiva que regia o ambientalismo até então, por vezes elitista ou sem considerar aspectos sociais na preservação do patrimônio natural.

É nesse contexto que surge o ISA, organização que atua na defesa dos direitos das populações tradicionais e dos povos indígenas, fundada em 1994 por ativistas, antropólogos, indigenistas, advogados, jornalistas e biólogos de três outras organizações: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Núcleo de Direitos Indígenas e SOS Mata Atlântica. As duas primeiras estavam na linha de frente da causa indigenista, enquanto a última atua até hoje na preservação da Mata Atlântica.

Povos indígenas e populações tradicionais — quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, entre outros — são responsáveis por uma manutenção de extrema importância para o combate à crise climática: a das florestas em pé. Nos últimos 35 anos, esses grupos sociais protegeram mais de 20% da vegetação nativa no Brasil (Aragão, 2022). Com os holofotes voltados ao país, às vésperas da COP 30, há a esperança de que essas vozes sejam realmente ouvidas durante a conferência e, para esse fim, o suporte do ISA, por meio de uma comunicação ambiental ligada aos conceitos de justiça climática, demonstra um potencial de impacto positivo nesse sentido.

INTERFACES ENTRE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E ORGANIZACIONAL

A comunicação desempenha múltiplos papéis no debate público acerca das problemáticas no contexto amazônico, na consolidação de concepções ideológicas, na formação de senso crítico e no incentivo à mobilização. Conforme observa Lima (2014), a articulação entre as epistemologias dos campos Ambiental e da Comunicação constitui os fundamentos da Comunicação Ambiental (CA). Este campo engloba práticas diversas — por vezes até conflituosas — e pesquisas transdisciplinares das ciências sociais, da geografia humana e da sociologia. Articula práticas comunicativas e questões



ambientais em contextos sociais, políticos e culturais, buscando entender a relação entre comunicação midiática e meio ambiente (Bueno, 2024; Hansen; Cox, 2015; Melo; Costa, 2022). O maior desafio é o fortalecimento do papel de atores estratégicos para estimular e legitimar o diálogo e o respeito entre diferentes campos do saber e agregar novas perspectivas ao saber científico.

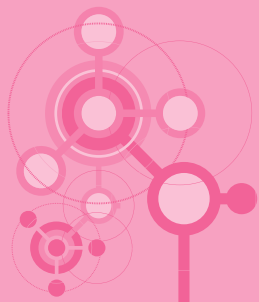
Globalmente, a CA começou a ganhar visibilidade a partir da década de 1970, porém ainda de maneira muito incipiente. A partir da década de 1990, pesquisas acadêmicas relacionadas ao tema se popularizaram. Na década de 2010, um número significativo de estudos e discussões ganhou corpo, fazendo com que a atenção do público e de estudiosos para com as questões ambientais atingisse um clímax, com 2.219 artigos científicos publicados entre 1973 e 2020 no banco de dados Web of Science (Wu *et al.*, 2021). Esse levantamento demonstra uma gradual expansão internacionalizada do campo da CA, com influência crescente na esfera pública e nos rumos das discussões políticas.

A CA abrange diferentes formas de representação do meio ambiente, além de tratar de aspectos como: relações entre valores, crenças e comportamentos; os efeitos da mídia e de campanhas sobre a percepção pública; a circulação de informações científicas; e o papel da identidade ecológica na forma como indivíduos se percebem em relação ao ambiente (Hansen; Cox, 2015; Bueno, 2024). Corroboramos, portanto, o reconhecimento da dimensão social e simbólica do fazer comunicacional. Há um aspecto constitutivo, que ajuda a compor as representações das questões ambientais, e outro pragmático, que contribui para a solução dos problemas ao estudar os efeitos que a comunicação pode ter sobre a realidade social (Cox, 2010).

Neste artigo, o foco na comunicação do ISA nos leva a buscar articulações entre a CA e os estudos de comunicação organizacional. Trata-se de um campo tradicional na área acadêmica da comunicação, com ampla gama de linhas de pesquisa, que avançaram do ponto de vista epistemológico especialmente a partir do início do século XXI, período a partir do qual passou-se a reconhecer a comunicação enquanto um processo contínuo de interação que estimula as relações das organizações com o contexto em que estão inseridas (Mourão; Oliveira, 2024). Essa perspectiva oferece suporte para entender o papel que a comunicação assume para o ISA, uma das ONGs de maior influência na atualidade em questões ligadas à Amazônia.

Nas palavras de Kunsch (2003, p. 149), "comunicação organizacional, como objeto de pesquisa, é a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global", sendo responsável por analisar o processo de comunicação entre a organização e seus respectivos públicos de interesse. Ainda segundo a autora, em termos aplicados, a comunicação organizacional se processa em diferentes tipos de instituições, dentre as quais ONGs como o ISA.

De fato, movimentos sociais voltados ao interesse público possuem natureza intrinsecamente comunicativa, pois sua ação se concretiza em atos e práticas discursivas que fazem ideias circularem, serem apropriadas, debatidas e contestadas até se incorporarem a estruturas sociais e políticas (Johnston; Pieczka, 2018). Essa dimensão da comunicação regula a vida social, forma opiniões e atitudes e difunde conhecimentos, conectando atores, saberes e agendas. Enquanto uma prática de poder transversal que atravessa todo o sistema social global, a comunicação sustenta a articulação de demandas coletivas, a construção de consensos e a pressão sobre instituições, tornando-se estratégica para a incidência e a defesa de direitos de grupos minoritários (Kunsch, 2003).



Da mesma maneira, tomando como base Cox (2010) e Jurin, Roush e Danter (2010), é possível afirmar que a CA opera em diferentes organizações e grupos sociais, que atuam como vozes de interesse em uma esfera pública focada nas questões ambientais. Logo, a interface entre a CA e a comunicação organizacional fornece subsídios para compreender como se dá a construção da imagem de uma organização ambientalista enquanto espaço midiático de questionamento e de proposições inseridas no contexto de eventos globais, como a COP30.

De acordo com o entendimento trazido por Hansen e Cox (2015) e Stephens (2022), existe o desafio de construir uma CA crítica, engajada e voltada para a transformação social, priorizando as vozes de populações afetadas por problemas ambientais, em consonância com a perspectiva da justiça climática. O ISA é uma das organizações ambientalistas que enfrentam essa questão na prática por meio de ações comunicacionais que conferem visibilidade às populações tradicionais, principalmente povos indígenas, apresentando-as como protagonistas na defesa do meio ambiente, conforme será visto em uma das seções abaixo, que traz a análise das notícias organizacionais do instituto.

PERCURSO METODOLÓGICO

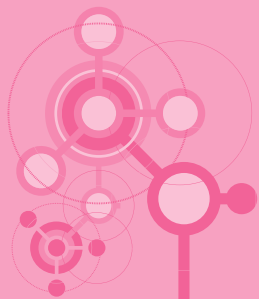
A metodologia deste artigo é constituída por dois elementos: uma pesquisa bibliográfica de conceitos e temas pertinentes e a adoção da perspectiva e técnicas da Análise de Conteúdo. A pesquisa bibliográfica consistiu na realização de uma seleção de obras, autores e referenciais teóricos que trazem aportes para compreender: os conceitos de justiça ambiental e climática; a história do movimento ambientalista no Brasil e na Amazônia; e os campos da comunicação organizacional e ambiental.

O principal método para a realização da pesquisa empírica é a Análise de Conteúdo (Bardin, 2000), que fornece uma lógica de raciocínio sistematizada para selecionar, recortar e, principalmente, analisar criticamente os dados de comunicação obtidos na Sala de Notícias do ISA. Vale ressaltar que não existe apenas uma forma de análise de conteúdo, mas, sim, uma pluralidade de técnicas (Bardin, 2000), cabendo ao pesquisador moldá-las de acordo com os objetivos pretendidos.

Tomando como referência Martino (2018), faz-se necessário deixar claro, desde já, que a estratégia metodológica adotada nesta pesquisa destaca aspectos relacionados às mensagens expressas nos textos, a partir do princípio de que tais mensagens podem carregar significados diversos. Ainda segundo esse autor, para analisar os efeitos da comunicação de uma organização ou mídia, seria mais adequado empreender um estudo focado na recepção das mensagens — produção de sentidos — ou na interação entre organização e público — discussões em espaços de comentários, por exemplo, algo que ultrapassa o escopo do presente artigo. Aqui, buscamos responder à seguinte pergunta de pesquisa: de que forma a comunicação do ISA sobre a Amazônia incorpora a perspectiva da justiça climática?

Para tal finalidade, a primeira etapa começa por uma leitura flutuante da Sala de Notícias da organização, deixando-nos, como sugere Bardin (2000), afetar pelas primeiras impressões, mas, principalmente, procurando reconhecer se, de fato, o tema da justiça climática estava presente nos textos publicados e de que maneira isso ocorria.

Na segunda etapa, iniciamos a coleta e a preparação do material. Definimos o recorte temporal de janeiro a maio de 2025, por ser o período de véspera da COP 30, em que governos, sociedade civil e mídia estão fomentando o debate público em torno de questões centrais que devem ser discutidas na conferência. Para capturar esses conteúdos que fazem parte da



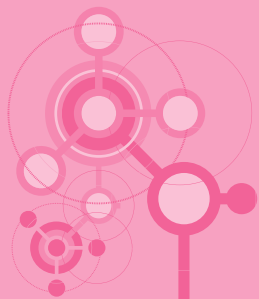
amostragem, utilizamos as seguintes palavras-chave: “justiça climática”; “justiça ambiental”; “injustiças socioambientais”; “mudanças climáticas”; “emergência climática”; e “clima”.

A coleta na Sala de Notícias foi realizada por meio do sistema de buscas do site institucional do ISA. Por esse caminho, chegamos a um universo de 21 textos. Os dados foram compilados em uma planilha, na qual as notícias foram enumeradas, permitindo-nos a aplicação de filtros para extração dos seguintes dados: gênero de texto; população retratada; editoria; tema central; tópicos; região; fontes; e citações. Percebemos a necessidade de refinamento, eliminando os resultados que traziam apenas menções superficiais às palavras-chave. Dessa nova triagem, obtivemos 15 textos, planilhados da mesma maneira descrita no parágrafo anterior.

A última etapa empírica foi a categorização, uma das fases mais características da metodologia de análise de conteúdo, pois permite classificar o material a partir de índices, fornecendo uma representação mais clara dos dados brutos, baseada nas intenções, objetivos e questionamentos do pesquisador diante do objeto construído. A Tabela 1, a seguir, indica as categorias e objetivos, além de trazer, principalmente, exemplos de títulos e trechos das notícias, seguidos de análises que buscam operacionalizar a pergunta de pesquisa do artigo a partir dos dados coletados.

Tabela 1: Descrição das três categorias analíticas e respectivos exemplos de enunciados

Categoria	Objetivo	Classificações	Exemplos
1. Alinhamento à perspectiva de Justiça Climática	Identificar se o texto se alinha à perspectiva da justiça climática, com o apontamento de desigualdades nos impactos do aquecimento global e a consideração de vozes vulnerabilizadas.	Positivo	<i>“Protagonismo dos povos indígenas na COP 30 é tema de episódio do ‘Vozes do Clima’”.</i> O título destacado acima, assim como o restante da notícia analisada, coloca em primeiro plano a importância de reconhecer o papel exercido pelas populações indígenas nas discussões multilaterais. Isso indica engajamento com a questão e alinhamento à perspectiva da justiça climática.
		Negativo	Não houve textos classificados como negativos.
2. Menção de Justiça Climática no título	Verificar se o ISA dá destaque explícito ao tema nos títulos das notícias. Entende-se que essa seria uma forma de chamar a atenção para um conceito que ainda não é de amplo conhecimento do público leitor.	Positivo	Não houve textos classificados como positivos.
		Negativo	<i>“A virada dos tempos’: indígenas na Amazônia buscam soluções para a crise climática”.</i> <i>“Emergência climática deixa ribeirinhos sem safra da castanha na Terra do Meio (PA)”.</i> <i>“Comunicação indígena será decisiva para enfrentar mudanças climáticas em 2025”.</i> Observa-se que a problemática dos desequilíbrios causados pelas atividades humanas no clima do planeta é recorrente nos títulos das notícias. Todavia a opção da comunicação organizacional do instituto foi utilizar as expressões “crise climática” ou “emergência climática”, em vez de destacar explicitamente o termo “justiça climática”.



Categoria	Objetivo	Classificações	Exemplos
3. Menção de Justiça Climática no corpo do texto	Verificar se o ISA menciona o conceito de Justiça Climática no corpo do texto das notícias produzidas, com explicação — ainda que indireta — a respeito do conceito. Entende-se que essa é uma maneira de aprofundar a discussão e, principalmente, reforçar a importância da ideia de se pensar ações climáticas a partir da perspectiva do enfrentamento das desigualdades sociais.	Positivo	"Segundo o relatório Justiça Climática Feminista: um Quadro para Ação, elaborado pela ONU Mulheres em 2023, caso o cenário de aumento de três graus na temperatura do planeta se concretize, mais de 158 milhões de mulheres e meninas serão levadas à pobreza até 2050". "Não haverá justiça climática sem a demarcação dos nossos territórios. E sem a demarcação dos nossos territórios continuaremos morrendo", assim a coordenadora da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e liderança da aldeia Tekoa Takuatya, Ju Kerexu abriu a sua fala na plenária "a resposta somos nós: povos indígenas rumo à COP30". [...] proteger o patrimônio cultural material e imaterial, conservar a biodiversidade e fomentar seu uso sustentável, e ainda promover a melhoria da qualidade de vida e a justiça climática para essas populações. As explicações do conceito de Justiça Climática presentes no corpo do texto das notícias, como nos trechos destacados acima, são realizadas dentro do contexto que compõe a narrativa em questão. Em outras palavras, não há uma discussão aprofundada ou uma linha de raciocínio estruturada inteiramente a partir do conceito, como, por exemplo, o ISA já fez em outros temas, como o mercado de carbono. Por outro lado, os relatos factuais e as histórias com declarações de atores sociais conferem legitimidade à ideia de justiça ligada ao clima.
		Negativo	"O vídeo ressalta o papel essencial dos povos indígenas na preservação ambiental, sobretudo na proteção de florestas e manutenção das chuvas que viabilizam as atividades agropecuárias". "A carta ainda reforça que os conhecimentos tradicionais indígenas são essenciais para combater as crises climática e alimentar, defendendo a demarcação de terras como política ambiental urgente e o financiamento direto para a proteção territorial". É possível observar o conceito de Justiça Climática sendo tratado de maneira indireta, sem menção explícita, na maior parte das notícias coletadas, como mostram os dois exemplos acima.

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

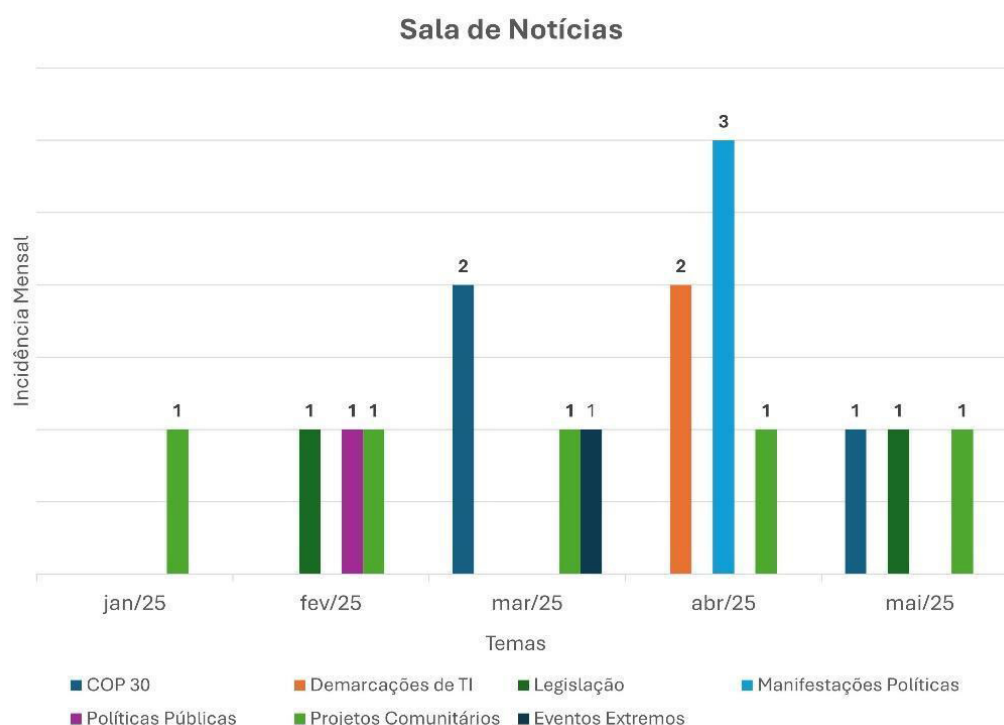
Com base nessas categorias, realizamos uma leitura crítica e reflexiva, com uma análise qualitativa da comunicação ambiental do ISA na Amazônia, apresentada a seguir.

A COMUNICAÇÃO AMBIENTAL DO ISA NO CONTEXTO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

De janeiro a maio de 2025, os conteúdos da sala de notícias do ISA analisados foram distribuídos pelos meses e temas centrais, de acordo com a Figura 1. O maior número de notícias ocorreu em abril, devido à cobertura do Acampamento

Terra Livre (ATL) e da campanha “Brasil Indígena, Terra Demarcada”, conduzida pela organização em parceria com atores de televisão, celebridades e influenciadores digitais.

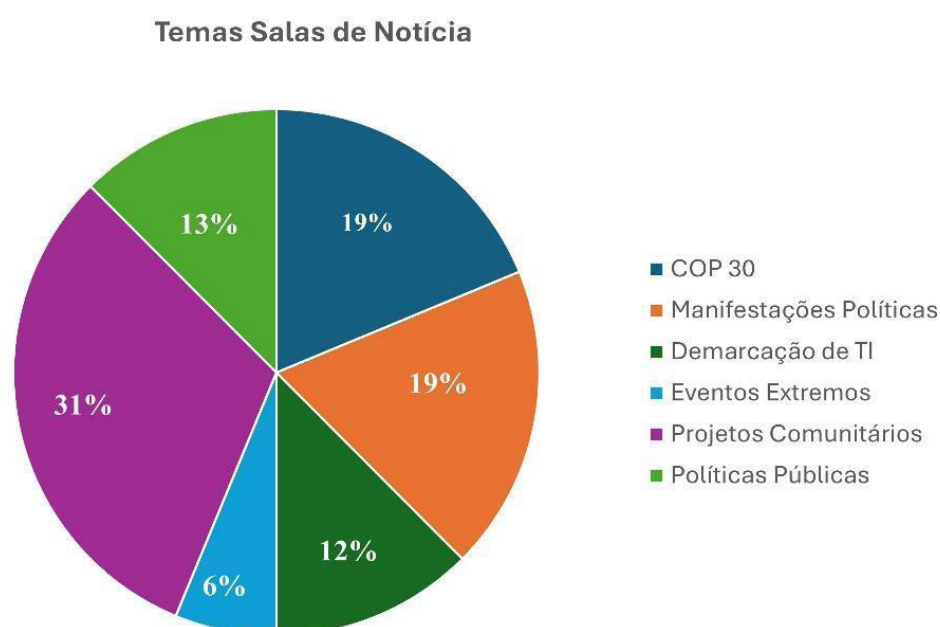
Figura 1: Textos publicados na sala de notícias do ISA, catalogados por temas



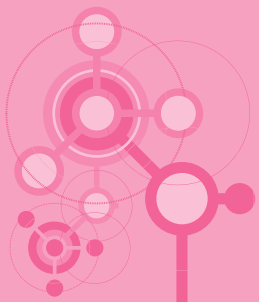
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O tema de maior incidência relacionado ao conceito de justiça climática foi “projetos comunitários” (com 5 registros, 31%), com textos a respeito de iniciativas e articulações de protagonismo das populações tradicionais. Em seguida, aparece o tema “manifestações políticas” (com 3 registros, 19%) — com destaque para o ATL, manifestação coletiva anual articulada pelo movimento indígena em Brasília. O ISA, parceiro de entidades do movimento indígena, dedica atenção especial a essa mobilização nacional. Em terceiro lugar, vem “governança” (com 3 registros, 19% do total), com textos mais diretamente ligados à COP 30. A Figura 2 apresenta a divisão percentual dos temas.

Figura 2: Divisão de temas presentes na sala de notícias do ISA



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).



A organização coloca em prática o engajamento socioambiental e a lógica de promoção de justiça para comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas, ao se referir a pelo menos uma delas nas notícias. As comunidades indígenas se destacam, com presença em quase 90% do conteúdo, o que demonstra o nível de aproximação do ISA com representantes da causa indígena. Outro dado que comprova essa ligação é a recorrência da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) como fonte nas notícias, o que ocorreu em 12 oportunidades nos textos (atrás apenas do número de integrantes mencionados do próprio ISA).

O fortalecimento de organizações da sociedade civil e associações de base, como a APIB, que pode ser observado nessa comunicação, é uma parte fundamental no processo de luta contra a injustiça climática (Grzyb; Wolmer; Martins, 2024). O texto intitulado “Semana do Extrativismo chega à 10ª edição e busca inovação das economias da sociobiodiversidade” é um dos exemplos desse tipo de associatividade promovida pelo ISA. A notícia estabelece relação entre conhecimentos ancestrais, clima e políticas públicas:

Esses serviços vêm sendo prestados há centenas e, em alguns casos, há milhares de anos por povos e comunidades tradicionais e são essenciais para o planeta, especialmente devido às crises do clima, da água e da biodiversidade. Entretanto, não há o devido reconhecimento por esse trabalho. As políticas, programas e contratos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) podem viabilizar esse reconhecimento, fortalecendo os povos e comunidades tradicionais e seus territórios (Hamdan, 2025).

Entre os temas mais abordados, as notícias a respeito do ATL demonstram aprofundamento nas discussões apresentadas, algo que a grande mídia não faz, seja por falta de espaço ou de interesse (Takahashi *et al.*, 2018; Melo; Costa, 2022). Assim, a comunicação da organização, no que tange às mensagens, acaba por cumprir um papel importante de reforçar e validar a pauta do movimento indígena brasileiro.

O que nos interessa neste artigo é analisar a perspectiva da justiça climática no conteúdo, a qual pode ser observada na notícia “ATL 2025: Lideranças indígenas lançam Comissão Internacional para a COP 30”, que se inicia tratando da mobilização contra o retrocesso nos direitos indígenas e da cobrança por políticas públicas de enfrentamento à crise climática. A declaração da coordenadora da CGY e liderança da aldeia Tekoa Takuatya, reportada no texto, é bastante enfática: “não haverá justiça climática sem a demarcação dos nossos territórios. E sem a demarcação dos nossos territórios continuaremos morrendo” (Costa, 2025a).

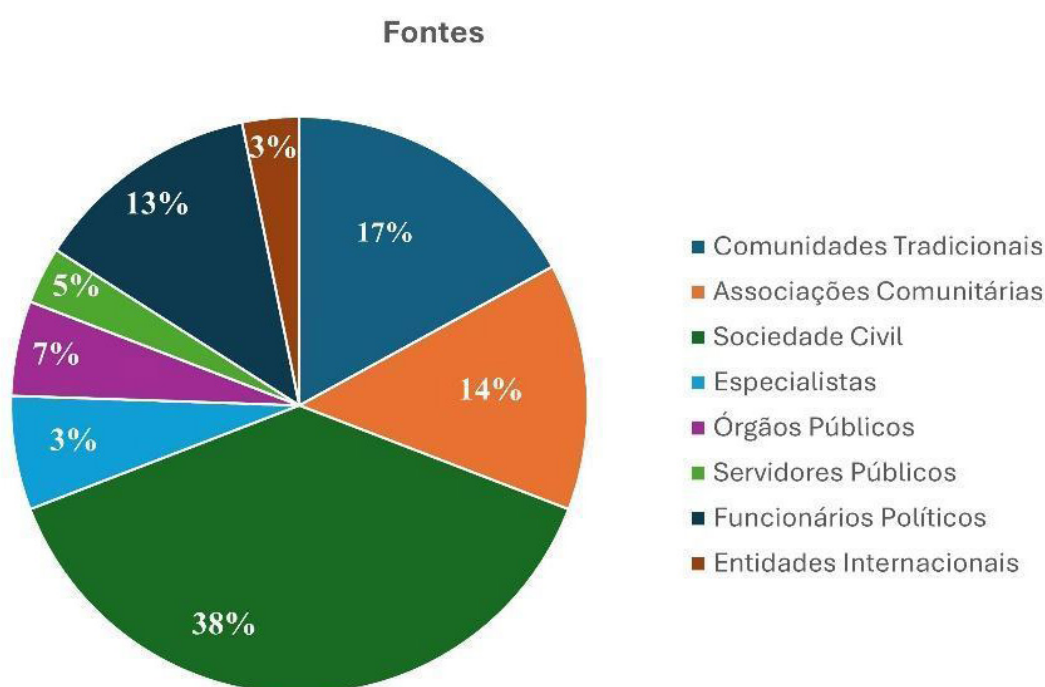
Embora sem menção direta à justiça climática, a notícia sobre o podcast *Vozes do Clima* e a participação das mulheres na COP 30 (ISA, 2025) traz uma visão holística que considera as diferentes intersecções que formam injustiças sistêmicas, ligadas às injustiças climáticas. O destaque é principalmente para a conexão com questões de gênero e também de raça, com exposição das desigualdades e reivindicação de maior protagonismo, conforme excerto a seguir:

Guardiãs da cidade, do campo, das florestas e das águas, elas estão na linha de frente de ações concretas de enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas e, por isso, têm muito a dizer sobre o que esperam da COP30. Além disso, podem apontar quais alternativas o Brasil deve adotar para garantir o respeito aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e das populações mais vulneráveis das periferias e favelas das cidades (Costa, 2025b).

Na análise das fontes utilizadas nas notícias do ISA, que explicitam uma atuação em rede, indígenas, ribeirinhos, extrativistas e quilombolas são diretamente citados como fontes em 17% das notícias. A representatividade dos povos indígenas e tradicionais na comunicação fica mais clara quando somadas as fontes de organizações das próprias comunidades (13,8%), totalizando mais de 30% das fontes da cobertura. A atuação em parceria com comunidades e entidades próximas

também é evidenciada pela utilização frequente de organizações da sociedade civil. Essas entidades foram fontes em 36 oportunidades na cobertura da sala de notícias, a categoria com maior parcela, de 38,3%. É importante enfatizar que tais organizações atuam em proximidade com as comunidades, e muitos de seus integrantes e ativistas são também indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos. Assim, ao considerarmos os três grupos de fontes (membros das comunidades, associações comunitárias e entidades da sociedade civil), temos quase 70% das vozes da cobertura, conforme indica a Figura 3.

Figura 3: Divisão de fontes presentes na sala de notícias do ISA



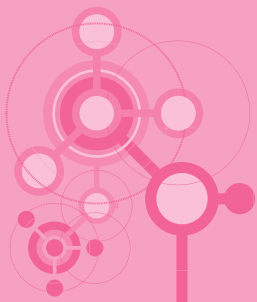
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Órgãos governamentais e detentores de cargos políticos formam aproximadamente 18% das fontes do ISA. Destacam-se as ministras do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, e dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara. A partir desses dados relativos à incidência de fontes da sociedade civil e do governo nas notícias, percebemos que o instituto se diferencia da tendência presente na grande mídia, que recorre prioritariamente a fontes oficiais (Girardi *et al.*, 2018; Bueno, 2024). Ademais, o ISA não deixou de tecer críticas e cobranças aos governantes, principalmente no tocante à adoção de medidas de longo prazo e compromissos estruturais no combate às injustiças ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos textos da sala de notícias do ISA nos permite observar uma articulação prática da comunicação organizacional com os preceitos de comunicação ambiental e com o conceito de justiça climática. Em um contexto de agravamento global da crise climática e de grande expectativa para a realização da COP 30 em solo amazônico, a abordagem da temática ambiental por parte das organizações socioambientalistas tem ainda maior potencial para impactar o debate público.

Estudos científicos recentes apontam dois caminhos na busca de soluções efetivas para a crise climática: o combate às desigualdades sociais interligadas e o fortalecimento de alianças entre movimentos sociais, ciência e comunidades tradicionais (Nixon, 2011; Apostolopoulou; Cortes-Vazquez, 2018; Marques, 2020; Grzyb; Wolmer; Martins, 2024).



No contexto amazônico, o ISA demonstra estar alinhado ao empenho de estreitar essa integração entre diferentes campos de conhecimento e de práticas sociais. O instituto promove uma comunicação com diversidade de fontes, ampliando as vozes de comunidades tradicionais amazônicas, com destaque para povos indígenas, assim como ribeirinhos, quilombolas e extrativistas. Os textos analisados demonstram diálogo próximo com organizações dessas comunidades e outras entidades da sociedade civil que atuam na região. Essa comunicação em rede propicia maior nível de profundidade nas notícias e visão holística da problemática socioambiental, com perspectivas alternativas para melhorar a qualidade do debate público, muitas vezes escassas na grande mídia. Dessa forma, a comunicação organizacional é uma das ferramentas essenciais do ISA na concretização de sua missão social de combate às injustiças climáticas, com potencial para mobilizar e conectar diferentes atores do sistema social, conforme apontado por Kunsch (2003) e Johnston e Pieczka (2018).

Embora a perspectiva da justiça climática esteja presente em todos os conteúdos — com protagonismo de comunidades tradicionais e alinhamento com a defesa ambiental — o conceito não aparece explicitamente nomeado em nenhum dos títulos. A utilização desse termo poderia contribuir para enfatizar a incidência acentuada dos impactos climáticos nos povos tradicionais da Amazônia, cumprindo de forma mais efetiva uma função educativa e política. A difusão do conceito de justiça climática se faz presente no corpo do texto das notícias analisadas, principalmente por meio de declarações de fontes entrevistadas, ou seja, de maneira indireta, sem uma discussão aprofundada. Entendemos que ainda há espaço, na comunicação do ISA, a ser explorado no sentido de colocar em prática a conexão entre os estudos científicos e os problemas e violências vivenciados cotidianamente pelos amazônidas.

Especialmente nos meses que antecedem a COP 30, com um intenso debate internacional em cena, torna-se urgente trazer à tona os processos de injustiça climática existentes em nível global (Norte e Sul do planeta) e local (grandes empresas, atividades ilegais, elites político-econômicas). A comunicação fomentada por organizações como o ISA exerce papel fundamental no fortalecimento dessas discussões.

REFERÊNCIAS

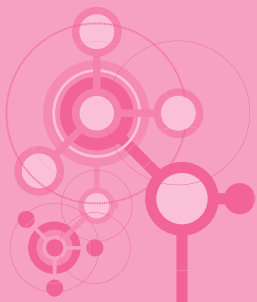
APOSTOLOPOULOU, E.; CORTES-VAZQUEZ, J. A. *The right to nature: social movements, environmental justice and neoliberal natures*. New York: Routledge, 2018.

ARAGÃO, T. Estudo comprova que Povos Indígenas e Tradicionais são essenciais para a preservação das florestas. *Instituto Socioambiental*, 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/estudo-comprova-que-povos-indigenas-e-tradicionais-sao-essenciais-para>. Acesso em: 20 maio 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BIDONE, R. F. *et al.* COP 30: Brazil's great opportunity. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 2, p. e20250245, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0001-3765202520250245>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/tm9LKnKSwyMgTD9WyyYxzyj/?lang=en>. Acesso em: 2 maio 2025.

BUENO, W. da C. *Jornalismo ambiental: teoria, prática e pesquisa*. São Paulo: JORCOM; Contexto Comunicação e Pesquisa, 2024.



COSTA, L. ATL 2025: Lideranças indígenas lançam Comissão Internacional para a COP30. *Instituto Socioambiental*, 2025a. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/atl-2025-liderancas-indigenas-lancam-comissao-internacional-para-cop30>. Acesso em: 23 maio 2025.

COSTA, L. "Vozes do Clima": Mulheres analisam desafios da COP 30 e apontam caminhos para enfrentar emergência climática. *Instituto Socioambiental*, 2025b. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/vozes-do-clima-mulheres-analisam-desafios-da-cop-30-e-apontam-caminhos>. Acesso em: 23 maio 2025.

COX, R. *Environmental communication and the public sphere*. California: Sage Publication, 2010.

DOLŠAK, N.; PRAKASH, A. Three faces of climate justice. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, v. 25, p. 283-301, maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-051120-125514>. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-polisci-051120-125514>. Acesso em: 21 mai. 2025.

FASOLO, C.; CEZAR, E. ATL 2025 chega ao fim com forte mobilização indígena contra retrocessos no STF e no Congresso, 2025. *Instituto Socioambiental*, 2025. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/atl-2025-chega-ao-fim-com-forte-mobilizacao-indigena-contra-retrocessos-no>. Acesso em: 23 maio 2025.

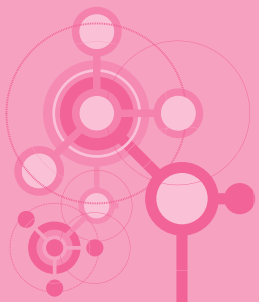
FEARNSIDE, P. M. Retrocessos sob o presidente Bolsonaro: um desafio à sustentabilidade na Amazônia. *Sustentabilidade International Science Journal*, Manaus, v. 1, n. 1., abr./jun. 2019.

GRZYB, A.; WOLMER, A.; MARTINS, P. Narrativas ambientais ativistas: convergências entre jornalismo independente e etnomídia indígena. *Mídia e Cotidiano*, v. 18, n. 3, p. 77–96, 2024. DOI: 10.22409/rmc.v18i3.63493. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/63493>. Acesso em: 21 jul. 2025.

HANSEN, A.; COX, R. (ed.). *The Routledge handbook of environment and communication*. Abingdon: Routledge, 2015.

HAMDAN, A. A. Semana do Extrativismo chega à 10ª edição e busca inovação das economias da biodiversidade. *Instituto Socioambiental*, 19 maio 2025. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/semana-do-extrativismo-chega-10a-edicao-e-busca-inovacao-das-economias-da>. Acesso em: 23 jul 2025.

HOLIFIELD, R.; CHAKRABORTY, J.; WALKER, G. *The routledge handbook of environmental justice*. New York: Routledge, 2018.



JACOBI, P. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 131-158, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6353>. Acesso em: 20 maio 2025.

JOHNSTON, J.; PIECZKA, M. (ed.). *Public interest communication: critical debates and global context*. Routledge, 2018.

JURIN, R.; ROUSH, D.; DANTER, J. *Environmental communication*. New York: Springer, 2010.

KUNSCH, M. M. K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.

LEWANDOWSKY, S.; ECKER, U. K.; COOK, J. Beyond misinformation: Understanding and coping with the “post-truth” era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 353-369, 2017. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1016/j.jarmac.2017.07.008>. Acesso em: 21 maio 2025.

LIMA, M. D. V. et al. Os dilemas da Comunicação Ambiental no contexto do desenvolvimento hegemônico. *Comunicação Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 203-221, dez. 2014. DOI: 10.18568/cmc.v11i32.703. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/703>. Acesso em: 21 maio 2025.

LOBATO, M. G.; COSTA, A. J.; LAURENT, F. Migrações. In: DOLCE, J.; MONTENEGRO, M.; SCHONENBERG, R. (org.). *Atlas da Amazônia brasileira: fatos, dados e saberes da maior floresta tropical do mundo*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2025.

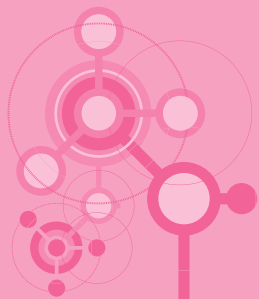
MARTINO, L. S. *Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MOURÃO, I.; OLIVEIRA, I, L. O campo da Comunicação Organizacional na atualidade: direções epistemológicas e desafios. *Organicom*, São Paulo, v. 21; n. 46, 2024. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.229197. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/229197>. Acesso em: 21 maio 2025.

MARQUES, L. *Capitalism and environmental collapse*. São Paulo: Springer, Imprint Springer International Publishing, 2020.

MELO, A. W.; GRZYB, A.; COSTA, L. M. Vozes comunitárias e justiça ambiental: a visão de jornalistas independentes que atuam em comunidades costeiras de Recife e região. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 34., 2025, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Compós; Universidade Federal do Paraná, 2025. p. 1–24. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/compos2025/article/view/11313>. Acesso em: 11 out. 2025.

MELO, A. W.; COSTA, L. M. The concept of social field in media discourse: The impact of salt production on the environment in Brazil. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, v. 11, n. 2, p. 90–107, 2022. DOI: 10.25200/SLJ.v11.n2.2022.465. Disponível em: <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/465>. Acesso em: 11 out. 2025.



MELO, A. W.; COSTA, L. M. Justiça Ambiental e Jornalismo Independente: narrativas sobre comunidades de manguezais na Região Metropolitana do Recife. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 46., 2023, [Belo Horizonte]. *Anais [...]*. 2023.

NIXON, R. *Slow violence and the environmentalism of the poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

NUNES, K. T. *Comunicação sobre a Amazônia: jornalismo independente no enfrentamento à infodemia socioambiental no Brasil*. 2024. 108 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/39e5ca4c-1494-442f-bba4-c11412d553cd/content>. Acesso em: 21 maio 2025.

PALAU-SAMPIO, D.; CRISÓSTOMO FLORES, P.; PICÓ GARCÉS, M. J. Fuelling climate change disinformation: Global narratives distorting environmental risks in North America, Europe and Latin America. *Catalan Journal of Communication & Cultural Studies*, Bristol, v. 16, n. 2, p. 217-236, 2024. DOI: https://doi.org/10.1386/cjcs_00110_1. Disponível em: https://intellectdiscover.com/content/journals/10.1386/cjcs_00110_1. Acesso em: 21 maio 2025.

PRADO, M. *Fake news e inteligência artificial: o poder dos algoritmos na guerra da desinformação*. Lisboa: Edições 70, 2022.

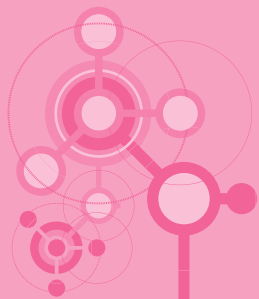
STEPHENS, J. C. Beyond climate isolationism: a necessary shift for climate justice. *Current Climate Change Reports*, Switzerland, v. 8, p. 83-90, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40641-022-00186-6>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40641-022-00186-6>. Acesso em: 13 maio 2025.

TAKAHASHI, B. *et al.* (ed.). *News media coverage of environmental challenges in Latin America and the Caribbean: mediating demand, degradation and development*. London: Palgrave MacMillan, 2018.

TORRES, P. H. C. *et al.* Justiça climática e as estratégias de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e em Portugal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 102, p. 159-175, maio/ago. 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35102.010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jhV4cTHNLKZgFmhjnNst4mh>. Acesso em: 21 maio 2025.

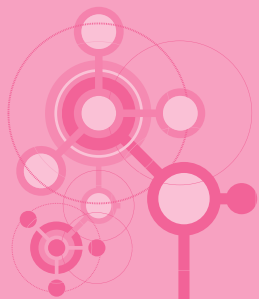
TREEN, K. M. d'I.; WILLIAMS, H. T. P.; O'NEILL, Saffron J. Online misinformation about climate change. *Wiley Interdisciplinary Reviews: climate change*, New Jersey, v. 11, n. 5, p. e665, 2020. DOI: 10.1386/cjcs_00110_1. Disponível em: https://intellectdiscover.com/content/journals/10.1386/cjcs_00110_1. Acesso em: 21 maio 2025.

VIOLA, E.; LEIS, H. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. L.; VIEIRA, P. (org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: EDUnicamp, 1992.



WU, M.; LONG, R.; BAI, Y.; CHEN. Knowledge mapping analysis of international research on environmental communication using bibliometrics. *Journal of Environmental Management*, Amsterdam, v. 298, p. 113475, nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2021.113475>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301479721015371?via%3Dihub>. Acesso em: 21 maio 2025.

Artigo recebido em 31/05/2025 e aprovado em 22/09/2025.



A cacofonia como estratégia de desinformação e desmobilização sobre mudanças climáticas

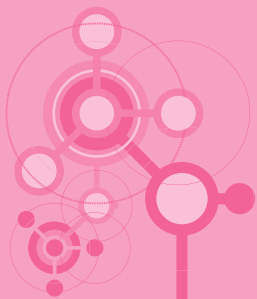
Cacophony as a strategy of disinformation and demobilization on climate change

La cacofonía como estrategia de desinformación y desmovilización sobre el cambio climático



Daniel Reis Silva

- Doutor e Mestre em Comunicação Social pela UFMG
- Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais
- E-mail: daniel.rs@hotmail.com.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9989-7449>



RESUMO

O artigo explora estratégias da campanha global de desinformação sobre mudanças climáticas, procurando desconstruir suas práticas e identificar possíveis obstáculos ao combate ao fenômeno. Adota uma lente teórico-analítica baseada no processo de desmobilização para examinar discursos no site do Heartland Institute, *think tank* que lidera os esforços negacionistas globais. Por fim, identifica a cacofonia como estratégia de desinformação, e reflete brevemente sobre as dificuldades que campanhas de checagem de fatos enfrentam ao lidar com essa prática.

PALAVRAS-CHAVE: MUDANÇAS CLIMÁTICAS • DESMOBILIZAÇÃO • DESINFORMAÇÃO • CACOFONIA • RELAÇÕES PÚBLICAS.

ABSTRACT

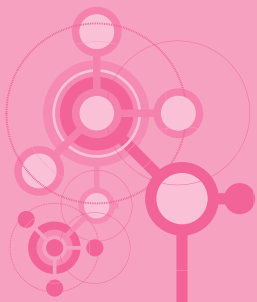
The article explores strategies of the global disinformation campaign on climate change, aiming to deconstruct its practices and identify potential obstacles to addressing the phenomenon. It adopts a theoretical-analytical lens based on the demobilization process to examine discourses on the Heartland Institute website, a think tank that leads global denialist efforts. Finally, it identifies cacophony as a strategy of disinformation and briefly reflects on the challenges fact-checking campaigns face when dealing with this practice.

KEYWORDS: CLIMATE CHANGE • DEMOBILIZATION • DISINFORMATION • CACOPHONY • PUBLIC RELATIONS.

RESUMEN

El artículo explora las estrategias de la campaña global de desinformación sobre el cambio climático, procurando desconstruir sus prácticas e identificar posibles obstáculos para enfrentar el fenómeno. Adopta un enfoque teórico-analítico basado en el proceso de desmovilización para examinar los discursos en el sitio web del Heartland Institute, *think tank* que lidera los esfuerzos negacionistas a nivel global. Finalmente, identifica la cacofonía como estrategia de desinformación y reflexiona brevemente sobre las dificultades que enfrentan las campañas de verificación de hechos al lidiar con esta práctica.

PALABRAS CLAVE: CAMBIO CLIMÁTICO • DESMOVILIZACIÓN • DESINFORMACIÓN • CACOFONÍA • RELACIONES PÚBLICAS.



INTRODUÇÃO

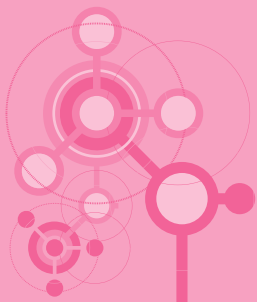
Nas últimas décadas, diversos autores denunciaram as ações de uma “rede de negação” voltada para a criação de dúvidas sobre a existência do aquecimento global antropogênico (Gelbspan, 1997; Hoggan, 2009; Mann, 2021; Oreskes; Conway, 2010; Silva, 2017). Capitaneada por um vasto número de think tanks ideológicos, *front groups* e falsos movimentos sociais (Silva, 2015), assim como por cientistas “*mercenários*” (Oreskes; Conway, 2010), essa rede negacionista tem sistematicamente empregado campanhas de relações públicas capazes de turvar as águas do debate público acerca das mudanças climáticas, desafiando o consenso científico sobre o tema.

Apesar da atuação desses autores que denunciam os contornos gerais do fenômeno, reflexões acadêmicas sobre essas estratégias ainda são limitadas no campo das relações públicas. Em perspectiva ampla, uma proposta para compreender essa campanha parte da noção de *agnotologia* (Schiebinger; Proctor, 2008), que denota o estudo da historicidade e da artificialidade da ignorância. Nesses termos, constitui um projeto para “explorar como a ignorância é produzida e mantida em diversos locais, por meio de mecanismos como a negligência deliberada ou inadvertida, o segredo e a supressão” (Schiebinger; Proctor, 2008).

Autores de diversas áreas (Schiebinger; Proctor, 2008) têm examinado a dúvida e a incerteza como elementos socialmente constituídos — ou mesmo, em última instância, “construída, mantida ou manipulada” (Proctor, 2008). A campanha de negação sobre as mudanças climáticas é um exemplo dessa ação (Oreskes; Conway, 2008), em conjunto com estudos sobre a desinformação promovida pela indústria do cigarro durante décadas (Michaels, 2008).

O presente artigo visa ampliar a compreensão sobre a desinformação climática por meio de uma investigação comunicacional da campanha de relações públicas focada na criação artificial de dúvidas e liderada por think tanks e atores corporativos ligados ao setor energético (Hoggan, 2009). É fundamental reconhecer que a desinformação na modalidade climática é atravessada pela existência dessa campanha bem financiada, coesa e longa, que acaba ditando o tom e construindo sentidos que são, posteriormente, apropriados por sujeitos e grupos políticos (Mann, 2021). De fato, a pesquisa recente de Colatusso *et al.* (2024) demonstra como os argumentos e posicionamentos advindos dessa campanha reverberam em grupos de Telegram brasileiros, constituindo um repertório negacionista climático. Segundo as autoras, “a construção desse ‘conhecimento’ negacionista segue um padrão de estratégias e táticas internacionais [...] para engajar públicos específicos e polarizar a discussão climática” (Colatusso *et al.*, 2024, p. 37).

Assim, a proposta aqui delineada é aprofundar o estudo das estratégias que conformam essa campanha, procurando contribuir para o combate à desinformação climática. Para tanto, propomos uma análise baseada em preceitos das Relações Públicas Críticas (Edwards, 2016; Silva, 2024) e no constructo teórico da desmobilização de públicos (Silva, 2022), derivado das visões de Dewey (1954) e das elaborações de Henriques (2010). A partir dessa base, empreendemos a análise de conteúdo de uma amostra de vinte e três anos de postagens no site do Heartland Institute, importante *think tank* negacionista, procurando desvelar suas lógicas. Ao final do trajeto, discutimos a cacofonia como estratégia de desinformação e como ela apresenta entraves significativos para campanhas pautadas na checagem de fatos ou na mera difusão/divulgação de informações confiáveis.



AS RELAÇÕES PÚBLICAS CRÍTICAS E A DESMOBILIZAÇÃO

Um desafio primário para pensar as estratégias que conformam a duradoura campanha de manufatura de incertezas acerca das mudanças climáticas reside na própria compreensão teórica sobre Relações Públicas. Nesse sentido, o presente esforço busca abandonar perspectivas funcionalistas calcadas em uma ideia de Excelência (Grunig, 1992) que, apesar de dominantes na literatura da área, limitam o escopo da atividade a partir de uma centralidade organizacional e suprimem discussões éticas por meio de uma normatividade problemática (L'Etang, 2005; Edwards, 2016; Silva, 2018¹). Conforme Silva (2018, p. 120), tal pensamento promove o “apagamento das ambiguidades que caracterizam as atividades da área, relegando práticas controversas para um segundo plano”, escondendo-se por detrás de uma ideia reducionista que atrela efetividade das práticas e ética.

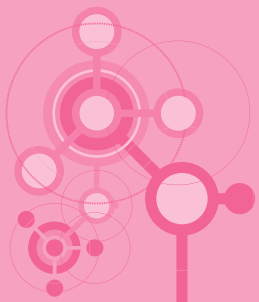
Uma abordagem alternativa surge da proposta das Relações Públicas Críticas (Edwards, 2016), compreendida como uma corrente difusa que busca entender a atividade de forma abrangente e explorar seu papel nas disputas de sentido e poder contemporâneas (Silva, 2024). Nessa linha de estudo, as atividades de relações públicas são reconhecidas como fluxos de comunicação intencionais, que visam promover objetivos e interesses de certos grupos, operando em meio a assimetrias políticas, econômicas e sociais. Demetrious (2016) destaca que as ambiguidades e os conflitos entre interesses públicos e privados, intrinsecamente ligados a disputas de poder, são elementos centrais dessa atividade e devem ser analisados por essa corrente crítica. Motion e Weaver (2005) reforçam essa ideia, defendendo a necessidade de pesquisas que investiguem como as práticas de relações públicas utilizam estratégias discursivas para fortalecer o poder de grupos específicos. As autoras também ressaltam a importância de entender como esses grupos constroem o consenso público para atingir suas metas organizacionais.

Dentro dessa vertente, é importante destacar a proposta de Mickey (2003) sobre a desconstrução das práticas de relações públicas. O autor sugere que esse processo envolve identificar e remover camadas de atividades que muitas vezes permanecem ocultas. Esse procedimento permite questionar a natureza das relações públicas, suas lógicas e a quem e ao que suas práticas servem. Segundo a lógica de Mickey (2003), a desconstrução está alinhada à noção crítica e não deve ser confundida com “destruição”. Pelo contrário, está mais próxima da ideia de analisar e revelar padrões culturais ocultos e lógicas de dominação. Em sua visão, a desconstrução pode ocorrer por meio de múltiplos caminhos, incluindo a análise aprofundada de casos e discursos.

Nesse sentido, o presente artigo não tem a intenção de denunciar a existência da campanha de relações públicas que promove a desinformação climática, algo já amplamente abordado por autores como Hoggan (2009), Oreskes e Conway (2010) e Mann (2021). O objetivo tampouco é reafirmar que essas práticas são antiéticas e não deveriam ser utilizadas. A finalidade é, na verdade, aprofundar a compreensão crítica ao adotar a lógica da desconstrução (Mickey, 2003), examinando as formações discursivas do Heartland Institute, um ator fundamental nesse processo estratégico de desinformação.

Como chave de leitura para guiar a investigação, adotamos o conceito de desmobilização (Silva, 2022), compreendendo sua relevância para a noção crítica. De fato, a desmobilização emerge como um elemento basilar, embora amplamente negligenciado, da atividade de relações públicas, especialmente ao reconhecer que, para muitas organizações e em

1 A Teoria da Excelência, entendida como corrente paradigmática das Relações Públicas, conformada nas décadas de 1990 e 2000, especialmente nos Estados Unidos, deriva das pesquisas de James Grunig e colegas. Para discussões sobre seu alcance, pressupostos e limitações, ver Silva (2018) e L'Etang (2005).



diversas circunstâncias, os públicos são tomados como fator de risco. Isso se alinha à observação de Grunig (1997) sobre como os comportamentos organizacionais podem criar problemas que geram públicos capazes de restringir e ameaçar a autonomia das organizações. Se a presença dos públicos representa uma ameaça, faz sentido supor que parte significativa da atividade de relações públicas envolva a desmobilização, entendida aqui como “dinâmica comunicativa orientada para criação de entraves capazes de frear e enfraquecer a formação e a ação [de públicos]” (Silva, 2022).

A noção de desmobilização está fortemente ancorada na compreensão de Dewey (1954) sobre os públicos, tomando-os como formas de sociabilidade decorrentes da percepção compartilhada de um problema e da tentativa coletiva de intervenção em seu curso. Trata-se de um entendimento que coloca a comunicação na centralidade dos processos de formação e movimentação de públicos, ao mesmo tempo em que reconhece que tal processo é permeado por uma série de desafios e limitações. Dewey (1954) reforça muitas das apreensões de Lippmann (2011) sobre a fragilidade dos públicos, destacando como eles são efêmeros e vacilantes, restritos por uma atenção limitada e por uma percepção coletiva sobre acontecimentos que fogem do domínio imediato dos indivíduos. Isso os torna dependentes de outros atores, como a imprensa e as organizações. Portanto, os processos de formação e movimentação de públicos, apesar de serem essenciais em um ideal democrático (Dewey, 1954), são repletos de vulnerabilidades, algumas das quais são diretamente exploradas por estratégias de desmobilização.

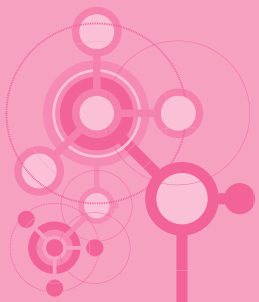
Para avançar na noção de desmobilização, Silva (2022) retoma o processo de coletivização apresentado por Henriques (2010), que trata da constituição da causa que motiva um público. Nesse sentido, ele propõe a mobilização e a desmobilização como partes de um mesmo processo, atuando com valências opostas: enquanto alguns atores buscam a formação e o fortalecimento de públicos por meio de esforços de mobilização, outros agem com o objetivo de minar o processo, dificultar a ação desses grupos, enfraquecê-los ou até mesmo impedir seu surgimento. Essas dinâmicas de desmobilização se baseiam em tentativas de demonstrar que: (a) um problema não é concreto; (b) não é de interesse público; (c) não é passível de solução; e (d) não é fundamentado em valores morais amplos (Silva, 2022).

Nesse contexto, a desmobilização surge como uma ferramenta para compreender e desconstruir as práticas de fabricação de incertezas, revelando seus princípios estratégicos. Partindo dessa noção e das bases da agnotologia, é razoável esperar que as campanhas de criação de dúvidas sobre o clima operem para moldar a realidade contemporânea, enfraquecendo ações coletivas e deslegitimando públicos já mobilizados sobre o tema. O próximo passo, então, é aplicar essa estrutura à análise de textos dessa campanha de dúvidas para expandir a compreensão sobre como o processo de desmobilização ocorre.

METODOLOGIA

O Heartland Institute é um *think tank* sem fins lucrativos que se define como um líder no pensamento conservador. Nas últimas décadas, o grupo se estabeleceu como um ator central na controvérsia climática. Segundo o site especializado em desinformação climática DeSmog², o Heartland está na vanguarda da negação das evidências científicas das mudanças climáticas causadas pelo homem, posição amplamente ecoada na literatura que denuncia a existência da campanha de desinformação climática, com Oreskes e Conway (2010) classificando as ações do grupo como nefastas. Um editorial

² Disponível em: <https://desmog.com>. Acesso em: 31 maio 2025.



publicado na revista *Nature* em 2011 alerta que o Heartland não deveria ser considerado uma voz séria na ciência climática, apontando que seus interesses envolvem turvar as águas do debate.

O Heartland atua em diversas frentes, promovendo eventos, livros e falsos especialistas sobre mudanças climáticas. Ele é a força primária por detrás do Painel Internacional Não-Governamental sobre Mudanças Climáticas, fundado como um suposto corpo científico que disputaria sentidos com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, órgão da Organização das Nações Unidas que reúne os mais proeminentes pesquisadores climáticos. O Heartland é também o promotor da *International Conference on Climate Change* (ICCC), atualmente em sua décima sexta edição, que congrega regularmente os principais grupos negacionistas acerca das mudanças climáticas.

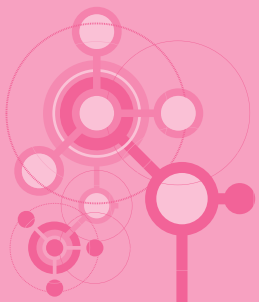
Enquanto um *think tank* ideológico e negacionista capaz de liderar articulações e redes, o Heartland é elemento-chave da campanha de relações públicas financiada pela indústria de energia para promover dúvidas sobre as mudanças climáticas. Trata-se de um instituto que, como observa Mayer (2016), foi cuidadosamente construído como uma artilharia capaz de influenciar a opinião pública. A intenção do presente trabalho não é explorar o amplo leque de ações do Heartland (Silva, 2017), mas focar em uma questão específica: seus discursos sobre mudanças climáticas e como eles envolvem apelos para desmobilização. Para isso, coletamos, usando o *Internet Archive Wayback Machine*, snapshots do site do grupo em diferentes anos. A amostra foi construída a partir de um snap anual aleatório entre 1996 e 2019 das páginas principais e da seção “*Environmental Corner*” (ou similar). O limite até 2019 é motivado pela percepção de uma mudança significativa no discurso do grupo nos últimos anos, após a primeira eleição de Donald Trump. Em 2018, o presidente do Heartland declarou que o grupo era vitorioso na tentativa de demonstrar para a população dos Estados Unidos que a ciência climática é contestável, afirmando “que demorou um pouco, mas acho que vencemos a batalha — provamos que Al Gore estava errado. [...] Agora focaremos na implementação [de políticas]” (Worth, 2018). Essa nova fase do grupo requer análises distintas — nesse sentido, acreditamos que a amostra de 23 anos coletada já permita entender aspectos centrais da estratégia negacionista que reverbera ao redor do globo.

Retomando a amostra, a partir de cada *snap* foram coletados textos e artigos postados em ambos os espaços. A partir daí, eliminamos as redundâncias e os artigos sem menção direta à mudança climática, resultando em uma amostra total de 56 textos. Em seguida, eles foram submetidos a uma análise de conteúdo de viés qualitativo, que teve como unidade de análise os proferimentos. As categorias da análise foram construídas a partir da teoria da desmobilização: (a) tentativas de contestar a concretude do aquecimento global; (b) discordâncias acerca do caráter público do problema; (c) a contestação da existência e da efetividade de soluções para o problema; e (d) a falta de valores morais ao redor das mudanças climáticas. A codificação foi realizada manualmente pelo autor, a fim de observar não apenas a presença, mas também os contornos dessas estruturas argumentativas nos textos, compreendendo a evolução do negacionismo climático promovido pelo Heartland.

RESULTADOS

a) Condições de desmobilização

Acerca da primeira condição de desmobilização, os resultados revelam a existência de duas perspectivas distintas nos discursos do Heartland. A primeira posição (a1) sugere que o próprio aquecimento global não existe. Tal ideia emerge em proferimentos sobre como os estudos científicos não conseguem comprovar o aumento das temperaturas. Por exemplo,



Bast (1998, p. 4, tradução nossa) defende que “os dados mais confiáveis sobre a temperatura não mostram vestígio de mudanças climáticas”. No mesmo artigo, o autor sugere que a crença dos ambientalistas no aquecimento da Terra é um puro ato de fé, sem evidências materiais. Há, ainda, uma evolução desse argumento, como apresentado por Ferrara (2012), que sugere que, devido aos ciclos naturais do sol, as temperaturas no planeta não teriam aumentado, mas sim diminuído.

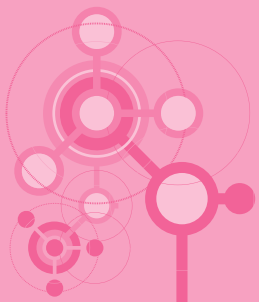
Nossa primeira reação a essa vertente foi especular se ela era um legado dos anos iniciais da controvérsia climática, uma linha eventualmente abandonada quando confrontada com novas pesquisas e consensos científicos. Os achados, porém, desvelam uma realidade distinta: esse posicionamento continuou presente durante toda a amostra. Por exemplo, Taylor (2011a; 2011b) afirma que as temperaturas globais não aumentaram nos últimos dez anos e que estariam bem abaixo da média histórica. Lehr (2013) reafirma que a Terra não está esquentando, mas sim resfriando, e sugere que esse fato não é baseado em ficção científica de projeções, mas em medições reais de séculos de dados. Idso *et al.* (2014) trazem um artigo comemorativo com comentários de dezoito especialistas sobre a “descoberta” de que a Terra não aqueceu nos últimos dezoito anos. Finalmente, Singer (2015) argumenta que o planeta estaria entrando em uma nova era glacial, trazendo um gráfico que permaneceu no site, na página inicial do instituto, durante 2015 e 2016, sugerindo que não houve aumento da temperatura global nas últimas décadas.

Enquanto a primeira posição (a1) contesta o aumento das temperaturas, uma segunda perspectiva (a2) segue outro caminho: reconhece que a Terra está aquecendo, mas defende que isso não é, de fato, problemático. Ao contrário, o aumento seria benéfico para a humanidade. Nesse sentido, Bast (1998, p. 8-9) argumenta que o aumento das temperaturas foi registrado no inverno, fazendo com que essa estação seja mais prazerosa e propícia para a agricultura. O autor descarta as previsões negativas de cientistas alarmistas, apresentando versões alternativas das consequências normalmente vinculadas às mudanças climáticas. O aumento do nível dos oceanos, por exemplo, não ocorreria, devido ao aumento da evaporação.

Em anos recentes, essa posição se tornou associada ao chamado “esverdeamento”³: a ideia de que concentrações maiores de dióxido de carbono e o aumento das temperaturas seriam benéficos para a agricultura. Taylor (2013), por exemplo, cita artigos sobre como o aumento das temperaturas nas décadas recentes resultou em ganhos de produtividade e chuvas mais frequentes em regiões áridas.

Observamos, assim, que essas perspectivas adotam pontos de vista distintos dentro de um mesmo posicionamento, ambas negando o problema necessário para que os públicos se conformem na visão de Dewey (1954). Em (a1), a concretude do próprio aquecimento é questionada, enquanto em (a2) o aumento das temperaturas é reconhecido, mas não problematizado. Dando continuidade, o posicionamento seguinte (b) toma como base o reconhecimento do aumento e do fato de que ele é, de fato, um problema, mas apresenta questionamentos sobre se ele é de interesse público. Bast (1998, p. 7) argumenta que o aquecimento global é um problema desprovido de dimensão público-política na qual devemos intervir, na medida em que a sociedade moderna não é responsável por ele — as mudanças climáticas não seriam um fenômeno causado pelo homem, mas sim gerado por fatores naturais. A forma mais comum desse raciocínio aponta para incertezas sobre o vínculo entre o aumento de CO₂ e o das temperaturas, buscando uma desmobilização pela falta de horizonte comum de atuação (Henriques, 2010).

3 Utilizando uma chave de leitura distinta, centrada em técnicas de neutralização discursiva, Mckie (2018) observa um ponto semelhante sobre a “Negação da Injúria” no que tange às mudanças climáticas, ao afirmar tanto que não há problemas quanto que, na verdade, as mudanças climáticas poderiam trazer benefícios. Seus achados sobre neutralização dialogam com os elementos aqui elencados da desmobilização, e os aportes parecem propícios para serem conjugados em pesquisas futuras.



Em anos mais recentes, Taylor e Bast (2007) reconheceram que o planeta de fato se tornou mais quente na última década, mas afirmam que não há consenso sobre as causas do fenômeno. Os autores também sugerem que um número cada vez maior de especialistas acredita que as mudanças recentes são pautadas em ciclos naturais de radiação solar (Taylor; Bast, 2007). Um argumento similar aparece no sumário da posição geral do Heartland sobre as mudanças climáticas, mantido entre 2015 e 2018 com destaque no site. O documento não questiona a existência do aquecimento global, mas sugere a falta de consenso científico acerca do papel da atividade humana nesse processo (Heartland, 2015).

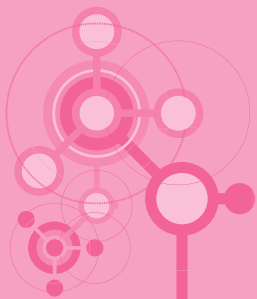
A terceira condição de desmobilização traz uma nova linha argumentativa (posição c), que reconhece que o aquecimento global é real, problemático e causado por atividades humanas — ou seja, concede a concretude e o caráter público da questão (Henriques, 2010). Esses discursos, porém, sustentam que os custos de qualquer ação para alterar esse cenário seriam muito altos, não existindo solução viável para o problema. O aspecto econômico assume centralidade nesse argumento. Bast (1998) argumenta que tentativas de reduzir emissões envolveriam abandonar equipamentos antes do fim de sua vida produtiva, causando dano fiscal. A sugestão do desenvolvimento de novas tecnologias também teria um custo proibitivo para corporações, e o preço que os países pagariam para enfrentar o problema geraria desemprego e recessão.

Outras versões dessa posição argumentam que os impactos reais de restringir combustíveis fósseis seriam demasiadamente pequenos perante o quadro atual, sugerindo que nenhuma ação traria a redução de CO₂ desejada por cientistas climáticos. Ainda pior, países desenvolvidos teriam que pagar a conta, enquanto nações em desenvolvimento continuariam emitindo CO₂, mesmo que ilegalmente (Bast, 1998). Essa visão foi defendida também por Taylor e Bast (2007), que debateram como o custo de adotar as medidas previstas no Protocolo de Kyoto estaria na casa dos trilhões de dólares. O sumário executivo do Heartland (2015) também afirma que os custos para parar o aquecimento global seriam muito altos e que qualquer regulamentação que limitasse emissões de CO₂ seria um desastre para a economia global.

Se nossa investigação constatou que os discursos que ecoam as três primeiras condições de desmobilização se referem principalmente às características do aquecimento global, os resultados diferem quando consideramos a quarta condição. Ao falar sobre valores morais, os achados apontam para discursos (posição d) que defendem que cientistas e públicos mobilizados em torno das mudanças climáticas carecem de valores morais compartilhados pela população em geral.

Identificamos, assim, uma clara tentativa de desmoralizar cientistas e ambientalistas. Taylor e Bast (2007) sugerem que cientistas climáticos são especialistas que se escondem por detrás de pronunciamentos técnicos confusos para não revelar os reais achados de suas pesquisas, limitando-se a difamar corporações. Heartland (2015) os taxa como alarmistas motivados por agendas políticas, preocupados não com a real ciência, mas com ganhos econômicos.

De acordo com um texto postado em nome do ICCC (2012), aqueles que acreditam nas mudanças climáticas são desprovidos de racionalidade, e os alarmistas estariam dispostos a agir de forma antiética para avançar agendas políticas. Mais ainda, acusa os que promovem a ideia das mudanças climáticas causadas pelo homem de não serem cientistas reais, mas membros dos mais radicais e perigosos grupos de nossa sociedade. Um quadro resumido dos posicionamentos encontrados está no Quadro 1.



Quadro 1: Apelos de desmobilização – resumo Heartland

Condições de Coletivização (Henriques, 2010)	Apelos de Desmobilização (Autor, 2022)	Posições identificadas nos discursos do Heartland Institute
Causas sociais precisam demonstrar... Concretude do problema	Apelos de desmobilização buscam demonstrar que... (a) o problema não é concreto;	No caso do negacionismo climático, esses apelos assumem a forma das seguintes posições: (a1) Terra não está aquecendo/ clima não está se modificando. (a2) Terra está aquecendo, mas isso não é problemático – pode inclusive ser benéfico.
Caráter público do problema	(b) o problema não é público/é privado;	(b) Mudanças climáticas não são causadas pela atividade humana/ são ocorrências naturais.
Possibilidade de soluções	(c) o problema não possui solução/solução inviável;	(c) Mudanças climáticas são reais, são causadas pela atividade humana, mas interferir no problema é inviável/caro demais.
Apelos morais	(d) a causa não está alinhada com valores morais;	(d) Cientistas climáticos são alarmistas, movidos por interesses financeiros e políticos, não interessados na verdade.

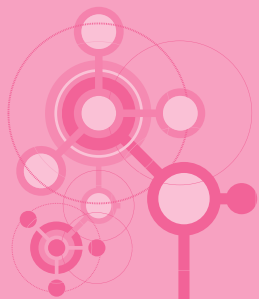
Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

b) A cacofonia como estratégia

Ao fim da investigação empírica, acreditamos que as condições de desmobilização, enquanto chave de leitura, permitem ampliar a compreensão dos contornos discursivos gerais da campanha de desinformação climática. Somando-se a outras tentativas de organizar e criar tipologias dos argumentos negacionistas (Mckie, 2018; Mann, 2021), a análise sobre a desmobilização também revela outra faceta importante dessa estratégia: a cacofonia. Para entender esse aspecto, precisamos retomar um achado relevante da análise: o aparecimento dos posicionamentos (a1), (a2), (b), (c) e (d) em dois tipos distintos de textos. O primeiro tipo, que chamamos de discursos de posição única, são os textos nos quais identificamos o surgimento de apenas um desses posicionamentos. É o caso de Singer (2015) e de Taylor (2013), ambos acionando o posicionamento (a2).

Por outro lado, temos um segundo tipo de texto: os discursos multiposicionais. São os artigos que apresentam mais de uma das posições de desmobilização identificadas. Em geral, tais textos costumam assumir a forma de sumários executivos do Heartland ou discutir de forma mais ampla o fenômeno climático. É o caso de Bast (1998), Taylor e Bast (2007) e Heartland (2015).

Esses discursos multiposicionais são intrigantes, pois se afastam da coerência lógica esperada em uma argumentação formal. Em última análise, defendem posições contraditórias entre si. Por exemplo, uma parte do texto pode argumentar que a temperatura da Terra não está aumentando (posicionamento a1), apenas para reconhecer posteriormente, no mesmo texto, que há um aquecimento, mas que ele não é resultado da atividade humana (posição b).



Mais ainda, nossa investigação aponta que esses discursos multiposicionais acabam conformando um paralelo do próprio site do Heartland. Em um nível amplo, o site reproduz essa noção, alternando a publicação de artigos que evocam posições argumentativas sem qualquer preocupação aparente com a coerência lógica ou com a construção linear de uma narrativa. Tomemos 2013, por exemplo. Enquanto o texto de Taylor e Bast (2007) ganhava destaque como sumário executivo naquele momento e focava em discussões sobre as incertezas acerca do papel da atividade humana no processo de aquecimento global, o artigo de Lehr (2013), disponível logo na sequência no site, defendia que as temperaturas estavam diminuindo e que o planeta estava entrando em uma nova era glacial. Mais ainda, um mesmo autor defende variados pontos em suas postagens durante os anos da amostra, sem nenhum tipo de coesão — como é o caso de Bast (1998) ou Singer (2015).

Assim, a investigação demonstra que os discursos do Heartland acionam uma cacofonia de diferentes apelos de desmobilização climática. Embora essa característica possa ser considerada, em um primeiro momento, como um sinal de fragilidade ou vulnerabilidade desses discursos, na medida em que abandonam preceitos lógicos, acreditamos que seja uma evidência do uso da cacofonia como estratégia de desinformação.

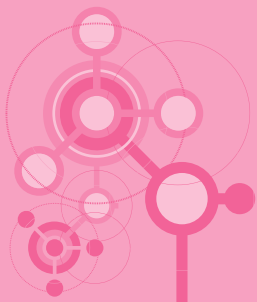
Tal estratégia se aproxima dos achados sobre a “*firehose of falsehood*” na propaganda política russa (Paul; Matthews, 2018)⁴ e está alinhada aos objetivos da campanha de manufatura de incertezas, ampliando a confusão sobre o tema. Nesse sentido, o objetivo principal não é provar um ponto científico, mas criar um clima de incerteza generalizada. Quando falsos especialistas alternam entre diferentes posições sem qualquer compromisso com a lógica de suas visões, eles instigam a ideia de que grande parte da ciência climática ainda está cercada de incertezas. Não importa, assim, que esses artigos apresentem resultados e posicionamentos contraditórios com outros, se sua metodologia já foi desbancada por cientistas ou se recebem financiamento da indústria energética. A questão é justamente turvar as águas da discussão sobre o tema e, em última medida, enfraquecer a ação de públicos acerca da questão.

Mesmo que climatologistas rejeitem a posição defendida por um artigo, esse texto é apenas um entre os inúmeros enunciados produzidos em rápida sucessão por grupos como o Heartland. Quando um leigo se depara com tamanha diversidade de posicionamentos, muitos deles técnicos e contraditórios, espera-se certo grau de confusão. Essa cacofonia parece ser um fator que pode enfraquecer significativamente os processos de formação e movimentação de públicos, adicionando uma nova camada de complexidade aos apelos de desmobilização empregados pelas tentativas de fabricar dúvidas sobre o aquecimento global antropogênico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo explorou a campanha de manufatura de incertezas climáticas a partir de uma lógica de desconstrução de suas práticas, apostando na noção de desmobilização como chave de leitura. Nesse sentido, o exercício analítico realizado amplia a compreensão sobre a desinformação climática e a desmobilização de públicos. Os posicionamentos encontrados dialogam com táticas identificadas por outros autores, como as forças de inação climática de Mann (2021) e as técnicas de neutralização de Mckie (2018). Ao mesmo tempo, a noção de cacofonia como estratégia de desinformação emerge como uma contribuição com importantes consequências.

⁴ O conceito pode ser traduzido como “jato de mentiras” e está focado principalmente na velocidade e na amplitude da desinformação.



Em especial, essa noção desvela aspectos das vulnerabilidades não apenas dos públicos perante práticas abusivas contemporâneas, mas da própria ciência e de sua comunicação. Em última medida, essa estratégia envolve o abandono de padrões racionais de coesão discursiva que pautam o fazer científico, estabelecendo significativos entraves para aqueles que buscam combater tais esforços de desinformação. Ainda que os dados apresentados por um artigo do Heartland sejam contraditos por cientistas após sua publicação, aquele texto é um entre inúmeros proferimentos acionados – sendo possível cogitar, inclusive, que, quando essas críticas forem realizadas, o foco daquelas iniciativas já tenha se deslocado para outros argumentos, apenas para retomar, após um tempo, o ponto inicial.

Ao final, temos dois lados operando a partir de regras e preceitos distintos. Por um lado, a cacofonia, enquanto estratégia de desinformação, promove um clima de incerteza generalizada. Por outro, há ações de enfrentamento à desinformação muitas vezes instrumentais e pautadas na noção de uma verdade a ser divulgada. Conforme Oliveira (2020), a solução mais recorrente para o enfrentamento à desinformação tem sido a checagem de fatos e esforços para verificar e classificar a informação a partir de preceitos racionais e científicos. Enquanto a autora aponta uma série de limitações dessa modalidade de ação, aqui argumentamos por um novo entrave relacionado diretamente com o fato de que a cacofonia estratégica altera o terreno em que essa disputa ocorre, trazendo questionamentos sobre como formatar ações para atuar perante essas estratégias arquitetadas para não se conformar a padrões argumentativos clássicos. Seriam os significativos investimentos de tempo, atenção e dinheiro necessários para contestar cada argumento negacionista válidos diante da constatação dessa cacofonia? Mesmo considerando lógicas de literacia midiática (Oliveira, 2020), como elas poderiam ser moldadas para enfrentar tais táticas que desafiam uma lógica racionalizada do debate? Uma alternativa importante para combater a desinformação climática reside na noção de inoculação (Cook *et al.*, 2017; Van der Linden *et al.*, 2017), cabendo pensar em como ela pode ser articulada, testada e aprimorada à luz das noções de cacofonia enquanto estratégia, inclusive avançando em explicações aos públicos sobre as lógicas e repertórios dos atores focados em desinformação.

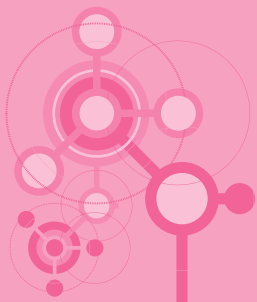
Por outro lado, um caminho futuro de investigação envolve abordar a atuação contemporânea do Heartland. O próprio grupo afirma que sua preocupação atualmente é a construção de políticas públicas pautadas em lógicas negacionistas. As estratégias de desinformação, porém, continuam presentes em seu discurso, concentradas em seu novo site, denominado "Realismo Climático"⁵. Como esse avanço em duas frentes está ocorrendo, e quais são suas estratégias e consequências sociais, são questões que permanecem abertas.

REFERÊNCIAS

BAST, J. The questionable science behind the global warming scare. The Heartland Institute, out. de 1998. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20000816180128/http://www.heartland.org/studies/gwscience.htm>. Acesso em: 25 maio 2025.

COOK, J. *et al.* Neutralizing misinformation through inoculation: exposing misleading argumentation techniques reduces their influence. *PLOS One*, California, v. 12, n. 5, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0175799>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0175799>. Acesso em: 25 maio 2025.

⁵ Disponível em: <https://climaterealism.com/>. Acesso em: 31 maio 2025.



DEMETRIOUS, K. Sanitizing or Reforming PR? Exploring 'trust' and the emergence of critical public relations. In: L'ETANG et al. (eds.). *The Routledge Handbook of Critical Public Relations*. New York, NY: Routledge, 2016.

DEWEY, J. *The public and its problems*. Ohio: Swallow Press Books, 1954.

EDWARDS, L. An historical overview of the emergence of critical thinking in PR. In: L'ETANG, J. et al. (ed.). *The routledge handbook of critical public relations*. New York: Routledge, 2016.

FERRARA, P. Sorry global warming alarmist, the Earth is cooling. *The Heartland Institute*, 2012. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/peterferrara/2012/05/31/sorry-global-warming-alarmists-the-earth-is-cooling/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

GELBSPAN, R. *The heat is on*. Perseus Books: New York, 1997.

GRUNIG, J. (ed.). *Excellence in public relations and communication management*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1992.

GRUNIG, J. A situational theory of publics: conceptual history, recent challenges and new research. In: MOSS, D.; MACMANUS, T.; VERCIC, D. (ed.). *Public relations research: an international perspective*. London: International Thompson Business Press, 1997.

HENRIQUES, M. *Comunicação e mobilização social na prática da polícia comunitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

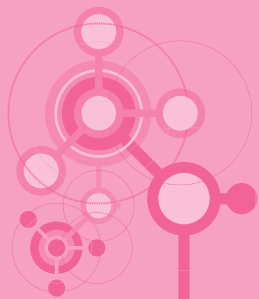
HOGGAN, J. *Climate cover-up: the crusade to deny global warming*. Canada: Greystone Books, 2009.

IDSO, C. et al. Heartland Institute climate experts comment on 18 straight years of no global warming. *The Heartland Institute*, 2014. Disponível em: <http://heartland.org/press-releases/2014/10/09/heartland-institute-climate-experts-comment-18-straight-years-no-global-wa>. Acesso em: 31 maio 2025.

L'ETANG, J. Critical public relations: Some reflections. *Public Relations Review*, v. 31, n. 4, p. 521-526. 2005. DOI: 10.1016/j.pubrev.2005.08.011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0363811105001347>. Acesso em: 31 maio 2025.

LEHR, J. Cooling looms as Earth's true climate calamity. *The Heartland Institute*, 2013. Disponível em <https://web.archive.org/web/20151010115022/http://blog.heartland.org/2013/06/cooling-looms-as-earths-true-climate-calamity/>. Acesso em: 31 maio 2025.

LIPPMANN, W. *The phantom public*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2011.



MANN, M. *The new climate war*. New York: PublicAffairs, 2021.

MAYER, J. *Dark Money*: The hidden history of the billionaires behind the rise of the radical right. New York: Doubleday, 2016.

MCKIE, R. Climate Change Counter Movement Neutralization Techniques. *Sociological Inquiry*, v. 20, n. 10, 2018. DOI: 10.1111/soin.12246. Disponível em: https://cssn.org/wp-content/uploads/2020/12/soin_12246_Rev_EV.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

MICHAELS, D. Manufactured uncertainty: contested science and the protection of the public's health and environment. In: SCHIEBINGER, L.; PROCTOR, R. (org.). *Agnotology*: the making and unmaking of ignorance. California: Stanford University Press, 2008.

MICKEY, T. *Deconstructing public relations*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2003.

MOTION, J.; WEAVER, C. A discourse perspective for CPR research: Life sciences network and the battle for truth. *Journal of Public Relations Research*, United Kingdom, v. 17, n.1, p. 49-67, 2005. DOI: https://doi.org/10.1207/s1532754xjpr1701_5. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s1532754xjpr1701_5. Acesso em: 31 maio 2025.

OLIVEIRA, T. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no context da pandemia. *Liinc em Revista*, v. 16, n. 2, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5374. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5374>. Acesso em: 31 maio 2025.

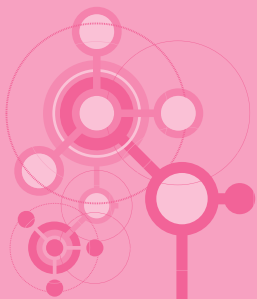
ORESKEs, N.; CONWAY, E. Challenging knowledge: how climate science became a victim of the cold war. In: SCHIEBINGER, L.; PROCTOR, R. (org.). *Agnotology*: the making and unmaking of ignorance. California: Stanford University Press, 2008.

ORESKEs, N.; CONWAY, E. *The merchants of doubt*. London: Bloomsbury Press, 2010.

PAUL, C.; MATTHEWS, M. *The russian "firehose of falsehood" propaganda model*. California: Rand, 2018.

PROCTOR, R. Agnotology: A Missing Term to Describe the Cultural Production of Ignorance (and Its Study). In: SCHIEBINGER, L.; PROCTOR, R. (org.). *Agnotology*: the making and unmaking of ignorance. Stanford, California: Stanford University Press, 2008.

SCHIEBINGER, L.; PROCTOR, R. N. *Agnotology*: the making and unmaking of ignorance. California: Stanford University Press, 2008.



SINGER, F. Saving humanity from catastrophic global cooling: a task for geo-engineering. *The Heartland Institute*, 2015. Disponível em: https://www.americanthinker.com/articles/2015/05/saving_humanity_from_catastrophic_global_cooling_a_task_for_geoengineering.html. Acesso em: 31 maio 2025.

SILVA, D. Fraturas na Excelência: o apagamento das ambiguidades das Relações Públicas. *Organicom*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 112-122, 2018. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2018.150470. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/150470>. Acesso em: 31 maio 2025.

SILVA, D. A perspectiva crítica das Relações Públicas como possibilidade de renovação. *Animus*, v. 23, n. 51, 2024. DOI: 10.5902/2175497771203. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/71203>. Acesso em: 31 maio 2025.

SILVA, D. *Astroturfing: Lógicas e dinâmicas de manifestações de públicos simulados*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2015.

SILVA, D. *Relações Públicas, Ciência e Opinião: Lógicas de influência na produção de (in)certezas*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

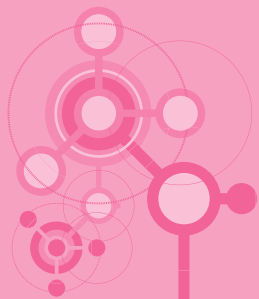
SILVA, D. Dinâmicas da desmobilização: entraves aos processos de formação e movimentação de públicos. In: SILVA, D.; HENRIQUES, M. (org.). *Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

COLATUSSO, V. de C. *et al.* A construção do conhecimento sobre mudanças climáticas em grupos negacionistas do Telegram no Brasil. *Observatório (OBS*) Journal*, Lisboa, v. 18, n. 4, p. 21-41, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15847/obsOBS18420242543>. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/2543>. Acesso em: 31 maio 2025.

TAYLOR, J. Debunking NOAA's warmest year on record claim. *The Heartland Institute*, 2011b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20191001165440/http://blog.heartland.org/2011/01/debunking-noaas-warmest-year-on-record-claim/>. Acesso em: 31 maio 2025.

TAYLOR, J. Satellite data show global greening from carbon dioxide increase. *The Heartland Institute*, 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190930205122/http://blog.heartland.org/2013/07/global-warming-no-satellites-show-carbon-dioxide-is-causing-global-greening/>. Acesso em: 31 maio 2025.

TAYLOR, J. Ten years and counting: where's the global warming? *Forbes*, 2011a. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/jamestaylor/2011/06/08/ten-years-and-counting-wheres-the-global-warming/>. Acesso em: 31 maio 2025.



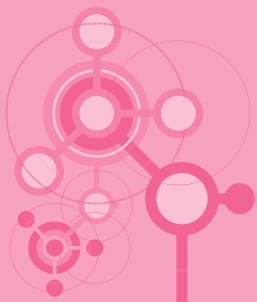
TAYLOR, J; BAST, R. Heartland's Environment Issue Suite. *The Heartland Institute*, Disponível em: <https://web.archive.org/web/20071010021159/http://www.heartland.org/Article.cfm?artId=10488>. Acesso em: 10 out. 2025.

THE GLOBAL warming crisis is over. *The Heartland Institute*, 2015. Disponível em https://www.heartland.org/sites/default/files/one_page_summary_of_ccr-ii.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

VAN DER LINDEN, S. *et al.* Inoculating the public against misinformation about climate change. *Global Challenges*, Germany, v. 1, n. 2, p. 1600008, fev. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/gch2.201600008>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/gch2.201600008>. Acesso em: 31 maio 2025.

WORTH, K. In shift, key climate denialist group Heartland Institute pivots to policy. *Frontline*, 2018. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/frontline/article/in-shift-key-climate-denialist-group-heartland-institute-pivots-to-policy/>. Acesso em: 31 maio 2025.

Artigo recebido em 31/05/2025 e aprovado em 22/09/2025.



Práticas de memória entre margens: gestos fotográficos de ocupação no território ribeirinho amazônico

Memory practices between river margins: photographic gestures of occupation in the Amazonian riverside territory

Prácticas de memoria entre márgenes: gestos fotográficos de ocupación en el territorio ribereño amazónico



Lucidalva Costa de Freitas

- Doutoranda em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)
- Mestra em Ciências pela FMUSP
- E-mail: lucidalvafreitas@usp.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1641-2363>



Victor Augusto Cavaleiro Corrêa

- Doutor em Doenças Tropicais pelo Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará (NMT/UFGA)
- Docente permanente da Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFGA (FFTO/UFGA)
- E-mail: victorcavaleiro@gmail.com
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0133-7927>



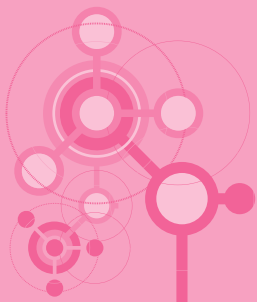
Marina Picazzio Perez Batista

- Docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)
- E-mail: marinapperez@usp.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6147-1728>



Paulo Roberto Nassar de Oliveira

- Docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)
- E-mail: paulonassar@usp.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2251-9589>



RESUMO

Este ensaio visual analisa práticas de memória territorial em comunidades ribeirinhas da Amazônia por meio de cinco fotografias. As imagens evidenciam modos de habitar, alimentar-se e cuidar que afirmam resistências cotidianas e reinscrevem gestos ordinários como travessias e rituais alimentares. A fotografia é tratada como dispositivo político e estético de memória, pertencimento e identidade, revelando o território como matriz sensível de ancestralidade, luta e invenção simbólica.

PALAVRAS-CHAVE: MEMÓRIA TERRITORIAL • ANTROPOLOGIA VISUAL • AMAZÔNIA RIBEIRINHA • INTERFACES DA COMUNICAÇÃO.

ABSTRACT

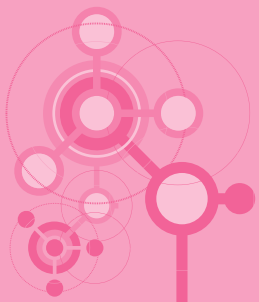
This visual essay analyzes territorial memory practices in Amazonian riverine communities through five photographs. The images reveal ways of dwelling, eating, and caring that affirm everyday resistance and reinscribe ordinary gestures such as crossings and food rituals. Photography is treated as a political and aesthetic device of memory, belonging, and identity, unveiling the territory as a sensitive matrix of ancestry, struggle, and symbolic inventiveness.

KEYWORDS: TERRITORIAL MEMORY • VISUAL ANTHROPOLOGY • AMAZONIAN RIVERSIDE • COMMUNICATION INTERFACES.

RESUMEN

Este ensayo visual analiza las prácticas de memoria territorial en comunidades ribereñas de la Amazonía a través de cinco fotografías. Las imágenes revelan modos de habitar, alimentarse y cuidar que afirman resistencias cotidianas y reinscriben gestos ordinarios como travesías y rituales alimentarios. La fotografía se presenta como un dispositivo político y estético de memoria, pertenencia e identidad, que revela el territorio como una matriz sensible de ancestralidad, lucha e invención simbólica.

PALABRAS-CLAVE: MEMORIA TERRITORIAL • ANTROPOLOGÍA VISUAL • AMAZONÍA RIBEREÑA • INTERFACES DE LA COMUNICACIÓN.



IMAGEM, MEMÓRIA E TERRITÓRIO

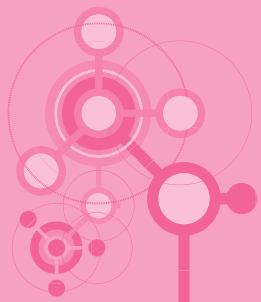
Este ensaio parte da fotografia como dispositivo analítico e expressivo, com a potencialidade de instaurar relações entre território, práticas cotidianas e modos singulares de existência coletiva. Nas cenas ribeirinhas aqui reunidas sob curadoria, o olhar é convocado a atravessar os limites da visibilidade instituída, imbricando-se entre fendas perceptivas nas quais subsistem memórias recalcadas e arquiteturas precárias de permanência. Essa mudança de olhar pode ser refletida à luz da concepção de que a memória não é abstrata, mas se concretiza em meios de recordação que vão sendo continuamente construídos e comunicados pela intergeracionalidade (Benjamin, 1994; Assmann, 2011).

Assmann (2011) diferencia memória comunicativa de memória cultural, ressaltando que as fotografias, enquanto artefatos duráveis, asseguram a transmissibilidade intergeracional das lembranças. Conceitua “espaços de recordação” como instâncias materiais ou simbólicas que estabilizam, fazem circular e reinscrevem a memória cultural, outorgando à imagem a função catalisadora de ativação memorial e de articulação entre experiências sensíveis e temporalidades compostas de tempos rígidos e fluidos. Erll (2011) evidencia o papel da mídia visual na modelagem dos processos de lembrança social, pois seus enquadramentos narrativos e modos de circulação constroem as bases da memória coletiva.

Neste ensaio, optou-se pelo repertório imagético concretizado em fotografias de contextos ribeirinhos, evidenciando as condições concretas da existência encenadas entre pausas e travessias, portanto, outras denotações de paisagem. Cada imagem atravessa certo espectro narrativo de um pertencimento: enuncia vínculos de vizinhança, evoca infraestruturas improvisadas, denuncia a persistência de ausências institucionais. Desse modo, essas visualidades não se oferecem à contemplação, suscitando, por outro lado, a implicação, uma vez que operam como linguagens visuais da sobrevivência. A análise do contemporâneo, nessa perspectiva, é direcionada pela manifestação sociocultural de um determinado tempo e espaço de referência, a qual é indissociável de sua origem: um olhar em espiral — inscrito na ancestralidade e em caleidoscópio — aspecto multidimensional do rito (Segalen, 2002). A força de narrativas decoloniais afirma vidas e territórios não hegemônicos na relação de poder, desvelando e legitimando a experiência e o saber histórico singular de pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade: seres da resistência que são, ao mesmo tempo, sobreviventes e testemunhas da inscrição da vida (Seligmann-Silva, 2022). O ordinário ganha espessura política, e o território comparece como matriz sensível de luta, afeto e inventividade simbólica (Benjamin, 1994).

Silva *et al.* (2020) propõem compreender o território como corpo estendido, tecido por inscrições afetivas, históricas e simbólicas, de modo que a captura fotográfica desse espaço o reinscreve como enunciação visual de resistência e pertencimento. Nesse sentido, as fotografias do território aqui apresentadas tensionam a percepção de suporte despido de impressões e atuam como catalisadores epistêmicos e estéticos, tecidos por forças temporais e simbólicas desse espaço, que modulam modos de vida e práticas de permanência.

Esse tensionamento vê a fotografia como aquela que, ao se inscrever nesse campo de fluxos e assombros, não sustenta a fixação, sendo tão deslizante quanto as águas, reverbera com os alagamentos, silencia com as ausências, acende com os gestos. O ensaio fundamenta-se na articulação entre imagem e prática social, compreendendo a visualidade como campo de disputa ontológica e epistemológica, onde os signos visuais operam como criação de mundos, sem se restringirem à representação de uma exterioridade pré-existente (Barthes, 1984; Ricoeur, 1983). A imagem assume a condição de campo de enunciação estética e política, campo simbólico no qual se imbricam narrativas complexas, gestualidades de resistência e maneiras de habitar o mundo. Contrapõe-se, desse modo, a paradigmas hegemônicos de representação, sobressaindo-se à limitação de sua função de registro técnico (Azoulay, 2008; Didi-Huberman, 2011). A imagem, concebida como tecnologia



simbólica relacional (Flusser, 2002), tensiona os dispositivos de controle do sensível e inaugura zonas de instabilidade na semiose dominante. Nesse deslocamento, o gesto fotográfico inscreve-se como enunciação insurgente, articulando regimes de presença e práticas de enraizamento que escapam aos modelos lineares de progresso e às formas administrativas de leitura do espaço (Douglas, 2010; Douglas, 1996; Mignolo, 2003). Amaral (2015) argumenta que a circulação de imagens em contextos periféricos opera como vetor de subversão simbólica, ao tensionar discursos hegemônicos e abrir vagas de reconhecimento público. Desse modo, a fotografia inscreve significados no presente e funciona como dispositivo narrativo, tornando-se agente ativo na rememoração coletiva.

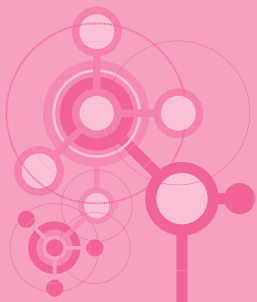
Como efeito, o que se vislumbra, portanto, não é a paisagem em sua inteireza, mas o acúmulo de experiências condensadas em gestos mínimos: cruzar um igarapé, realizar travessias de barcos, subir uma escada de madeira, sustentar o cotidiano entre ciclos da cheia e da seca. Trata-se, então, de compor uma escrita visual que resiste à clausura do visível, instaurando uma poética do intervalo e uma política da memória amalgamada na ancestralidade, em que os ausentes se fazem presentes em função do ato de rememorar tais gestos ordinários, compondo-se também nos corpos que persistem. Aqui, a análise toma a paisagem na perspectiva decolonial, com a produção de novas sensibilidades, nas quais o corpo e sua localização são reconhecidos como parte da construção de narrativas de existência (Seligmann-Silva, 2022). A paisagem é compreendida como um processo constante de remodelagem sobre os efeitos da prática de recordação, a qual carrega o paralelismo de ser memória e esquecimento que caminham juntos — processo constante de transmutação. Ela não é abstrata; é por onde se vive, se transita, sendo a memória uma construção da vida diária (Seligmann-Silva, 2022).

CARTOGRAFIAS VISUAIS DA MARGEM: CURADORIA FOTOGRÁFICA COMO GESTO DE VISIBILIDADE E PERTENCIMENTO

As fotografias apresentadas neste ensaio podem ser compreendidas na triangulação entre *locus* (território ribeirinho amazônico, fortemente marcado pela relação intrínseca de elementos socioambientais), *cronos* (temporalidade marcada pela experiência relacional com o território) e *inscrição sensível* (tessitura simbólica da construção da experiência singular e coletiva com esse tempo e espaço).

Acredita-se que as cenas aqui desveladas convocam o leitor-espectador a implicar-se nas tramas socioterritoriais em que estética, política e memória convergem para produzir visibilidade aos modos de vida historicamente invisibilizados. A escolha por retratar elementos do vivido no território da Amazônia ribeirinha brasileira desconstrói a falsa dicotomia entre natureza e cultura, reforçando que a questão ambiental é central em qualquer debate da sociedade contemporânea. Os saberes tradicionais são aqui tratados como lugares de testemunho e sobrevivência diante da inviabilização nesse território, utilizando-se a perspectiva de Seligmann-Silva (2022). Nesse sentido, as fotografias são marcadas pela (re) existência e (des)aceleração, expressões socioculturais inscritas na relação singular e coletiva, indissociáveis do ambiente.

A curadoria fotográfica proposta inaugura um gesto de visibilidade para registros oriundos das margens, convocando modos de habitar, vínculos comunitários e estratégias de manutenção da vida em territórios ribeirinhos. Esse processo inspira-se nos princípios de cartografia sensível das práticas rituais de Segalen (2002) e organiza-se em cinco blocos temáticos, a saber: práticas alimentares, deslocamentos fluviais, redes de sociabilidade, trocas intergeracionais e temporalidades entre margens. A apresentação foi estruturada em blocos, convidando a uma leitura atenta das imagens que insurgem contra a invisibilidade. Ao fotografar esses espaços (Figura 1), a curadoria reinscreve o pertencimento ribeirinho como ato de



resistência e afirmação identitária. Cada bloco temático, assim, torna-se, figura a figura, tessitura visual em que estética, política e memória convergem para devolver às margens sua condição de centro de enunciação.

Figura 1: Entre casas à margem do rio e embarcações

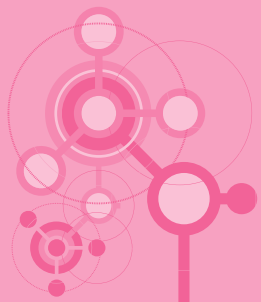


Fonte: Acervo pessoal dos autores (2021).

A Figura 1 ilustra uma casa suspensa sobre estacas de madeira à margem do rio e, diante dela, um barco ancorado. O cotidiano ribeirinho inscreve-se na confluência entre madeira, correnteza e gesto, compondo uma ecologia simbólica em que o habitar enraíza-se nas variações do nível das águas, nos saberes vernaculares e nas práticas ancestrais de convivência com a floresta e o rio. As construções em palafitas são estratégias vernaculares de adaptação a inundações e regimes hídricos variáveis, integrando saberes locais e inteligência territorial (Huebner, 2025). Ao incorporar a mobilidade como condição ontológica, a arquitetura ribeirinha desfaz fronteiras entre dentro e fora, firmeza e flutuação, técnica e mito.

A presença do barco narra uma vida em trânsito, marcada pela fluidez e adaptação a um “espaço vivido” (Pink, 2013), em que sentidos e práticas cotidianas se tornam inscrições de memória compartilhada. Flusser (2002) compreende o quadro como gesto filosófico que suspende o automatismo perceptivo e inaugura uma ética da imagem. A relação entre arquitetura vernacular e travessia fluvial revela a fluidez territorial e a tensão entre ecologia material e modos de existir, configurando a fotografia como mediação crítica do espaço.

A embarcação ancorada à soleira da residência prolonga o espaço doméstico e encarna um modo de existência fundado na travessia, na circularidade e na reconfiguração constante dos limites espaciais (Godoi, 2004; Hocking, 2009). O rio, longe de se reduzir a obstáculo ou pano de fundo, constitui eixo vital e cosmológico, operando como extensão do corpo, via de acesso, lugar de sustento e de relação. Essa territorialidade movente transforma os ritmos da natureza em coordenadas de organização social, instaurando uma política do cotidiano que tensiona as categorias modernas de cidade, infraestrutura e planejamento (Haesebaert, 2011; Santos, 2002).



Em Martín-Barbero (2003), a comunicação é compreendida como um campo de deslocamento epistemológico, no qual o foco se transfere dos meios às mediações, isto é, às tramas simbólicas que enraízam o sentido nas práticas sociais. As mediações configuram-se como matrizes culturais de produção de sentido, nas quais o cotidiano, o corpo e o território atuam como operadores de resistência e de reescrita identitária. Nessa chave, o ato comunicativo ultrapassa o dispositivo técnico e converte-se em experiência política, estética e histórica de inscrição NO mundo. Quando articulada ao gesto, a paisagem converte-se em prática; ao entrelaçar-se à memória, o espaço ritualiza-se. Nesse entremeio, a ocupação ribeirinha revela potência epistêmica, estética e política. Para Amaral (2015), a circulação de imagens periféricas tensiona narrativas hegemônicas e estabelece modos de visualização alternativos de reconhecimento. A fotografia selecionada atua como vetor de contestação simbólica, criando cartografias de sentido que ecoam cosmologias locais e gestualidades compartilhadas.

A casa amazônica e a embarcação configuram gesto arquitetônico de resistência e mobilidade que, segundo Bamberg (2012), constrói identidade territorial na prática. A fotografia desse registro (Figura 2) atua como narrativa multimodal (Ryan, 2004), articulando espaço, materialidade e tempo simbólico (Silva *et al.*, 2020).

Figura 2: Conexões entre margens



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2021).

A Figura 2 mostra uma ponte de madeira que atravessa o rio, figurando-se como dispositivo precário, porém vital, de conexão entre as margens. Essa estrutura, marcada pelo uso constante de pedestres, evidencia infraestruturas vernaculares que sustentam a circulação, o encontro e a interdependência comunitária. Ao unir territórios separados, a travessia materializa redes simbólicas de pertencimento, instaurando passagens entre modos de habitar, saberes locais e temporalidades partilhadas (Haesebaert, 2011).

Na materialidade improvisada dessa ponte, manifesta-se a negociação permanente com o ambiente e suas inconstâncias, expressão de tradição, precariedade e resistência (Knapp, 2020; Munhoz et al., 2025). Didi-Huberman (2011) concebe a

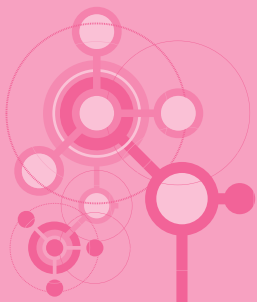


imagem como intervalo entre o visível e o invisível, persistindo mesmo sob condições de apagamento. Nesse contexto, as fotografias funcionam como pontos de fissura na cronologia dominante.

A travessia (Figura 3) deixa de ser mero deslocamento físico para operar como tecnologia política de conexão e de afirmação coletiva, revelando a ontologia ribeirinha como tensão criativa entre mundos distintos — as “lógicas ch’ixi”, em que a expressão local é conjugada com “o seu oposto, sem nunca se misturar com ele”, definidas por Cusicanqui (2021, p. 111). Nesse gesto epistêmico, a madeira fragilizada converte-se em testemunha de experiências acumuladas — acúmulo de vivências que Walter Benjamin (1994) descreve como *Erlebnis*, transmissão entre gerações.

Erll (2011) enfatiza o papel da mídia visual na produção social da memória, pois seus enquadramentos narrativos reconfiguram modos de lembrar e articulam experiências individuais e coletivas. Flusser (2002) amplia esse entendimento ao afirmar que o ato de fotografar suspende automatismos perceptivos e instaura um gesto filosófico que cria espaços de reflexão ética.

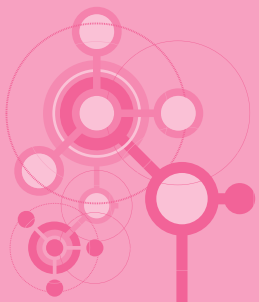
Figura 3: Travessia e temporalidade fluvial



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2021).

A Figura 3 apresenta um barco regional de madeira com cobertura clara deslizando sobre o rio ao entardecer, ladeado por vegetação amazônica. Essa cena evoca deslocamentos reiterados, tecnologia de sobrevivência e prática de habitar. O barco, ao encarnar fluidez e adaptação, atua como extensão do corpo, superfície de memória e mediação sensível entre mundos em movimento (Godoi, 2004; Huebner, 2025). O barco prolonga o corpo social, servindo simultaneamente de local de trabalho, encontro e contemplação. Em cada travessia, reinscreve-se a lógica ribeirinha do tempo e do espaço, ancorada nos fluxos naturais e nas necessidades coletivas.

O deslocamento ribeirinho produz temporalidades expandidas, em que gestos de cuidado e convivência se entrelaçam às práticas de sustento. Nesse fluxo contínuo, a travessia revela-se uma afirmação de pertencimento e agência, desafiando leituras puramente funcionais do movimento cotidiano.



A luz do entardecer intensifica a dimensão ritual do deslocamento, instaurando uma cronotopia própria em que o tempo do rio pulsa conforme a correnteza, distinto dos cronogramas urbanos (Bakhtin, 1992). Esse fazer cotidiano, situado em contexto socioterritorial, mobiliza sentidos de pertencimento e agência que desafiam leituras puramente funcionais da ocupação (Kantartzis; Molineux, 2017). O barco assume o papel de superfície de mediação entre corpo, água e paisagem, compondo uma ecologia da ocupação em que a travessia se revela gesto, linguagem e forma de existência.

Nesse registro (Figura 4), o entardecer refletido na água permanece como ferida aberta, como o instante barthesiano instaurado que surpreende o espectador. Um tempo liminar acontece, evocando a presença ausente e o luto por aquilo que “foi” e que “continua a acontecer em mim”, aquilo que rompe com a ordem culturalmente esperada e organizada (Barthes, 1984). Fontcuberta (2007, p. 79; p. 114) reforça que “toda fotografia é construção política, revelando mais sobre quem a produz e como circula do que sobre seu conteúdo aparente”. A travessia capturada aqui não documenta de modo objetivo, mas funda uma narrativa de resistência territorial e nega a neutralidade técnica, oferecendo-se como espaço de invenção poética e de afirmação de modos de vida minoritários.

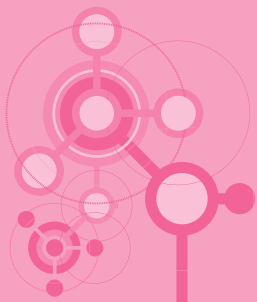
Figura 4: Tecidos ao vento: cuidado cotidiano e territorialidade



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2021).

A Figura 4 mostra um varal de roupas disposto sobre um deck de madeira à beira do rio, com peças coloridas esvoaçando sob o sol e o vento. A cena exige uma aproximação sensível às práticas domésticas que entrelaçam corpo, ambiente e cuidado no cotidiano ribeirinho. Lavar, estender e recolher são gestos mínimos e reiterados que, ao se inscreverem no espaço compartilhado, reconfiguram o ordinário como campo de presença e de territorialidade. Nesse horizonte, o varal ultrapassa sua função utilitária e configura uma superfície simbólica em que a vida se expõe, respira e se reinventa em diálogo com os elementos naturais.

A presença do varal tensiona as fronteiras entre público e privado, natureza e cultura, trabalho e cuidado. As roupas estendidas tornam visível a intimidade das rotinas e a articulação sensível entre o gesto doméstico e a paisagem.



Segalen (2002) mostra que práticas familiares cotidianas carregam densidade simbólica ao se constituírem em formas de manutenção da vida e de atualização de pertencimentos. Em territórios ribeirinhos, esses rituais se enraízam em ecologias relacionais que cruzam ritmos naturais, saberes compartilhados e gestos transmitidos entre gerações. A cena revela, assim, uma ética do cuidado situado, traduzida na repetição atenta de gestos cotidianos, em que a ocupação assume caráter prático e existencial (Hocking, 2021; Mol, 2008).

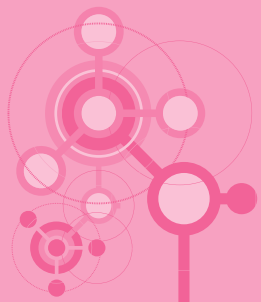
Bamberg (2012, p. 104) contribui ao argumentar que “a repetição de ações como estender, recolher e dobrar constitui narrativas identitárias performadas, por meio das quais o corpo age e enuncia simultaneamente”. Esses gestos tornam-se marcas biográficas que integram o sujeito ao espaço e à memória coletiva. Pink (2013, p. 52) observa que “a fotografia, ao capturar tais ações, não apenas congela um instante, mas evoca uma ecologia sensorial do cotidiano”. O varal assume a condição de artefato narrativo capaz de mobilizar o olhar, o olfato, o tato e a escuta. As roupas expostas ao sol anunciam presença e cuidado, mas também vulnerabilidade e resistência. Desse modo, o varal ultrapassa o dispositivo doméstico para se tornar palco sensorial de experiências vividas e partilhadas, enunciando o cotidiano como tempo vivido e estetizando o ordinário com dignidade e presença.

A Figura 5 apresenta duas tigelas de açaí e uma porção de peixe frito dispostas sobre uma mesa rústica em área aberta, cercada por utensílios e objetos do cotidiano. A cena convoca os sentidos ao rito partilhado da alimentação, evidenciando que o ato de comer, mais do que gesto fisiológico, constitui prática relacional, performativa e territorializada. O alimento preparado e disposto no espaço comum atualiza vínculos, sustenta corporeidades e funciona como linguagem de cuidado. Em territórios ribeirinhos, onde o fazer cotidiano se entrelaça à ecologia local, a comensalidade converte-se em gesto de presença e reciprocidade, momento em que se compartilham alimentos, memórias, afetos e pertencimentos (Hasselkus, 2006).

Figura 5: Rito da comensalidade: alimentação, vínculo e dignidade cotidiana



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2021).



Conforme Hasselkus (2006), os significados mais profundos da vida cotidiana emergem na repetição sensível de gestos ordinários, conferindo densidade simbólica às práticas ancoradas em tempos e espaços específicos. Comer em conjunto, nesse contexto, ritualiza a convivência: os corpos alinham-se aos ciclos do rio, às práticas de pesca, ao preparo artesanal dos alimentos e às sociabilidades forjadas sob as casas-palafita. A cena revela uma ritualidade silenciosa que ancora o cotidiano em práticas de sustentação da vida, em que o ato de alimentar-se se inscreve como narrativa de cuidado e inscrição territorial.

Bruner (1997) argumenta que os rituais sociais organizam a experiência e moldam a construção de significados compartilhados. Nesse sentido, a mesa posta deixa de ser mero suporte físico para assumir o status de espaço narrativo, palco em que memória, vínculos, linguagem e identidade se entrelaçam. A comida, então, torna-se símbolo e narrativa sensível, articulando o eu e o outro em trama comunitária. Cusicanqui (2021) amplia essa reflexão ao enfatizar que a alimentação coletiva constitui forma de regeneração de vínculos sociais e de resistência ao colonialismo epistêmico. A imagem da mesa posta torna-se, assim, expressão de um *ethos* comunitário insurgente, ancorado em práticas simples, porém profundamente políticas (Cusicanqui, 2021).

A refeição compartilhada mobiliza sentidos que ultrapassam a nutrição. Trata-se de um ritual de encontro, transmissão de saberes e celebração da pertença territorial. A comensalidade constitui ação concreta e memória sensível, enraizada nos saberes compartilhados, na ancestralidade alimentar e nos gestos cotidianos que reiteram a vida apesar das adversidades. Kronenberg *et al.* (2011) mostraram que espaços cotidianos também são territórios simbólicos, onde se afirmam modos de existir e resistir. Bailliard *et al.* (2013) destacaram que práticas situadas, como comer em conjunto, expressam dimensões de justiça ocupacional e *agency* coletiva.

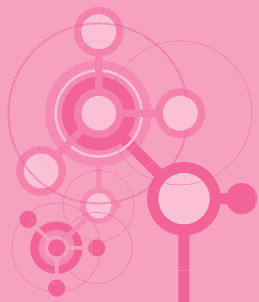
A mesa posta com alimentos típicos da região amazônica reconfigura o espaço como lugar de comunhão e estética do cotidiano. Didi-Huberman (2011) e Kronenberg *et al.* (2011) evidenciam que o cotidiano pode funcionar como dispositivo ético de memória e vínculo, em que a repetição dos ritos cotidianos instaura uma poética de pertencimento e resistência.

CURADORIA FOTOGRÁFICA: VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO DE MODOS DE EXISTÊNCIA

As imagens articulam vínculos comunitários, gestos cotidianos e singularidades de vidas ribeirinhas em profunda interconexão com o meio ambiente, ao mesmo tempo que revelam fragilidades estruturais e ausência de políticas públicas, mas também projetam a potência criativa condensada em práticas de sobrevivência e resistência. O conjunto visual configura-se como enunciação estética e política, pois instaura fissuras no sensível, tensiona normativas hegemônicas e reinscreve significados no presente.

Na síntese interpretativa, o *corpus* imagético compõe uma narrativa de resistência cotidiana, uma vez que o território se manifesta como matriz de sensibilidade, em que luta, afeto e inventividade simbólica se entrelaçam. O ordinário adquire densidade ritual, pois ancora a subsistência, imprime biografias no espaço e inscreve memórias partilhadas. Habitar a margem equivale a afirmar pertença em travessia constante, de modo que temporalidades e espacialidades se reorganizam conforme os ciclos naturais e as exigências da coletividade.

A posição autoral sustenta que a curadoria ultrapassa a função documental e se estabelece como gesto ético-político de reconhecimento, já que a paisagem em movimento, a circularidade das travessias e a repetição dos rituais cotidianos



constituem enunciações que devolvem centralidade às margens e visibilidade às vidas ribeirinhas, reinscrevendo-as na cena pública da memória e da existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio demonstrou que a fotografia ribeirinha atua como prática política e estética capaz de reconfigurar as relações entre corpo, território e memória. As imagens selecionadas ativam narrativas de resistência, inscrevem o cotidiano como gesto de pertencimento e afirmam a densidade de saberes vernaculares que atravessam as marés, os ciclos sazonais e as gerações. Ao interromper o automatismo do olhar, essas fotografias convocam uma escuta sensível dos ritmos sociais e ecológicos, instaurando um compromisso ético com a visibilidade das formas de existência ribeirinhas.

As cartografias visuais apresentadas neste ensaio mostram infraestruturas socioculturais e saberes tradicionais que se revelam em pontes de madeira, embarcações, varais de roupas e palafitas que sustentam a vida coletiva e articulam ecologias de cuidado. Esses artefatos, capturados em seus gestos cotidianos, tornam-se dispositivos de enunciação capazes de tensionar fronteiras entre público e privado, natureza e cultura, tradição e inovação.

Fica o convite a manter o olhar atento às fissuras do sensível, a escutar as vozes encarnadas nos gestos diários e a reafirmar a potência das imagens que resistem ao esquecimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. F. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. *Líbero*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. 2015.

ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: EdUnicamp, 2011.

AZOULAY, A. *The civil contract of photography*. New York: Zone Books, 2008.

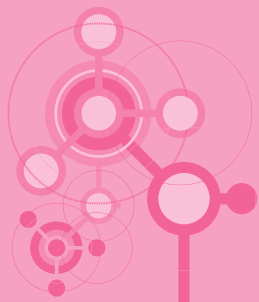
BAILLIARD, A.; ALDRICH, R. M.; DICKIE, V. A. Ethnography and the transactional study of occupation. In: CUTCHIN, M. P.; DICKIE, V. A. (ed.). *Transactional perspectives on occupation*. Dordrecht: Springer, 2013. p. 111–125.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAMBERG, M. Narrative practice and identity navigation. In: HOLSTEIN, J. A.; GUBRIUM, J. F. (org.). *Varieties of narrative analysis*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.



BRUNER, J. *Atos de significado*. Lisboa: Edições 70, 1997.

CUSICANQUI, S R. *Ch'ixinakax utxiwa*: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

DIDI-HUBERMAN, G. *Remontagens do tempo sofrido*: o olho da história. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011.

DOUGLAS, M. *Os símbolos naturais*: explorações em cosmologia. Petrópolis: Vozes, 2010.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*: uma análise dos conceitos de poluição e tabu. Belo Horizonte: EdUFMG, 1996.

ERLL, A. *Memória cultural*. São Paulo: Contexto, 2011.

FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta*: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2002.

Fontcuberta, J. *A câmara de Pandora*: a fotografia depois da fotografia. São Paulo: GG Brasil, 2007.

GODOI, E. P. Cultura ribeirinha e formas de territorialidade no Baixo São Francisco. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 75-99, 2004.

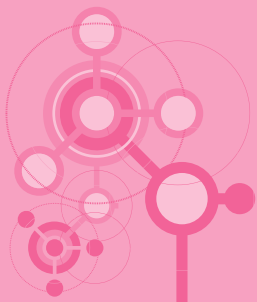
HAESEBAERT, R. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HASSELKUS, B. R. The world of everyday occupation: real people, real lives. *American Journal of Occupational Therapy*, v. 60, n. 6, p. 627–640, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5014/ajot.60.6.627>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/6644867_The_World_of_Everyday_Occupation_Real_People_Real_Lives. Acesso em: 9 out. 2025.

HOCKING, C. The challenge of occupation: describing the things people do. *Journal of Occupational Science*, v. 16, n. 3, p. 140-150, 2009. DOI: 10.1080/14427591.2009.9686655. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14427591.2009.9686655>. Acesso em: 9 out. 2025.

HOCKING, C. *Occupational science*: society, inclusion, participation. Oxford: Wiley-Blackwell, 2021.

HUEBNER, S. Floating and stilted structures as strategies in coastal climate adaptation: local monsoon adaptation practices and implications for flood risk management. *Climate Risk Management*, v. 49, 100719, 2025. DOI: 10.1016/j.crm.2025.100719. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212096325000336>. Acesso em: 9 out. 2025.



KANTARTZIS, S.; MOLINEUX, M. Collective occupation in public spaces and the construction of the social fabric. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, v. 84, n. 3, p. 168-177, 2017. DOI: 10.1177/0008417417701936. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28569548/>. Acesso em: 9 out. 2025.

KNAPP, R. G. China's corridor bridges: heritage buildings over water. *Built Heritage*, v. 4, art. 10, 2020. Disponível em: <https://built-heritage.springeropen.com/articles/10.1186/s43238-020-00010-w>. Acesso em: 9 out. 2025.

KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SAKELLARIOU, D. (ed.). *Occupational therapies without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. Oxford: Elsevier, 2011.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.

MIGNOLO, W. D. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOL, A. *The logic of care: health and the problem of patient choice*. London: Routledge, 2008.

MUNHOZ, I. D.; PEREIRA, M. C. M.; LIMA, A. J. N.; PAULA, E. V. C. M. Wooden bridges in Amazonia: recommending regional forest species for structural maintenance. *Revista Árvore*, v. 49, 2025. DOI: 10.53661/18069088202549263863. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/mJzygJjRtvJfYnNy5SGjKnf/?format=html&lang=en>. Acesso em: 9 out. 2025.

PINK, S. *Doing visual ethnography*. 3. ed. London: Sage Publications, 2013.

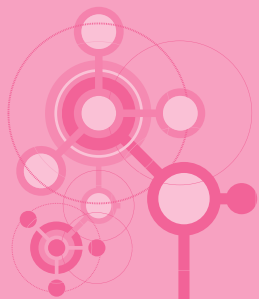
RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1983.

RYAN, M. L. *Narrative across media: the languages of storytelling*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.

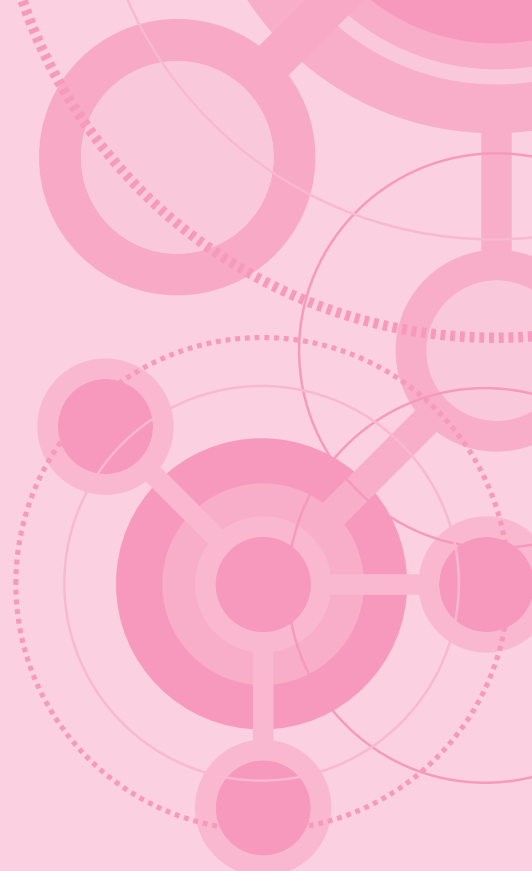
SEGALEN, M. *Ritos e rituais contemporâneos*. Campinas: Papirus, 2002.

SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: SciELO; EdUnicamp, 2022.

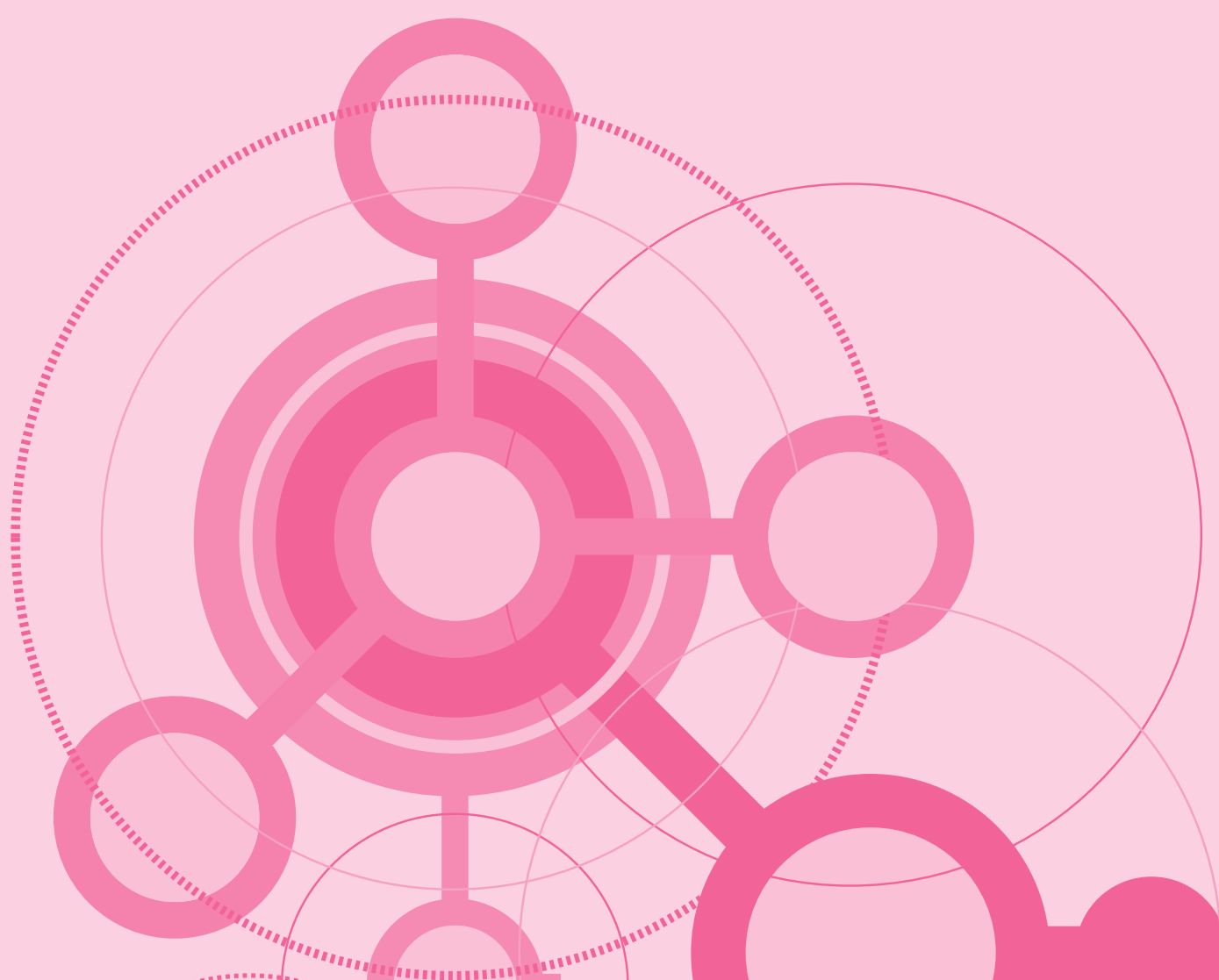


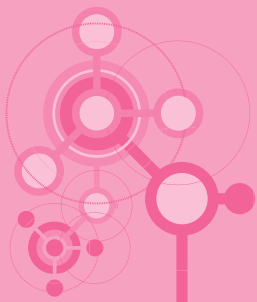
SILVA, A. B.; FILHA, I. G. A.; BENEVIDES, K. M. M.; SILVA, D. M.; RODRIGUES, P. M. A.; SILVA, S. C.; GARZÓN, M. I. C. Cultura dos povos originários da floresta amazônica na gestação e no puerpério: uma revisão de escopo sob o ponto de vista da segurança alimentar e nutricional. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 125, p. 61-78, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/gLgf7Gnd7pBXsZQfXrMvNbW/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025.

Artigo recebido em 22/07/2025 e aprovado em 22/09/2025.



ENTREVISTA





Amazônia em Risco Climático e o papel da comunicação

Amazon in Climate Risk and the Role of Communication

Amazonía en Riesgo Climático y el Papel de la Comunicación



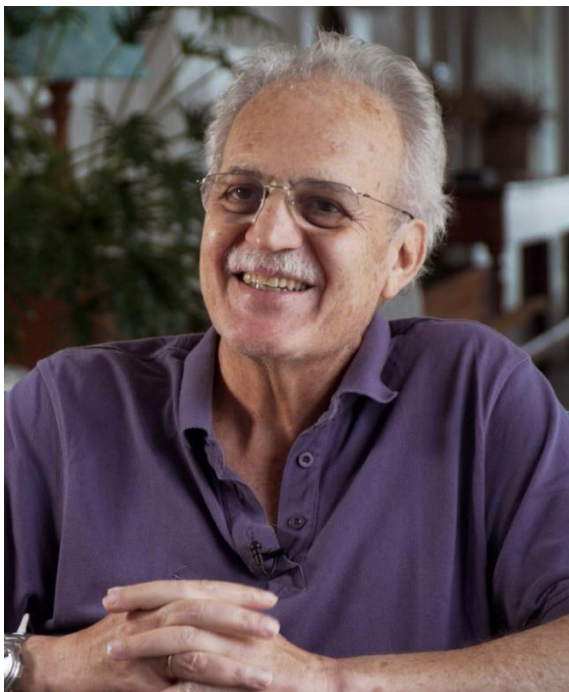
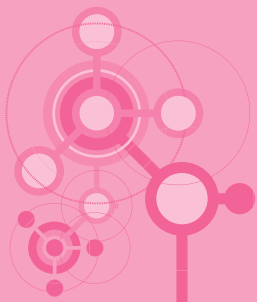
Myrian Regina Del Vecchio-Lima

- Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-doutoramento em Comunicação Digital pela Université Lyon 2, França. Mestra em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora e Pesquisadora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Líder do Grupo de Pesquisa Click - Comunicação e Cultura Ciber.
- Email: myriandel@gmail.com
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1833-2332>



Vanessa Witzki Colatusso

- Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- Mestra em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná.
- Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade Tuiuti do Paraná (2003). E-mail: vawitzki@gmail.com
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5343-7589>



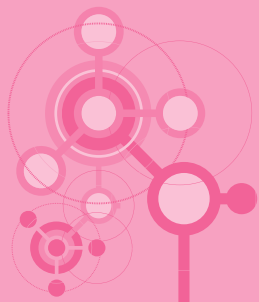
Carlos Afonso Nobre

- Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com doutorado em Meteorologia pelo Massachusetts Institute of Technology. Realizou estágio de pós-doutoramento na University of Maryland, Estados Unidos. Aposentou-se em 2012 no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), após mais de 30 anos de atuação. Antes, foi pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Atualmente, é pesquisador sênior e titular da Cátedra Clima e Sustentabilidade no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), cargo que assumiu em dezembro de 2024. Foi presidente da Capes e atua em comitês do CNPq. Ele é reconhecido por seus estudos sobre a savanização da Amazônia e efeitos das mudanças climáticas. Carlos Nobre também lidera o projeto Amazônia 4.0, uma iniciativa que busca promover uma bioeconomia sustentável baseada na biodiversidade da floresta em pé, integrando ciência e inovação com cultura e conhecimentos indígenas.
- E-mail: cnobre.res@gmail.com

Para o dossiê “Comunicação, Emergência Climática e Amazônia” dessa edição de *Organicom* e diante da ameaça extrema ao bioma amazônico, que depende de um regime climático equilibrado de distribuição de chuvas, entrevistamos, em abril, o professor Carlos Nobre, meteorologista e um dos maiores especialistas no mundo em clima e suas alterações. Após breve explicação sobre alguns fatores que ameaçam a Amazônia, já situada quase em um “ponto de não retorno”, Nobre se posiciona sobre outros temas correlatos: o desafio da 30ª COP (Conferência das Partes, das Nações Unidas), em Belém (AM), em novembro/2025; a importância dos cientistas do clima se comunicarem melhor para enfrentar a crise; a bioeconomia perfeitamente possível da floresta em pé; e a relevância da educação e comunicação climática para crianças e jovens.

ORGANICOM – Inicialmente, é importante situar – para entendimento da relação entre emergência climática e Amazônia – a conexão da questão com o “ponto de não retorno” desse bioma, expressão utilizada pelo senhor em diversos textos e palestras.

CARLOS NOBRE – A Floresta Amazônica evoluiu da elevação dos Andes há 40 milhões de anos até o nível atual atingido há alguns poucos milhões de anos. Mais atrás, essa cordilheira levou à chegada de frentes frias na América do Sul, Central e no Sul da Amazônia; e criou condições para a formação do Rio Amazonas e de grande parte do vapor d’água que a Floresta Amazônica recicla. Essas evoluções geológicas, ecológicas e climáticas geraram grande reciclagem de vapor d’água pela floresta: de 30 a 40% da chuva do território existe por causa dessa reciclagem. Como se explica isso? Os ventos trazem o vapor d’água do oceano Atlântico, elemento que forma as nuvens de chuva. Próximo do Atlântico, cerca de 20% da chuva depende da reciclagem. Já perto dos Andes, a dependência cresce para 50%. A Floresta Amazônica passou a capturar muita



água do solo pelas raízes profundas de algumas árvores, principalmente durante a estação chuvosa — elas conduzem a água até a superfície do solo e até as folhas, onde ocorre a transpiração, na forma de vapor d'água. Há mais transpiração na estação seca, com a água na superfície do solo e muito sol durante essa estação, o que gera a energia necessária para o fenômeno. Assim, a estação seca é mais curta no sul da Amazônia, na transição da floresta para o cerrado; já no norte da região, no cerrado-savana tropical, a estação seca se prolonga, mas também chove. Essa é uma evolução ecológica fundamental que permite afirmar: "A floresta existe somente porque a floresta existe". E porque há essa grande reciclagem de água, há uma grande biodiversidade.

ORGANICOM – Pode exemplificar o binômio incontornável floresta e biodiversidade?

CARLOS NOBRE – Esse é mais um aspecto da evolução ecológica de milhões de anos que torna a Floresta Amazônica tão importante, com a reciclagem de água sendo fundamental para a regulação climática: de todo o vapor d'água que chega do oceano Atlântico, cerca de 55% volta a ele pelos rios. Mas, cerca de 45% continua na atmosfera e vira uma espécie de jato que não consegue passar pelos Andes, retornando para o sul, abastecendo os sistemas de chuva do cerrado e cerca de 15% da chuva no Sudeste brasileiro. Chamamos esse fenômeno, em 2006, durante reunião no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de "rios voadores". E o equilíbrio do bioma depende dessa reciclagem eficiente da água pelo Rio Amazonas. O sul da Amazônia sem essa reciclagem de água seria um semiárido; e parte da Mata Atlântica nos estados do Sul depende dessa reciclagem, assim como a bacia do Rio Paraná e do Rio da Prata.

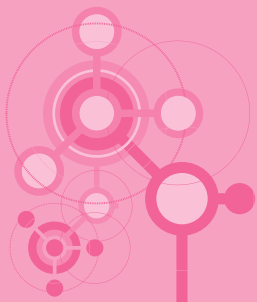
ORGANICOM – Outro aspecto ecológico fundamental é o da absorção do carbono, certo?

CARLOS NOBRE – Em dezenas de milhões de anos a Amazônia absorveu uma quantidade enorme de carbono — o processo de fotossíntese da floresta retira o gás carbônico do ar que depois vira matéria orgânica no solo e, em centenas de milhões de anos, se transforma em petróleo, carvão, gás natural. O armazenamento de carbono é de 150 a 200 bilhões de toneladas na floresta, estoque fundamental para manter o equilíbrio ambiental. Mas, tudo está mudando com as alterações climáticas. Estudos do Inpe demonstram que em alguns pontos, a floresta já virou fonte de produção de carbono na década de 1990, toda a floresta removia mais de 1 bilhão de toneladas de gás carbônico por ano; ela continua removendo, mas em alguns pontos a mortalidade das árvores aumentou tanto que reduziu a capacidade de remoção de carbono e a floresta passou a ser fonte de carbono. Isso revela que a Amazônia está na beira do ponto de não retorno.

ORGANICOM – Como ficaram esses estudos após a intensificação das alterações climáticas?

CARLOS NOBRE – Mesmo com zero desmatamento, o aquecimento global, e em especial, o aumento de temperatura do oceano Atlântico, induz secas na Amazônia. Tivemos secas intensas na região decorrentes do aquecimento do Atlântico (2005, 2010) e do fenômeno El Niño¹ no Oceano Pacífico (2015-16); em 2023-24, as secas resultaram da soma do terceiro El Niño, o mais forte do registro histórico, com outros fatores. Essa seca ocorreria mesmo com zero desmatamento. Nossos estudos mostraram que com elevação da temperatura além de 4°C, a Amazônia desapareceria, porque a estação seca iria ficar muito longa, com pouquíssima chuva. Passaríamos o ponto do retorno da Amazônia mesmo sem desmatamento. Mas,

1 "O El Niño é um fenômeno natural caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do oceano Pacífico na sua porção equatorial. Ele ocorre em intervalos irregulares de cinco a sete anos e tem duração média que varia entre um ano a um ano e meio, com início nos últimos meses do ano." In: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/el-nino.htm#:~:text=O%20El%20Ni%C3%B1o%20%C3%A9%20um,nos%20%C3%BAltimos%20meses%20do%20ano.> Acesso: 10 jul 2025.



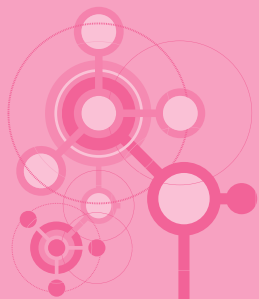
sem aquecimento global e com desmatamento de 40%, também ultrapassaríamos o limite, porque ao substituir a floresta por pastagens ou soja, a água reciclada teria um terço da velocidade anterior: diminuem os rios voadores, prejudicando os sistemas de chuva — o que já ocorre no oeste da Amazônia, no Pantanal. O estudo mostrou que se o desmatamento ultrapassar entre 20% e 25%, com aquecimento global de 2°C a 2,5°C também passaremos do ponto de não retorno. E estamos com cerca de 18% do desmatamento em toda a Amazônia — o sul da região já está 23% desmatado. Enquanto isso, o aquecimento global, pela primeira vez na história, já atingiu 1,5°C em 2024, e continua crescendo em 2025. De 30 a 50 anos perderemos no mínimo 50%, ou até 70% da Amazônia. E vamos perder a maior biodiversidade do planeta, o que é um risco enorme.

ORGANICOM – Em novembro próximo o Brasil realiza em Belém (PA) a COP-30. Quais suas expectativas para esse evento?

CARLOS NOBRE – A COP 30 é tão importante quanto a COP 21 (Paris, 2015) e a COP 26 (Glasgow, 2018). Em 1997, o protocolo de Kyoto estabeleceu que só os países muito ricos iriam reduzir suas emissões de carbono — mas os EUA não aderiram ao protocolo, que não teve sucesso. No Acordo de Paris, uma preocupação global sobre o clima propôs reduzir as emissões por meio de metas voluntárias para todos os países signatários; o objetivo era não deixar a temperatura aumentar mais do que 1,5°C, reduzir 70% das emissões até 2050 e zerar seu saldo até 2100. Na COP 26 considerou-se o relatório do Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC, 2018) que mostrava os riscos planetários se o aumento de temperatura subir 2°C. Nessa reunião, 196 países assinaram metas voluntárias, mas alguns grandes emissores afirmaram que as zerariam apenas em 2070 (Índia) ou 2060 (Rússia e China). Em 2020, durante a pandemia de covid-19, houve 5,7% de redução das emissões comparativamente à 2019. A ciência indicava que nessa direção, com redução de 43% até 2030 e zeramento do saldo até 2050, não ultrapassaríamos 1,5°C. Mas, atingimos 1,5°C pela primeira vez em 2023, continuamos a subir em 2024 e chegamos, em 2025, com a temperatura mais alta da história: 1,75°C mais quente em janeiro, 1,6°C em fevereiro e março — e a ciência busca explicar por que isso aconteceu. A COP 30 se torna a mais desafiadora de todas, porque o risco de passarmos de 2°C e chegarmos até 2,5°C, em 2050, é alto. Teremos, por exemplo, de zerar as emissões até 2040, com concordância de todos os países, considerando que o país que mais emitiu globalmente foram os EUA, e vão continuar aumentando emissões no governo Trump. No Brasil, a transição energética está muito lenta e é crucial para reduzir emissões.

ORGANICOM – O senhor realiza divulgação científica nas mídias jornalísticas e em palestras. Como vê a comunicação dos cientistas para ajudar no enfrentamento da emergência climática?

CARLOS NOBRE – Os cientistas da área ambiental e climática precisam aprender muito sobre comunicação e divulgação científica, assim como especialistas em saúde, já que os eventos climáticos extremos aumentam o número de mortes, com as ondas de calor; e a degradação das florestas tropicais gera riscos de epidemias e pandemias. Um excelente exemplo foi o dos cientistas de saúde na pandemia de covid-19: a efetiva comunicação da área foi decisiva para que a maioria dos brasileiros se preocupasse com o *lockdown*, o uso da máscara e a vacinação. As entrevistas desses cientistas nos meios de comunicação informavam cientificamente sobre os riscos diante da pandemia e apontavam formas de prevenção. Nós, cientistas da área ambiental e climática, temos que aprender como nos tornarmos comunicadores de riscos e de vulnerabilidades; temos falado há décadas dos riscos das mudanças climáticas, mas os países não reduziram esses riscos, as emissões não pararam. Então considero muito importante aprendermos com os cientistas do setor de saúde, que foram muito eficientes na comunicação dos riscos da pandemia. Temos que praticar a *advocacy* responsável, sermos responsáveis na comunicação, porque a ciência mostra que vivemos à beira de pontos de não retorno. Se não reduzirmos



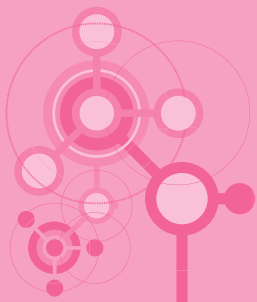
emissões e a temperatura subir além de 2,5°C vamos perder a Amazônia; derreter o *permafrost*² no Ártico; jogar uma quantidade gigantesca de gases na atmosfera. Isso tornaria o planeta inabitável para humanos. Então, temos que aprender a comunicar essas questões científicas muito melhor, é essencial o aspecto de comunicação. A ciência avançou muito, mas não convencemos todos os setores da sociedade na busca por soluções.

ORGANICOM – O senhor defende um desenvolvimento na Amazônia centrado na bioeconomia da floresta em pé. Essa narrativa consegue competir com a dos modelos baseados em exploração predatória dos recursos naturais?

CARLOS NOBRE – No setor econômico mundial, a matriz do combustível fóssil continua em expansão. Grande parte do agronegócio mundial não aceita a redução das emissões, inclusive na agropecuária — setor responsável por 30% delas. E de 10 a 11% dessas emissões vêm, principalmente, da derrubada de florestas tropicais, para uso do solo pela agropecuária. Além disso, os ruminantes geram uma fermentação entérica que produz metano. É preciso zerar o uso de combustível fóssil, mas não podemos zerar a produção agrícola, porque ela abastece a alimentação mundial — mas é preciso reduzir muito as emissões desse setor. Para a Amazônia precisamos de soluções baseadas na natureza para zerar o desmatamento, a degradação e o fogo — tivemos recordes de incêndios em 2024, grande parte deles criminosos, com a intenção de destruir a floresta. Na COP28, o Brasil lançou o projeto Arco da Restauração Florestal. Estudos mostram a importância de transformar os arcos do desmatamento, em áreas onde há a maior biodiversidade do planeta. Os estudos propõem fazer uma restauração florestal nessas áreas super desmatadas, inicialmente em 240 mil km quadrados, quase o tamanho do estado de São Paulo. De agora até 2050, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) já investiu uns 200 milhões de dólares, principalmente em territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos. Boa parte dessa restauração corresponde a sistemas agroflorestais, baseados em ciência indígena, praticada principalmente pelas mulheres. Esse saber indígena desenvolveu sistemas agroflorestais que geram alimentos e plantas medicinais, mas não monoculturas, dentro da floresta em pé, com rios fluindo. Nessa iniciativa queremos agregar valor com a nossa ciência, com a bioindustrialização dos produtos da biodiversidade. Por exemplo, do açaí se fazem produtos que já são industrializados, fora da Amazônia; da castanha se produz mais de vinte cosméticos, óleos e alimentos. O projeto Amazônia 4.0, lançado há alguns anos, demonstra a viabilidade de fazer a agregação de valor da bioeconomia de floresta em pé. Isso melhora a vida das comunidades locais. Há ainda cooperativas que utilizam esses sistemas florestais que não desmatam, cultivando mais de 50 produtos da biodiversidade. Muito desse comércio é local, mas o Brasil recebe cerca de 1,2 bilhões de dólares da venda do açaí, o produto de maior valor, além de cacau, castanha, buriti, mandioca, pirarucu etc. Essas cooperativas têm rentabilidade maior que a da soja e da pecuária da Amazônia, além de empregar até 20 vezes mais. Temos que desenvolver essa nova socioeconomia em todos os biomas, porque todos apresentam grande biodiversidade. E valorizar o que os europeus ignoraram quando aqui chegaram: o conhecimento dos povos indígenas.

ORGANICOM – Atualmente, há mais de 700 mil antenas Starlink na Amazônia conectadas aos satélites do empresário Elon Musk, que permitem a comunicação de comunidades tradicionais. Há risco de apagão digital caso Musk deixe a conexão do território?

² O permafrost “é o solo que passa todo o ano congelado e que cobre 25% da superfície terrestre do Hemisfério Norte, sobretudo na Rússia, Canadá e Alasca. Pode ser composto por pequenos fragmentos de gelo ou grandes massas, e sua espessura pode ir de poucos metros a centenas.” (In: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/29/entenda-o-que-sao-os-permafrost-e-por-que-sao-uma-ameaca-a-saude-humana.ghtml>, com acesso em 10 jul 2025.) Parte desses solos congelados podem vir à superfície até 2100 por causa das alterações climáticas, de acordo com relatórios do IPCC/ONU.

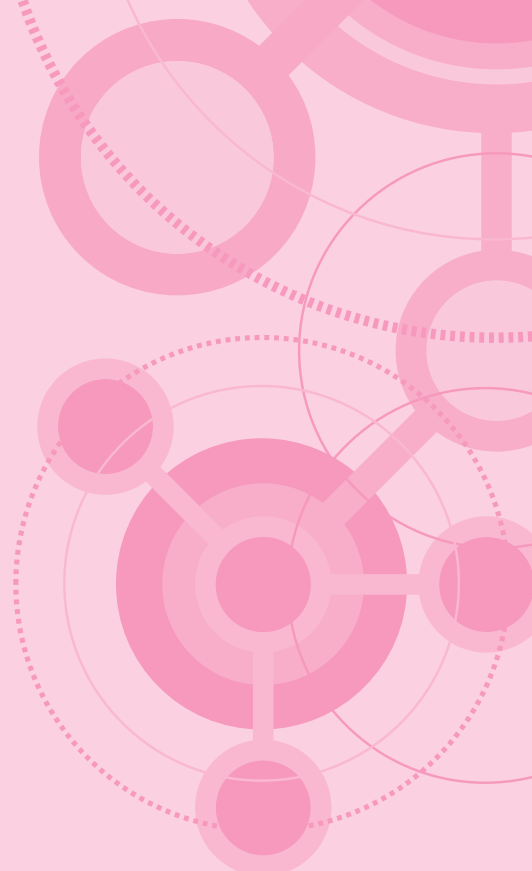


CARLOS NOBRE – Temos na Amazônia mais de cem comunidades indígenas que querem continuar isoladas e temos que respeitá-las. Mas a maioria das comunidades, cerca de 2,2 milhões de indígenas, quer se comunicar, interagir, se beneficiar da nossa ciência. As redes modernas de comunicação são essenciais para que esses povos tradicionais tenham capacidade de comunicação. Claro que depois do início desse governo norte-americano negacionista existe um risco da *Starlink* sair do território ou apresentar práticas indesejáveis. Mas, há outras soluções em termos de sistemas de satélites, e sou otimista: para Musk, a pessoa mais rica do mundo, todas as atividades econômicas importam. O presidente Trump, que é negacionista, quer o aumento do consumo de combustíveis fósseis e não apoia a transição energética. Isso prejudica Musk e sua empresa de carros elétricos. Então, ele precisa continuar com o sistema de satélites, a *Starlink*. Outros países, como a China, avançaram nessa tecnologia de comunicação. O MapBiomass³, projeto brasileiro, demonstra que em uma comunidade no meio da floresta, se constrói uma torre que funciona com painel solar para fazer a conexão com a *Starlink*, tudo eficiente e sem queima de combustíveis fósseis. É uma maneira de colocar uma tecnologia moderna para a comunicação de todas as comunidades amazônicas.

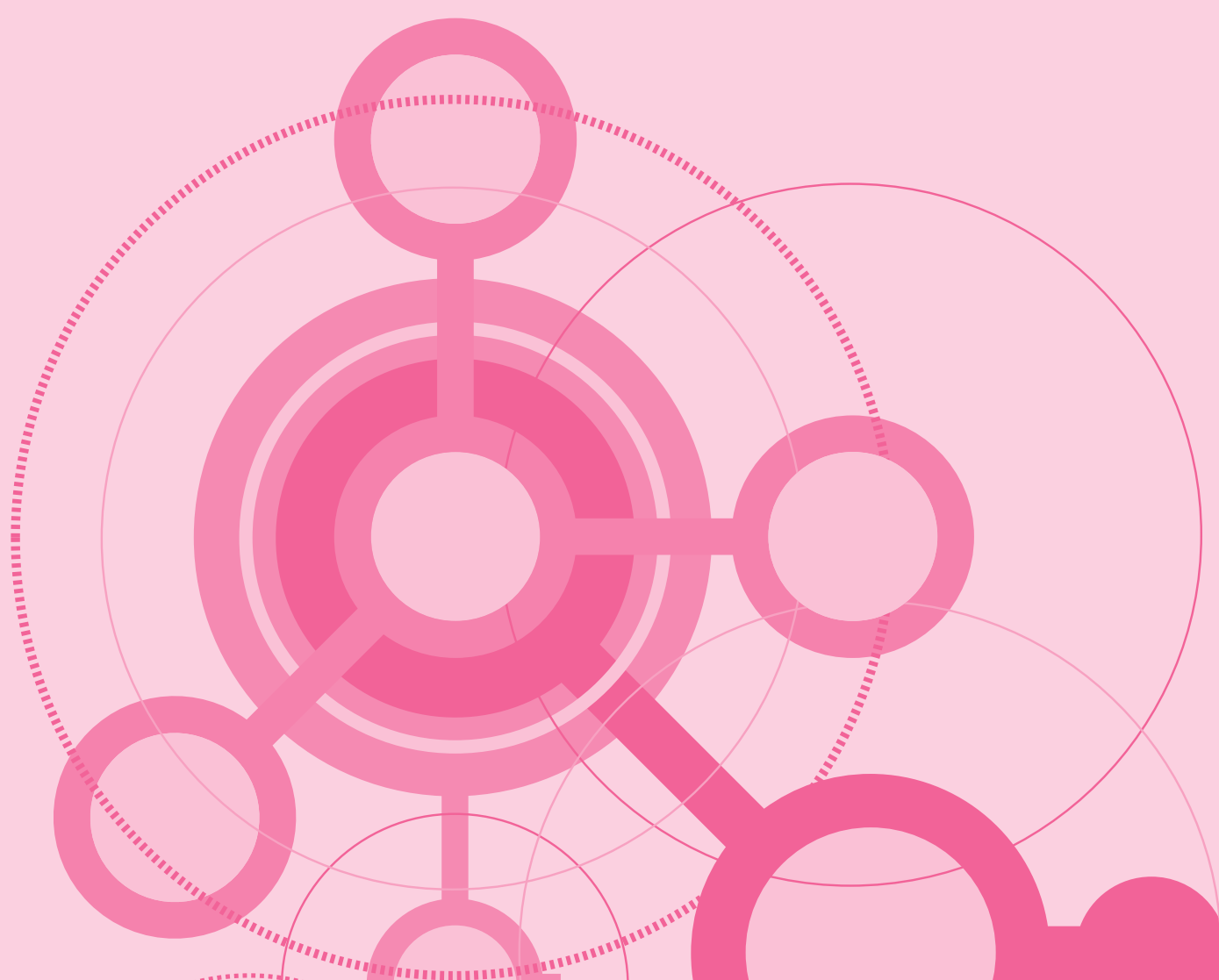
ORGANICOM – Como vê a questão da sensibilização de crianças e jovens sobre a emergência climática, já que o futuro é deles?

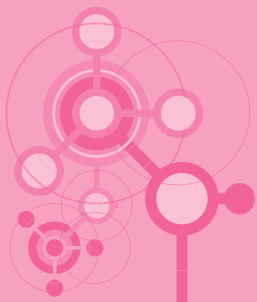
CARLOS NOBRE – Crianças e jovens têm papel decisivo diante dessa emergência climática. São eles que logo, como adultos, e trabalhando como lideranças políticas, empresariais e sociais, precisarão conduzir o sistema socioeconômico em uma direção sustentável. É fundamental que diversas formas de comunicação se voltem para sensibilizá-los, mostrem a eles soluções de sustentabilidade para manter o planeta saudável. Os jovens precisam assumir a liderança que minha geração não assumiu. Minha geração, pela ciência, mostrou todos os riscos; mas 2024 foi o ano de maiores emissões de gases, não fizemos a transição. Os jovens precisam assumir essa liderança – e as mulheres, pois elas conseguem ver os riscos muito melhor do que os homens e vão buscar a transição. Precisamos capacitar os jovens em um sistema educacional que mostre os riscos ambientais e as soluções de mitigação, de redução do risco pelo zeramento das emissões e do desmatamento e como desenvolver a nova socioeconomia. Temos que educá-los para restaurar os biomas, usar energias renováveis e estar preparados para eventos extremos. Um bom exemplo é o sistema educacional japonês que prepara as crianças para terremotos. Elas são educadas desde o ensino fundamental para se proteger e proteger idosos em suas residências; também são preparadas para eventos climáticos extremos. O Brasil precisa de um sistema educacional e estratégias de comunicação que transfira aos jovens a responsabilidade no combate à emergência climática.

³ O MapBiomass é uma rede colaborativa de cocriadores formado por ONGs, universidades e empresas de tecnologia organizados por biomas e temas transversais. In: <https://brasil.mapbiomas.org/quem-somos/#:~:text=O%20MapBiomass%20%C3%A9%20uma%20rede,por%20biomas%20e%20temas%20transversais>. Acesso: 10 jul 2025.



DEPOIMENTO





Crise climática, muita informação e pouca ação: como a Linguagem Simples pode contribuir

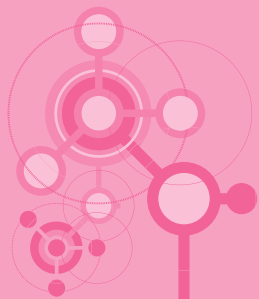
Climate crisis, too much information and too little action: how plain language can contribute

Crisis climática, demasiada información y poca acción: cómo el Lenguaje Claro puede contribuir



Heloisa Fischer

- Comunicadora especializada em Linguagem Simples e crise climática
- Mestre em Design pela PUC-Rio
- Fundou a Comunica Simples e o projeto Nossas Mudanças Climáticas
- E-mail: heloisa@comunicasimples.com.br
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9794-8679>



RESUMO

A mobilização climática é fraca, em parte pela forma como a crise é comunicada. O estudo aborda ignorância informada, hipocognição ambiental e a ideia de que comunicar é só informar. As mensagens são técnicas, acessíveis a 10% dos brasileiros, com alto custo cognitivo. Vocabulário técnico e incerteza dificultam a compreensão. Propõe-se a Linguagem Simples, já usada em políticas públicas, para tornar a comunicação mais clara. A comunidade brasileira da área pode liderar ações intersetoriais e criar um modelo replicável.

PALAVRAS-CHAVE: LINGUAGEM SIMPLES • CRISE CLIMÁTICA • COMUNICAÇÃO CLIMÁTICA • MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

ABSTRACT

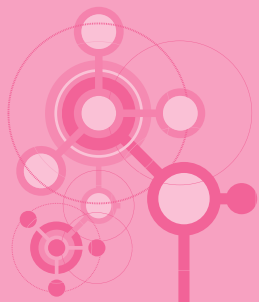
Climate mobilization remains weak, partly due to how the crisis is communicated. This study examines informed ignorance, environmental hypocognition, and the notion that communication is merely information sharing. Messages are highly technical—understandable to only 10% of Brazilians—and cognitively demanding. Technical jargon and uncertainty hinder understanding. The use of Plain Language, already applied in public policies, is proposed to enhance clarity. The Brazilian community could lead intersectoral actions and develop a replicable communication model.

KEYWORDS: PLAIN LANGUAGE • CLIMATE CRISIS • CLIMATE COMMUNICATION • CLIMATE CHANGE.

RESUMEN

La movilización climática es limitada, en parte por la manera en que se comunica la crisis. El estudio aborda la ignorancia informada, la hipocognición ambiental y la idea de que comunicar equivale solo a informar. Los mensajes son técnicos, comprensibles para apenas el 10% de los brasileños, con alto costo cognitivo. El vocabulario especializado y la incertidumbre dificultan la comprensión. Se propone el uso del Lenguaje Claro, ya aplicado en políticas públicas, para mejorar la comunicación. La comunidad brasileña del área puede liderar acciones intersectoriales y crear un modelo replicable.

PALABRAS CLAVE: LENGUAJE CLARO • CRISIS CLIMÁTICA • COMUNICACIÓN CLIMÁTICA • CAMBIO CLIMÁTICO



INTRODUÇÃO

Há trinta anos, trabalho para tornar conteúdos complexos mais compreensíveis. Na Linguagem Simples, atuo como educadora desde 2016. Criei o Método Comunica Simples com base em pesquisas na PUC-Rio e já treinei mais de cinquenta mil pessoas. Pouco pensava na crise climática até participar de uma oficina Mural do Clima. O choque me redirecionou. Passei a produzir conteúdos educativos em comunicação climática, facilitar conversas e contribuir com reflexões em espaços como o podcast *Comunicação Pública: Guia de Sobrevivência*.

Despertar do sonambulismo climático é duro. Sei bem como é. A vida entra em suspenso, valores e hábitos são revistos, novos planos precisam ser feitos. Não bastassem as angústias próprias, quem desperta também se aflige com a inação da maioria ainda sonâmbula.

E a inação não vem do desconhecimento da gravidade do problema: 88% dos brasileiros estão cientes dos riscos das mudanças climáticas (Batista, 2025). Mas, ainda assim, a mobilização social ampla não ocorre, nem aqui, nem no mundo. Como diz Latour (2020, p. 26), “existem muitas maneiras de saber e de ignorar ao mesmo tempo”.

Tal ignorância informada ocorre desde o início dos anos 1970, quando a ciência começou a soar alarmes e ainda havia tempo para agir de forma menos drástica. Passadas décadas de alertas, divulgados milhares de conteúdos informativos, publicados milhões de posts, pouco mudou.

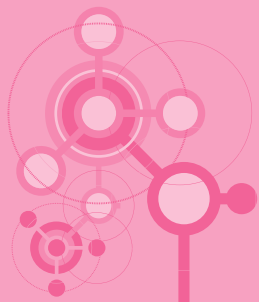
É mesmo aflitivo ver informações sobre emergência climática cada vez mais acessíveis e, contudo, a inação persistir. Bastam poucos cliques para descobrir que a concentração de gás carbônico na atmosfera já atingiu 430 partes por milhão (Climate Nasa, 2025) e que o teto seguro é de 350 partes por milhão (Hansen *et al.*, 2008). Nem dados tão perigosos têm sido capazes de deflagrar ações de mitigação e adaptação em massa. É como se nada estivesse acontecendo.

A comunicação deveria ajudar no despertar, mas parece reforçar o sonambulismo. O paradoxo escancara a urgência do tema. O que estamos fazendo de errado na comunicação? O que superaria o viés de normalidade e impulsionaria a mobilização? Informação muda comportamento? Como a linguagem afeta a percepção de risco e urgência? Que contribuição a Linguagem Simples, já usada em políticas públicas no Brasil, pode trazer à comunicação da crise climática? Essas perguntas têm guiado minha pesquisa exploratória e independente em comunicação climática. Compartilho aqui reflexões a partir de alguns achados iniciais.

GUERRA DE PROPAGANDA E HIPOCOGNIÇÃO: ENTRAVES À MOBILIZAÇÃO?

Para Fenton (2022), o movimento climático fracassa na mobilização popular por seguir o que ele chama de “teoria telepática da comunicação”: a crença de que os fatos, por si só, bastam para convencer. Além disso, estaríamos em uma guerra de propaganda contra a indústria de combustíveis fósseis, que usa mensagens simples, emocionais e repetitivas para influenciar a opinião pública. Precisariamos nos valer dos mesmos artefatos, mas estamos longe disso.

Achei duas iniciativas em inglês que usam os artefatos publicitários de Fenton (2022). A Yellow Dot Studios, produtora do cineasta Adam McKay, combate a desinformação com vídeos curtos e bem-humorados. A ACT Climate Labs une clima e



publicidade para pesquisar o mercado e criar campanhas de ação. Mas sejamos francos: duas andorinhas não fazem verão. Tomara que haja mais por aí.

Lakoff (2010) embasou Fenton (2022) quando criticou a “armadilha da razão iluminista”: a ideia de que a razão é lógica e sem emoção. Isso ajuda a entender por que dados científicos, sozinhos, não bastam para mobilizar a população.

Lakoff (2010) defende que a maioria das pessoas não tem as molduras mentais (frames) adequadas para entender a “verdadeira crise” da emergência climática e, por isso, não percebe as conexões que existem entre o desequilíbrio do clima e os impactos na economia, saúde, comércio ou segurança. Lakoff (2010) chama essa ausência de molduras mentais de “hipocognição ambiental”. Ele frisa que criar as molduras leva tempo e dá trabalho, pois as guerras culturais e a resistência conservadora não se resolvem só com slogans rápidos. O esforço deve ser constante.

Se Fenton (2022) e Lakoff (2010) estiverem certos — comunicar a crise climática exige molduras capazes de criar conexões e, mais do que apenas informar, exige mensagens curtas com apelo emocional — então António Guterres teria boas chances de ganhar o prêmio de Melhor Comunicador Climático 2023.

Naquele ano, em menos de dois meses, o secretário-geral da ONU usou a força de metáforas emotivas para emocionar e alertar o mundo sobre o perigo: “a humanidade abriu as portas do inferno” (Guterres, 2023a). “A era do aquecimento global acabou. A era da ebulição global chegou” (Guterres, 2023b).

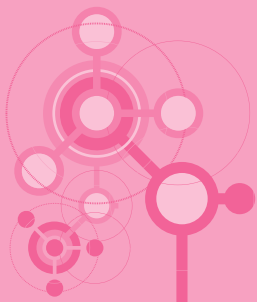
Na ocasião, pensei: “agora vai!”. Ledo engano (e Lakoff talvez criticasse a moldura apocalíptica de Guterres por não inspirar ações viáveis e por precisar ser mais repetida — só uma voz global é insuficiente).

ALFABETISMO, CUSTO COGNITIVO E PRESSA: SEM ENTENDER, COMO SE MOBILIZAR?

Informações sobre a emergência climática voltadas à população, ao setor público e a lideranças (empresariais e comunitárias) costumam variar de formato, mas compartilham traços comuns. São densas, difíceis para não especialistas lerem. Têm texto complexo e alta carga informacional, exigindo inferências e leitura multimodal. Frequentemente, são um cópia-cola de fragmentos de estudos científicos ou políticas públicas. Ou seja, exigem o nível de alfabetismo que o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) classifica como “proficiente”:

O indivíduo proficiente, no topo da escala de alfabetismo funcional, elabora textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto. É capaz de interpretar tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis, compreendendo a representação de informação quantitativa (intervalo, escala, sistema de medidas) e reconhecendo efeitos de sentido (ênfases, distorções, tendências, projeções) (INAF, 2025b, n.p.).

A edição mais recente do INAF mostra que só 10% dos brasileiros entre 16 e 64 anos têm proficiência leitora (INAF, 2025a, p.10). Ou seja, 90% da população brasileira jovem e adulta apresenta algum grau de dificuldade para compreender plenamente as informações densas e complexas que são típicas de conteúdos informativos climáticos.



Ainda é preciso considerar demandas cognitivas inerentes à leitura, independentemente do nível de alfabetismo, tais como o uso da memória de trabalho e o custo de processamento linguístico (Perfetti, 1999). Esse custo de processamento ocorre ao nível da palavra e da frase. Quando há elementos lexicais e sintáticos complexos, o custo aumenta, mesmo entre leitores proficientes.

Por fim, a pressa e a atenção reduzida — marcas do nosso tempo — dificultam compreender a crise climática e engajar-se. Áudios e vídeos já são acelerados, mas, como a leitura ainda não tem botão 2x, resta-nos pensar em quem lê.

A leitura é cada vez mais uma varredura visual, pois as pessoas estão ocupadas, dispersas e sobrecarregadas (Rogers; Lasky-Fink, 2023). Mesmo assim, seguimos escrevendo textos como se as pessoas fossem ler tudo, do início ao fim, sem varrer a tela em busca do conteúdo que procuram. Doce ilusão.

BARREIRAS LEXICAIS E SINTÁTICAS: LINGUAGEM DIFÍCIL MOBILIZA QUEM?

A partir da pesquisa exploratória que venho conduzindo, identifiquei dez desafios para comunicar a crise climática. Aqui, destaco os dois desafios que mais diretamente se relacionam à linguagem: (1) o vocabulário confunde ou até suaviza a gravidade do problema e (2) a sintaxe sugere incerteza onde já existe consenso.

Vocabulário: o glossário fundamental da crise climática não é autoexplicativo. Caracteriza-se pela profusão de termos técnicos, científicos ou burocráticos, siglas, jargões e fórmulas químicas. No entanto peças de comunicação tendem a ser repletas de elementos assim. Parecem supor familiaridade com o assunto altamente especializado.

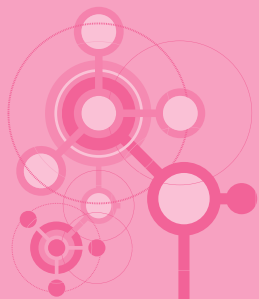
Evidências comprovam que a população de vários países tem dificuldade em compreender o sentido dos termos-chave da emergência climática (Bruin *et al.*, 2021; Wege; Bruin; Kause, 2024). No Brasil possivelmente ocorre o mesmo.

Tome-se como exemplo a expressão “combustíveis fósseis”. Por que não dizer logo “petróleo, gás natural e carvão”? Aliás, “gás natural” costuma ser associado a algo positivo, justamente por ser “natural”. Já palavras como “emissões”, “gases de efeito estufa”, “mitigação”, “adaptação” e “resiliência” exigem explicação, mas raramente as peças de comunicação explicam.

Mesmo siglas e fórmulas químicas como gases de efeito estufa, CO₂ (gás carbônico) e CH₄ (metano) são frequentemente tratadas como triviais, mas não são. O problema das siglas se agrava quando entram em cena as em inglês, como Greenhouse Gases ou Nationally Determined Contribution. Para quem não é do ramo, essas abreviações só aumentam a barreira.

Há ainda palavras que carregam sentidos de outros contextos, como “energia” e “carbono”: têm vários significados possíveis. E o que dizer do onipresente termo “antrópico”? O que impede substituí-lo por um termo mais claro, como “ação humana”?

Ri por dentro ao ver o premiê espanhol Pedro Sánchez interromper a ministra Sara Aagesen durante reunião de crise em abril de 2025, após o maior apagão da história do país. Diante de termos técnicos como “energia síncrona” e “ciclo combinado”, ele pediu: “Sara, por favor, fale com a gente em espanhol para podermos entender”. Se mais líderes dessem puxões de orelha assim, a comunicação climática avançaria bastante (Palomera, 2025).



Sintaxe: a estrutura sintática de textos sobre a emergência climática pode transmitir uma falsa sensação de incerteza. Verbos no futuro, no modo subjuntivo, e o uso reiterado de construções condicionais são tão comuns quanto problemáticos. Esse padrão sintático sugere que os riscos climáticos ainda estão por se confirmar, mesmo já havendo consenso científico. Quer um exemplo? “Quando os polos derreterem, o nível do mar aumentará mais ainda”. O derretimento dos polos já está em curso e vem se somando à expansão resultante do aquecimento.

Outra característica da comunicação climática é o uso reiterado de construções condicionais (“se..., então”). Estabelece-se uma relação entre antecedente (“se”) e consequente (“então”), exigindo representar mentalmente realidades não percebidas no presente. Trata-se de uma operação cognitiva pouco trivial, pois antecedente e consequente são hipóteses. Considere a frase: “se um percentual grande da Amazônia for desmatado, o processo de savanização será irreversível”. Esse tipo de construção reforça a ideia de que se trata de hipótese, e não de projeção baseada em modelos.

A grande incidência de condicionais na comunicação climática alimenta a impressão de incerteza quando, na verdade, a maioria dos cenários descritos já está em curso. Trata-se de uma recorrência excessiva que pode confundir, atrasar o senso de urgência e dificultar o engajamento.

As barreiras lexicais e sintáticas aqui apresentadas podem ser reduzidas com o uso da Linguagem Simples. A finalidade da técnica é tornar a comunicação mais clara, acessível e eficiente, como veremos a seguir, na conclusão deste trabalho.

LINGUAGEM SIMPLES NA CRISE CLIMÁTICA: COMUNICAR PARA ENGAJAR

Explorei algumas dificuldades para mobilizar a sociedade diante da emergência climática, considerando diferentes aspectos. Agora, finalizo lançando uma possibilidade sobre como a técnica Linguagem Simples pode contribuir para o comunicar que engaja. A definição oficial de Linguagem Simples consta da norma ABNT NBR ISO 24495-1:

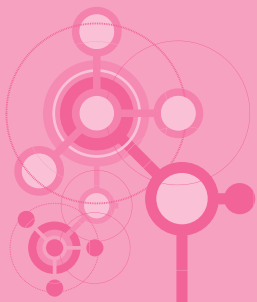
Comunicação em que o texto, a estrutura e o design são tão claros que os leitores a que se destinam conseguem, com facilidade:

- encontrar o que precisam,
- entender o que encontram, e
- utilizar essa informação (ABNT, 2024, p. 2).

Uma comunicação em Linguagem Simples prioriza as necessidades do leitor. Oferece uma estratégia empática para enfrentar barreiras cognitivas e a pressa do cotidiano, especialmente em temas complexos como as mudanças climáticas.

Sugere que autores se coloquem no lugar dos leitores, antecipando possíveis dúvidas. Propõe moldar a mensagem para atender às necessidades informacionais e expectativas dos leitores. A meta é apresentar informações relevantes, localizáveis, compreensíveis e úteis para a tomada de decisão, contribuindo para melhor compreensão e estimulando a ação.

A frase abaixo, retirada de uma cartilha sobre plano de adaptação em favelas cariocas, poderia se beneficiar de uma revisão em Linguagem Simples:



Para estarmos prontos para emergências climáticas e ambientais precisamos criar uma cultura de risco, que trabalhe em diálogo com os conhecimentos ambientais e os acontecimentos climáticos, capacitando comunidades a antecipar e a reagir a eventos extremos de forma organizada e eficiente, dentro das condições possíveis, seguindo as orientações do poder público e das lideranças locais (Coalizão Clima de Mudança, 2024, p. 15).

Uma possível reescrita da frase seria: a emergência climática nos obriga a viver com ainda mais riscos. Precisamos lidar com os eventos extremos de forma organizada e eficiente, dentro do possível. Temos que seguir o que especialistas, governos e lideranças locais orientam

A Linguagem Simples tem presença crescente no setor público brasileiro desde 2018. Há leis estaduais e municipais, recomendações, normas internas e políticas institucionais, como o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples (Brasil, 2023). As diversas iniciativas, aliadas ao reconhecimento internacional, posicionam o Brasil como referência no movimento global pela facilitação das informações de interesse coletivo.

Estimo que haja pelo menos 2.000 profissionais engajados com a Linguagem Simples no Brasil. Cheguei a esse número com base em conversas com gestoras da Rede Linguagem Simples Brasil e do LS Lab, que juntos reúnem mais de duas mil pessoas. Também considere os inscritos nos grupos do InovaGov dedicados ao tema, ajustando o total para possíveis duplicidades.

O número expressivo de profissionais engajados com Linguagem Simples abre espaço para criar frentes de colaboração multidisciplinar. Esses grupos podem reunir especialistas de diversas áreas: ciências do clima, geologia, políticas públicas, urbanismo, ciências sociais, ciências comportamentais, psicologia, jornalismo e marketing, entre outras. O objetivo seria testar novos formatos de comunicação climática que reforcem o senso de urgência e ampliem o engajamento social.

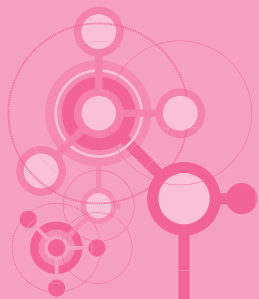
Ao unir esforços, teremos maiores chances de enfrentar a “ignorância informada” mencionada no início deste texto. Assim, poderemos ajudar mais pessoas a despertar do sonambulismo climático e ampliar a mobilização por uma vida melhor — para si, para quem amam e para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR ISO 24495-1:2023: linguagem simples: parte 1: vocabulário*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/pnm.aspx?Q=RW1ucG5GWVJKZjM3ROdJSjMwTXBwVytrYy9iQnZLOTVmQXVTQkJXNlRwQTO=>. Acesso em: 20 maio 2025.

BATISTA, E. L. Parcela de brasileiros que nega risco das mudanças climáticas cresce para 9%, mostra Datafolha. *Folha de São Paulo*, 1º maio 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/05/parcela-de-brasileiros-que-nega-risco-das-mudancas-climaticas-cresce-para-9-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Pacto nacional do judiciário pela linguagem simples*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/11/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.



BRUIN, W. B. *et al.* Public understanding of climate change terminology. *Climatic Change*, Dordrecht, v. 167, n. 37, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10584-021-03183-0>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-021-03183-0>. Acesso em: 1 jun. 2025.

COALIZÃO CLIMA DE MUDANÇA (org.). *O que queremos no plano de adaptação antes do próximo verão*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1RhYMAChu_Bj9pWyE83o8b8QH6Xy23DR9/view. Acesso em: 10 out. 2025.

FENTON, D. Climate change: a communication failure. In: FENTON, D. *The activist's media handbook: lessons from fifty years as a progressive agitator*. New York: Routledge, 2022. p. 221-231. Disponível em: <https://davidfentonactivist.com/wp-content/uploads/2024/12/Activist-Climate-Chapter-David-Fenton.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

HANSEN, J. *et al.* Target atmospheric CO₂: where should humanity aim? *The Open Atmospheric Science Journal*, New York, v. 2, p. 217-231, 2008. DOI: 10.2174/1874282300802010217. Disponível em: <https://benthamopen.com/ABSTRACT/TOASCJ-2-217>. Acesso em: 25 maio 2025.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL (INAF). *INAF 2024: legado e futuro do alfabetismo funcional*. São Paulo: INAF, 2025a. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/dados-inaf-2024.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL (INAF). *Funcionalmente alfabetizado: nível proficiente*. São Paulo: INAF, 2025b. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/nivel-proficiente/>. Acesso em: 10 out. 2025.

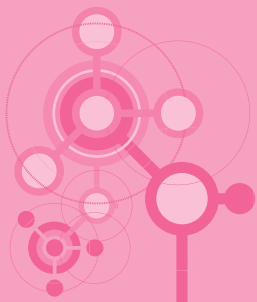
LAKOFF, G. Why it matters how we frame the environment. *Environmental Communication*, v. 4, n. 1, p. 70-81, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/17524030903529749>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17524030903529749>. Acesso em: 15 maio 2025.

LATOUR, B. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: Ubu, 2020.

CLIMATE NASA. 2025. Disponível em: <https://climate.nasa.gov>. Acesso em: 30 maio 2025.

GUTERRES, A. Secretary-General's opening remarks at press conference on climate. *United Nations*, 2023a. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2023-07-27/secretary-generals-opening-remarks-press-conference-climate>. Acesso em: 1 jun. 2025.

GUTERRES, A. Secretary-General's opening remarks at the Climate Ambition Summit. *United Nations*, 2023b. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2023-09-20/secretary-generals-opening-remarks-the-climate-ambition-summit>. Acesso em: 1 jun. 2025.



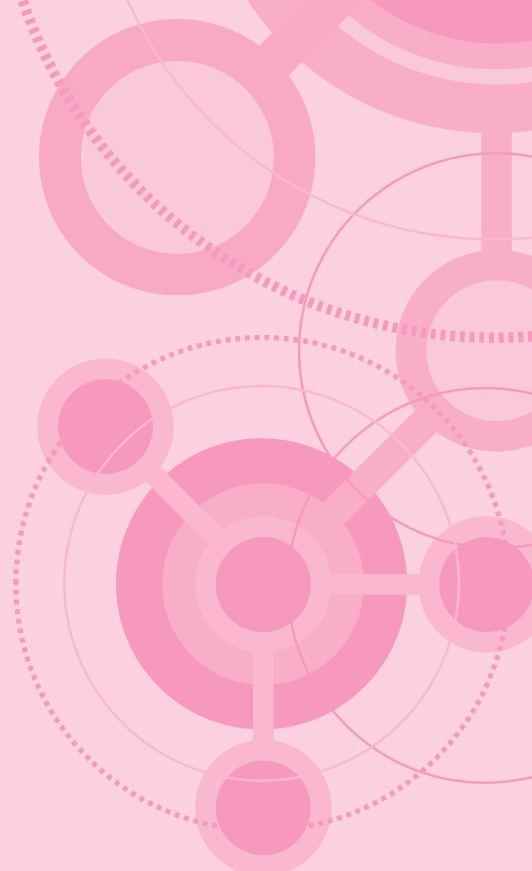
PALOMERA, E. Sánchez, a Aagesen en las horas críticas del apagón: “Sara, hablemos en castellano”. *elDiario.es*, 3 maio 2025. Disponível em: https://www.eldiario.es/politica/sanchez-aagesen-horas-criticas-apagon-sara-hablemos-castellano_1_12266615.html. Acesso em: 10 out. 2025.

PERFETTI, C. A. Comprehending written language: a blueprint of the reader. In: BROWN, C. M.; HAGOORT, P. (ed.). *The neurocognition of language*. [S. l.]: Oxford University Press, 1999.

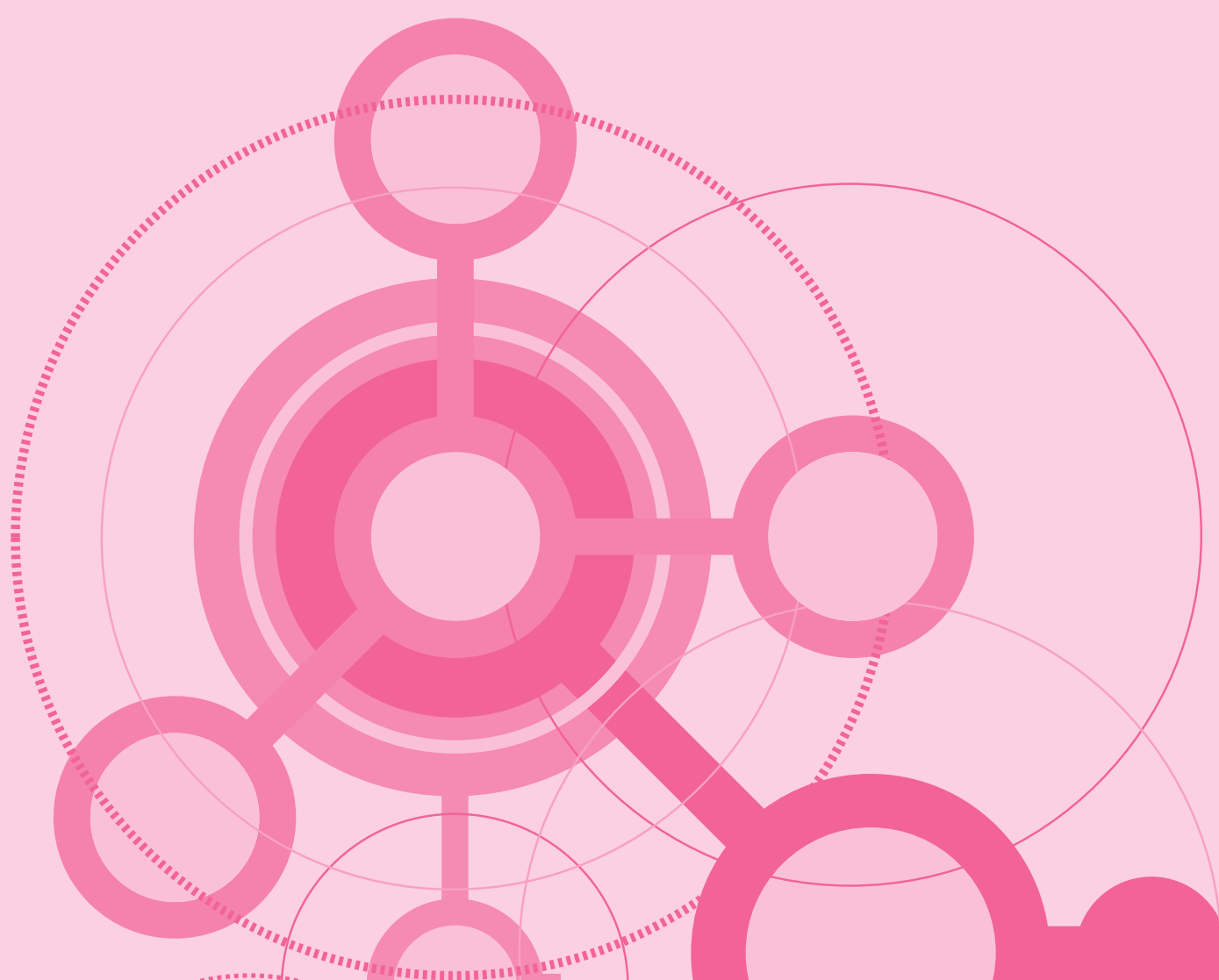
ROGERS, T.; LASKY-FINK, J. *Writing for busy readers: communicate more effectively in the real world*. Nova York: Dutton, 2023.

WEGE, L.; BRUIN, W. B.; KAUSE, A. Public understanding of climate change terminology in Germany. *Climatic Change, Germany*, v. 177, p. 81, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10584-024-03725-2>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-024-03725-2>. Acesso em: 25 maio 2025.

Artigo recebido em 03/06/2025 e aprovado em 22/09/2025.



RESENHA





CAROLINA FRAZON TERRA E JOÃO FRANCISCO RAPOSO

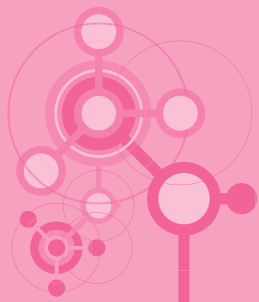
Tópicos avançados em comunicação: Para entender as relações públicas e a comunicação contemporâneas reflexões e tendências

Freitas Bastos, 2025



Ana Elizabeth Lima Vasconcelos

- Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
- Mestre em Comunicação e Mercado.
- E-mail: ana.limavasconcelos@usp.br
- ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8267-5880>



O futuro do presente nas relações públicas: tendências, linguagens e tecnologias

The future of the present in public relations: trends, languages, and technologies

El futuro del presente en las relaciones públicas: tendencias, lenguajes y tecnologías

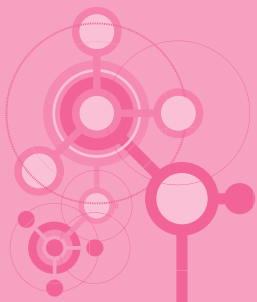
Conhecidos pela parceria nos estudos estratégicos da comunicação organizacional, Carolina Frazon Terra e João Francisco Raposo brindam acadêmicos e profissionais da área com o livro *Tópicos avançados em comunicação: para entender as relações públicas e a comunicação contemporânea, reflexões e tendências*. Lançada em 6 de maio, a obra aborda as práticas atuais das Relações Públicas na sociedade digital, refletindo sobre os acontecimentos à medida que ocorrem. Ao lançar luz sobre os desafios da comunicação nas organizações hoje, ela convida profissionais e instituições a repensar conceitos tradicionais diante das transformações trazidas pela era digital.

João Francisco Raposo é doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, pesquisador do Grupo COM+ e especialista em comunicação corporativa e Relações Públicas, com atuação no Brasil e no exterior. Carolina Frazon Terra é uma das principais referências em comunicação organizacional e Relações Públicas no Brasil. Pós-doutora, doutora e mestre pela ECA-USP, é autora de seis livros e diversos capítulos sobre comunicação digital.

Em vez de se apoiarem apenas em teorias consagradas, os autores constroem um panorama da comunicação organizacional contemporânea a partir de suas vivências acadêmicas e profissionais, oferecendo uma leitura situada e experiencial das dinâmicas do campo. Essa escolha metodológica confere à obra agilidade e pertinência, situando-a no *hic et nunc* — ou seja, na concretude do presente e na valorização do momento atual. Tal momento é marcado por estratégias comunicacionais, conectividade e cultura da instantaneidade, que avançam em uma velocidade sem precedentes na história, fato que traz consequências para as organizações e para a sociedade.

Para Couldry e Hepp (2020, p. 143),

Os dispositivos midiáticos são uma das mais vívidas corporificações do impulso para a conectividade obrigatória e para a vida 24/7. No Japão, as regras de resposta instantânea em torno da plataforma de amizade Mixi levaram a “cultura da instantaneidade” e o princípio da conectividade constante (encontrada em muitas culturas atualmente) a um patamar elevado de intensidade e, conseqüentemente, muitos jovens dormem com seus smartphones ligados sob o travesseiro.



Um dos principais méritos da obra é articular a leitura do presente com a projeção de cenários futuros. Ao valorizar a própria experiência, os autores oferecem uma contribuição relevante tanto para o debate acadêmico quanto para a prática profissional em um contexto de rápidas transformações.

O livro se inicia com o capítulo “A Assessoria de Imprensa Morreu?”, que explora a evolução das funções da assessoria na era digital. Os autores apresentam sete estratégias atuais — como *branded content*, *newsjacking* e *brand publishing* — e discutem transformações como a ascensão dos influenciadores e a dependência das plataformas digitais, revelando um cenário dinâmico e em constante reinvenção. Nesse sentido, Terra e Raposo dialogam com Saad (2023), que ressalta o quanto a comunicação nas organizações foi impactada pelo fenômeno da plataformização:

Tem-se claro nos recentes estudos do campo das Ciências da Comunicação que a presença das plataformas sociais digitais no cotidiano social é intensa e dominante. É difícil considerar a web contemporânea sem a presença das Big Techs, notadamente Google, Meta, Apple, Microsoft, Twitter. Também se tem claro que a esfera pública de nossa sociedade está ancorada no hibridismo das ambiências — conforme indicamos em itens anteriores — que acabam por ser a porta de entrada dos públicos no universo da digitalização dos conteúdos noticiosos, informativos em geral e das marcas em particular (Saad, 2023, p. 24).

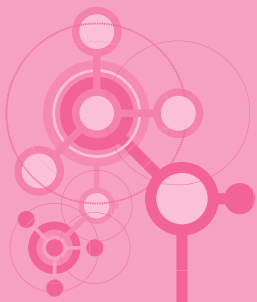
O segundo capítulo, “Crises e Cancelamento Digital”, fundamenta-se em autores como Martha Gabriel e Wilson da Costa Bueno para discutir situações que comprometem a reputação organizacional. Terra e Raposo relembram crises emblemáticas de marcas como Coca-Cola, Volkswagen e Burger King, destacando como a velocidade dos desdobramentos na era digital aumenta a vulnerabilidade das organizações.

Influenciadores virtuais e internos, *C-level influencers* e *creator economy* são temas do terceiro capítulo, que responde basicamente a uma questão central: como as marcas estão atuando para se tornar influenciadoras?

Essa abordagem se mostra alinhada com o relatório *The Creator Revolution*, que apresenta os resultados de uma pesquisa global sobre as características demográficas, sociais e econômicas dos criadores digitais, realizada em 2023. O relatório aponta uma estimativa de aproximadamente 362 milhões de criadores de conteúdo nos vinte países analisados. No Brasil, são cerca de 40 milhões de produtores de conteúdo, tornando o marketing de influência uma peça-chave para o sucesso empresarial (Florida, 2023).

O quarto capítulo aborda como os algoritmos “trabalham” na nova realidade virtual, aproveitando-se do imediatismo, da agilidade e da interatividade das plataformas para transformar o *modus operandi* das organizações.

O quinto capítulo traz as tecnologias emergentes utilizadas ou observadas pelas organizações. Nesse ponto, os autores assumem o risco de abordar tendências tecnológicas voláteis e talvez passageiras, como é o caso do metaverso, dos games e dos *non-fungible tokens* como estratégias de marca, mas dignas de análise e registro. Nesses aspectos, vale retomar o pensamento do historiador e autor israelense Yuval Noah Harari (2016, p. 332-333), segundo o qual: “a tecnologia do século XXI pode capacitar os algoritmos a serem ‘hackers da humanidade’ e a me conhecerem muito melhor do que eu conheço a mim mesmo”. Para Harari (2016), os algoritmos estão se tornando a principal força de decisão e autoridade em nossas vidas, superando tanto a centralidade da mente humana quanto o livre-arbítrio individual, pilares do humanismo moderno. As novas tecnologias do século XXI podem, assim, reverter a revolução humanista, destituindo humanos de sua autoridade e passando o poder a algoritmos não humanos (Harari, 2016).



Ao usar inteligência artificial, *bots*, metaverso e outras automações para tecer suas estratégias, as organizações demonstram o quanto já compreenderam e incorporaram o poder dos algoritmos.

Embora os autores não explicitem a intenção de vínculo metodológico com Hartmut Rosa, pode-se inferir que a discussão sobre o tempo — sua aceleração, velocidade e efemeridade — fundamenta epistemologicamente a forma como as organizações se estruturam e buscam diferenciais no contexto digital. A operação organizacional no ambiente digital reflete uma compreensão do ritmo do tempo, marcado pela instantaneidade e pela necessidade de respostas rápidas, aspectos centrais nas teorias de aceleração social de Rosa.

Rosa (2019) explica a aceleração social por meio de três dimensões fenomenológicas: a *aceleração técnica*, que se refere ao aumento da velocidade em processos como comunicação e produção, buscando suprimir o tempo pelo espaço e pela automação; a *aceleração das mudanças sociais*, que trata da velocidade com que práticas, orientações de ação, estruturas associativas e modelos de relação se modificam; e a *aceleração do ritmo da vida*, que diz respeito ao aumento do número de ações e experiências por unidade de tempo, o que gera a percepção de ausência de tempo na vida cotidiana. Sociedades modernas se estabilizam por meio do movimento constante, e sua estrutura depende da dinâmica contínua (Rosa, 2019). Assim como a bicicleta: se parar, cai.

Em contraponto ao estado de extrema aceleração, Rosa apresenta as categorias de inércia. Na comunicação organizacional contemporânea, seriam as dimensões fenomenológicas da aceleração neutralizadas pelas categorias de inércia? Rosa afirma que nenhuma delas é capaz de deter a dinâmica aceleratória da modernidade tardia. Vejamos.

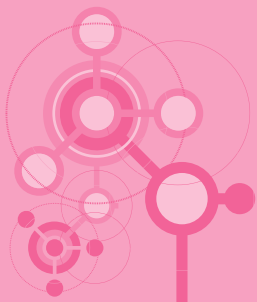
A primeira categoria de inércia refere-se aos limites naturais da velocidade humana — biológicos e químicos (Prior; Teruel, 2021, p. 47). Terra e Raposo mostram como as organizações, ao adotarem inteligência artificial, *chatbots* e ferramentas generativas, ultrapassam esses limites humanos, operando em tempo real. O robô é soberano diante das limitações do corpo humano, mas o fato de que, com isso, teremos tempo livre parece ser uma falácia.

Se o tempo livre resultante da maior tecnologização dos processos é preenchido por mais tarefas — ainda que elas levem consideravelmente menos tempo do que os processos anteriores à chegada da tecnologia —, a percepção de que o ritmo de vida está mais acelerado é a consequência. (Silveira; Lima, 2023, P. 10)

A segunda categoria diz respeito às ilhas de desaceleração (Prior; Teruel, 2021, p. 47). Em tempos de plataformização, dataficação e algoritmos sofisticados e cada vez mais assertivos, essas ilhas são praticamente inexistentes, pelo menos enquanto estivermos com qualquer aparelho ligado à internet.

Outra categoria assinalada por Rosa é a lentificação, que é uma disfunção da aceleração da vida moderna, causando a exclusão de pessoas que não acompanham a sociedade moderna (Prior; Teruel, 2021, p. 47). Essa categoria pode ser percebida em declínio, uma vez que as marcas usam estratégias para seguir seus consumidores onde quer que eles estejam, sem deixá-los escapar. No capítulo 5, Terra e Raposo demonstram como metaverso, realidade virtual e realidade aumentada possibilitam a experiência imersiva do usuário por meio de artefatos tecnológicos. No metaverso, é possível encontrar, por exemplo, lojas virtuais, salas de aula, avatares e comunidades (Terra; Raposo, 2025).

Na categoria seguinte, Rosa (2019) cita a desaceleração intencional, encampada por movimentos que negam a aceleração, e utiliza Marx para argumentar que o capitalismo não dá trégua e não permite pausas às organizações.



Por fim, a categoria enrijecimento estrutural e cultural é abordada por Rosa (2019, p. 604) como sendo “uma categoria paradoxal onde o alto grau aceleratório leva a uma rigidez estrutural e cultural, que impede mudanças e cristaliza movimentos contemporâneos”. Terra e Raposo encerram falando sobre intoxicação, ou seja, o excesso tóxico de tudo, que nos remete à *Sociedade do cansaço*, de Byung-Chul Han (2015).

Apesar da volatilidade das novas tecnologias e da efemeridade das estratégias organizacionais, o livro registra as ações das Relações Públicas no século XXI, tornando-se leitura obrigatória para compreender o presente e vislumbrar o futuro da comunicação. Terra e Raposo tornam mais claro o percurso vertiginoso da comunicação nas organizações, abrindo espaço para futuras pesquisas. A obra reúne, com propriedade, exemplos e reflexões que compõem um mosaico das práticas contemporâneas de Relações Públicas, oferecendo ao leitor uma visão panorâmica, como também uma janela telescópica do que está por vir.

REFERÊNCIAS

COULDRY, N.; HEPP, A. *A construção mediada da realidade*. São Leopoldo: Unisinos, 2020.

FLORIDA, R.; FLORIDA, R.; GABE, T.; GOLDWAY, A.; BLOCK, M. *The creator revolution: results from a global survey*. [S. l.]: Creative Class Group, 2023. Disponível em: <https://creativeclass.com/reports/The-Creator-Revolution.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. São Paulo: Vozes, 2015.

HARARI, Y. N. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PRIOR, H.; TERUEL, C. Contribuições da teoria da aceleração social do tempo para os estudos em jornalismo. *Novos Olhares*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 42-51, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2021.174442>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/174442>. Acesso em: 13 maio 2025.

ROSA, H. *Aceleração: as mudanças nas estruturas sociais da modernidade*. São Paulo: EdUnesp, 2019.

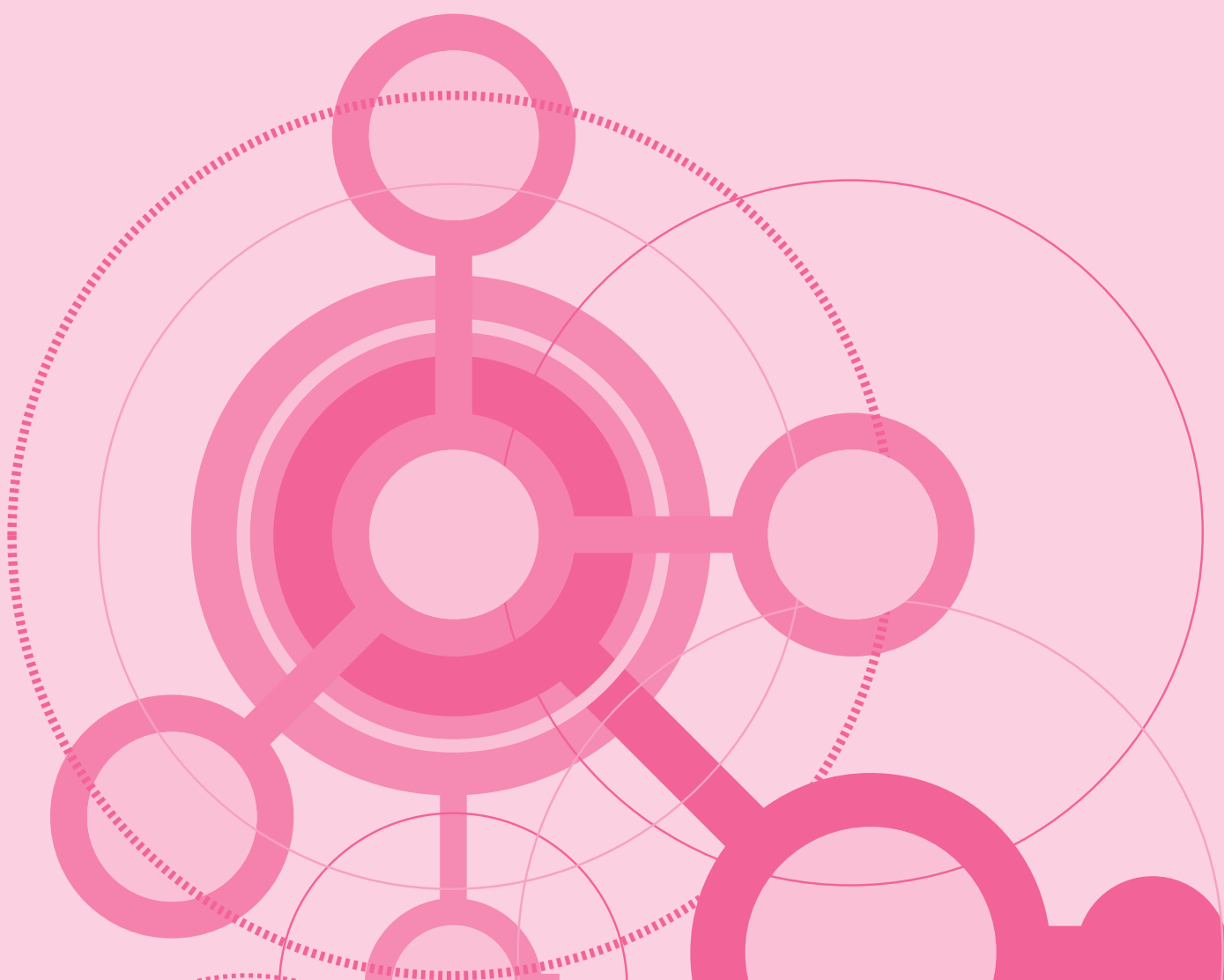
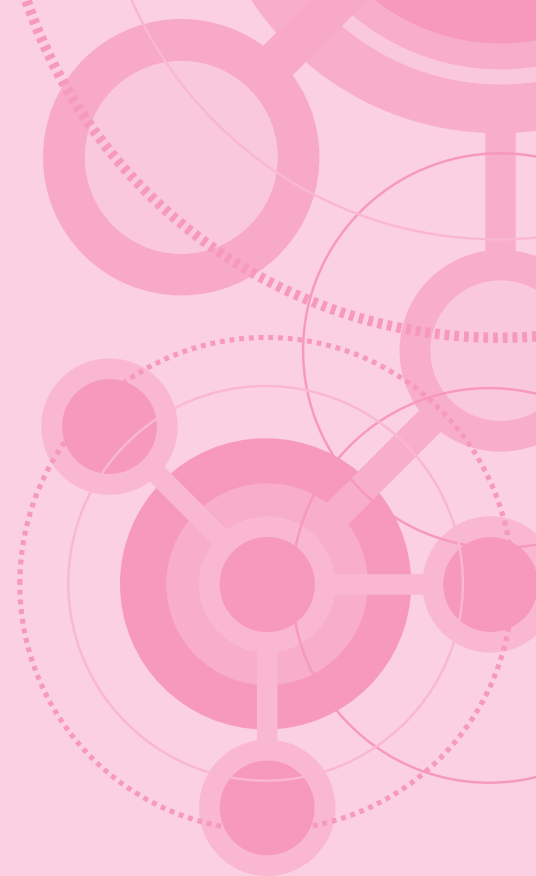
SAAD, E. Comunicação organizacional contemporânea: o paradigma da digitalização. *Paulus: Revista de Comunicação da FAPCOM*, São Paulo, v. 6, n. 12, 2023. DOI: 10.31657/rcp.v6i12.631. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/631>. Acesso em: 13 maio 2025.

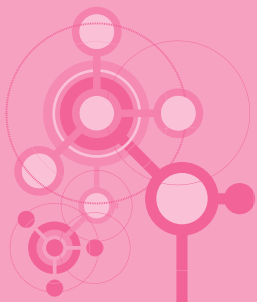
SILVEIRA, S. C. da; LIMA, J. F. C. O slow journalism como resposta à aceleração social. *International Journal of Knowledge Engineering and Management*, Florianópolis, v. 12, n. 33, p. 1-23, 2023. DOI: 1029327. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ijkem/article/view/103379/58321>. Acesso em: 13 maio 2025.

TERRA, C. F.; RAPOSO, J. F. *Tópicos avançados em comunicação: para entender as relações públicas e a comunicação contemporânea, reflexões e tendências*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025.

Artigo recebido em 15/05/2025 e aprovado em 22/09//2025.

ESPAÇO ₃ ABERTO





Explorar la comunicación organizacional en América Latina desde las trayectorias de las personas académicas

Explorando a comunicação organizacional na América Latina a partir das trajetórias das pessoas acadêmicas

Exploring Organizational communication in Latin America through the trajectories of academic professionals



Griselda Guillén Ojeda

- Profesora-investigadora de la Facultad de Ciencias Administrativas, Sociales e Ingeniería, de la Universidad Autónoma de Baja California
- Su investigación es en comunicación organizacional, conformación de gremio y género en las organizaciones
- E-mail: griseldaguillen@uabc.edu.mx
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3770-4859>



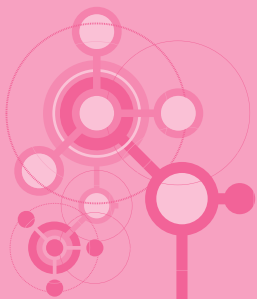
Luis Aguilar Ramirez

- Doctor en Ciencias Políticas y Sociales
- Su investigación aborda la comunicación organizacional desde perspectivas latinoamericanas, biología del conocer, fenomenología y tecnología emergente
- Es profesor de cátedra en el Tecnológico de Monterrey (México)
- E-mail: l_aguilaramirez@yahoo.com.mx
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0499-7250>



Consuelo Vasquez

- Profesora titular en la Facultad de comunicación de la Université du Québec à Montréal (Canadá)
- Su investigación explora la comunicación constitutiva de la organización mediante métodos etnográficos
- Es co-fundadora de la RedLACo e investigadora principal del proyecto “Mapeado la comunicación organizacional en América Latina: una perspectiva decolonial”
- E-mail: vasquez.consuelo@uqam.ca
- ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3904-9878>



RESUMEN

Este artículo explora la relación entre la trayectoria académica en comunicación organizacional de las personas investigadoras latinoamericanas y la manera en la cual ellas se definen como expertas en esta área y definen este campo de estudio. Para ello entrevistaron 22 personas académicas de 11 países de América Latina. El análisis arrojó tres grandes temas: el carácter accidental del recorrido en comunicación organizacional, el mestizaje referencial y el universo semántico fragmentado del campo.

PALABRAS CLAVE: CAMPO ACADÉMICO • COMUNICACIÓN ORGANIZACIONAL • PERSONA ACADÉMICA • AMÉRICA-LATINA.

RESUMO

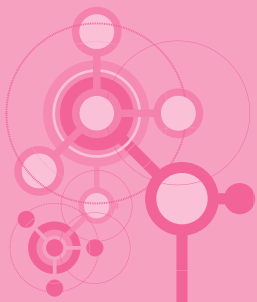
Este artigo explora a relação entre a trajetória acadêmica em comunicação organizacional dos pesquisadores latino-americanos e a maneira como eles se definem como especialistas nessa área e definem esse campo de estudo. Para isso, foram entrevistados 22 acadêmicos de 11 países da América Latina. A análise revelou três grandes temas: o caráter accidental da trajetória em comunicação organizacional, a mistura referencial e o universo semântico fragmentado do campo.

PALAVRAS-CHAVE: CAMPO ACADÊMICO • COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL • PESSOA ACADÊMICA • AMÉRICA LATINA.

ABSTRACT

This article explores the relationship between the academic trajectories of Latin American researchers in organizational communication and the ways in which they define themselves as specialists in this field and conceptualize the field itself. To this end, 22 academics from 11 Latin American countries were interviewed. The analysis revealed three main themes: the accidental nature of career paths in organizational communication, the referential hybridity, and the fragmented semantic universe of the field.

KEYWORDS: ACADEMIC FIELD • ORGANIZATIONAL COMMUNICATION • ACADEMIC PROFESSIONAL • LATIN AMERICA.



INTRODUCCIÓN

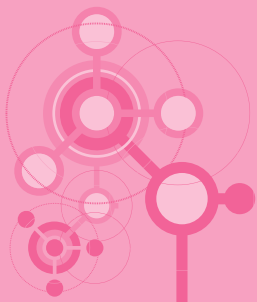
En las últimas décadas se ha visto un renovado interés en la academia por sistematizar e interrogar el campo de la comunicación organizacional (CO) latinoamericana mediante estudios bibliométricos y empíricos (p. ej., Ojeda; Padilla; Velázquez, 2017; García-Macías *et al.*, 2018) o reflexiones conceptuales (p. ej., Contreras Delgado; Garibay Rendón, 2020; Urbiola Solís; Levin Kosberg, 2018). Estos trabajos destacan una cierta institucionalización, así como una creciente distinción disciplinaria y una búsqueda de diferenciación regional. A pesar de estos signos de consolidación, estos estudios denotan también una cierta fragilidad del campo, que se manifiesta por ejemplo en la disparidad en las maneras de definirlo (Donoso *et al.*, 2023; García-Macías *et al.*, 2018), una persistente tendencia a adoptar marcos teóricos y conceptos provenientes de Estados Unidos y Europa, así como la dominancia de perspectivas sistémicas funcionalistas que responden a definiciones instrumentales y más tradicionales de la CO (Castillo *et al.*, 2022).

El retrato de la CO en América Latina que nos ofrecen estos trabajos esboza los contornos del campo desde una postura que hemos catalogado de “desde arriba hacia abajo”, pues en ellos prima la teoría por sobre las prácticas que constituyen dicho campo, descontextualizando así los resultados y/o las reflexiones (Vásquez *et al.*, 2022). Proponemos adoptar en cambio una postura “desde abajo hacia arriba” para considerar las percepciones y prácticas de las personas investigadoras latinoamericanas especialistas en CO (Vásquez *et al.*, 2022). Queremos así dar tribuna a un grupo clave de actores que contribuye al desarrollo y consolidación del campo de la CO latinoamericana atendiendo a sus experiencias y trayectorias laborales. Nos interesa particularmente explorar la relación recursiva entre la trayectoria académica en CO de las personas investigadoras latinoamericanas — ¿cómo llegaron a interesarse en el tema? ¿cómo y en qué contexto lo han desarrollado desde entonces? — y la manera en la cual valoran este campo de estudio como parte de su identidad profesional. Esto nos lleva a establecer dos premisas que sirven de base a nuestra investigación: (a) La manera en que se define un campo académico/objeto de estudio está vinculado a las trayectorias de las personas académicas que constituyen ese campo y construyen ese objeto de estudio. (b) Así mismo, la valoración de ese campo participa en la construcción de la identidad profesional de las personas académicas.

El estudio que llevamos a cabo y que presentamos en este artículo se basa en el análisis de entrevistas con 22 personas académicas de 11 países de América Latina¹. Los resultados de esta investigación muestran que la definición del campo de la CO en América Latina y la de las personas investigadoras que lo constituyen, están marcadas por una búsqueda de legitimación que se explica por la juventud del campo, su posición marginal y subalterna, así como la precariedad de la labor docente y de investigación. A pesar de las dificultades y complejidades asociadas a ello, los resultados permiten destacar oportunidades de desarrollo y consolidación del campo en las luchas por ser reconocido y en la aceptación de la diversidad de recorridos, nomenclaturas, perspectivas y orientaciones.

En lo que sigue desarrollamos el marco teórico a partir de las nociones de campo académico y de trayectoria e identidad profesional. Luego presentamos la metodología. Siguen los resultados que organizamos en función de tres grandes temas: a) el carácter accidental del recorrido de las personas académicas en CO, b) el mestizaje referencial, resultante de trayectorias poco ortodoxas e híbridas y, c) el universo semántico fragmentado. Concluimos con una breve discusión de los resultados.

¹ Notemos que este estudio se enmarca en un programa de investigación cuyo objetivo es mapear la producción académica latinoamericana en CO (Vásquez y Rabello de Lima, en edición). La metodología usada es mixta y se declina en varias etapas, una de ellas fueron las entrevistas cualitativas movilizadas en este artículo.



MARCO TEÓRICO

SOBRE LA NOCIÓN DE CAMPO

La noción de campo desarrollada por Pierre Bourdieu (1984) describe un mundo social diferenciado en el que existen regiones específicas que no pueden reducirse a las estructuras generales de la sociedad de la que forman parte. Se entiende entonces el campo como un espacio de posiciones estructuradas y estructurantes, esto es, el campo influye en los agentes participantes, y al mismo tiempo los agentes influyen en el campo, que además compiten por un objeto en juego en base a unas reglas determinadas.

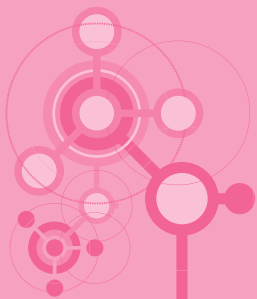
El concepto de agente, lo define Bourdieu como individuos reconocidos por sus pares, capaces de desvincularse de intereses externos, apreciar el valor de lo interno y actuar conforme a normas, para hacer lo que, como agentes de ese campo, sólo ellos son capaces de hacer. Por lo anterior, concebimos la CO como un espacio de juego en el que los agentes (investigadoras, investigadores y docentes expertos en CO) tienen como razón de ser la producción de conocimiento sobre CO. Estos agentes, producen conocimiento con base a las reglas del campo que corresponden a las normativas en las que se enmarca la producción de conocimiento.

Existen pues condiciones más o menos formalizadas para entrar y existir en un campo (Pinto, 2002), para este caso el de la CO. Estas condiciones de existencia son las que buscamos interrogar a través de la relación entre la institucionalización del campo académico de la CO, las trayectorias y las identidades profesionales de sus agentes.

EL CAMPO DE LA CO EN AMÉRICA LATINA

El estatus de campo académico de la comunicación, y por ende de la CO, es más bien ambiguo y sujeto a debate. Kane (2010) menciona, por ejemplo, la búsqueda de reconocimiento y de legitimación de la comunicación como una disciplina en vías de desarrollo, lo que él llama una *quasi-disciplina*. A esto agrega la disparidad de objetos, problemáticas y paradigmas que atentan contra el ideal unificador que se espera de una disciplina; argumento compartido por Craig (1999) quien sostiene que la comunicación no existe como un campo de estudio coherente. Según estos autores, la juventud y fragmentación de los estudios en comunicación subrayan la necesidad de una doble institucionalización (cognitiva y social) y la preservación de un diálogo que permita reunir perspectivas diversas sin establecer una visión totalizadora. Para Craig y Carlone (1998), los debates sobre el estatus de los estudios de comunicación están relacionados con el crecimiento y la transformación del campo.

Estos desafíos de institucionalización y reconocimiento del campo de la comunicación se encuentran también en el contexto latinoamericano (Follari, 2003; Vassallo; Fuentes, 2001). Sin embargo, toman otras proporciones por la condición subalterna de la región latinoamericana "es decir su colocación secundaria, a la vez que inferiorizada en la historia mundial" (Torrico Villanueva, 2016, p. 26). Tomando el ejemplo de México, Fuentes Navarro y Sánchez Ruiz (1989, p. 12) caracterizan los estudios de la comunicación por una triple marginalidad: "la investigación de la comunicación es marginal dentro de las ciencias sociales, éstas dentro de la investigación científica en general, y ésta última a su vez entre las prioridades del



desarrollo nacional”². Torrico Villanueva (2022) también resalta la subordinación de las ciencias sociales respecto de las ciencias naturales y formales, así como la subordinación de la comunicación, respecto de otros subcampos de las ciencias sociales como la economía o la sociología. En este esquema posiciona a la CO, como sub-campo comunicacional, por debajo de la publicidad y del periodismo.

Esta lectura crítica de la institucionalización de la comunicación latinoamericana concuerda en cierta medida con lo evidenciado por la sistematización de la producción en CO llevada a cabo en estudios bibliométricos y reflexiones conceptuales. Si bien estos estudios destacan una progresiva institucionalización del campo de la CO en América Latina (p. ej., García-Macías *et al.*, 2018), se apuntan también ciertas carencias: por ejemplo, la necesidad de mayores espacios para el diálogo entre personas académicas y también con comunicadores para la producción y reflexión en torno a la CO (Guillén; Espinosa, 2014; Kunsch, 2011), o la pluralidad de términos para definir la CO (Donoso *et al.*, 2023). De manera más consistente, estos estudios subrayan la fuerte presencia de una perspectiva funcionalista que se mantiene a pesar de atenuarse en los últimos años (Castillo *et al.*, 2022). Al respecto, Fuentes Navarro (2007, p. 55) afirma que la disparidad entre lo funcional y lo crítico, debe “ser clave central de debate y de acuerdo colectivo, intra y extra académicos, para evaluar y reorientar”. La (casi) ausencia de perspectivas críticas se convierte así en un obstáculo para el desarrollo de campo y su valoración dentro y fuera de la academia.

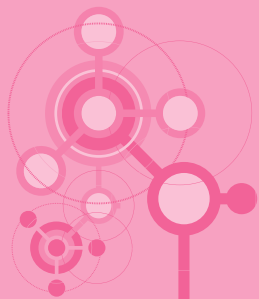
TRAYECTORIA E IDENTIDAD PROFESIONAL DE LA PERSONA ACADÉMICA LATINOAMERICANA

Las narrativas sobre la trayectoria e identidad profesional de académicos devienen en dimensiones pertinentes para comprender cómo influyen en la práctica académica, en la producción de conocimiento y en la conformación de un campo específico, como el de la CO (Vásquez, 2009; Méndez *et al.*, 2021).

Así, la trayectoria hace alusión a las oportunidades, decisiones, experiencias y aprendizajes que moldean el desarrollo de los académicos (Canales Sánchez *et al.*, 2022) y que se pueden enmarcar en tres esferas: una educativa relacionada con la obtención de grados académicos y certificaciones; una laboral, afín a las experiencias profesionales fuera del ámbito académico; y, una esfera académica, ligada a la participación en una institución, en grupos y proyectos de investigación.

En cuanto a la identidad de las personas académicas se construye en un proceso recursivo entre las trayectorias personales, las conformaciones del campo de estudio, así como su legitimación social, con lo cual se crea una valoración individual del rol, estatus y/o puesto que se ocupa, ligada a la historia personal, creencias, expectativas y tensiones vividas (Fuentes Reza *et al.*, 2020). Si bien, se puede asumir que se trata de un concepto aporético que no puede ser presentado de manera precisa y tangible, proponemos que la identidad académica fluye en torno a una autopercepción constituida en tres dimensiones: *lo que se es*, relativa a la definición de sí mismo y que puede incluir grados académicos, experiencia, reconocimientos; *a dónde se pertenece*, por ejemplo, campo de conocimiento, institución de adscripción, participación en comunidades académicas; y, *lo que se hace*, conciencia y valoración de las actividades académicas que se realizan en dichos contextos.

² Ver también: Fuentes Navarro (2007).



Las trayectorias y la construcción de la identidad profesional no son procesos lineales ni estáticos; las personas académicas e investigadoras enfrentan desafíos y tensiones en su trayectoria que pueden ser individuales, institucionales o sociales, por ejemplo, la existencia de oportunidades laborales; presiones y directrices para investigar y publicar; la conciliación entre la investigación, la docencia, actividades de gestión y la vida personal; así como las contradicciones y dificultades emanadas de la pertenencia a diversidades de género, raciales, culturales, socioeconómicas, entre otras (Cerna, 2018; Romero-Caraballo, 2019).

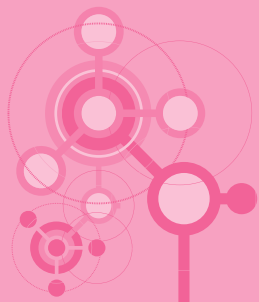
Aunque cada país tiene sus particularidades, en términos generales Latinoamérica se ha caracterizado como una región en constante tensión y polarización política y social (Rollón; García, 2019), sumergida en condiciones de pobreza, desigualdad, inseguridad y violencia que en el marco de la pandemia por Covid-19 se recrudecieron (Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2022). Todas estas condiciones de subalternidad (Torrico Villanueva, 2016) inciden de manera (in)directa en las posibilidades y formas de ejercer la docencia, la investigación y en la práctica profesional. Las personas que piensan emprender una carrera como investigadores y docentes en América Latina deben enfrentarse a diversos factores adversos como: el acceso aún restrictivo a la educación superior, la poca apertura de plazas de investigación y docencia, endeblez políticas públicas sobre ciencia y educación, entre otros fenómenos (Rueda, 2014). Estos factores tienen un impacto significativo en las trayectorias y construcción de la identidad profesional de los académicos en la región que puede ir desde la estabilidad, reconocimiento y alta reputación hacia la incertidumbre, la precariedad y el fracaso (Marroquín *et al.*, 2024).

METODOLOGÍA

La perspectiva metodológica que se adoptó en este estudio corresponde a una metodología crítica decolonial (Palumbo; Vaca, 2020), que hemos denominado “metodología crítica reflexiva” (Vásquez *et al.*, 2022), la cual reconoce el carácter socialmente construido de la investigación, la importancia del contexto para la interpretación del proceso reflexivo, y denuncia la hegemonía epistémica del norte global. Esta perspectiva se traduce en privilegiar una postura “desde abajo hacia arriba” que se centra en la construcción social del campo de la CO desde la experiencia e interpretaciones de las personas académicas latinoamericanas (Vásquez *et al.*, 2022; Castro-Gómez, 2007).

Para ello, realizamos entrevistas semi-estructuradas con 22 colegas expertos y expertas en CO de 11 países: México, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Uruguay y Venezuela. La selección de estos países se hizo en función de un estudio cuantitativo realizado previamente (Donoso *et al.*, 2023), a partir de ello, se identificaron los países que generan conocimiento en CO.

Los criterios de selección de las personas participantes fueron el género y la afiliación institucional (universidad privada y pública), puesto que ambas categorías arrojaron diferencias significativas en el estudio cuantitativo. Otro criterio fue el tener al menos 15 años de experiencia en el campo, lo cual permitía que en su narrativa hablara desde su experiencia en la comunicación organizacional. Para la categoría de género se privilegiaron las personas académicas que se identifican como mujeres, siendo esto representativo de la academia latinoamericana en CO y más globalmente de la academia en comunicación (Martins, 2017). El reclutamiento de las personas se hizo principalmente a través de la membresía de la Red Latinoamericana de Investigación en Comunicación Organizacional (RedLaco), que es una de las redes en comunicación organizacional con más de 100 personas investigadoras en el tema. Se complementó con la técnica de “bola de nieve” (Goodman, 1961), la cual consiste en pedir a las personas entrevistadas de sugerir colegas para las siguientes entrevistas.



De las 22 personas entrevistadas, 17 se identifican como mujeres y cinco como hombres. Nueve están afiliadas a una universidad privada y 13 a universidades públicas. La experiencia en el campo es de entre 10 y 40 años en el ámbito profesional o investigativo. Las entrevistas, de una duración promedio de 1 hora, se realizaron por *Zoom* o *Whatsapp*, en castellano o en portugués, según la preferencia de la persona entrevistada.

Para el análisis de datos cada entrevista se transcribió en su integralidad, dando un total de 616 páginas de transcripción. Optamos por un análisis temático inspirado de las seis fases propuestas por Braun y Clarke (2006): a) familiarización con los datos; b) generación de categorías o códigos iniciales; c) búsqueda de temas; d) revisión de temas; e) definición y denominación de temas; f) producción del informe final. Para ello se elaboraron matrices de análisis en el programa *Excel*, que permitieron realizar cada fase propuesta por Braun y Clarke (2006) y se consideraron las características contextuales que describe cada participante de su país. Ya en las primeras fases del análisis, sobresalió el estrecho vínculo entre la manera en que las personas entrevistadas narran su trayectoria académica en CO y la definición que ellas dan de esa área de estudios. Por ello decidimos en este artículo concentrarnos en el cruce entre estos dos temas. De este análisis emergieron tres temáticas, desarrolladas en las secciones que siguen: a) el carácter accidental del recorrido de las personas académicas en CO, b) el mestizaje referencial, resultante de trayectorias poco ortodoxas e híbridas y, c) el universo semántico fragmentado y sus implicancias para la constitución del campo de la CO latinoamericana.

RESULTADOS

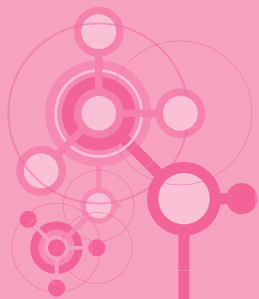
LA COMUNICACIÓN ORGANIZACIONAL, UN ACCIDENTE DE RECORRIDO

Una de las preocupaciones centrales de esta fase de la investigación — ligada a las trayectorias — ha sido la de indagar cómo incursionaron las personas entrevistadas en la CO. Un primer dato que resaltar es que, del total de veintidós, solo cuatro manifestaron tener estudios de pregrado o licenciatura específicos en dicho campo, lo cual, podría tener una explicación con lo dicho por uno de los entrevistados:

En mi formación en licenciatura, que corre del año 85 al año 90, no existía esto que hoy llamamos CO, simplemente porque no existía, o sea, no existía, no existía la demanda profesional. Y como ocurre con muchas de las historias personales y profesionales, pues nos vamos acomodando, dependiendo de nuestras necesidades, dependiendo de nuestras decisiones y también lo que podríamos llamar golpes de suerte o los fenómenos que a uno le van, se le van presentando en la vida (E15, hombre, universidad pública).

En este sentido, la mayoría coincide en que su ingreso o interés en la CO llegó de manera no planificada, inesperada o debido a coyunturas personales, institucionales o contextuales; y, aunque los relatos son diversos, una exploración general ha permitido identificar que las personas entrevistadas iniciaron su camino en dicho campo ya sea a través del curso de estudios formales de especialización, maestría o doctorado en CO, relaciones públicas o similares, e incluso en otros campos de conocimiento; o bien, a través de experiencias laborales que detonaron un interés y práctica de la CO, y en otros casos, oportunidades laborales que llevaron a involucrarse de golpe en ese campo.

Por otra parte, al profundizar en el análisis se evidencian ciertas trayectorias híbridas comunes de inducción al campo que amplían las fronteras de la CO. Estas son:



- a) La formación académica en comunicación, en CO o en otras disciplinas afines, en Latinoamérica, España y algunas en Estados Unidos, la cual apertura diversas conceptualizaciones, referencias e influencias al campo. Un ejemplo de ello es el testimonio de una entrevistada:

No tuve en principio un interés como las personas que dicen toda la vida supe que este era mi campo, el campo del organizacional; no es mi historia [...] Y cuando a mí me empezó a interesar, fue en el doctorado; hay que hacer la salvedad que yo fui formada en una escuela norteamericana, donde la CO no se restringe a la comunicación corporativa o sea, yo no, no solamente veía los problemas que son típicos en América Latina de identidad, de marca, de reputación, sino que yo veía comunicación en las organizaciones; organizaciones entendidas en el más amplio sentido de la palabra [...] (E8, mujer, universidad privada).

- b) El ejercicio previo, académico o profesional, en otros campos de la comunicación; por ejemplo, el periodismo, medios de comunicación, estudios del discurso, entre otros. Estos delinear otras preocupaciones o incluso consolidan algunas visiones sobre lo que es comunicación y lo que la CO debe atender, como se puede observar en la siguiente cita:

[...] cosa que me hizo ver la comunicación desde la perspectiva de la gestión. Es decir, empezar a entender que la comunicación no solamente es un problema o una cuestión que se puede tratar de perspectivas simbólicas [...] sino también que había que empezar a tratarla de las perspectivas de cómo se gestionaban y se tomaban decisiones estratégicas, decisiones vinculadas con la economía de los medios masivos de comunicación (E1, hombre, universidad privada).

- c) El ejercicio profesional en otras áreas o disciplinas, como la administración, consultoría, educación, el desarrollo y cambio social, entre otras, que promueven distintas miradas que extienden conceptualizaciones, problemáticas y metodologías sobre comunicación y organizaciones; como ejemplo, lo dicho por un entrevistado:

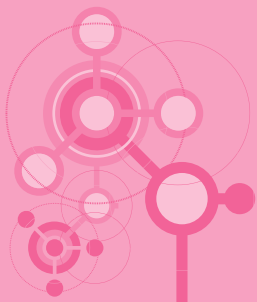
Yo vengo por un lado de una práctica larga en los años 70, 80 y entrados en los 90 de educación popular y comunicación popular [...] El interés por estudiar organizacional, nace de la práctica con sindicatos, de la práctica con las organizaciones de vecinos, organizaciones de moradas, o con campesinos. Posteriormente, en los años 90, empecé también a asesorar empresas corporativas, y empresas en general. Es en esa práctica, que mi inquietud fue naciendo en el sentido de insatisfacción con las herramientas conceptuales que encontraba. Y entonces empecé a buscar otras [...] (E18, hombre, universidad pública).

Estas trayectorias híbridas comienzan a delinear ciertos mestizajes referenciales, influencias, y dejan entrever cómo estas llevan a formar perspectivas y orientaciones sobre CO que detallamos en la sección que sigue.

UN MESTIZAJE REFERENCIAL RESULTANTE DE TRAYECTORIAS HÍBRIDAS Y POCO ORTODOXAS

Las personas entrevistadas mencionan las influencias de autores en su inmersión a la CO, describen así el papel que jugaron en su trayectoria profesional y en el desarrollo de su pensamiento investigativo. Las influencias del norte global provienen en su mayoría de los Estados Unidos y de Europa. Mención especial tiene España, como podemos verlos a continuación:

Yo me acuerdo, por ejemplo, del libro este de Gerard Goldhaber de la CO, que duró años siendo como la referencia allí, pues estaba siempre citada. Luego ya vendrían otros, Linda Putnam, pero luego también empezamos con los provenientes más bien del rollo europeo, los Joan Costa o quizá más recientemente Capriotti (E16, hombre, universidad pública).



La confluencia de las tradiciones estadounidenses y europeas recuerda el análisis de Martín-Barbero y Rey (2000)³ respecto de la doble influencia teórica del paradigma informativo/instrumental anclado en la tradición estadounidense y del paradigma crítico/ideológico asociado a la tradición europea en el desarrollo del campo de la comunicación latinoamericana.

Por otro lado, notamos una fuerte presencia de autores y autoras de Latinoamérica, destacándose la de mujeres investigadoras como lo subraya la siguiente cita:

Hoy tenemos un número mucho mayor, tenemos algunos, ya sabes, que trabajan en CO. La profesora Ivone de Oliveira, de la PUC Minas, que trabaja el tema de las interacciones dialógicas en el ámbito interno de la comunicación, defendió su tesis doctoral en 2003. Tienes a la profesora Cleusa Andrade, de la PUC Rio Grande del Sur... Pero te das cuenta de que hay un volumen mucho mayor de mujeres, al menos aparentemente, que de hombres. Últimamente nos hemos dado cuenta de que hay una gran diferencia, pero cada vez hay más mujeres produciendo (E2, mujer, universidad pública).

En los discursos de las personas entrevistadas, se nota una toma de conciencia de la fuerte presencia del norte global, y por ende de la necesidad de rescatar los trabajos de académicos y académicas latinoamericanos para hacerlos dialogar con aquellos de sus colegas estadounidenses y europeos, como lo comentan la siguiente persona entrevistada:

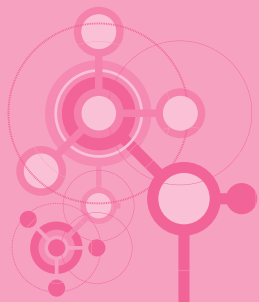
Como ya he dicho, mi formación es muy europea y muy francesa. Creo que por el doctorado específico que hice allí y por eso me acerqué a RedLaco. Creo que la red promovió esto, yo escuchaba estos discursos y pensaba un poco, tengo que salir de mi lugar y empezar a construir en otro espacio y consumir otras perspectivas (E3, mujer, universidad pública).

En sus testimonios, las personas entrevistadas manifiestan la utilización de autoras y autores estadounidenses y europeos, en la construcción del conocimiento de la CO. Sin embargo, se evidencia un mestizaje referencial, al declarar una búsqueda de conceptos y perspectivas alternativas, que abren los horizontes y acerquen a un análisis más crítico. Esto es una de las motivaciones de las personas investigadoras para buscar referentes latinoamericanos. Siguiendo a Melo (1999), definimos mestizaje referencial, como la combinación de referentes teóricos y/o metodológicos del norte global con referentes latinoamericanos, que originan miradas desde los contextos latinoamericanos con distintas tonalidades. Ya sea aplicando un marco referencial del norte global al contexto latinoamericano o poniendo en diálogo perspectivas teóricas del norte global con aquellas propias de la región, las personas entrevistadas crean un espacio liminal donde desenvolverse e identificarse como académicos y académicas de la CO latinoamericana. Así mismo, este espacio híbrido participa en la definición del campo de la CO en América Latina, tema que desarrollamos a continuación.

UN UNIVERSO SEMÁNTICO FRAGMENTADO

a vez establecidos las trayectorias y los mestizajes referenciales, los análisis de las narrativas de las personas entrevistadas permiten vislumbrar un universo semántico fragmentado sobre la CO que, en una primera instancia, remiten a la problemática sobre nombre y propósito del campo de estudio en el que prevalecen, sobre otras, las siguientes denominaciones: comunicación organizacional, relaciones públicas y comunicación estratégica (Donoso *et al.*, 2023);

³ Ver también: Kaplún (2013).



que en todo momento parecieran entrar en un bucle complejo en que se tocan, se mezclan y se separan, como lo afirma una de las personas entrevistadas:

Yo no veo una especificidad, veo más bien una gran mezcla de corrientes simuladas ¡eh! que además hacen un poco confuso el panorama y confuso hacia dentro del campo y hacia afuera del campo. Hacia dentro porque, a veces parece que estamos hablando de lo mismo, y hablamos de cosas distintas, o al revés, estamos hablando de lo mismo, pero usamos palabras diferentes y nos cuesta entender (E18, hombre, universidad pública).

Esta semántica heterogénea, que dista de llegar a acuerdos o posicionamientos claros, arroja sin embargo una serie de perspectivas en las que las personas académicas entrevistadas convergen y que agrupamos en cuatro orientaciones:

- a) Una orientación de procesos organizacionales y comunicativos, en la cual, la CO deviene en fenómeno relacional, así como herramienta conversacional encaminada en organizar la comunicación y comunicar la organización. Según una de las investigadoras esto se traduce de la siguiente manera:

Entonces, no, no solamente se da en el ámbito laboral, privado o productivo, también en organizaciones sociales, también en organizaciones comunitarias [...] Es fundamental la comunicación en las organizaciones y de las organizaciones. Tiene, debe tener un componente que de reconocimiento del sentido humano y social de la misma; facilita las relaciones, conecta, le da vida, como ya lo mencionaba, y para eso entonces debe tener la sensibilidad (E7, mujer, universidad pública).

Se tiende a dimensiones más humanas, sociales y comunitarias sobre la comunicación en los espacios organizacionales.

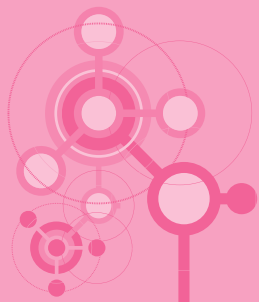
- b) Orientación en la gestión de públicos internos y externos, en que la comunicación en las organizaciones se encamina a generación de mensajes, significados y símbolos para todos los públicos, como puede observarse en la siguiente aseveración:

La comunicación en las organizaciones, que va de esta necesidad estricta que tiene cualquier organización para poder sobrevivir, de tener relaciones tanto internas como externas. Luego ya hablo un poco de lo que significa el generar una imagen para estos públicos, un poco de todo lo que se genera cuando la gente habla bien o mal de ti, y esas cosas, y de esa manera introducir las comunicaciones en las organizaciones (E11, mujer, universidad pública).

Aquí la comunicación aparece fundamentalmente como una herramienta mediática y significativa que busca favorecer el posicionamiento e imagen de la organización.

- c) Una orientación estratégica en que la CO deviene en herramienta informacional, analítica y de planificación que se monta al proyecto general de la organización y favorece el cumplimiento de objetivos. Desde esta perspectiva, un entrevistado propone que:

La CO es aquella comunicación que se hace en la organización, orientada al apoyo y a la organización de los proyectos estratégicos que tiene la organización, es decir, es la comunicación que apoya estratégicamente y operacionalmente la actividad normal de la organización. [...] La CO es el proceso y es la toma de decisión estratégica y operacional que desarrolla, produce comunicación para que la organización pueda conseguir sus objetivos, rentabilidad, productividad, vinculación con el entorno, etcétera (E1, hombre, universidad privada).



- d) Orientación integral que se centra en una visión de la comunicación como un fenómeno que atraviesa y hace emerger la organización; por tanto, es transversal, diversa, estructurante e incluso transformadora. Al respecto, una entrevistada afirma:

Entiendo la comunicación en un sentido de diversidad, de lenguajes, de prácticas, de símbolos y la organización en este sentido amplio y abstracto como sociedad, yo diría que tiene que ver con todos esos procesos a través de los cuales la comunicación hace posible la organización. [...] O sea, no reducirlo a procesos de comunicación que puede haber dentro de las organizaciones, porque me parece que es como volver a una visión muy clásica y reduccionista, sino más bien ver cómo la comunicación es esencial y casi que no, no hay organización sin comunicación. (E8, mujer, universidad privada).

Estas orientaciones enmarcan el espacio diverso y complejo de aproximaciones a la CO que va y viene; se tensiona y fluye entre lo simbólico, lo estratégico, lo instrumental y lo emergente; y que, más allá de connotaciones negativas, representan un abanico de posibilidades para el diálogo, la colaboración, el enriquecimiento conceptual y metodológico en la investigación del campo, esta última una labor que es piedra angular en la construcción de identidad y trayectorias de las personas académicas.

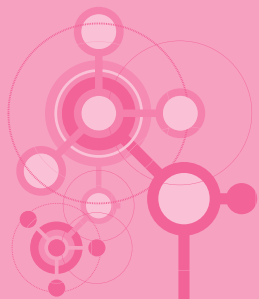
DISCUSIÓN Y CONCLUSIÓN

A partir del análisis de entrevistas realizadas con personas investigadoras latinoamericanas expertas en CO, este artículo buscaba interrogar la relación la trayectoria académica en CO de las personas investigadoras latinoamericanas y la manera en la cual ellas valoran el campo, y definen su identidad profesional.

Los resultados de este análisis arrojan que esta co-construcción del campo y sus agentes está marcada por una búsqueda de legitimación a la vez de la profesión de investigador e investigadora en CO así como de dicho campo. Esta búsqueda de una doble legitimación puede explicarse en parte por la juventud y gradual institucionalización del campo de la comunicación (Craig, 1999; Kane, 2010), así como su marginalidad en América Latina (Fuentes Navarro; Sánchez Ruiz, 1989; Fuentes Navarro, 2007) y la posición subalterna de la región (Torrico Villanueva, 2016). Pero también, por la precariedad de la labor docente e investigativa, acentuada en la región latinoamericana (Marroquín *et al.*, 2024; Rueda, 2014) que se manifiesta, como lo mencionamos, en el acceso aún restrictivo a la educación superior, la poca apertura de plazas de investigación y docencia, o las pocas oportunidades de financiamiento, entre otros. Nuestros resultados concuerdan con estas interpretaciones, pero aportan también una lectura más matizada y esperanzadora.

Se evidencia que la trayectoria profesional define en parte al campo (Méndez *et al.*, 2021; Vásquez, 2009) cuando a partir de que la formación académica se ha desarrollado en ambientes europeos y estadounidenses se ha generado una diversidad teórica, conceptual y metodológica del campo no solo como una dificultad para alcanzar la deseada coherencia del campo académico, sino también como una oportunidad y riqueza que emana de las trayectorias diversas de las personas investigadoras en esta área (Canales Sánchez *et al.*, 2022). Así mismo subrayamos las potencialidades que vienen con el mestizaje teórico y la fragmentación semántica cuando son terreno fértil para el diálogo (Melo, 1999).

En este artículo hemos delineado algunas de las complejidades del ser investigador latinoamericano experto en CO como una mezcla de dificultad, reconocimiento, orgullo y creatividad. Concordamos así con Craig y Carlone (1998) cuando afirman que el campo de la comunicación se fortalece en las luchas por su reconocimiento y en la aceptación de recorridos y orientaciones diversas. En resumen, se puede afirmar que el campo de la CO es dinámico y está relacionado con la



trayectoria académica, profesional y personal, de quiénes lo integran, el grado de institucionalización de tenga el campo y las reglas o normas que enmarcan la producción de conocimiento. Todo esto aporta a la generación de identidad de las personas académicas, que para la CO es la búsqueda de una legitimidad en medio de la precariedad (Rueda, 2014).

Serán probablemente aún muchas las batallas que las personas investigadoras latinoamericanas en CO tendrán que librar, pero ciertamente, como lo hemos expuesto en este artículo, lo harán con pasión y motivadas por participar en el desarrollo de la región. Invitamos a continuar la reflexión sobre la constitución del campo de la CO desde y para América Latina tomando en cuenta las experiencias e interpretaciones de las personas investigadoras. Esta mirada anclada en las realidades de quienes constituyen en campo participa también en su reconocimiento y valoración.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Cuestiones de sociología*. [S. l.]: Istmo, 1984.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 13 mar. 2025.

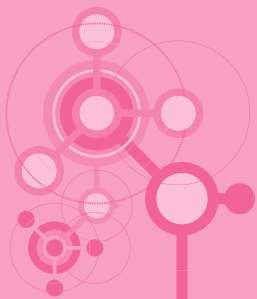
CANALES SÁNCHEZ, D. *et al.* Academic trajectories analysis with a life-course approach: A case study in medical students. *Cogent Education*, United Kingdom, v. 9, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/2331186X.2021.2018118>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2331186X.2021.2018118>. Acesso em: 13 mar. 2025.

CASTILLO ACOSTA, P.; PLÁ GARCÍA, L.; ABREU FERNÁNDEZ, B. Las etapas ética y estética de la comunicación organizacional. *Revista Iberoamericana de Investigación en Educación*, Bolívia, v. 1, n. 3, p. 86-94, 2022. Disponível em: <https://www.riied.org/index.php/v1/article/view/34>. Acesso em: 13 mar. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, S. Descolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (ed.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

CERNA, D. C. Masculinidades y educación superior: la politización del género. *El Cotidiano*, México, v. 34, n. 212, p. 35-45, 2018. Disponível em: <https://elcotidianoenlinea.azc.uam.mx/index.php/numeros-por-articulos/no-212-genero/masculinidades-y-educacion-superior-la-politizacion-del-genero>. Acesso em: 13 mar. 2025.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Panorama Social de América Latina 2021*. Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47718/1/S2100655_es.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.



CONTRERAS DELGADO, O. E.; GARIBAY RENDÓN, N. G. Comunicación organizacional: historia, desarrollo y perspectiva de un concepto constante construcción en América Latina. *Mediaciones de la Comunicación*, Montevideo, v. 15, n. 2, p. 43-70, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18861/ic.2020.15.2.3018>. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-86262020000100043. Acesso em: 13 mar. 2025.

CRAIG, R. T. Communication theory as a field. *Communication Theory*, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 119-161, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1999.tb00355.x>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ct/article-abstract/9/2/119/4201776?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 13 mar. 2025.

CRAIG, R. T.; CARLONE, D. A. Growth and transformation of communication studies in U. S. higher education: towards reinterpretation. *Communication Education*, United Kingdom, v. 47, n. 1, p. 67-81, 1998. DOI: 10.1080/03634529809379111.

DONOSO, C. V.; VELÁSQUEZ, L. M.; OJEDA, G. G.; ROBLES, M. J. M.; LIMA, G. R. Definindo a comunicação organizacional a partir do Sul: em busca de perspectivas latino-americanas. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 41, p. 257-274, 2023. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2023.200272. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/200272>. Acesso em: 15 out. 2025.

FOLLARI, R. La moldura en espejo: encrucijadas epistemológicas de las Ciencias de la Comunicación. *Tram[p]as de la Comunicación y la Cultura*, Buenos Aires, n. 16, 2003.

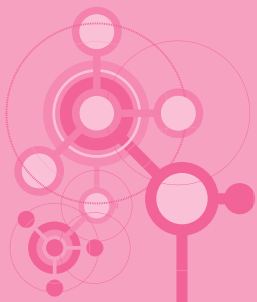
FUENTES NAVARRO, R. La triple marginalidad de los estudios sobre comunicación en México: una revisión actual. *Culturales*, México, v. 3, n. 6, p. 27-48, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/694/69430603.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

FUENTES NAVARRO, R.; SÁNCHEZ RUIZ, E. E. *Algunas condiciones para la investigación científica de la comunicación en México*. Jalisco: ITESO, 1989.

FUENTES REZA, R.; ARZOLA FRANCO, D. M.; GONZÁLEZ ORTIZ, A. M. La identidad profesional docente, un acercamiento a su estudio. *IE Revista de Investigación Educativa de la REDIECH*, México, v. 11, 2020. DOI: 10.33010/ierierediech.v11i0.727.

GARCÍA-MACÍAS, A.; ORDUÑO MENDOZA, S.; FORTANELL TREJO, B. El Entramado Temático de la Comunicación Organizacional: nitidez, cohesión y posicionamiento en la red conceptual de las publicaciones sobre comunicación en el SciELO Citation Index. *Anuario de Investigación de la Comunicación CONEICC*, [s. l.], n. 25, p. 95-107, 2018. DOI: 10.38056/2018aiccXXV47. Disponível em: <https://anuario.coneicc.org.mx/index.php/anuarioconeicc/article/view/47>. Acesso em: 13 mar. 2025.

GOODMAN, L. A. Snowball Sampling. *The Annals of Mathematical Statistics*, San Francisco, v. 32, n. 1, p. 148-170, 1961. DOI: 10.1214/aoms/1177705148.



GUILLÉN G.; ESPINOSA, S. En busca del desenredos de la comunicación organizacional. *Razón y Palabra*, México, n. 87, p. 1-29, 2014.

GUILLÉN, G. G.; PADILLA, L. A.; VELÁZQUEZ, S. E. Fortalecimiento del gremio de la comunicación organizacional en México. In: ARÉVALO, R.; GUILLÉN, O. G.; (coord.). *La comunicación para las organizaciones en México: evolución, teoría y práctica*. México: S.C. Universidad Anáhuac México; Editorial Tirant Lo Blanch México S. de R. L., 2017.

KANE, O. Institution et légitimation d'une quasi-discipline: le triple destin (sciences, études et champ) de la communication. *Communiquer*. Revue de communication sociale et publique, França, n. 3-4, p. 87-102, 2010. DOI: 10.4000/communiquer.1580. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ricsp/1580>. Acesso em: 13 mar. 2025.

KAPLÚN, G. Viejas y nuevas tradiciones en la comunicación latinoamericana. *Revista ALAIC*, São Paulo, v. 10, n. 18, 2013. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/114>. Acesso em: 13 mar. 2025.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação organizacional e relações públicas: perspectivas dos estudos latino-americanos. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, Málaga, v. 1, n. 1, p. 69–96, ene./jun. 2011. DOI: 10.5783/revrrpp.v1i1(Ene-Jun).4. Disponível em: <https://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrpp/article/view/4>. Acesso em: 13 mar. 2025.

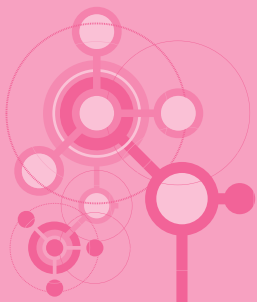
MARROQUÍN VELÁSQUEZ, L.; RABELLO DE LIMA, G.; MONTOYA, M. D. J. Explorando el contexto laboral de la academia de la comunicación organizacional en América Latina: perspectivas y desafíos. *Cuadernos. info*, Santiago, n. 58, p. 91–114, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/cinfo/n58/0719-367X-cinfo-58-91.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. La formación del campo de estudios de Comunicación en Colombia. *Revista de Estudios Sociales*, Colombia, n. 4, p. 54-70, 2000.

MARTINS, V. S. Encontros potenciais: a pesquisa em Comunicação e as abordagens feministas e sobre as mulheres, de 2005–2014. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, RS, v. 32, n. 79, p. 83-94, 2017. DOI: 10.4013/ver.2018.32.79.08. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2018.32.79.08>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MELO, J. M. Paradigmas de escuelas latinoamericanas de comunicación. *Revista Latina de Comunicación Social*, España, n. 19, 1999.

MÉNDEZ, L.; PELLEGRINO, A.; ROBAINA, S.; VIGORITO, A. Trayectorias académicas y laborales de personas doctoradas en ciencias sociales y humanidades. Evidencia para Uruguay. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, Mexico, v. 26, n. 91, p. 1087-1121, 2021. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662021000401087. Acesso em: 13 mar. 2025.



OJEDA, G. G.; PADILLA, L. A.; VELÁZQUEZ, S. E. Fortalecimiento del gremio de la comunicación organizacional en México. In: ARÉVALO, R.; OJEDA, G. G.; (coord.). *La comunicación para las organizaciones en México: evolución, teoría y práctica*. México: S.C. Universidad Anáhuac México; Editorial Tirant Lo Blanch México S. de R. L., 2017.

PALUMBO, M. M.; VACCA, L. C. Epistemologías y metodologías críticas en Ciencias Sociales: precisiones conceptuales en clave latinoamericana. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. 10, n. 2, e076, 2020. DOI: 10.24215/18537863e076.

PINTO, L. *Pierre Bourdieu y la teoría del mundo social*. México: Siglo XXI Editores, 2002.

ROLLÓN, M. R.; GARCÍA, F. J. A. El control de la corrupción en América Latina: agenda política, judicialización e internacionalización de la lucha contra la corrupción. *Documentos de Trabajo*, España, n. 11, 2019. DOI: 10.33960/ISSN-E.1885-9119.DT1. Disponible em: <https://www.fundacioncarolina.es/catalogo/el-control-de-la-corrupcion-en-america-latina-agenda-politica-judicializacion-e-internacionalizacion-de-la-lucha-contra-la-corrupcion/>. Acceso em: 13 mar. 2025.

ROMERO-CARABALLO, M. P. Condiciones de trabajo y configuración del sentido de la profesión académica en profesores universitarios colombianos. *Acta Colombiana de Psicología*, Colombia, v. 22, n. 2, p. 267-291, 2019. DOI: 10.14718/ACP.2019.22.2.13. Disponible em: <https://actacolombianapsicologia.ucatolica.edu.co/article/view/1379>. Acceso em: 13 mar. 2025.

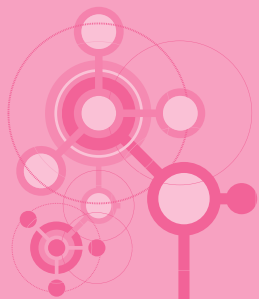
RUEDA, J. L. M. Malestar docente: realidades invisibles. In: OVIEDO, P. E.; PASTRANA, L. H. (ed.). *Investigaciones y desafíos para la docencia del siglo XXI*. Bogotá: Kimpres-Universidad La Salle, 2014.

TORRICO VILLANUEVA, E. La comunicación en clave latinoamericana. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, Ecuador, n. 132, p. 23-36, 2016. Disponible em: <https://hdl.handle.net/10469/10377>. Acceso em: 13 mar. 2025.

TORRICO VILLANUEVA, E. R. El lugar de la Decolonialidad en el campo Comunicacional Latinoamericano. *Revista Punto Cero*, Bolivia, v. 27, n. 44, p. 13-25, 2022. DOI: 10.35319/puntocero.202244188. Disponible em: <https://puntocero.ucb.edu.bo/a/article/view/188>. Acceso em: 13 mar. 2025.

URBIOLA SOLÍS, A. E.; LEVIN KOSBERG, S. Una propuesta para el estudio de la comunicación organizacional y la construcción de significados desde lo procesual y simbólico. *Administración y Organizaciones*, Mexico, v. 21, n. 40, p. 51-72, 2018.

VÁSQUEZ, C.; BURGUEÑO, R.; LIMA, G. R.; QUEIROZ, M. M. Uma metodologia reflexiva para desocidentalizar o subcampo da Comunicação Organizacional Latino-Americana. *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.*, São Paulo, v. 45, e2022110, 2022. DOI: 10.1590/1809-58442022110pt.



VÁSQUEZ, C.; RABELLO DE LIMA, G. Mapear la comunicación organizacional en América Latina: aprendizajes y desafíos. In: SANTOS, L. C.; KUNSCH, M. M. K. (coord.). *Comunicación organizacional: panorama, investigaciones y miradas latinoamericanas*. Quito: Ediciones CIESPAL, no prelo.

VÁSQUEZ, M. S. J. Tendencias y hallazgos en los estudios de trayectoria: una opción metodológica para clasificar el desarrollo laboral. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, Mexico, v. 11, n. 1, 2009.

VASSALLO, M. I.; FUENTES, R. (comp.). *Comunicación: campo y objeto de estudio: perspectivas reflexivas latinoamericanas*. Guadalajara: ITESO, 2001.

Artigo recebido em 13/03/2025 e aprovado em 22/09/2025.